



PROJETO PEDAGÓGICO

CURSO DE DIREITO



Departamento de Direito. Campus Universitário, s/n.

Caixa Postal 3037. CEP 37.200-000. Lavras. MG.

+ 55 (35) 4829-4500 | www.direito.ufla.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

REITORIA

Reitor: João Chrysóstomo de Resende Júnior

Vice-Reitor: Valter Carvalho de Andrade Júnior

Chefe de Gabinete: Cinthia Divino Bustamante Murad

Assessor de Política e Relacionamento Institucional: Antônio Nazareno Guimarães Mendes

Assessor de Governança e Gestão: Adriano Higino Freire

Assessora de Assuntos Estratégicos: Débora Cristina de Carvalho

PRÓ-REITORIAS

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis e Comunitários: Elisângela Elena Nunes Carvalho

Pró-Reitora de Extensão e Cultura: Christiane Maria Barcellos Magalhães Rocha

Pró-Reitor de Infraestrutura e Logística: João Cândido de Souza

Pró-Reitor de Pesquisa: Luciano José Pereira

Pró-Reitora de Pós-Graduação: Adelir Aparecida Saczk

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas: Viviane Naves de Azevedo

Pró-Reitor de Graduação: Ronei Ximenes Martins

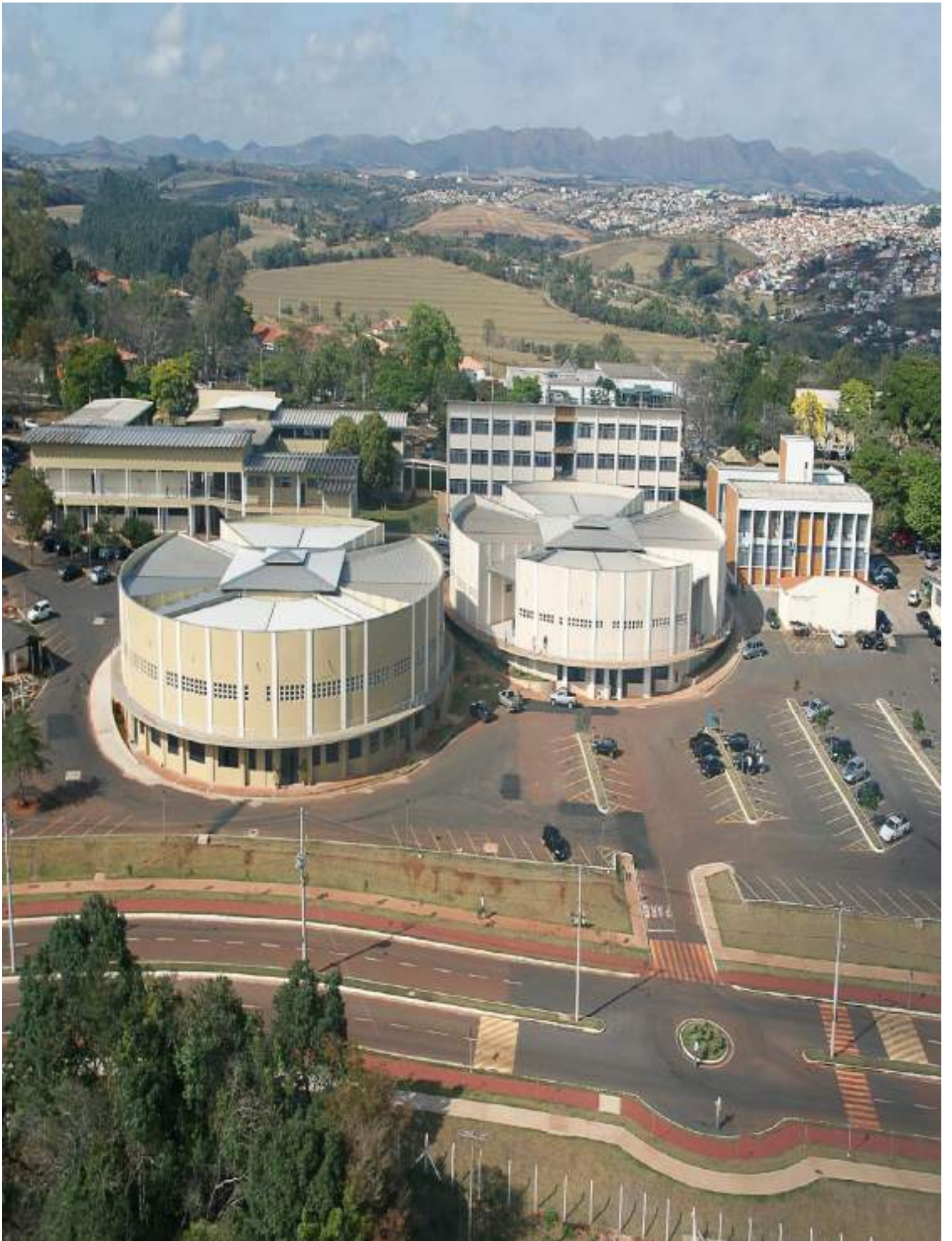
Pró-Reitor de Planejamento e Gestão: Márcio Machado Ladeira

UNIDADE ACADÊMICA

Diretor da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas: Francisval de Melo Carvalho

Chefe do Departamento de Direito: Gustavo Pereira Leite Ribeiro

Coordenador do Curso: Fernanda Valle Versiani



SUMÁRIO

1	CONTEXTO INSTITUCIONAL	9
1.1	Dados da Instituição	9
1.2	Contexto geográfico da Universidade.....	9
1.3	Histórico da Universidade Federal de Lavras	11
2	PERFIL INSTITUCIONAL	15
2.1	Missão institucional.....	15
2.2	Princípios institucionais: visão e valores.....	16
2.3	Áreas de atuação acadêmica.....	16
2.4	Inserção regional	16
2.5	Relações e parcerias institucionais: regional, nacional e internacional.....	17
2.6	Responsabilidade social da UFLA	19
2.7	Objetivos da Instituição	20
2.8	Diretrizes Pedagógicas da UFLA.....	20
2.9	Organograma da Universidade.....	22
3	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO DE DIREITO	24
3.1	Identificação.....	24
3.1.1	Nome	24
3.1.2	Grau acadêmico.....	24
3.1.3	Modalidade	24
3.1.4	Turno de funcionamento.....	24
3.1.5	Vagas	24
3.1.6	Carga horária	24
3.1.7	Tempo de integralização	24
3.1.8	Formas de ingresso.....	25
3.1.9	Ato autorizativo.....	27
3.1.10	Renovação de reconhecimento.....	27
3.2	Marco legal	27
3.3	Contexto Educacional	28
3.4	Política institucional para o Ensino na Graduação	30
3.5	Política de Pesquisa	32

3.6	Política de extensão e cultura	34
3.7	Objetivos	36
3.8	Perfil do egresso	37
3.9	Estrutura curricular	38
3.9.1	Composição da carga horária	38
3.9.2	Conteúdo e organização curricular	39
3.9.3	Matriz Curricular.....	47
3.10	Considerações adicionais sobre os componentes curriculares	48
3.10.1	Prática jurídica	48
3.10.1.1	Regulamentação.....	48
3.10.2	Breve descrição	49
3.10.3	Atividades Complementares	50
3.10.3.1	Regulamentação.....	50
3.10.3.2	Breve descrição	51
3.10.4	Atividades de Extensão	52
3.10.4.1	Regulação.....	53
3.10.4.2	Breve descrição	53
3.10.5	Trabalho de Conclusão de Curso	54
3.10.5.1	Regulamentação.....	54
3.10.5.2	Breve descrição	54
3.10.6	Libras	57
3.10.7	Educação em Direito Humanos	57
3.10.8	Educação Ambiental.....	58
3.10.9	Educação em Relações Étnicorraciais	61
3.11	Metodologia	63
3.12	Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	64
3.12.1	Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso	67
3.13	Tecnologias de informação e comunicação	71
3.14	Apoio ao estudante	72
3.14.1	Programa de Apoio a Discentes com Necessidades Educacionais Especiais (PADNEE)	73
3.14.2	Programa Institucional de Bolsas (PBI)	73
3.14.3	PETi – Programa de Educação Tutorial Institucional.....	74
3.14.4	PIB LIC – Programa Institucional de Bolsas para as Licenciaturas	74
3.14.5	PROMAD – Programa de Apoio à Produção de Material Didático	75

3.14.6	PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência	75
3.14.7	Programa Residência Pedagógica	75
3.14.8	PET – Programa Educação Tutorial (MEC).....	76
3.14.9	PAME – Programa de Mobilidade Estudantil	76
3.14.10	Programa de concessão de bolsas de auxílio creche para estudantes de graduação	76
3.14.11	Programa de atendimento psicossocial individual	76
3.14.12	Programa “Qualidade de Vida no Campus”	77
3.14.13	Moradia Estudantil	77
3.14.14	Atividades de esporte e lazer	77
3.14.15	Centro e espaços de convivência	78
3.14.16	Política de atendimento aos discentes com necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida	78
3.14.17	Restaurante universitário	79
3.14.18	Assistência médica e odontológica	79
3.14.19	Núcleo de Saúde Mental	79
3.14.20	Auxílio financeiro para participação em eventos.....	80
3.14.21	Empréstimo domiciliar de computadores portáteis	80
3.15	Sistema de Avaliação do Projeto de Curso.....	80
3.15.1	Selo OAB Recomenda	83
4	CORPO DOCENTE DO CURSO DE DIREITO	84
4.1	Seleção de professores	84
4.2	Política Institucional de Formação Docente.....	85
4.3	Quadro de professores	87
4.4	Regime de trabalho dos professores	88
4.5	Titulação dos professores	89
5	ADMINISTRAÇÃO DO CURSO DE DIREITO.....	91
5.1	Colegiado do Curso	91
5.1.1	Regulamentação.....	91
5.1.2	Definição.....	91
5.1.3	Atribuições.....	91
5.1.4	Composição	92
5.2	Coordenação do Curso.....	93
5.2.1	Regulamentação.....	93

5.2.2	Definição.....	93
5.2.3	Atribuições.....	93
5.2.4	Composição	93
5.3	Núcleo Docente Estruturante.....	94
5.3.1	Regulamentação.....	94
5.3.2	Definição.....	94
5.3.3	Atribuições.....	94
5.3.4	Composição	95
6	INFRAESTRUTURA	96
6.1	Departamento de Direito.....	96
6.2	Coordenação do Curso de Direito.....	96
6.3	Gabinete de professores	97
6.4	Núcleo de Prática Jurídica	97
6.4.1	Estrutura e equipamentos.....	97
6.4.2	Atividades	99
6.4.2.1	Assistência jurídica	99
6.4.2.2	Mediação e arbitragem	101
6.5	Salas de aula.....	103
6.6	Laboratórios de informática.....	1
6.7	Biblioteca	1
6.7.1	Estrutura física e equipe.....	1
6.7.2	Horário de funcionamento.....	3
6.7.3	Acervo, recursos e serviços	3
6.8	Outras instalações relevantes	6
6.8.1	Restaurante universitário.....	6
6.8.2	Moradia estudantil	7
6.8.3	Centro de Convivência	8
6.8.4	Centro de Integração Universitária	9
6.8.5	Centro de Eventos	9
6.8.6	Centro de Cultura	10
6.8.7	Campus Histórico.....	10
6.8.8	Complexo Esportivo de Alto Rendimento e Parque Tecnológico	10
6.8.9	Acessibilidade	10

Apresentação

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Direito, ora proposto, fundamenta-se nas determinações da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nos documentos orientadores produzidos pelo Ministério da Educação (MEC), que compõem as bases legais e as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação e, de modo mais específico, para o curso de Direito. O PPC também apresenta suas bases assentadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e nas normas institucionais que regulamentam a oferta de cursos de graduação e de licenciaturas da Universidade Federal de Lavras (UFLA). Nesse sentido, este documento visa a atender às demandas estruturais e funcionais que caracterizam a identidade do curso de Direito da UFLA, em busca da sistematização de estratégias que contribuam para a qualidade do ensino de graduação, para a garantia de uma profissionalização dos egressos, para a integração entre ensino, pesquisa e extensão e para a formação para a cidadania.

É objetivo precípua, deste projeto, apresentar indicadores que assegurem uma identidade para o curso ofertado, de modo a garantir a articulação de objetivos, de políticas e práticas de ensino, de iniciação científica e de extensão emanados da proposta de trabalho da Instituição. Este projeto contém as principais diretrizes pedagógicas, a organização e as condições para o desenvolvimento das atividades no âmbito da graduação da UFLA, notadamente aquelas relativas ao funcionamento do curso de Direito.

O presente PPC foi desenvolvido por intermédio de um trabalho colaborativo, que contou com a ação integrada dos membros do Colegiado do Curso de Direito, Núcleo Docente Estruturante (NDE), e dos docentes do Curso. Além disso, a elaboração do referido projeto contou, ainda, com a assessoria da Diretoria de Avaliação e Desenvolvimento do Ensino – DADE, vinculada à Pró-Reitoria de Graduação.

1 CONTEXTO INSTITUCIONAL

1.1 Dados da Instituição

Mantenedora: Ministério da Educação

CNPJ: 00.394.445/0188-17

Mantida: UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

CNPJ: 22.078.679/0001-74

Telefone: (35) 3829- 1122 / 3829-1502

E-mail: reitoria@ufla.br

Home Page: www.ufla.br

Endereço: Campus Universitário - Prédio da Reitoria, Caixa Postal 3037 – Lavras, MG,
CEP 37.200-900

Administração Superior da Universidade:

Reitor: João Chrysostomo de Resende Júnior

Vice-Reitor: Valter Carvalho de Andrade Júnior

Pró-Reitor de Graduação: Ronei Ximenes Martins

Pró-Reitor de Planejamento e Gestão: Márcio Machado Ladeira

Pró-Reitor de Pesquisa: Luciano José Pereira

Pró-Reitora de Pós-Graduação: Adelir Aparecida Saczk

Pró-Reitora de Extensão e Cultura: Christiane Maria Barcellos Magalhães da Rocha

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários: Elisângela Elena Nunes Carvalho

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas: Viviane Naves de Azevedo

Pró-Reitor de Infraestrutura e Logística: João Cândido de Souza

1.2 Contexto geográfico da Universidade

A Universidade está situada na cidade de Lavras - UFLA (Minas Gerais), a 230 km de Belo Horizonte, 370 km de São Paulo e 420 km do Rio de Janeiro, no entroncamento dos três principais grandes

centros do país. A microrregião de Lavras é composta por 8 municípios, mas a atuação das ações depreendidas pela UFLA extrapola a dimensão regional.

No recenseamento de 2010, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Lavras contava com 92.200 habitantes, com previsão de 105 756 para o ano de 2021, sem contar a população rotativa (estudantes de outras localidades). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) é de 0,782. Lavras é um município brasileiro da região do Campo das Vertentes, no sul do estado de Minas Gerais, e possui uma área de 564,744 km². Lavras está ligada a grandes capitais por duas rodovias principais: pela Fernão Dias, conectando-a a Belo Horizonte, a 230 quilômetros, e a São Paulo, a 370 quilômetros, e pela BR 265 chega-se a BR 040 que dá acesso ao Rio de Janeiro, a 420 quilômetros. A produção agropecuária se destaca, especialmente, pelo café e pelo gado leiteiro, apesar de constarem diversas culturas agrícolas.

Figura 1 - Mapa de localização da Universidade Federal de Lavras



O setor industrial se encontra em desenvolvimento. Os setores agroindustriais e metalúrgico são os principais ramos industriais de Lavras. A cidade é sede do 8.º Batalhão da Polícia Militar (8.º BPM) e do 6.º Comando Regional da Polícia Militar (6.º CRPM), contendo também uma unidade da Polícia Federal.

Lavras tem sido destaque no cenário educacional, possui cerca de 65 estabelecimentos de ensino, entre os quais quatro de nível superior: a Universidade Federal de Lavras (UFLA), o Centro Universitário de Lavras (Unilavras), a Faculdade Adventista de Minas Gerais (FADMINAS) e a Faculdade Presbiteriana Gammon (FAGAMMON), além de vários pólos de Educação Superior na modalidade a Distância. Entre os

principais museus de Lavras destacam-se o Museu Bi Moreira, onde se podem encontrar vários objetos como móveis, fotos, documentos e utensílios em geral relacionados com a história da cidade, e o Museu Sacro de Lavras, igreja com várias obras sacras do século XVIII, de quando a igreja foi construída. A cidade conta com a Casa da Cultura, instalada desde 1984 em prédio do início do século XX, e tem por finalidade abrigar diversas atividades artístico-culturais do povo lavrense.

1.3 Histórico da Universidade Federal de Lavras

A Universidade Federal de Lavras foi fundada em 1908. Inicialmente, recebeu a denominação de Escola Agrícola de Lavras e, em 1938, tornou-se Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL). Em 1994, a ESAL foi federalizada pela lei nº 4307/64 e tornou-se a Universidade Federal de Lavras (UFLA) pela Lei nº 8956/94.

A UFLA oferece cursos de graduação e pós-graduação e tem se inserido nas mais diversas áreas do conhecimento. Com forte tradição agrária, a Universidade preparou-se para garantir uma expansão de qualidade, assegurando, primeiramente, a consolidação dos cursos que a tornaram reconhecida no cenário das pesquisas em ciências agrárias. A posterior criação de vários cursos de graduação nas diversas áreas do conhecimento evidenciou a solidez da Universidade e a necessidade de se continuar o processo de expansão, a fim de garantir a democratização do acesso ao ensino superior.

O ano de 2010 foi marcado pela ampliação da área de Ciências Sociais Aplicadas e pela inserção na área de Ciências Humanas, consolidando-se como uma universidade plural. Em 2012, inaugurou o Curso de Direito, ofertado no período noturno, com 120 vagas anuais, tendo sido precedido pela manifestação favorável da Comissão Nacional de Educação Jurídica do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, assim como pela atribuição de nota máxima pela Comissão de Avaliação do INEP/MEC.

As diretrizes da UFLA para os próximos quatro anos estão na expansão da oferta de vagas na graduação no campus de São Sebastião de Paraíso e na consolidação dos novos cursos de graduação e pós-graduação abertos no campus de Lavras. Além disso, busca-se a melhoria da qualidade dos cursos tradicionais da instituição. Portanto, espera-se que as ações a serem realizadas com base no PDI 2021-2025 trarão benefícios econômicos e sociais em níveis regional, estadual e nacional.

Atualmente, o campus sede da UFLA conta com 32 cursos de graduação na modalidade presencial, 03 cursos na modalidade de ensino a distância (EAD), cursos de pós-graduação Lato Sensu (especialização), programas de pós-graduação Stricto Sensu no formato acadêmico e profissional, sendo 43 cursos de mestrado

e 24 cursos de doutorado. Convém destacar a recente criação do curso de Licenciatura em Letras com habilitação simples em Língua Portuguesa e suas Literaturas, que visa atender à demanda institucional de oferecer uma alternativa de graduação aos egressos e aos discentes vinculados ao curso de Licenciatura em Letras com habilitação dupla em Línguas Portuguesa e Inglesa e suas respectivas Literaturas, curso que já é ofertado com excelência nesta universidade desde o segundo semestre de 2010.

Já o campus da UFLA em São Sebastião do Paraíso, o qual teve início de suas atividades no ano de 2022, conta com o Bacharelado Interdisciplinar em Inovação, Ciência e Tecnologia, já em andamento, e com a previsão de um Mestrado profissional em Tecnologias para a Agroindústria, bem como com a oferta de outros três cursos de graduação: Engenharia Elétrica, Engenharia de Software e Engenharia de Produção, todos focados em inovação, ciência e tecnologia.

Os programas de pós-graduação da UFLA oferecem ainda estágios de pós-doutoramento em diversas áreas do conhecimento. Para tal, a Universidade possui uma ampla estrutura, formada por 32 departamentos didático-científicos, aproximadamente 400 laboratórios setoriais modernamente equipados para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, uma Biblioteca Universitária e uma Coordenadoria de Educação a Distância que oferta o apoio ao uso de recursos tecnológicos e digitais que em parceria com a Diretoria de Avaliação e Desenvolvimento do Ensino viabilizam e fomentam o uso de tecnologias inovadoras no processo de ensino-aprendizagem, permitindo que os cursos, as pró-reitorias e as Unidades Acadêmicas (UA) possam utilizar todo um aparato tecnológico no processo de formação dos estudantes e nas atividades de formação docente.

A UFLA é reconhecida pela geração de conhecimentos científicos e tecnológicos e pelo ensino de qualidade ofertado. Para tal, busca firmar parcerias com vários órgãos dos setores público e privado e conta com convênios internacionais que ampliam as possibilidades de formação dos estudantes, bem como a realização de atividades de pesquisa e extensão.

A Universidade busca também formar profissionais qualificados e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, por meio da produção e da disseminação de conhecimentos científicos, tecnológicos, artísticos e culturais, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, evidenciando seu comprometimento com os princípios éticos e humanistas.

Devido ao Plano Ambiental, a Universidade Federal de Lavras permanece, desde 2012, como a instituição de ensino superior mais verde do Brasil. No Ranking GreenMetric referente a 2012, a UFLA ocupou a 70ª posição entre todas as participantes. Em 2013, conquistou a 42ª colocação e, em 2014, obteve a 26ª posição geral. Em 2015 ela aparece como a primeira Instituição brasileira e a 39ª entre todas as participantes do mundo. Em 2018, entre as 619 universidades incluídas na classificação, a UFLA ocupou a 38ª posição em

âmbito mundial, sendo a 2ª Universidade na América Latina e no Brasil. No ano de 2019 a UFLA evoluiu nove posições, ocupando a 29ª posição do ranking mundial dentre as 780 instituições de ensino avaliadas. Em 2020 a UFLA avançou na pontuação geral: contabilizou 8100 pontos – 125 a mais que a pontuação geral de 2019. Em 2021 evoluiu na pontuação geral de avaliação pelo décimo ano consecutivo: em 2021 alcançou 8200 pontos – 100 a mais que a pontuação de 2020. Neste ano, a Universidade conquistou nota máxima na categoria de avaliação “Água”, resultado das ações de gestão sustentável de seus recursos hídricos

Em 2016, a UFLA foi a segunda Universidade do mundo a receber o certificado de “Blue University” em reconhecimento à gestão das águas realizada pela instituição. O ponto mais importante dos resultados destes prêmios é a contribuição para a formação de profissionais comprometidos com a preservação ambiental por meio de ações vivenciadas dentro da Universidade.

Nos últimos anos, a UFLA permanece como uma das universidades federais entre as mais qualificadas do país, demonstrando uma qualidade consolidada. Em 2007, quando o IGC (Índice Geral de Cursos das Instituições) foi lançado, a UFLA ocupava a 15ª posição. Esse indicador considera a qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação. No ano de 2009, a UFLA ficou classificada em 4º lugar entre as universidades públicas e privadas do país. Em 2010, foi classificada em 3º lugar do Brasil e 1º lugar em Minas Gerais, pelo mesmo índice. Entre 2010 e 2015, ficou sempre entre os três primeiros lugares. Em 2019, a UFLA obteve o conceito máximo (nota 5) no Índice Geral de Cursos (IGC), apurado pelo Ministério da Educação (MEC). Apenas 2% das instituições do Brasil situam-se nesta faixa de excelência. Tal desempenho reflete o trabalho que tem sido desenvolvido no âmbito estrutural e pedagógico da Instituição e mostra que a UFLA continua entre as TOP 10 universidades públicas do País. Outro destaque alcançado pela Instituição está no indicador Conceito Médio de Graduação, um dos indicadores avaliados no cálculo do IGC, o qual reflete a mensuração obtida pela participação dos nossos estudantes no Enade, agregada às condições de oferta verificada por medidas relativas ao corpo docente, infraestrutura e recursos didático-pedagógicos. Nessa avaliação, a UFLA obteve a 1ª posição em Minas Gerais e a 2ª no Brasil.

No âmbito pedagógico, a UFLA tem investido fortemente na implementação de reformulação dos currículos, de modo a garantir uma formação humana e profissional sólida. A partir do ano de 2014, várias inovações pedagógicas foram implementadas, considerando conceitos modernos como o uso de metodologias ativas e incentivo à interdisciplinaridade na formação dos estudantes, priorizando a formação técnica, humana e eticamente responsável, compromissada com o desenvolvimento da sociedade e da qualidade de vida dos cidadãos desde os primeiros períodos do curso. Projetos realizados nas diversas áreas objetivam desenvolver a autonomia do estudante, tendo em vista a vivência profissional em uma perspectiva de aprendizagem ativa,

articulando teoria e prática desde os primeiros períodos do curso. Os projetos, juntamente com o estágio obrigatório e o trabalho de conclusão de curso, têm caráter de síntese e integração de conhecimentos construídos no decorrer do curso. Essas atividades têm foco na prática da atividade profissional ou cidadã, envolvendo a elaboração e o desenvolvimento de projetos sociais, artísticos, culturais e experiência no mundo do trabalho. Tais ações vêm permitindo a mudança de paradigmas educacionais na instituição, a flexibilização da estrutura curricular e um novo perfil dos egressos da UFLA.

2 PERFIL INSTITUCIONAL

A Universidade Federal de Lavras (UFLA) adota como princípio basilar em suas diretrizes legais e pedagógicas e em suas ações institucionais o compromisso ético com a sociedade. Nesse sentido, a Universidade adota como fundamento de sua atuação social a geração, o desenvolvimento, a socialização e a aplicação de conhecimentos e de valores por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, compreendidos de forma indissociada e integrados na educação e na formação científica e técnico-profissional de cidadãos. Além disso, há uma preocupação precípua com a responsabilidade social e com a difusão de produções artístico-culturais e tecnológicas. Para consolidar as metas e as ações, a UFLA mantém cooperação acadêmica, científica, tecnológica e cultural com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais e constitui-se em instituição propulsora do desenvolvimento regional, nacional e mundial, com atuação reconhecida internacionalmente em várias áreas do conhecimento.

2.1 Missão institucional

Em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/2021-2025), a Universidade Federal de Lavras - UFLA - tem por missão “manter e promover a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão, produzindo e disseminando o conhecimento científico e tecnológico de alta qualidade na sociedade, contribuindo para formação do ser humano e profissional criativo, competente, crítico reflexivo e comprometido com a ética para uma sociedade mais justa e democrática”. Essa missão pauta-se em princípios éticos e humanistas, de modo a estimular a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

Em outras palavras, a UFLA compromete-se a formar cidadãos e profissionais qualificados, capazes de produzir e disseminar conhecimento científico, tecnológico e cultura de alta qualidade na sociedade. Nesse sentido, as ações que concretizam a missão institucional se pautam e se fundamentam na gestão democrática, na autonomia administrativa, didático-científica e gestão financeira, na defesa do ensino de qualidade, público e gratuito, na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão interligados com sua responsabilidade social, no desenvolvimento sustentável, na igualdade de condições de acesso e permanência do discente na Instituição e no fortalecimento dos convênios, acordos de mútua cooperação, contratos e diálogos com a sociedade urbana e rural. Enfim, a missão institucional se encontra consubstanciada nos objetivos, nas estratégias e nas ações que viabilizam a inserção da Universidade em sua área de atuação, na gestão

institucional, na construção da historicidade e do perfil institucional, na proposição de ações que viabilizem a excelência acadêmica.

2.2 Princípios institucionais: visão e valores

A UFLA, com vistas a efetivar a sua missão institucional, busca manter e promover a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão, produzindo e disseminando o conhecimento científico e tecnológico de alta qualidade na sociedade, contribuindo para formação do ser humano e profissional criativo, competente, crítico-reflexivo e comprometido com a ética para uma sociedade mais justa e democrática.

A partir de sua Visão, a UFLA busca ser referência nacional e internacional como universidade sócio e ambientalmente correta, integrada à sociedade, como centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural. Para o cumprimento de sua Finalidade, da sua Missão e de sua Visão, a UFLA está alicerçada pelos seguintes valores: Autonomia; Universalidade; Excelência; Ética; Sustentabilidade; Transparência; Saúde e qualidade de vida; Trabalho em equipe; e Compromisso social.

2.3 Áreas de atuação acadêmica

A UFLA atua no ensino de graduação e de pós-graduação, na pesquisa e na extensão, sob a forma de atividades presenciais e a distância, em várias áreas de conhecimento: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Linguística/Literatura.

2.4 Inserção regional

A inserção no âmbito regional da UFLA é orientada pela sua missão, pela visão e pelos valores anteriormente definidos. O papel sociopolítico da UFLA é proporcionar oportunidades de acesso à educação superior, por meio do ensino público, gratuito e de qualidade, tanto no que se refere aos cursos presenciais como nos à distância. O compromisso institucional perpassa pela formação científica e tecnológica, embasada em resultados de suas pesquisas e tecnologias, difundidas aos brasileiros, sem discriminação religiosa, racial, de cor, de orientação sexual e de classe social. A UFLA compromete-se, ainda, com o papel de formar pessoas que sejam cidadãos, profissionais, pesquisadores e docentes qualificados e comprometidos com o

desenvolvimento amplo da nação, respeitando a Constituição Federal e os princípios democráticos e da administração pública.

Nessa dimensão, destaca-se, também, o estabelecimento formal de contratos, acordos, convênios e termos de parceria com organizações públicas, privadas e do terceiro setor, observando-se as legislações vigentes.

No âmbito regional, a extensão universitária da UFLA cumpre um papel de destaque nessa dimensão sociopolítica, ao estabelecer meios de interação com as organizações sociais e com as organizações do mercado. Nesse sentido, a UFLA desenvolve todos os esforços para manter e ampliar a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão de excelência.

Destacam-se, ainda, o apoio das duas Fundações, a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (Faepe), criada em 1976, e a Fundação de Desenvolvimento Científico e Cultural (Fundecc), criada em 2006. Essas fundações de apoio atuam como gestoras de recursos públicos e privados provenientes de projetos, convênios, acordos de cooperação e contratos de prestação de serviços técnicos, científicos e educacionais.

Por um lado, a Faepe vem prestando seus serviços em prol da comunidade acadêmica da UFLA, por meio de programas, projetos e atividades nos campos da pesquisa, do ensino e da extensão, especificamente, em atividades de treinamentos, cursos de extensão e de pós-graduação *lato sensu*. Por outro lado, a Fundecc vem atuando na gestão de projetos de pesquisa, de extensão e de prestação de serviços.

A relação entre as fundações de apoio e a instituição de ensino, pesquisa e extensão é regida pela Lei nº 8.958/1994, com as alterações feitas pela Medida Provisória nº 495/2010, regulamentada pelo Decreto nº 5.205/2004; Lei nº 12.349/2010 e regulamentada pelo Decreto nº 7.423/2010.

2.5 Relações e parcerias institucionais: regional, nacional e internacional.

A UFLA tem parcerias formalmente estabelecidas com várias universidades nacionais e internacionais, empresas, órgãos de governo municipais, estaduais e federais e, até mesmo, com pessoas físicas, que formalizam ações relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Além disso, professores, servidores e estudantes da UFLA também participam de órgãos consultivos de um conjunto de entidades governamentais e profissionais em que atuam como representantes da Academia, bem como de eventos, projetos e ações de naturezas diversas. No âmbito regional, a instituição tem celebrado várias parcerias com empresas e prefeituras/secretarias municipais.

A UFLA também possui parcerias com instituições de governo, particularmente o de Minas Gerais, como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), a Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), o Instituto Estadual de Florestas (IEF), a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, (SEE-MG), a Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais (SES-MG), entre outras.

Essas parcerias visam a execução de projetos de grande alcance e de importância estratégica para o governo do Estado, entre os quais se destaca o Zoneamento Ecológico Econômico. Parcerias também são efetivadas com instituições representantes do governo federal, como Ministério do Meio Ambiente (ex: Cadastro Ambiental Rural), Ministério da Educação (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, Programa Residência Pedagógica, Universidade Aberta do Brasil – UAB), Ministério da Saúde (Programa Mais Médicos), entre outros.

Convênios e contratos entre a UFLA e empresas, sejam públicas, sejam privadas, são também importantes para a consolidação da missão institucional, dar cobertura legal aos estagiários e para formalizar a prestação de serviços comunitários e as práticas de consultoria.

Entre as parcerias efetivadas, merece destaque a Agência de Inovação do Café (InovaCafé), que é um órgão vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa (PRP) da Universidade Federal de Lavras (UFLA) e desenvolve estudos, pesquisas e inovações para promover o empreendedorismo no setor agroindustrial do café. A Agência tem como objetivo contribuir com o desenvolvimento do conhecimento científico e apresentar soluções para problemas demandados por órgãos e instituições públicas ou privadas que sejam relacionados ao agronegócio do café. A Agência é fruto da articulação do Polo de Excelência do Café, Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais (Sectes), UFLA e Ministério da Educação (MEC), contando com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig). Também contribuem para a viabilização da Agência o Consórcio Pesquisa Café e INCT-Café.

Convênios e contratos entre a UFLA e empresas, sejam públicas ou privadas, são, também, bastante comuns. Esses visam, não apenas a dar cobertura legal aos milhares de estagiários da UFLA, mas, também, a formalizar a prestação de serviços e consultoria entre essas empresas e a UFLA. Na área do Direito, entre as instituições conveniadas se encontram escritórios de advocacia, diversos municípios e órgãos legislativos da região, órgãos judiciários, órgãos policiais, órgãos do Ministério Público e órgãos da Defensoria Pública.

Além disso, destacam-se a consolidação de dados georreferenciados sobre as 400 mil nascentes existentes no Estado e o projeto de recuperação das cerca de 1500 nascentes do município de Lavras, em parceria com a Prefeitura de Lavras e o Serviço Florestal Brasileiro.

2.6 Responsabilidade social da UFLA

A UFLA, especialmente no que se refere à inclusão social, é comprometida com o ensino público e gratuito de qualidade, com o desenvolvimento econômico e social, com a defesa do meio ambiente, da memória, do patrimônio cultural, da produção artística, da produção filosófica e do trato à diversidade.

Essa responsabilidade pauta-se tanto nas relações multidimensionais entre discentes, docentes e técnico-administrativos, nas instâncias de ensino, pesquisa, extensão e gestão, quanto nas relações que a universidade estabelece com a sociedade em geral, com a valorização da sua missão pública, promoção de valores democráticos, respeito à diferença e à diversidade, incluindo, conforme diretrizes federais, a implantação do acesso por cotas sociais e raciais.

No contexto da responsabilidade social, a UFLA reafirma a sua experiência de atuação na comunidade acadêmica, com ações relacionadas à coordenação, à promoção e ao desenvolvimento de programas, projetos e atividades de assistência: estudantil, à saúde, psicossocial, ao esporte e ao lazer, à cultura, à inclusão social e acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência.

Assuntos estudantis compreendem o atendimento às demandas emanadas do corpo discente da UFLA, com ações que permitem o acesso, a permanência e a conclusão acadêmica com êxito, aos estudantes matriculados nos cursos oferecidos pela UFLA, abrangendo programas, projetos, atividades, prestação de serviços, estágios e outras iniciativas. Assuntos Comunitários visam ao atendimento aos corpos docente e técnico administrativo, nas áreas psicossociais e de saúde, por meio do estabelecimento de redes de recursos internos e externos.

No contexto da responsabilidade social com a comunidade regional, nacional e internacional, em diversas áreas do conhecimento, a UFLA promove ações relacionadas à educação e qualificação profissional continuada, à inclusão social e digital, à qualidade de vida, à saúde pública e à prevenção de endemias, ao urbanismo e paisagismo, ao tratamento de água e esgoto, ao tratamento de resíduos químicos e biológicos, à reciclagem de lixo, ao desenvolvimento rural sustentável, à recuperação de áreas degradadas, ao uso racional da água, às produções artístico-culturais, entre outras. Nesse contexto, vale ressaltar o Plano Ambiental, que

tem dado à UFLA uma visibilidade internacional, pela gestão dos recursos naturais de forma responsável e sustentável.

Particularmente na área do Direito, a responsabilidade social é um dos principais componentes do curso, manifestando-se tanto no ensino, pesquisa e extensão. No ensino, ressaltamos a prática jurídica real realizada pelo Núcleo de Prática Jurídica, que oferece assistência jurídica gratuita para pessoas em situação de vulnerabilidade nas áreas de penal, civil e trabalhista, atuando tanto no contencioso como em consultoria. Já na extensão, salientamos os diversos projetos de extensão coordenados por docentes do curso de direito e que contribuem para a democratização do conhecimento e fortalecimento da sociedade civil. Salientamos aqui os projetos "Nos Lares, nós lares" e "Apoio ao desenvolvimento de políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher", que serão detalhados mais adiante no tópico 3.6. Por fim, em relação à pesquisa, o curso de direito tem desenvolvido pesquisas fundamentais para eliminação da discriminação e desenvolvimento sustentável. Exemplos de pesquisas com responsabilidade social são aquelas desenvolvidas nos grupos "Grupo de Estudos e Pesquisa em Processo Constitucional" (com pesquisas sobre o garantismo processual a digitalização do processo) e "Direito e Desenvolvimento Sustentável" (abordando temas como sustentabilidade, vulnerabilidade e mudanças climáticas).

2.7 Objetivos da Instituição

Ensino: formar e qualificar profissionais, docentes e pesquisadores comprometidos com a ética e a cidadania, por meio da oferta de ensino presencial e a distância de alta qualidade, na graduação, na pós-graduação lato sensu e na pós-graduação stricto sensu;

Pesquisa: gerar conhecimento científico e tecnológico de alta qualidade e relevância; estimular e viabilizar a formação de grupos de pesquisa voltados para o desenvolvimento sustentável da sociedade, dentro dos mais elevados padrões éticos;

Extensão e Cultura: incrementar os processos de interação entre universidade, sociedade e mercado, com vistas a produzir e difundir o conhecimento científico e tecnológico gerado pela Academia, desde o âmbito local até o internacional, por meio de publicações e ações de extensão que promovam o desenvolvimento cultural, socioeconômico e ambiental.

2.8 Diretrizes Pedagógicas da UFLA

Como instituição que se ocupa dos processos educativos, a UFLA zela, de modo exponencial, pela proposição de estratégias que possam influenciar qualitativamente as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas. Tais estratégias se articulam com a filosofia de trabalho, com a missão a que se propõe, com as diretrizes pedagógicas que orientam as ações e com a sua estrutura organizacional/logística. Nesse sentido, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI/UFLA) explicita que o papel da Universidade se circunscreve na formação para a cidadania, no exercício profissional contemporâneo.

Assim, a política básica do ensino de graduação, segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/UFLA), deve se pautar pela constante busca da excelência acadêmica, pela melhoria das condições do processo de ensino-aprendizagem, pela pluralidade, pela garantia do ensino público e gratuito e pela gestão democrática e colegiada.

Nessa direção, o assessoramento nas questões relacionadas ao ensino de graduação é atribuição da Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD), responsável por propor políticas de graduação; oferecer suporte metodológico, pedagógico e tecnológico para o desenvolvimento do ensino; realizar a regulação, supervisionar e avaliar a oferta dos cursos; bem como por coordenar o ingresso e manter o registro acadêmico dos estudantes em constante diálogo com as Unidades Acadêmicas.

Sua Missão Institucional é a de manter e promover a excelência no ensino de graduação, agindo colaborativamente com as estruturas de pesquisa e extensão, visando à formação integral do ser humano e de profissionais criativos, competentes, crítico-reflexivos e comprometidos com a ética, contribuindo para uma sociedade mais justa e democrática. A visão que move a equipe é a de poder formar pessoas no ensino superior, a fim de que construam para si os mais elevados níveis de comportamento cidadão e competência profissional, com acesso a todos os que buscam tal formação, sem qualquer distinção, de forma democrática e inclusiva. Para a realização de sua missão, a PROGRAD mantém como valores fundamentais os princípios básicos da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Na política de inserção social, tem-se o reconhecimento da universidade como importante corpo social da comunidade interna e externa, objetivando o intercâmbio entre os atores dessa sociedade, identificando seus problemas e avaliando suas potencialidades. Integra, ainda, esse conjunto de diretrizes apresentadas, o zelo pelo princípio da igualdade de condições de acesso e permanência para todo e qualquer estudante. Assim, são viabilizadas a qualificação e a implementação de programas de assistência estudantil, concebida como direito e como política de inclusão social dos diferentes segmentos da população, visando à universalidade da cidadania, estabelecendo, inclusive, um plano de acessibilidade às dependências do Campus para estudantes com necessidades especiais.

O sistema de educação da Universidade encontra-se fundamentado na relevância da educação, com ênfase na qualidade, no respeito às culturas, na proteção ao meio ambiente e nas necessidades sociais da região e do País. Em face do exposto, reitera-se que as diretrizes pedagógicas institucionais não se limitam ao fazer pedagógico *per se*, mas agregam elementos que subjazem ao processo educativo.

2.9 Organograma da Universidade

A Universidade Federal de Lavras (UFLA) está ligada ao Ministério da Educação (MEC), seu mantenedor. A administração da UFLA é exercida pelos órgãos de administração superior que compreendem o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE); o Conselho Universitário (CUNI); o Conselho de Curadores; e a Reitoria, integrada pelo reitor, vice-reitor, Pró-reitorias, Órgãos de Apoio e Assessoramento e Órgãos Suplementares.

As Pró-reitorias são: de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC); de Extensão e Cultura (PROEC); de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PRGDP); de Graduação (PROGRAD); de Infraestrutura e Logística (PROINFRA); de Pesquisa (PRP); de Planejamento e Gestão (PROPLAG); e de Pós-Graduação (PRPG). A Pró-Reitoria de Graduação, tem a seguinte composição: Secretária Administrativa; Conselho de Graduação (ConGRAD); DPGA - Diretoria de Planejamento e Gestão Acadêmica; DADE – Diretoria de Avaliação e Desenvolvimento do Ensino; DRCA – Diretoria de Registro e Controle Acadêmico; e DRPE – Diretoria de Regulação e Políticas de Ensino. A UFLA conta também, com as Unidades Acadêmicas, que têm por finalidade o planejamento e a execução das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão e são constituídas por Institutos, Faculdades/Escolas que atuam em áreas do conhecimento científico inter-relacionadas, a saber: Faculdade de Zootecnia e Medicina Veterinária – FZMV; Faculdade de Ciências da Saúde – FCS; Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas, Educação e Letras – FAELCH; Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FCSA; Escola de Engenharia – EENG; Escola de Ciências Agrárias de Lavras – ESAL; Instituto de Ciências Naturais – ICN; Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas – ICET; Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação – ICTIN.

O Departamento de Direito integra a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (FCSA), ao lado do Departamento de Administração e Economia (DAE) e do Departamento de Administração Pública (DAP). Segundo o Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU), a FCSA tem como missão “contribuir para a formação de profissionais criativos, competentes, crítico-reflexivos, comprometidos com a ética e o processo democrático,

por meio da produção e socialização de saberes em ciências sociais aplicadas e pela prática indissociável do ensino, da pesquisa e da extensão, gerando valor para a sociedade” e como missão “ser reconhecida como unidade acadêmica responsiva, integrada aos anseios da sociedade e comprometida com o desenvolvimento em suas diversas dimensões, seja por meio do ensino, da pesquisa ou da extensão.”

3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO DE DIREITO

3.1 Identificação

3.1.1 Nome

Curso de Graduação em Direito.

3.1.2 Grau acadêmico

Bacharel em Direito.

3.1.3 Modalidade

Presencial.

3.1.4 Turno de funcionamento

Noturno. Considera-se noturno o Curso em que a maior parte da carga horária é oferecida após as 18 horas, todos os dias da semana, de acordo com o art. 73 da Resolução CEPE/UFLA nº 473, de 12 de dezembro de 2018.

3.1.5 Vagas

120 (cento e vinte) vagas anuais.

3.1.6 Carga horária

Em consonância com o art. 12 da Resolução MEC/CNE/CES nº. 05/2018, o Curso de Direito da Universidade Federal de Lavras possui 3.705 horas (60 minutos).

3.1.7 Tempo de integralização

O estudante deverá integralizar a carga horária do Curso de Direito da Universidade Federal de Lavras em, no mínimo, 5 anos (10 períodos letivos), e, no máximo, 7,5 anos (15 períodos letivos).

3.1.8 Formas de ingresso

As formas de acesso ao Curso de Direito da Universidade Federal de Lavras são:

- **Processo seletivo destinado a egressos de ensino médio (Processo Seletivo)**

Para todos os cursos de graduação, a UFLA adotará, para ingresso, processos seletivos que garantam ampla concorrência às vagas, considerados os princípios que regem a administração pública descritos no artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como a periodicidade e as normas específicas dos sistemas de seleção mantidos pelo MEC.

As vagas iniciais, aquelas de oferta regular destinadas ao primeiro período dos cursos, deverão ser preenchidas por meio de processo seletivo, dentre os quais o SiSU, o PAS ou outros que venham a ser criados pelo MEC ou por decisão do CEPE, regidos por Editais específicos nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e demais normas atinentes ao ensino superior.

Processo Seletivo de Avaliação Seriada (PAS): sistema de ingresso nos cursos de graduação presenciais da UFLA, no qual o candidato é avaliado em etapas consecutivas e com base na nota obtida no Enem.

Sistema de Seleção Unificada (SiSU): sistema informatizado do MEC, por meio do qual as Universidades Públicas, por adesão, selecionam novos estudantes exclusivamente pela nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

- **Transferência de curso superior (TCS)**

O processo específico para ingresso por TCS é destinado a estudantes matriculados em cursos superiores, na UFLA ou em outras IES, desde que tais cursos sejam iguais ou de área afim ao pretendido na UFLA e que sejam autorizados ou reconhecidos pelo MEC. Para o preenchimento das vagas ofertadas em processos seletivos de transferência de curso superior, a classificação dos candidatos será baseada nas notas obtidas no Enem realizado, no máximo, nos 5 (cinco) anos anteriores ao processo.

- **Obtenção de novo título (ONT)**

O processo específico de ingresso por ONT é destinado a graduados de qualquer IES, desde que credenciada pelo MEC, e que o curso concluído seja reconhecido pelo MEC. Para o preenchimento das vagas ofertadas em processos seletivos para obtenção de novo título, a classificação dos candidatos será baseada nas notas obtidas no Enem realizado, no máximo, nos 5 (cinco) anos anteriores ao processo.

- **Transferência *ex officio***

A concessão de transferência *ex officio* exige, necessariamente, o preenchimento dos seguintes requisitos:

- I- o estudante interessado deve ser servidor público federal civil ou militar ou dependente deste;
- II- que o deslocamento do servidor público tenha sido efetivado em caráter compulsório (de ofício);
- III- em decorrência da remoção ou transferência de ofício, tenha ocorrido mudança de domicílio para o município de Lavras/MG, ou para localidade próxima deste;
- IV- estar, à data da publicação do ato de remoção ou transferência, registrado como estudante regular em IFES congênere à UFLA;
- V- que o deslocamento do servidor público não tenha ocorrido para assumir cargo efetivo em razão de concurso público, cargo comissionado ou função de confiança; e
- VI- que o curso pretendido na UFLA seja o mesmo curso da instituição de origem, ou para curso afim.

Compete ao Pró-Reitor de Graduação deliberar sobre a solicitação de transferência *ex officio*.

- **Programa de Estudantes – Convênio de Graduação (PEC-G)**

Importa salientar que o ingresso no Curso de Direito da Universidade Federal de Lavras não poderá ser realizado por meio do Programa de Estudantes – Convênio de Graduação (PEC-G), implementado conjuntamente pelo Ministério da Educação e pelo Ministério das Relações Exteriores, visando a possibilitar a formação de estudantes estrangeiros em Cursos de graduação no país, em razão da vedação imposta pelo art. 4º, §2º, do Decreto nº 7.948/2013.

3.1.9 Ato autorizativo

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior. Portaria nº. 121, de 5 de julho de 2012. Diário Oficial da União. Brasília, Seção 1, p. 26, 6 jul. 2012.

3.1.10 Renovação de reconhecimento

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior. Portaria nº. 211, de 25 de junho de 2020. Diário Oficial da União. Brasília, Seção 1, p. 118, 7 jul. 2020.

3.2 Marco legal

Na elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Direito da Universidade Federal de Lavras foi levado em conta, especialmente:

- Lei nº 9394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Resolução CNE/CES nº 5/2018, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2021, que instituem as diretrizes curriculares nacionais do Curso de graduação em direito;
- Resolução CNE/CES nº 7/2018, que estabelece as diretrizes para a curricularização da extensão nos Cursos de graduação;
- Resolução CNE/CES nº 2/2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos Cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
- Resolução CNE/CP nº 1/2004 e Parecer CNE/CP nº 3/2004, que tratam das diretrizes nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena;
- Resolução CNE/CP nº 1/2012 e Parecer CNE/CP nº 8/2012, que tratam das diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos;
- Resolução CONAES nº 1/2010, que trata do núcleo docente estruturante;
- Lei nº 9.795/1999 e Decreto nº 4.281/2002, que tratam da política nacional de educação ambiental;
- Lei nº 10.436/2002 e Decreto nº 5.626/2005, que tratam do reconhecimento da língua brasileira de sinais como meio legal de comunicação e expressão e dispõem sobre a oferta de disciplina de libras nos Cursos de graduação e de licenciatura;
- Lei nº 13.146/2015, que trata da inclusão da pessoa com deficiência;

- Resolução CEPE/UFLA nº 473/2018, que dispõe sobre o regulamento dos Cursos de graduação da Universidade Federal de Lavras;
- Resolução CEPE/UFLA nº 15/2022, que dispõe sobre a integração de atividades de extensão na matriz curricular dos Cursos de graduação da Universidade Federal de Lavras;
- Resolução CIGOV/UFLA nº 1/2022, que dispõe sobre diretrizes para o acompanhamento de egressos dos Cursos de graduação da Universidade Federal de Lavras;
- Resolução CUNI nº 28/2021, que regulamenta o regime disciplinar do corpo discente da Universidade Federal de Lavras; e
- Resolução CEPE/UFLA nº 448/2016, que dispõe sobre o programa de apoio a discentes com necessidades educacionais especiais.

3.3 Contexto Educacional

Ciente de que as exigências para funcionamento de um Curso de Direito têm suas peculiaridades e necessidades específicas, a Universidade Federal de Lavras investiu na melhoria de sua infraestrutura, bem como na ampliação e na qualificação do seu corpo docente e técnico-administrativo para responder a tais particularidades. O êxito de seus esforços foi reconhecido no processo de autorização pelo Ministério da Educação, atribuindo-lhe a nota máxima - Conceito 5. Tal percepção foi corroborada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que se manifestou no mesmo sentido.

Dessa forma, o Curso de Direito pôde responder a uma demanda existente no sul de Minas Gerais. Localizada na cidade de Lavras, a Universidade Federal de Lavras encontra-se no entroncamento dos três principais grandes centros do país, por rodovias asfaltadas e de boa qualidade: 230 km de Belo Horizonte, 370 km de São Paulo e 420 km do Rio de Janeiro. A cidade possui uma população estimada pelo IBGE de 105.756 habitantes, com particular relevância regional, em razão de seus indicadores econômicos e sociais. Nesse sentido, “a produção agropecuária se destaca especialmente pelo café e pelo gado leiteiro, apesar de ali constarem diversas culturas agrícolas. O setor industrial se encontra em franco desenvolvimento, graças às condições favoráveis de que a cidade dispõe. Os setores têxtil, agroindustrial e metalúrgico são os principais ramos industriais de Lavras. A cidade, como polo regional, possui um comércio bastante ativo e diversificado.” (IBGE, 2015).

Um dos pontos fortes da cidade de Lavras é o expressivo nível educacional da sua população. A taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade é de 98,6% (IBGE, 2022). Lavras conta com 38 estabelecimentos de ensino fundamental e 17 estabelecimentos de ensino médio (IBGE, 2022). Tanto a rede pública, quanto a

particular abrangem desde a educação infantil até o pós-doutorado, oferecendo Cursos técnicos e de nível superior.

Foi nesse contexto que o Curso de Direito da UFLA foi constituído, sendo o único da região oferecido por universidade pública. Ele atende, diretamente, uma população estimada de 198.219 (cento e noventa e oito mil duzentos e dezenove) habitantes em uma abrangência de 50 (cinquenta) quilômetros, nos termos do art. 7º, § 1º, da Instrução Normativa nº 01/2008, da Ordem dos Advogados do Brasil. Adotando-se como referência o estudo do IBGE de 2010 sobre Regiões de Influência das Cidades, existem 14 (quatorze) cidades diretamente ligadas a Lavras, como Centro Regional, em um raio de 70 (setenta) quilômetros. Nesse cenário, o número de habitantes beneficiados pelo Curso de Direito amplia-se para 235.690 (duzentos e trinta e cinco mil seiscentos e noventa) habitantes. Nesse sentido, a Ordem dos Advogados do Brasil, em seu parecer favorável para autorização do Curso, exaltou a conformidade do contexto regional com o estabelecido na Instrução Normativa nº 01/2008, não só no que tange aos dados demográficos, mas igualmente em relação à estrutura e à composição dos órgãos da administração da Justiça e Segurança.

Não obstante, os números apresentados, embora expressivos, estão aquém da realidade se considerada a efetiva abrangência da influência da UFLA. A concorrência para ingresso no Curso de Direito retrata esta perspectiva, figurando sempre entre aqueles com o maior número de candidatos na instituição. Ademais, a origem dos alunos regulares do Curso de Direito, até o 2º semestre de 2021, remetem a 175 municípios distintos, incluindo cidades de Minas Gerais (480 estudantes), São Paulo (39 estudantes), Rio de Janeiro (4 estudantes), Espírito Santo (3 estudantes), Goiás (2 estudantes), Amazonas (2 estudantes), Mato Grosso (2 estudantes), Alagoas (2 estudantes), Maranhão (1 estudante), Tocantins (1 estudante), Bahia (1 estudante), Distrito Federal (1 estudante) e Pará (1 estudante).

Tamanha abrangência é, em parte, consequência da preocupação do Curso de Direito da UFLA em possibilitar uma formação autônoma, flexível, sólida e multidisciplinar que permite a priorização de áreas de conhecimento na construção do currículo pleno, possibilitando múltiplos perfis profissionais, garantindo uma maior diversidade de carreiras e privilegiando, no perfil de seus formandos, as competências intelectuais que refletem a heterogeneidade das demandas sociais. Cabe ressaltar que o Curso de Direito apresenta uma estrutura curricular inovadora que alia teoria à prática e se caracteriza pela possibilidade de inserção especializada, profunda e multidisciplinar nas diferentes áreas temáticas do Direito, por meio de uma contundente proposta de flexibilização curricular que perpassa, por um lado, por um extensivo rol de disciplinas eletivas ofertadas pelo Departamento de Direito e demais departamentos da Instituição - observadas, no entanto, sempre, as diretrizes curriculares estabelecidas pela legislação em vigor; por outro lado, tem-se uma

prática jurídica ampla e plural, pertinente à diversidade e complexidade das atividades possíveis ao bacharel em Direito. Nesse sentido, ao concluir sua formação flexível, o bacharel estará apto a escolher entre as diversas possibilidades profissionais, tais como advocacia geral, magistratura, ministério público, defensoria pública, procuradorias de instituições públicas, privadas e de terceiro setor, consultoria jurídica, carreiras diplomáticas, entre tantas, em âmbito nacional e internacional.

O Curso de Direito da UFLA tem investido em estratégias que se articulam com a demanda existente na região, nesta seara, de profissionais qualificados. No que tange aos órgãos públicos diretamente relacionados, têm-se, em Lavras, vara da Justiça Federal, duas Varas Cíveis e duas Varas Criminais da Justiça Estadual, além de Central de Conciliação, Juizado Especial, Defensoria Pública, Ministério Público Estadual e Serviços Notariais e Registros diversos (totalizando nove cartórios somente entre os municípios pertencentes à comarca de Lavras), entre outros. Na esfera privada, observa-se a expansão das sociedades de advogados.

O Curso de Direito insere-se, portanto, em um contexto educacional caracterizado pela garantia das condições estruturais asseguradas pela instituição; pelo peculiar contexto regional que evidencia a demanda e a pertinência do Curso; pelo histórico de excelência da UFLA, no ensino, pesquisa e extensão; pela eficiente implementação de sua proposta inovadora, por meio de estratégias consistentes, não apenas com as legislações vigentes sobre o ensino do Direito, mas com as tendências atuais de formação consciente dos profissionais jurídicos; e pela concepção de um Curso diferenciado e vanguardista que assegura uma sólida formação geral, humanística e axiológica, aliada a uma postura reflexiva e à visão crítica que fomenta a capacidade e a aptidão do discente para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania.

3.4 Política institucional para o Ensino na Graduação

Os princípios pedagógicos adotados na UFLA se articulam com uma concepção de universidade “aberta”, “onde o conjunto de saberes científicos e culturais se articulam entre si com a perspectiva de inovar na solução dos problemas e necessidades que se apresentam como desafios aos pesquisadores e docentes desta instituição. Embora se considere a existência de um universo de conhecimentos científicos e culturais já constituídos, e que é função da universidade fazer a socialização deste patrimônio cultural, há também a produção de novos saberes e soluções para os problemas enfrentados pela sociedade”.

Nessa direção, a Instituição, de modo especial, por meio da Pró-Reitoria de Graduação e das Unidades Acadêmicas, tem buscado pautar suas ações conceitualmente e pedagogicamente em uma política

fundamentada na promoção de práticas para a garantia da excelência das atividades de ensino. Nesse sentido, tem-se investido:

- na articulação entre ensino de graduação/pós-graduação e entre ensino/pesquisa/ extensão, entre universidade/sociedade,
- na implementação de projetos relacionados ao ensino,
- na iniciação profissional para ampliação das oportunidades formativas,
- na discussão sobre as demandas de reestruturação curricular,
- na flexibilização dos currículos,
- na ampliação/no aperfeiçoamento de recursos/ferramentas tecnológicos para a implementação de metodologias ativas em todas os componentes curriculares,
- nos investimentos específicos para a assistência estudantil para estudantes com dificuldades de aprendizagem,
- na busca de inserção de práticas de avaliação dos processos formativos,
- na capacitação continuada de professores e gestores, no apoio para a realização de atividades extracurriculares,
- na viabilização de projetos que valorizem a interdisciplinaridade e a transversalidade, na busca de intercâmbios para a diversificação das experiências de formação,
- na ampliação do acervo bibliográfico,
- na realização de fóruns de graduação para que as ações institucionais e pedagógicas sejam constantemente analisadas e revisitadas,
- no atendimento às diretrizes legais para uma formação cidadã, por meio de componentes curriculares que contemplem a questão da sustentabilidade, da diversidade cultural, dos direitos humanos e de inclusão social,
- na discussão sobre inovação das práticas de ensino em que sejam consideradas as dimensões ética, estética e política em todas as práticas e atividades acadêmicas.

Dessa forma, os princípios pedagógicos norteiam-se pela autonomia dos estudantes e pela indissociabilidade entre a formação específica e a formação cidadã, de modo que as experiências acadêmicas, culturais, sociais, políticas e técnicas vivenciadas pelo estudante, na universidade, se constituam em um ambiente de formação para que ele seja, como cidadão, agente e sujeito de criação de uma sociedade mais justa e democrática.

3.5 Política de Pesquisa

A pesquisa e a inovação tecnológica na UFLA se consubstanciam a partir da concepção de que a produção e a socialização de conhecimento é um princípio basilar de toda universidade. Nesse sentido, a Instituição, de modo especial, por meio da Pró-reitoria de Pesquisa, em conjunto com várias entidades, agências de fomento e de órgãos setoriais, tem se pautado na busca de ações que visam a garantir a excelência na produção acadêmica, criação de produtos, na prestação de serviços, etc. Desse modo, além do incentivo para a ampliação das ações de pesquisa, há uma preocupação em relação à qualificação das produções. Para tal, inúmeros esforços têm sido empreendidos para:

- a criação/ampliação/manutenção de laboratórios estruturados e de fazendas experimentais,
- a regularidade de abertura de editais para a seleção de projetos de pesquisa e de submissão de textos acadêmicos para publicação,
- a reorganização dos grupos de pesquisa vinculados aos núcleos de estudo dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação da UFLA,
- a institucionalização do programa de apoio à publicação científica em periódicos portadores de fator de impacto,
- a celebração de convênios nacionais e internacionais para o avanço social, científico e tecnológico,
- a realização e/ou participação de/em eventos científicos,
- a informatização dos processos de gestão de projetos,
- a articulação com a Educação Básica, por meio de projetos juniores,
- o registro de patentes e contratos de transferência de tecnologias,
- a captação de recursos para fomento e bolsas de pesquisa,
- a implementação de projetos de iniciação científica para graduandos, financiados e voluntários,
- a capacitação de orientadores e de bolsistas para a melhoria dos processos de pesquisa e dos textos produzidos,
- o fortalecimento de programas de intercâmbio científico e dos acordos internacionais para a formação de pessoas e o desenvolvimento tecnológico,
- o incentivo ao aumento do fluxo de estudantes/pesquisadores com instituições internacionais, com vistas a troca de conhecimentos,
- a geração de conhecimentos e a transferência de tecnologias, atendendo às demandas socioeconômicas local, regional ou nacional.

A UFLA também possui uma Editora Universitária, a Editora UFLA, responsável pela gestão de conhecimentos científicos e vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa. Sua linha editorial engloba livros impressos e/ou em formatos eletrônicos, livretos, boletins, textos acadêmicos, além dos periódicos científicos, o que facilita o acesso da comunidade ao conhecimento científico produzido na instituição.

Nesse sentido, a política de pesquisa busca promover a integração e a interação de docentes, pesquisadores, discentes e técnico-administrativos, para a realização de pesquisa de forma colaborativa e multidisciplinar, e estimular a busca por parcerias com organizações públicas e privadas, nacionais ou internacionais, para o desenvolvimento científico e tecnológico e a promoção da inovação. Além desses aspectos, o empreendedorismo e a transferência de tecnologia devem representar o desfecho da atuação da universidade em ciência, tecnologia e inovação, para que a sociedade perceba os ganhos trazidos pelo conhecimento e o investimento nessa área.

No curso de Direito, é assegurado amplo incentivo à pesquisa desde o início do curso. No ano de 2021 havia 29 projetos cadastrados junto à PRP de iniciação científica, sendo 11 deles remunerados através de bolsa e 18 voluntários. Os projetos abarcam distintos temas essenciais para o desenvolvimento da pesquisa científica, como tráfico de seres humanos, liberdade religiosa, discricionariedade administrativa e os impactos da pandemia para o campo jurídico.¹ O corpo discente é estimulado a participar de eventos científicos e conferências, almejando a publicização da sua pesquisa e o diálogo científico. Um exemplo é o CIUFLA, realizado anualmente e com ampla participação dos discentes do curso de Direito. Outro exemplo é a realização das Jornadas Jurídicas, evento anual organizado pelo corpo discente sob coordenação de um docente. As Jornadas foram realizadas em 2017, 2018 e 2020.

O curso de direito conta ainda com 16 núcleos de estudos ativos nas mais diversas áreas do conhecimento. Os núcleos de estudos são atividades extracurriculares de aprofundamento no estudo de determinada área, em que se promove o debate científico em torno de algum tema. Todos os núcleos são coordenados por docentes do departamento de direito. A importância dos núcleos de estudos é pujante para o curso de direito, já que em 2021 21% do corpo discente participava de pelo menos um núcleo de estudo.

Entre os anos de 2020 e 2021, a UFLA contou com o projeto de extensão “Pesquisa jurídica pra que(m)?”, que almejava compreender o perfil do corpo discente pesquisador e ainda estimular a iniciação

¹ Uma lista completa dos projetos pode ser consultado em: <https://sigaa.ufla.br/sigaa/public/pesquisa/consulta_bolsistas.jsf>. Acesso em 12 de julho de 2022.

científica no curso de direito. O principal resultado do projeto foi a realização do “Seminário de Metodologia em Pesquisa Jurídica”, que contou com palestras quinzenais ministradas por renomados pesquisadores e renomadas pesquisadoras em diversas áreas do conhecimento. As palestras estão disponíveis online no Youtube, com uma média de 90 espectadores por vídeo.

3.6 Política de extensão e cultura

A Política Nacional de Extensão Universitária é materializada, na UFLA, por meio dos mais variados programas, projetos e ações. A Universidade Federal de Lavras, como uma instituição que produz conhecimento, formando profissionais e cidadãos nas áreas de ciências agrárias, de ciências naturais, de ciências exatas, de ciências tecnológicas (engenharias), de ciências da saúde, de ciências humanas e de ciências sociais aplicadas, na área de Linguística/Literatura, possui grande potencial a oferecer em projetos de extensão, no âmbito da cooperação nacional e internacional. A UFLA conta, no campo da extensão universitária, com cerca de 170 núcleos de estudos, 14 empresas juniores, Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (Incubacoop), Incubadora Tecnológica de Empresas (Inbatec) e um Parque Tecnológico (Lavrastec), envolvendo servidores docentes e técnico-administrativos e discentes.

Nesse sentido, a Instituição, de modo especial, por meio da Pró-reitoria de Extensão e Cultura, em conjunto com várias entidades, agências de fomento e de órgãos setoriais, tem se pautado na busca de ações que visam a garantir a excelência nas interações com a comunidade e na socialização dos conhecimentos produzidos, na prestação de serviços etc. Para tal, inúmeras ações têm sido fomentadas e implementadas, entre as quais se destacam:

- projeto UFLA de Portas Abertas, que trata da apresentação dos cursos e das profissões da UFLA para estudantes de ensino médio da região,
- reorganização do estágio, obrigatório e não obrigatório, nacional e internacional,
- implementação de ações relacionadas à Atividade Vivencial na UFLA, que se trata de acompanhamento das atividades de campo, laboratórios, Hospital Veterinário, dentre outras, que os estudantes não vinculados aos programas de iniciação científica podem desenvolver,

- projetos e eventos relacionados à valorização da diversidade cultural, com vistas à promoção de interações culturais e artísticas entre membros da comunidade acadêmica e local,
- investimento em obras, como o Centro de Cultura que é utilizado para apresentação de espetáculos de música erudita, dança, circo e teatro, bem como para exposições fotográficas, cinematográficas e de artes plásticas,
- manutenção de programas de rádio e TV, visando mostrar os agentes culturais, bem como estimular e alavancar iniciativas da comunidade artística local, divulgando-as, de forma ampla e abrangente, em toda a região de influência da UFLA,
- democratização das atividades e dos conhecimentos acadêmicos,
- formulação de programas articulados de extensão e pesquisa,
- manutenção de espaços museológicos: o Museu Bi Moreira (MBM/UFLA) e o Museu de História Natural (MHN-UFLA), destinados à preservação, pesquisa e comunicação do patrimônio cultural e científico local,
- investimento na idealização e construção do Parque Tecnológico e Incubadora de Empresas de Base Tecnológica com vistas a elaboração de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico,
- incentivo à promoção de eventos científicos e/ou profissionais, eventos culturais e cursos em diferentes áreas do conhecimento, ofertados para públicos diversos,
- realização de projetos voltados à prática de esportes e incentivo à participação em competições,
- sistematização das ações extensionistas promovidas pela UFLA, por meio de eventos como UFLA faz Extensão, Congresso de Extensão (CONEX) etc.

A extensão precisa, assim, favorecer a troca de informações e promover a aliança com os diferentes setores da sociedade, sem pré-direcionamentos ideológicos, a fim de difundir conhecimentos orientados ao bem comum de toda a sociedade. Nessa direção, ela também deve favorecer a interprofissionalidade e o aprendizado com atuação prática, de modo a garantir tanto a promoção dos conhecimentos requeridos por sua formação, quanto o desenvolvimento de uma consciência cidadã, capaz de respeitar e de agir conjunta e democraticamente com os diversos setores sociais. Deve fomentar a flexibilização do currículo escolar, de modo a ampliá-lo e, ao mesmo tempo, permitir a

superação de suas eventuais lacunas ou limitações, contribuindo para a formação cidadã, comprometida com a prática da democracia, primando, ainda, pela busca de uma sociedade com justiça social.

No curso de Direito, são múltiplos os exemplos que demonstram o comprometimento do departamento com a extensão universitária. O projeto “Nos Lares, nós lares” foca no trabalho doméstico, almejando evidenciar elementos discriminatórios e conscientizar sobre os direitos das trabalhadoras domésticas. O projeto “Apoio ao desenvolvimento de políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher” busca fortalecer o combate à violência doméstica através de parceria com o Centro Integrado de Mulheres de Lavras, identificando e fortalecendo a rede de enfrentamento à violência de gênero. Em sentido semelhante, a “Clínica Jurídica de Direitos Humanos” oferece consultoria jurídica gratuita para mulheres em situação de vulnerabilidade junto ao Centro Integrado de Mulheres. Já o projeto “A Produção de Território e Espaços Negros no Quilombo Urbano São Benedito em Lavras-Mg” oferece apoio ao Quilombo São Benedito no reconhecimento e valorização de suas práticas culturais. Por fim, o projeto “Precisamos falar sobre assédio sexual infantil” busca a conscientização sobre abuso sexual na infância, combatendo os abusos e estimulando a denúncia de casos.

3.7 Objetivos

O Curso de Direito da UFLA pretende formar cidadãos autônomos, socialmente responsáveis, com visão perspectiva da realidade, capazes cientificamente, dotados de posicionamento crítico e sensíveis para as humanidades, a fim de se inserirem em setores profissionais, aptos a tomar decisões em um mundo diversificado e interdependente, participantes do desenvolvimento da sociedade brasileira e cômicos de seu papel de agentes transformadores da realidade.

Entre os seus objetivos específicos, destacam-se:

- estimular o debate crítico dos problemas do mundo presente, em particular, os regionais e prestar serviços jurídicos especializados à comunidade;
- incentivar a pesquisa, visando ao desenvolvimento da ciência jurídica, propiciando melhor entendimento do homem e do meio em que este vive;
- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento profissional e cultural, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos na vida hodierna;
- preparar profissionais para a compreensão política, social e econômica dos valores da sociedade, a fim de municiá-los para o enfrentamento dos desafios constantes nos processos de transformação social;

- incentivar atuação profissional de forma ética e empenhada socialmente no atendimento às comunidades menos favorecidas economicamente, em sintonia com uma nova ordem social democrática, solidária, comunitária, justa e participativa;
- desenvolver habilidades e proficiência na elaboração de trabalhos técnicos científicos, como forma especial de organizar o trabalho intelectual, associado à solução de problemas ou questões de relevância jurídica e social;
- incentivar a busca pelo desenvolvimento da ciência jurídica, a crítica e novas formas de consolidação do Direito, mediante o maior conhecimento do ser humano, estudo analítico e crítico das legislações e das inovações jurídicas fundamentais para um novo tempo, tendo em vista formar um cientista do Direito completo;
- proporcionar o embasamento normativo dogmático, com vistas à instrumentalização para as carreiras jurídicas; e
- propiciar a formação de cidadãos emancipados, conscientes e responsáveis por suas decisões e de seu papel de agente transformador da sociedade.

3.8 Perfil do egresso

De acordo com o art. 3º da Resolução CNE/CES nº. 05/2018, o Curso de Direito deve “assegurar, no perfil do graduando, sólida formação geral, humanística, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além do domínio das formas consensuais de composição de conflitos, aliado a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem, autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito, à prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania”.

Levando em conta o disposto no art. 4º da Resolução CNE/CES nº. 05/2018, o egresso do Curso de Direito da UFLA deverá contar habilidades e competências para:

- interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;
- demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

- demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;
- dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;
- adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;
- desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;
- compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;
- aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;
- compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;
- possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;
- desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar;
- apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

Na UFLA, o acompanhamento dos egressos é realizado por meio de ações da Coordenadoria de Avaliação do Ensino e Acompanhamento do Egresso, órgão vinculado à Diretoria de Avaliação e Desenvolvimento do Ensino (DADE).

3.9 Estrutura curricular

3.9.1 Composição da carga horária

Na tabela a seguir, apresentam-se os componentes da estrutura curricular do Curso de Direito da UFLA, que perfazem a carga horária de 3.705 horas.

Tabela 2 - Composição da carga horária (hora-relógio) do Curso de Direito

Disciplinas Teóricas Obrigatórias	2606,67 horas
-----------------------------------	---------------

Disciplinas Teóricas Eletivas	226,67 horas
Prática jurídica	255 horas
Atividades Complementares	104 horas
Atividades Extensionistas	371 horas
Trabalho de Conclusão do Curso	142 horas

3.9.2 Conteúdo e organização curricular

Em consonância com o art. 5º da Resolução MEC/CNE/CES nº. 05/2018, os componentes encontram-se distribuídos em três eixos interligados de formação: (i) formação geral; (ii) formação técnico-jurídica; e (iii) formação prático profissional.

No eixo de formação geral, integra-se o estudante no campo da experiência jurídica, estabelecendo suas relações com outras áreas do saber, com forte preocupação reflexiva e humanista. Este eixo possui 12 disciplinas teóricas obrigatórias que contemplam conteúdos sobre Filosofia, Sociologia e Antropologia, Ciência Política e Teoria do Estado, Teoria do Direito, Leitura e Produção de Textos, Metodologia Científica, Economia, Ética e Psicologia. Incluem-se, ainda, 47 disciplinas teóricas eletivas oferecidas pelo Departamento de Administração e Economia, Departamento de Ciências Humanas, Departamento de Educação, Departamento de Ciências Exatas e Departamento de Ciências Florestais, que podem ser cursadas pelo estudante para fins de integralização da matriz curricular. Trata-se de medida que estimula e contribui para a realização da interdisciplinaridade.

No eixo de formação técnico-jurídica, explora-se as especificidades dos diversos setores do fenômeno jurídico, por meio de abordagem crítico-dogmática, sem se descuidar da dimensão sistemática, procurando incentivar o estudante a conhecer, interpretar e aplicar as normas jurídicas com rigorosidade metódica, não deixando de levar em conta os dinâmicos fatores sociais, econômicos, políticos e culturais que caracterizam a realidade brasileira. Este eixo possui 38 disciplinas teóricas que abordam conteúdos essenciais sobre Direito Administrativo, Direito Ambiental, Direito Civil, Direito Constitucional, Direito do Consumidor, Direito Empresarial, Direito Internacional, Direito Processual Civil, Direito e Processo do Trabalho, Direito e Processo Penal, Direito Tributário, Direito Digital e Direito Previdenciário.

Incluem-se, ainda, 84 disciplinas teóricas eletivas que abordam, por exemplo, conteúdos específicos sobre Direito Constitucional e Federalismo, Direito Eleitoral, Controle de Constitucionalidade, Direitos Fundamentais, Direito Econômico, Criminologia, Teoria do Garantismo Penal, Direito Penal do Meio Ambiente,

Direito Penal Econômico, Recursos e Ações de Impugnação no Processo Penal, Aplicação da Pena e Execução Penal, Emergencialismo Penal, Política Criminal de Drogas, Direito das Organizações Internacionais, Direito Internacional do Desenvolvimento Sustentável, Direito Internacional do Meio Ambiente, Direito Internacional dos Direitos Humanos, Direito Agrário, Direito Agroalimentar, Tutela Jurídica dos Povos Tradicionais, Processo Administrativo, Direito Regulatório, Parcerias na Administração Pública, Responsabilidade Civil do Estado, Direito Coletivo do Trabalho, Direito Tributário do Meio Ambiente, Direito Financeiro, Justiça Tributária, Planejamento Tributário, Bioética Clínica, Bioética Experimental, Direito Médico, Contratos Cíveis e Empresariais, Responsabilidade Civil, Direitos da Personalidade, Direito Urbanístico, Direito da Criança e do Adolescente, Fundamentos Constitucionais do Direito Civil, Processo Constitucional, Processo Coletivo, Processo Societário, Críticas da Jurisdição, Teoria da Prova, Liberalismo Contemporâneo na Teoria da Justiça, Abordagens Críticas de Teoria da Justiça, Positivismo jurídico e a crítica de Ronald Dworkin, Teorias Contemporâneas do Direito, História do Direito, Fundamentos Teóricos de Sociologia do Direito, Sociologia do Direito no Brasil. Para fins de integralização curricular, o estudante deverá cursar entre 4 e 8 destas disciplinas.

As disciplinas eletivas conferem flexibilidade na composição do currículo, estimulando a autonomia e responsabilidade do estudante na determinação de seu percurso acadêmico-profissional. De acordo com as vocações e demandas sociais e de mercado de trabalho, o estudante encontra oportunidade para se especializar em determinada área temática, além de estabelecer contato com professores e estudantes de outras áreas do conhecimento, desenvolvendo a postura aberta ao diálogo, senso crítico e olhar interdisciplinar.

As disciplinas eletivas estão distribuídas em dois grupos. No Grupo A, as disciplinas estão sob responsabilidade do Departamento de Direito e são oferecidas em turmas com 30 vagas, de modo a se permitir uma maior integração entre professores e estudantes, no estudo verticalizado do conteúdo programático. No Grupo B, as disciplinas estão sob responsabilidade de outros Departamentos da UFLA.

Tabela 3 - Eletivas que pertencem ao Grupo A

Código	Título	Pré-requisito	Correquisito
GDI104	Criminologia	-	-
GDI119	História do Direito	-	-
GDI133	Direito Agrário	-	-
GDI152	Direito Constitucional e Federalismo	GDI105	-
GDI155	Análise Econômica do Direito	-	-
GDI159	Direito, Estado e Marxismo	-	-
GDI171	Processo Constitucional	-	-
GDI172	Bioética Experimental	-	-

GDI173	Direito Internacional do Meio Ambiente	-	-
GDI179	Direito Agroalimentar	-	-
GDI181	Direito Urbanístico	GDI108	-
GDI182	Críticas da Jurisdição	GDI120	-
GDI183	Teoria do Garantismo Penal	-	-
GDI184	Direitos Fundamentais	-	-
GDI185	Direito Coletivo do Trabalho	GDI126	-
GDI186	Justiça Tributária	-	-
GDI187	Direito Econômico	GDI105	-
GDI190	Fundamentos Constitucionais do Direito Civil	-	-
GDI191	Direito Financeiro	GDI108	-
GDI193	Direito Regulatório	-	-
GDI194	Bioética Clínica	-	-
GDI195	Contratos Cíveis e Empresariais	GDI117	-
GDI196	Controle de Constitucionalidade	GDI105	-
GDI197	Direito da Criança e do Adolescente	-	-
GDI198	Direito da Integração e Direito Comunitário	GDI138	-
GDI199	Direito das Organizações Internacionais	GDI138	-
GDI200	Direito Eleitoral	GDI105	-
GDI201	Direito Internacional dos Direitos Humanos	-	-
GDI202	Direito Internacional do Desenvolvimento Sustentável	-	-
GDI203	Parcerias na Administração Pública	GDI129	-
GDI204	Direito Penal Econômico	GDI112	-
GDI205	Direito Penal do Meio Ambiente	GDI112	-
GDI206	Responsabilidade Civil do Estado	-	-
GDI207	Direito da Personalidade	-	-
GDI208	Planejamento Tributário	GDI137	-
GDI210	Processo Administrativo	GDI129	-
GDI211	Processo Coletivo	GDI124	-
GDI212	Responsabilidade Civil	-	-
GDI213	Recursos e Ações de Impugnação no Processo Penal	GDI130	-
GDI214	Aplicação da Pena e Execução Penal	GDI112	-
GDI215	Emergencialismo Penal	GDI109	-
GDI216	Política Criminal de Drogas	-	-
GDI217	Tutela Jurídica dos Povos Tradicionais	-	-
GDI218	Direito Médico	-	-
GDI219	Teoria da Prova	GDI120	-
GDI220	Abordagens Críticas de Teoria da Justiça	-	-
GDI221	Fundamentos Teóricos de Sociologia do Direito	-	-
GDI222	Sociologia do Direito no Brasil	-	-
GDI223	Positivismo Jurídico e a crítica de Ronald Dworkin	-	-
GDI224	Teorias Contemporâneas do Direito	-	-
GDI225	Liberalismo Contemporâneo na Teoria da Justiça	-	-

GDI226	História do Direito do Trabalho	-	-
GDI227	Teoria Geral do Processo do Trabalho	GDI120 GDI126	-
GDI228	Teoria da Constituição e seus Debates Contemporâneos	-	-
GDI229	Autonomia e Vulnerabilidade no Contexto Bioético	GDI106	-
GDI230	Atualidades em Processo Civil	GDI120 GDI124	-
GDI231	Processo Penal e Democracia	-	-
GDI232	Bioética vai ao cinema	-	-
GDI233	Direito Processual Eleitoral	-	-
GDI234	Direito e Literatura	-	-
GDI235	Recursos e execução no Processo do Trabalho	GDI132	-
GDI236	Leituras do Direito Civil	-	-
GDI238	Ensino do Direito	-	-
GDI240	Direito dos Valores Mobiliários e Mercado de Capitais	GDI113	-
GDI241	Direito Empresarial e Tecnologia	GDI113	-
GDI242	Direito Minerário	-	-
GDI245	Estudos Avançados em Sociedade Anônima	GDI113	-
GDI246	Governança Corporativa e Compliance	GDI113	-
GDI247	Mediação e Arbitragem Empresarial	GDI113	-
GDI249	Advocacia Criminal em Direitos Humanos	-	-
GDI250	Fundamentos do Penalismo Democrático	-	-
GDI252	Processo Penal Cautelar	GDI120	-
GDI253	Tópicos Avançados em Direito e Processo do Trabalho	GDI126 GDI128	-
GDI256	Desenvolvimento Sustentável	GDI108	-
LIR1727	Direito Internacional e Desenvolvimento Sustentável	-	-
LIR1827	Proteção Jurídica a Minorias e Povos Indígenas no Brasil	-	-
LIR1927	Casos e Controvérsias de Liberdades Cívicas	-	-
LIR2027	Sistema Interamericano de Direitos Humanos	-	-
	Tensões entre constitucionalismo e democracia	-	-
	Direito Ambiental e Economia	-	-
	Mudanças climáticas e Direito	-	-
	Direito das startups	GDI113	-
	Propriedade Industrial	GDI113	-

Tabela 4 - Eletivas que pertencem ao Grupo B

Código	Título	Pré-requisito	Correquisito
GAE102	Contabilidade Geral	-	-

GAE119	Gestão Tributária	-	-
GAE131	Administração e Meio Ambiente	-	-
GAE132	Comércio Exterior	-	-
GAE137	Fundamentos de Extensão	-	-
GAE154	Gestão de Organizações do Terceiro Setor	-	-
GAE162	Gestão Socioambiental	-	-
GAE170	Investimentos Financeiros	-	-
GAE225	Gestão e Desenvolvimento de Pessoas no Setor Público	-	-
GAE239	Gestão e Responsabilidade Social	-	-
GAE309	Mercado de Capitais	-	-
GAM107	Introdução ao Controle Ambiental	-	-
GAP101	Contabilidade Geral	-	-
GAP105	Redes de Cooperação	-	-
GAP108	Teoria das Finanças Públicas	-	-
GAP110	Relações Internacionais	-	-
GAP111	Políticas Públicas no Brasil	-	-
GAP112	Administração Pública I	-	-
GAP114	Contabilidade Pública	GAP101	-
GAP115	Economia Brasileira Contemporânea	GAE247	-
GAP118	Orçamento Público	-	-
GAP121	Licitação, Contrato e Convênios	-	-
GCH123	Filosofia da linguagem	-	GMM102
GAP124	Estado e Políticas Públicas	GAP111	-
GAP125	Políticas Públicas e Desenvolvimento	GAP124	-
GAP126	Modelos de Análise de Políticas Públicas	GAP125	-
GCH113	História da Lógica	-	-
GCH116	História da Filosofia Moderna I	-	-
GCH118	Ética I	-	-
GCH119	Filosofia Política I	-	-
GCH120	História da Filosofia Moderna II	GCH116	-
GCH121	História da Filosofia Contemporânea I	-	-
GCH122	Ética II	GCH118	-
GCH124	Filosofia Política II	GCH119	-
GCH125	História da Filosofia Contemporânea II	GCH121	-
GDE124	Língua Brasileira de Sinais (libras)	-	-
GDE208	Cultura Indígena e Afrobrasileira	-	-
GEF124	Política e Legislação Florestal	-	-
GEL122	Introdução à Análise do DisCurso	GEL127	-
GEL127	Introdução aos Estudos Linguísticos	-	-
GEL148	Semântica e Pragmática	GEL127	-
GEL178	Habilidades em Língua Inglesa I	-	-
GEL179	Habilidades em Língua Inglesa II	GEL178	-

GEL231	Língua Inglesa em Contexto Acadêmico para Proficiência QCE A2	-	-
GGA107	Comportamento Humano nas Organizações	-	-
GGA112	Relações de Trabalho e Negociação Coletiva	-	-
GMM103	Introdução à Lógica	-	-
PRG005	Atividade Acadêmica Internacional	-	-

O estudante deverá obter 16 horas-aula em disciplinas eletivas, sendo cumprido, no mínimo, metade em disciplinas que integram o Grupo A.

No objetivo de preparar o estudante para atuar diretamente com a comunidade externa e em suas próprias realidades, o Curso tem na sua matriz a disciplina metodologia de práticas extensionistas com base na perspectiva jurídica. Além dessa disciplina, o estudante deverá cursar 371 horas de Componentes Complementares de Extensão (ACE), as quais são realizadas por meio de programas, projetos, cursos, oficinas e eventos de extensão.

No eixo de formação prático profissional, objetiva-se a integração entre a experiência da atuação profissional e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais eixos, especialmente por meio de atividades relacionadas com a prática jurídica, o trabalho de conclusão de Curso e atividades complementares, valorizando-se também a aproximação do estudante aos problemas e demandas sociais a partir das atividades de extensão.

A Prática Jurídica foi concebida, em especial, a partir das seguintes diretrizes: reconhecimento da autonomia e responsabilidade do estudante na determinação de seu itinerário prático-profissional; flexibilidade de atividades práticas e diversidade de áreas do conhecimento jurídico abrangidas, não se restringindo ao domínio da advocacia contenciosa; envolvimento de todos os professores com formação jurídica atuantes no Curso, como importante expediente de ressignificação e integração de teoria e prática.

Compõem a Prática Jurídica: (i) Prática Jurídica Real, com 113 horas, e (ii) Oficinas de Prática Jurídica, com 142 horas. A descrição da prática Jurídica será explicada detalhadamente no tópico 2.7.

Tabela 5 - Oficinas de prática jurídica

Código	Título	Pré-requisito	Correquisito
EDI2702	Oficina de Consultoria Jurídico-legislativa	-	-
EDI2703	Oficina de Atuação Jurídica em Comitês de Ética	-	-
EDI2714	Oficina de Prática Gestão de Carreira, Produtividade e Felicidade	-	-
PRG1027	Oficina de Análise Jurisprudencial Crítica do Direito do Trabalho	GDI126	-

PRG1127	Oficina de Prática Jurídica em Direitos Humanos	GDI108	-
PRG1227	Oficina de Gestão de Risco Contratual e Elaboração de Contratos Atípicos	GDI117	-
PRG1327	Oficina de Prática Jurídica Ambiental	GDI124 GDI165	-
PRG1427	Oficina de Prática Jurídica em Direito de Família	GDI123 GDI124	-
PRG1627	Oficina de Prática Jurídica Trabalhista - Fase de Conhecimento	GDI126 GDI128	-
PRG1727	Oficina de Estudo de Casos de Direito Penal	GDI112	-
PRG1827	Oficina de Estudo de Casos de Liberdades Cíveis	GDI101 GDI108	-
PRG1927	Oficina de Processo Tributário	GDI137	-
PRG2027	Oficina de Argumentação Jurídica em Casos Paradigmáticos de Direitos Humanos	-	-
PRG2127	Oficina Sistema Internacional de Direitos Humanos	GDI138	-
PRG2227	Oficina Consultiva em Responsabilidade Civil	-	-
PRG2327	Oficina de Processo Civil Democrático	GDI127	-
PRG2627	Oficina de Atos Constitutivos Empresariais	-	-
PRG2727	Oficina de Metodologia de Ensino do Direito	-	GDI238
	Oficina de prática jurídica civil	-	-
	Oficina de prática jurídica penal	-	-
	Oficina de Prática Jurídica em Justiça Restaurativa	-	-
	Oficina em processo societário	GDI113	-
	Oficina de Legal Design e Visual Law	GDI127	-

O trabalho de conclusão de Curso tem o seu escopo ampliado, incluindo não apenas atividades de pesquisa, mas também atividades de extensão, levando em conta as vocações e as aspirações do estudante. Considerando a necessidade de se estimular a criatividade, a reflexividade e o engajamento dos estudantes na busca de soluções inovadoras para os diversos problemas sociais, determinou-se que a materialização documental do trabalho de conclusão de Curso poderá assumir a forma de: monografia ou artigo científico; projeto de lei e sua exposição de motivos; proposta de política pública e sua exposição de motivos; peça prático-profissional de elevada complexidade; relatório circunstanciado de atividade de extensão, acompanhado, se aplicável, de produto voltado à difusão de conhecimento jurídico, como documentário, encenação teatral e cartilha.

Com as atividades complementares, o estudante consegue enriquecer o conhecimento jurídico e humanista propiciado pelo Curso e se preparar para a escolha de sua área de atuação. Também é possível conhecer as exigências do mercado de trabalho e se aproximar das demandas sociais de sua comunidade. Por isso, optou-se por adotar um extenso rol de atividades complementares, que se organizam em cinco grupos: atividades de ensino; atividades de pesquisa e publicação; atividades de cultura e esporte; atividades de representação estudantil; atividades de inserção e capacitação profissional. Por meio das atividades complementares se estimula a interdisciplinaridade e a aproximação entre teoria e prática.

A concepção do Curso de Direito da UFLA não é resultado da soma formal de disciplinas, mas sim um instrumento de construção lógica e sistemática do conhecimento jurídico que se desenvolve de modo progressivo, acompanhado pelo necessário discernimento crítico acerca do mundo e da realidade na qual o estudante encontra-se inserido. Com efeito, na organização e na delimitação do conteúdo programático das disciplinas obrigatórias, buscaram-se incluir as temáticas básicas associadas a cada disciplina em questão, assim como as novidades temáticas encontradas na doutrina e na jurisprudência, levando em conta as possibilidades de aprendizagem significativa. Por sua vez, na delimitação do conteúdo programático das disciplinas eletivas, buscaram-se incluir as temáticas geralmente negligenciadas e novas temáticas encontradas na doutrina e na jurisprudência, nacional e estrangeira, sempre levando em conta as possibilidades de estudo verticalizado e de aprendizagem significativa.

Preferencialmente, o plano de ensino de todas as disciplinas obrigatórias e eletivas conta com a indicação de 8 referências bibliográficas, sendo 3 referências bibliográficas básicas e 5 referências bibliográficas complementares. Além disso, frequentemente, as referências bibliográficas indicadas nos planos de ensino das disciplinas obrigatórias e eletivas são revistas e atualizadas, de modo a permitir, inclusive, a ampliação do acervo da Biblioteca Universitária.

Em termos de carga horária das disciplinas teóricas obrigatórias, têm-se o seguinte: Humanidades, Linguística e Economia (374 h/a), Direito Administrativo (136 h/a), Direito Ambiental (68 h/a), Direito Constitucional (204 h/a), Direito Civil (476 h/a), Direito Processual Civil (340 h/a), Direito do Consumidor (34 h/a), Direito e Processo Penal (408 h/a), Direito e Processo do Trabalho (204 h/a), Direito Internacional (102 h/a), Direito Tributário (136 h/a), Direito Empresarial (204 h/a), Teoria do Direito (306 h/a), Direito Digital (34 h/a) e Direito Previdenciário (68 h/a). Levando em conta os objetivos do Curso e o perfil do egresso, reservou-se espaço na matriz curricular para as disciplinas teóricas eletivas, ofertadas pelo Departamento de Direito, Departamento de Administração e Economia, Departamento de Ciências Humanas, Departamento de

Educação, Departamento de Ciências Exatas e Departamento de Ciências Florestais, sem prejuízo de outros que oferecem conteúdos pertinentes ao processo formativo do corpo discente do Curso de Direito da UFLA.

Destaque-se que a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais é realizada de maneira transversal, sendo contemplada nos diversos componentes curriculares, levando em conta a concepção abrangente adotada - disciplinas obrigatórias e eletivas, trabalho de conclusão de Curso, atividades complementares e extensionistas, prática jurídica, assim como nas ações dos núcleos de estudo e de pesquisa criados no âmbito do Curso de Direito. A referida abordagem também é contemplada nas ações decorrentes dos variados projetos institucionais relativos às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais.

3.9.3 Matriz Curricular

Período	Código/Nome do CC	Carga horária (hora-aula)	Pré-requisito
1	GCH102 - Introdução à Filosofia	68	-
1	GCH225 - Introdução à Sociologia e à Antropologia	68	-
1	GCH238 - Ciência Política e Teoria do Estado	68	-
1	GDI101 - Introdução ao estudo do Direito	68	-
1	GEL104 - Leitura e produção de texto	68	-
2	Metodologia das Práticas extensionistas	34	-
2	GDI105 - Teoria da Constituição	68	GCH38
2	GDI106 - Direito Civil I	68	GDI101
2	GDI109 – Direito Penal I	68	GDI101
2	GDI175 - Metodologia da Pesquisa Jurídica	68	-
2	GAE247 - Economia Aplicada ao Direito	34	-
3	GCH228 - Psicologia aplicada ao Direito	68	-
3	GDI107 - Direito Civil II	68	GDI106
3	GDI108 - Direito Constitucional I	68	GDI105
3	GDI112 - Direito Penal II	68	GDI109
3	GDI120 - Teoria Geral do Processo	68	GDI101
3	GDI156 - Negociação, mediação e arbitragem	68	-
4	GDI111 - Direito Civil III	68	GDI107
4	GDI114 - Direito Constitucional II	68	GDI108
4	GDI118 - Direito Penal III	68	GDI109
4	GDI124 - Direito Processual Civil I	68	GDI120
4	GDI138 - Direito Internacional público	68	GCH238
5	GDI117 - Direito Civil IV	68	GDI111
5	GDI126 - Direito do Trabalho I	68	-
5	Direito Processual Civil II	68	GDI124
5	GDI157 - Ética profissional	34	-

5	GDI176 – Direito Penal IV	68	GDI109
6	GDI122 - Direito Processual Penal I	68	GDI120
6	GDI123 - Direito Civil V	68	GDI107
6	GDI128 - Direito do Trabalho II	68	GDI124
6	GDI129 - Direito Administrativo I	68	GDI114
6	GDI131 - Direito Processual Civil III	68	GDI124
7	GDI130 - Direito Processual Penal II	68	GDI122
7	GDI134 - Direito Administrativo II	68	GDI129
7	Direito Processual Civil IV	68	GDI124
7	GDI161 - Direito Civil VI	68	GDI123
7	GDI165 - Direito Ambiental	68	GDI114
8	GDI113 - Direito Empresarial I	68	-
8	GDI137 - Direito Tributário I	68	GDI108
8	GDI162 - Direito Civil VII	68	GDI107
8	PRG271 - Trabalho de Conclusão de Curso I	68	GDI175
8	GDI132 - Direito Processual do trabalho	68	-GDI126
9	GDI121 - Direito Empresarial II	68	GDI113
9	GDI141 - Direito Tributário II	68	GDI137
9	GDI163 - Filosofia do Direito	68	-
9	PRG272 - Trabalho de Conclusão de Curso II	68	PRG271
9	Direito Digital	34	GDI117
10	GDI116 - Direito do Consumidor	34	-
10	GDI142 - Direito Internacional Privado	34	GDI101
10	GDI143 - Hermenêutica jurídica	68	-
10	GDI177 - Direito Empresarial III	68	GDI113
10	PRG727 - Trabalho de Conclusão de Curso III	34	PRG272 (correquisito)
10	Direito Previdenciário	68	GDI114 GDI128

3.10 Considerações adicionais sobre os componentes curriculares

3.10.1 Prática jurídica

3.10.1.1 Regulamentação

A prática jurídica está regulamentada pela Resolução CGD/UFLA nº 04/2022.

3.10.2 Breve descrição

De acordo com o art. 6º da Resolução MEC/CNE/CES nº. 05/2018, a prática jurídica é componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando.

A prática jurídica do Curso de Direito da UFLA foi concebida a partir das seguintes diretrizes: reconhecimento da autonomia e responsabilidade do estudante na determinação de seu itinerário prático-profissional; flexibilidade de atividades práticas e diversidade de áreas do conhecimento jurídico abrangidas, não se restringindo ao domínio da advocacia contenciosa; envolvimento de todos os professores com formação jurídica atuantes no Curso, como importante expediente de ressignificação e integração de teoria e prática

Compõem a Prática Jurídica, totalizando 255 horas: Prática Jurídica Real, com 113 horas e Oficinas de Prática Jurídica, com 142 horas.

Na Prática Jurídica Real, o estudante encontrará oportunidade para promover efetiva intervenção na comunidade, por meio de atividades de assistência jurídica, de mediação e arbitragem, de estágios conveniados e de extensão. Mais uma vez, caberá ao estudante definir o percurso a ser seguido.

Na Prática Jurídica Real, oferecida pela própria UFLA, em dois módulos, o estudante executará expedientes relacionados, especialmente, ao exercício da advocacia, sob orientação de professor, que podem incluir atendimento jurídico a pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, envolvendo entrevista e aconselhamento do demandante, investigação de fatos e produção de provas, redação de atos jurídicos e peças profissionais, planejamento estratégico e acompanhamento processual, instauração de processo judicial ou administrativo, análise de autos e execução de rotinas processuais, atuação em audiências e sessões de julgamento. O estudante também poderá atuar na solução de conflitos a partir de mecanismos extrajudiciais, contribuindo, por um lado, para divulgação da negociação, da mediação e da arbitragem, e, por outro, para promoção do amplo acesso à justiça, da cultura da paz e da construção consensuada de decisões. A Prática Jurídica Real contempla três áreas de atuação: civil, penal e trabalhista, sem prejuízo de outras que venham a se desenvolver. As atividades são disciplinadas por regulamento próprio elaborado pelo Colegiado do Curso de Direito.

Caberá ao estudante determinar, com ampla liberdade e responsabilidade, os dois módulos de Prática Jurídica Real, os quais poderão ser de áreas distintas.

A Prática Jurídica Real também poderá ser integralizada por meio do aproveitamento de estágio não obrigatório realizado em instituições conveniadas, desde que: (i) o estudante esteja matriculado a partir do 7º período do Curso; (ii) o estágio tenha sido celebrado nos termos da Lei nº. 11.788/2008; (iii) o estágio tenha

tido duração de, no mínimo, 4 meses, com carga horária total não inferior a 136 horas; (iv) o estudante tenha apresentado relatório circunstanciado sobre atividades desenvolvidas no estágio, obtendo, ainda, aprovação de seu orientador. Entre as instituições conveniadas encontram-se escritórios de advocacia, diversos municípios e órgãos legislativos da região, órgãos judiciários, órgãos policiais e órgãos do Ministério Público, da Defensoria Pública etc.

Nas Oficinas de Prática Jurídica, o estudante experimentará atividades típicas de variadas profissões jurídicas para além da advocacia contenciosa. Espera-se que o estudante realize tarefas relacionadas ao cotidiano de advogados públicos, magistrados, promotores de justiça, defensores públicos, delegados de polícia, assessores jurídicos e outros. A partir da identificação de problema concreto diante de um conjunto de fatos, passando pela avaliação das possibilidades de ação, concluindo com a escolha e adoção de alternativa de solução, o estudante produzirá, sob orientação de professor, pareceres jurídicos, planos de políticas públicas, projetos de lei, instrumentos contratuais, peças e expedientes processuais judiciais e administrativos, relatórios de intervenção, júri simulado, inquérito policial simulado, inquérito civil simulado, entre outros. Havendo demanda, as atividades das oficinas de prática jurídica poderão ser realizadas a partir da representação de causas e de clientes, permitindo que o estudante apoie organizações da sociedade civil ou entidades governamentais. Desse modo, o estudante poderá, em alguma medida, lidar com a complexidade que envolve as demandas da contemporaneidade, nas variadas áreas do fenômeno jurídico, além de refletir sobre a prática profissional. Convém destacar que as Oficinas de Prática Jurídica estão sistematizadas em múltiplos módulos, ofertados semestralmente, de maneira alternada, contemplando as diversas áreas do conhecimento jurídico. Em atenção ao caráter flexível da estrutura curricular, caberá ao estudante determinar, com ampla liberdade e responsabilidade, 5 módulos de oficinas de prática jurídica a serem integralizados, levando em conta os seus interesses e suas vocações, totalizando ao final 142 horas.

3.10.3 Atividades Complementares

3.10.3.1 Regulamentação

As atividades complementares encontram-se disciplinadas na Resolução CEPE/UFLA nº. 473/2018 e regulamentadas pela IN/PROGRAD nº. 13/2021 e Resolução CGD/UFLA nº. 003/2022.

3.10.3.2 Breve descrição

De acordo com o art. 8º, da Resolução MEC/CNE/CES nº. 05/2018, as atividades complementares são componentes curriculares obrigatórios capazes de enriquecer habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do estudante durante seu percurso formativo. Com as atividades complementares há a flexibilização da matriz curricular e o engrandecimento do conhecimento jurídico e humanista propiciado pelo Curso. Essas atividades ainda permitem ao discente conhecer as exigências do mercado de trabalho e se aproximar das demandas sociais de sua comunidade.

As espécies de atividades complementares são organizadas em cinco grupos:

Tabela 6 - Grupos de Atividades Complementares

Grupo I – Atividades de ensino
Participação em programa de educação tutorial, em programa institucional de mentoria para calouros, em programa institucional de monitoria, em intercâmbio acadêmico nacional ou internacional; entre outros.
Grupo II – Atividades de pesquisa e de publicação
Participação em grupo de estudo ou pesquisa, em programa institucional de iniciação científica; apresentação de trabalho científico, na forma de pôster ou comunicação oral; publicação de trabalhos científicos; entre outros.
Grupo III – Atividades de cultura e de esporte
Realização de atividade voluntária; atuação em comissão organizadora de eventos científicos de interesse jurídico; divulgação de matéria jurídica em rádio, televisão, internet, revista ou jornais de circulação regular; participação em equipe esportiva; atuação como mesário em eleições municipais, estaduais ou nacionais; atuação como jurado em conselho de sentença; entre outros.
Grupo IV – Atividades de representação estudantil
Atuação como representante estudantil em órgãos colegiados universitários; Representantes de Turmas e de Diretório Acadêmico; participação em comissão designada por Reitor, Pró-Reitor, Chefe do Departamento ou Coordenador de Curso; entre outros.
Grupo V – Atividades de inserção e de capacitação profissional
Participação em empresa júnior, em competições de atividades jurídicas simuladas, em concursos de monografia; certificação de proficiência em idioma estrangeiro; realização de estágio não-obrigatório; participação em Cursos de capacitação sobre temas jurídicos e de formação pessoal, entre outros.

Insta enfatizar que o discente tem liberdade para escolher seu percurso formativo nas atividades complementares, sob orientação do Supervisor de Atividades Complementares. Para fins de contabilização, o

Colegiado estabeleceu a Resolução CGD/UFLA nº. 003/2022 que, em seu anexo, apresenta tabela de atribuição dos limites máximos por atividade e os requisitos de registro, em atendimento à IN/PROGRAD nº. 13/2021.

As atividades podem ser cumpridas pelo estudante a qualquer momento do Curso, inclusive durante o período de recesso. É vedado o aproveitamento de atividades complementares realizadas em que o estudante não tenha matrícula ativa no Curso de Direito. Deverá o estudante atingir 104 horas de atividades complementares e apresentar pedido de reconhecimento e registro de atividades complementares à Secretaria Integrada do Curso de Direito. Para tanto, o estudante deverá apresentar: formulário de reconhecimento e registro de atividades complementares, com declaração a respeito da autenticidade dos documentos e veracidade das informações que instruem o pedido; e cópias simples dos documentos comprobatórios das atividades complementares. No caso de deferimento, é encaminhado ofício ao órgão competente para proceder ao registro das atividades complementares no histórico escolar do estudante. No caso de indeferimento, é expedido relatório fundamentado, devendo o estudante apresentar novo pedido de reconhecimento e registro de atividades complementares após sanar irregularidades, inconsistências ou insuficiências indicadas.

O Supervisor de Atividades Complementares é designado pelo Coordenador do Curso de Direito entre os professores efetivos do Curso. Compete ao Supervisor de Atividades Complementares: emitir parecer prévio sobre possível validação de atividade complementar não discriminada no ato normativo; emitir parecer sobre o pedido de reconhecimento de atividades complementares para análise do Colegiado; deliberar sobre o registro de atividades quando em exercício de delegação de competência.

É também importante salientar que a UFLA oferece apoio permanente aos estudantes para a realização de atividades complementares, especialmente por meio do Programa de Bolsas Institucionais (PIB), instituído e regulamentado pela Resolução CUNI nº. 72/2018, afora o fato de serem promovidas continuamente atividades de diversas naturezas, como minicursos, congressos, simpósios, colóquios, dentro e fora da instituição, inclusive com apoio de outras universidades, nacionais e estrangeiras, órgãos governamentais e entidades não governamentais.

3.10.4 Atividades de Extensão

3.10.4.1 Regulação

As atividades extensionistas encontram-se reguladas pela Resolução Normativa CEPE nº 15/2022 que dispõe sobre a integração de atividades de extensão nos currículos de cursos de graduação da UFLA e pela Resolução CGD/UFLA nº. 005/2022 do Curso de Direito.

3.10.4.2 Breve descrição

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e à pesquisa.

De acordo com a Resolução MEC/CNE/CES Nº 7/2018, as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.

Além da Resolução MEC/CNE/CES Nº 7/2018, as normas atinentes à sistematização, acompanhamento e registro da curricularização da extensão no âmbito da UFLA, são estabelecidas por meio da Resolução CEPE No 015, DE 14 DE MARÇO DE 2022 que trata da incorporação de atividades extensionista no currículo.

As Atividades Curriculares de Extensão (ACE) podem ser organizadas nas seguintes modalidades:

I. Programa de extensão: conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente de caráter multidisciplinar e integrado a atividades de pesquisa e de ensino, com caráter orgânico-institucional, integração no território, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo.

II. Projeto de extensão: ação processual e contínua, de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado, registrado, preferencialmente, vinculado a um Programa de extensão ou como projeto isolado.

III. Curso e oficina de extensão: ação pedagógica de caráter teórico e/ou prático, planejada e organizada de modo sistemático, e critérios de avaliação definidos.

IV. Evento de extensão: ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com público específico, de conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade.

O processo de creditação das atividades de extensão envolve a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), o Colegiado de Extensão e Cultura da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (FCSA) e o Colegiado de Curso de Direito. Em suma, as atividades de extensão constituem o eixo de articulação entre Universidade e sociedade.

3.10.5 Trabalho de Conclusão de Curso

3.10.5.1 Regulamentação

O trabalho de conclusão de Curso está regulamentado pela Resolução CGD/UFLA nº. 02/2016, com alterações posteriores.

3.10.5.2 Breve descrição

Em atendimento ao art. 2º, VI, c/c art. 11, da Resolução MEC/CNE/CES nº. 05/2018, o trabalho de conclusão de Curso é componente curricular obrigatório. Ele consiste no planejamento, na execução e na apresentação dos resultados de atividade orientada de pesquisa ou de extensão, em qualquer área do conhecimento jurídico, por meio do qual o estudante demonstra as competências e habilidades desenvolvidas ao longo de seu percurso acadêmico, em especial, as capacidades de reflexão autônoma e crítica, de argumentação consistente e de comunicação eficaz.

O trabalho de conclusão de Curso deve constituir uma experiência significativa na formação acadêmica, levando em conta as vocações e as aspirações do estudante. Por isso, optou-se por ampliar o seu escopo, incluindo não apenas atividades de pesquisa, mas também atividades de extensão. Além disso, sua materialização documental poderá assumir a forma de: monografia ou artigo científico; projeto de lei e sua exposição de motivos; proposta de política pública e sua exposição de motivos; peça prático-profissional de elevada complexidade; relatório circunstanciado de atividade de extensão, acompanhado, se aplicável, de produto voltado à difusão de conhecimento jurídico, como documentário, encenação teatral e cartilha.

A operacionalização do trabalho de conclusão de Curso compreende as seguintes disciplinas:

Tabela 7 - Operacionalização do Trabalho de Conclusão de Curso

PRG271 - TCC I, com 68 horas/aula
O estudante deverá planejar o trabalho de conclusão de Curso e escolher o seu orientador

PRG272 - TCC II, com 68 horas/aula
O estudante deverá executar o trabalho de conclusão de Curso.
PRG272 - TCC III, com 34 horas/aula
O estudante deverá concluir, apresentar e defender, em sessão pública, perante comissão examinadora, o trabalho de conclusão de Curso.

O trabalho de conclusão de Curso será desenvolvido individualmente pelo estudante, sob orientação, preferencialmente, de professor do Departamento de Direito da UFLA. O professor em regime de trabalho de tempo integral poderá orientar idealmente dez estudantes, enquanto o professor em regime de trabalho de tempo parcial poderá orientar idealmente cinco estudantes. Assim, garante-se que cada estudante receba o apoio adequado para realização do seu trabalho de conclusão de Curso.

A responsabilidade pela elaboração do trabalho de conclusão de Curso é integralmente do estudante, o que não exime o orientador de desempenhar adequadamente as atribuições decorrentes de sua atividade. Cabe ao estudante: entregar, na Secretaria do Departamento de Direito, uma via do termo de orientação, assinado pelo orientador; participar das reuniões com o orientador para discussão e aprimoramento do trabalho de conclusão de Curso, além de executar com diligência as atividades designadas pelo professor; entregar, na Secretaria do Departamento de Direito, um exemplar do projeto de trabalho de conclusão de Curso, gravado em mídia CD ou DVD, acompanhado do termo de avaliação do projeto de trabalho de conclusão de Curso, assinado pelo seu orientador; entregar, na Secretaria do Departamento de Direito, duas cópias impressas e encadernadas do trabalho de conclusão de Curso, acompanhadas, quando for o caso, do(s) produto(s) indicado(s) no art. 4º, V, da Resolução CGD/UFLA nº 2/2016, gravado(s) em mídia CD ou DVD; entregar, na Secretaria do Departamento de Direito, uma via do termo de depósito do trabalho de conclusão de Curso, assinado pelo orientador, com a indicação da composição da comissão examinadora e sugestões de data para realização da sessão pública de apresentação e defesa; comparecer em dia, hora e local determinados para apresentação e defesa do trabalho de conclusão de Curso; submeter a versão final do seu trabalho de conclusão de Curso, com chancela prévia do orientador, ao Repositório Institucional da UFLA. Aos poucos, têm sido empreendidos esforços de digitalização das rotinas acadêmicas, que passam a ocorrer em parte pelo Sistema Integrado de Processos (SIP) e por conta de email (tcc.dir@ufla.br).

A avaliação do estudante será realizada de maneira contínua. Nos componentes curriculares PRG271 e PRG272, o orientador atribuirá uma nota de 0 a 100 pontos, levando em conta o desempenho do estudante

em termos de assiduidade e de comprometimento na execução das atividades exigidas, além da qualidade, respectivamente, do projeto de trabalho de conclusão de Curso e do desenvolvimento do trabalho de conclusão de Curso. Em ambas hipóteses, o estudante deverá obter nota maior ou igual a 60 pontos, além de cumprir outras condições formais previstas em regulamento, para ser considerado aprovado.

No componente curricular PRG727, cada examinador atribuirá ao estudante uma nota de 0 a 100 pontos, levando em conta o texto escrito e o produto apresentado, se aplicável, a exposição oral e as respostas dadas durante a arguição pela comissão examinadora. A nota final do aluno corresponderá ao resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos membros da comissão examinadora, sendo considerado aprovado o estudante que obtiver nota final igual ou maior a 60 pontos.

Convém destacar que o estudante deverá apresentar e defender o trabalho de conclusão de Curso, em sessão pública, perante comissão examinadora, composta por, no mínimo, 2 avaliadores, incluído o orientador. O estudante disporá de 15 minutos para apresentar os resultados de seu trabalho de conclusão de Curso, podendo utilizar equipamento audiovisual e outros recursos didáticos. Em seguida, cada examinador procederá a sua arguição, dispondo, para tanto, de até 10 minutos. Finalmente, será garantido ao estudante mais 10 minutos para responder a arguição de cada examinador.

Para garantir a publicidade do trabalho de conclusão de Curso, após a sessão pública de apresentação e defesa, o estudante aprovado deverá submeter a versão definitiva do seu trabalho, com chancela prévia do orientador, ao Repositório Institucional da UFLA. Assim, o trabalho de conclusão de Curso estará disponível aos interessados no sítio eletrônico <http://repositorio.ufla.br>.

O Colegiado do Curso de Direito designará o Supervisor do Trabalho de Conclusão de Curso, escolhido entre os seus integrantes docentes. Em cada semestre letivo, o Supervisor do Trabalho de Conclusão de Curso, observando o calendário acadêmico de graduação, deverá fixar prazos para: indicação de orientador; entrega do projeto de trabalho de conclusão de Curso; entrega do relatório de execução do trabalho de conclusão de Curso; depósito do trabalho de conclusão de Curso; indicação de comissão examinadora pelo estudante interessado; designação de comissões examinadoras, com indicação de data, horário e local das respectivas sessões públicas de apresentação e defesa do trabalho de conclusão de Curso.

Compete também ao Supervisor do Trabalho de Conclusão de Curso: difundir o regulamento do trabalho de conclusão de Curso; coordenar a execução dos procedimentos relativos ao trabalho de conclusão de Curso; estabelecer e manter contato com os professores orientadores a fim de dirimir e mediar problemas com relação às orientações e aos orientandos; atender aos alunos matriculados nas disciplinas relativas ao trabalho de conclusão de Curso; organizar, semestralmente, a distribuição de vagas de orientação; indicar

professores orientadores aos alunos que não tiverem condições de encontrar orientador; divulgar a composição das bancas examinadoras, as datas, os horários e as salas destinadas às respectivas sessões públicas de apresentação e defesa; lançar, no sistema, as notas obtidas pelos estudantes nas disciplinas que compõem o trabalho de conclusão de Curso.

3.10.6 Libras

Em atendimento ao art. 3º, §2º, do Decreto nº 5.626/2005, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) constitui objeto de disciplina eletiva incluída na matriz curricular do Curso de Direito. Trata-se de disciplina ofertada pelo Departamento de Educação, identificada pelo código GDE124 – Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

3.10.7 Educação em Direito Humanos

O Curso de Direito da UFLA incorpora em seu Projeto Pedagógico as Diretrizes Nacionais para educação em direitos humanos, conforme disposto na Resolução MEC/CNE/CP nº 1/2012. A educação em direitos humanos manifesta-se, nesse sentido, em uma dupla perspectiva.

Por um lado, tem-se, na matriz curricular, a inserção da temática no conteúdo programático de diversas disciplinas obrigatórias, tais como Direito Constitucional, Direito Previdenciário e Direito Ambiental, e eletivas, como Tutela Jurídica dos Povos Tradicionais, Direito Agroalimentar, Direito Internacional dos Direitos Humanos e Direito da Criança e do Adolescente. além de constar como elemento norteador das demais disciplinas do Curso, de modo transversal. Tem-se, igualmente, a aplicação prática desses conteúdos por meio de Oficinas de Práticas Jurídicas que adotam como foco a temática dos Direitos Humanos, tais como Oficina de Prática Jurídica em Direitos Humanos (PRG1127), Oficina de Argumentação Jurídica em Casos Paradigmáticos de Direitos Humanos (PRG2027), Oficina de Estudo de Casos de Liberdades Cíveis (PRG1827) e Oficina Sistema Internacional de Direitos Humanos (PRG2127).

Por outro lado, a pesquisa e a extensão também refletem a ênfase dada à educação em direitos humanos, com projetos em andamento que visam a produzir conhecimento e difundir os preceitos fundamentais dos direitos humanos na sociedade. Cita-se, a título de exemplo, os projetos de pesquisa: Dignidade humana, direitos fundamentais e direito civil; A proteção aos direitos dos trabalhadores no Brasil a partir de uma leitura da dimensão constitucional e internacional; e Sistematização de Evidências na Implantação e Gestão de Políticas e Conselhos de Direitos das Pessoas Idosas. Entre os projetos de extensão, destacam-se os seguintes: Clínica de Direitos Humanos; Nos Lares, Nós Lares; e Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre

o Cárcere. Conta-se também a participação decisiva do Grupo PETI Direito na regulamentação do uso do nome social por estudantes e servidores para fins de adequada identidade de gênero, nos registros acadêmicos e funcionais da UFLA, por meio da elaboração de parecer jurídico de sua legalidade e apresentação de minuta de resolução, que acabou constituindo a Resolução CUNI nº. 21/2015. Ressalta-se ainda a atuação da professora Stefania Vaccaro como co-coordenadora da INCUBACOOOP, cujo objetivo é incubar empreendimentos coletivos populares para gerar trabalho e renda. Finalmente, a questão sobre a educação em direitos humanos é abordada em diversos eventos acadêmicos, organizados pelos diversos núcleos de estudo e de pesquisa e outras organizações. A título de exemplo, cite-se, em suas versões, o evento Cinema, Direito e Bioética, que discute estratégias de resolução de problemas bioéticos e jurídicos identificados em obras cinematográficas, estimulando a educação e a reflexão sobre direitos humanos. Destacam-se também as diversas iniciativas do Coletivo de Mulheres, com forte participação das estudantes do Curso de Direito, que incluem campanhas de conscientização e debates sobre feminino e empoderamento das mulheres.

3.10.8 Educação Ambiental

O Curso de Direito da UFLA adota em seu Projeto Pedagógico e em suas estratégias de implementação as diretrizes previstas na Lei nº 9.795/1999, no que tange às políticas de educação ambiental, e na Resolução MEC/CP nº 2/2012, que estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental.

Nos termos do art. 1º da Lei nº 9.795/99, entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Entre os princípios básicos da educação ambiental, elencados no art. 4º da Lei nº 9.795/1999, destacam-se os seguintes: o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais; a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais; o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural. Por sua vez, em seu art. 5º, a Lei nº. 9.795/99 estabelece os objetivos da educação ambiental, entre os quais chamam atenção: o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos; a garantia de democratização das informações ambientais; o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social; o incentivo à participação individual e coletiva,

permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania; o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia; o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

A incorporação de vários destes preceitos manifesta-se no Curso de Direito da UFLA em dois diferentes pilares.

O primeiro pilar remete às disciplinas obrigatórias e eletivas, tanto teóricas quanto práticas, inseridas na matriz curricular. Além da disciplina obrigatória de Direito Ambiental (GDI165), alocada no segundo período da matriz curricular, diversas disciplinas eletivas são ofertadas regularmente com enfoque na educação ambiental, tais como Direito Agrário (GDI133), Direito Agroalimentar (GDI179), Direito Tributário do Meio Ambiente (GDI209), Direito Penal do Meio Ambiente (GDI205), Direito Internacional do Meio Ambiente (GDI173), Direito Internacional do Desenvolvimento Sustentável (GDI202), Tutela Jurídica dos Povos Tradicionais (GDI217), Direito Urbanístico (GDI181), Gestão Socioambiental (GAE162), Mudanças Climáticas e Responsabilidade Corporativa (GAE234), Aspectos Socioculturais do Licenciamento Ambiental (GAE242), Política e Legislação Florestal (GEF124) e Introdução ao Controle Ambiental (GNE156). Ainda, no âmbito da matriz curricular, tem-se atividades práticas relacionadas à proteção do meio ambiente. Cita-se, nesse sentido, a Oficina de Prática Jurídica em Direito Ambiental (PRG1327) que desenvolve dinâmicas de elaboração de instrumentos processuais de tutela ambiental.

O segundo pilar remete às atividades extracurriculares. São desenvolvidos, atualmente, projetos de pesquisa e núcleo de estudos que permitem aos estudantes aprofundar o conhecimento e desenvolver ações relacionadas com a educação ambiental. Como exemplo, cite-se o Núcleo de Estudos em Direito Agrário Francisco Alves Mendes - NEDAFAM, coordenado pela professora Gabriela Cristina Braga Navarro, que desenvolve atividades importantes no âmbito do Curso, para além das atividades de pesquisa, incluindo visitas técnicas a unidades de conservação da região. Também ligado ao Curso de Direito e à Diretoria de Relações Internacionais, tem-se o Centro de Desenvolvimento Sustentável, coordenado pelo professor Pedro Ivo Ribeiro Diniz, e composto por professores, estudantes e técnicos-administrativos da instituição que atuam de forma integrada e cooperada para o atendimento ao centro. O objetivo principal desta iniciativa é estimular a cooperação e integração de pessoas e instituições no fomento de ações de desenvolvimento sustentável, aproximando as diferentes áreas que trabalham o tema que tem a transdisciplinaridade como parte essencial. O Curso de direito também tem promovido importantes eventos na área ambiental, como o Congresso Interdisciplinar de Direito Animal (2017), o minicurso Introdução ao Ecosocialismo (2016), o grupo de trabalho

Agenda 2030 - Reflexões sobre Desenvolvimento Incluyente e Sustentável (2018) e a mesa Diálogo UN75 - Pobreza, Desigualdade e Desenvolvimento Sustentável: o exemplo da Água (2020).

Um dos núcleos de estudo mais ativos na questão ambiental tem sido o Núcleo de Estudos em Direito Ambiental (NEDAM), coordenado pela professora Ana Luiza Campos. O núcleo congrega estudantes de diversos Cursos de graduação para debater temas centrais para a proteção ambiental, como licenciamento, resíduos sólidos e desastres ambientais. O grupo promoveu diversas campanhas de conscientização sobre temas ambientais nas redes sociais, além do oferecimento de Cursos no evento “UFLA faz Extensão” sobre difusão de políticas ambientais. Por fim, membros e ex-membros do NEDAM publicaram recentemente a obra “Meio Ambiente em Foco: O Licenciamento Ambiental em Minas Gerais” pela editora UFLA, divulgando o conhecimento científico gerado pelo grupo.

Inserido nas práticas de educação ambiental, encontra-se também o inovador Plano Ambiental e Estruturante da UFLA, que conta com a participação de estudantes, professores e técnico-administrativos para adequada implementação de suas ações. Entre as ações já realizadas, destacam-se: a implantação de programa de gerenciamento de resíduos químicos, tratamento dos resíduos sólidos, saneamento básico, coleta seletiva de lixo, criação da estação de tratamento de esgoto, construções ecologicamente corretas, proteção de nascentes e matas ciliares, prevenção e controle de incêndios, prevenção de endemias, gestão de energia, implantação do sistema de coleta das águas da chuva, estruturação das bacias de drenagem, troca de destiladores, plantio de mudas de espécies nativas e frutíferas, campanha de substituição de copos descartáveis por canecas de plástico e treinamento de técnicos dos diferentes setores e de estudantes de pós-graduação para serem multiplicadores de boas práticas de uso e reuso de matérias-primas utilizadas em pesquisa. Em termos numéricos: foram investidos cerca de 25 milhões de reais; 50 mil mudas, de 53 espécies nativas e frutíferas, foram plantadas para recomposição dos ecossistemas, além de protegerem 15 nascentes; com a instalação da estação de tratamento de esgoto no campus, cerca de 80% dos 600 mil litros de água consumidos, em apenas um dia, é tratado e retornado para consumo estratégico, como vasos sanitários, lavagem de ambientes externos e irrigação; os telhados das novas construções, como pavilhão de aulas, foram dimensionadas para canalizar a água da chuva que passa a ser armazenada em reservatórios com capacidade de 1,6 milhão de litros d’água; somente em 2011, foram recolhidos e tratados mais de 18 mil quilos de resíduos químicos de pesquisas desenvolvidas em cerca de 200 laboratórios; o programa de gerenciamento de resíduos químicos, inédito em instituições públicas no Estado de Minas Gerais, estoca adequadamente e recupera reagentes para que possam voltar para os laboratórios; atualmente, 30 brigadistas voluntários e treinados formam uma frente contra os incêndios constantes na universidade; com a campanha UFLA Recicla, 15 mil

copos descartáveis deixaram de ser consumidos em apenas uma semana no restaurante universitário, representando uma economia de 22 mil reais ao ano.

Convém ainda destacar o reconhecimento nacional e internacional obtido pela UFLA em razão das práticas ambientais adotadas. Recentemente, a UFLA recebeu o certificado *Blue University*, como reconhecimento de sua gestão de águas. Pelo quarto ano consecutivo, a UFLA aparece no ranking *GreenMetric* como a instituição de ensino superior mais sustentável do Brasil e a 39ª entre todas as universidades participantes em todo o mundo. Em 2013, a UFLA foi classificada em 1º lugar na categoria Planejamento, Orçamento, Gestão e Desempenho Institucional e, em 3º lugar, na classificação geral, do 17º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal, promovido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), com a apresentação do seu Plano Ambiental e Estruturante.

3.10.9 Educação em Relações Étnicorraciais

No caso da sociedade brasileira, suas raízes estão fortemente associadas às culturas indígenas e africanas, embora isto não esteja, historicamente, refletido nos currículos da educação básica e superior desse país. Buscando contribuir para a correção das distorções históricas na compreensão e valorização dessas culturas e em atendimento às diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnicorraciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana, instituídas por consequência da Lei nº 10.639/2003 e da Lei nº. 11.645/2008, assim como da Resolução MEC/CNE/CP nº 01/2004, a UFLA estabeleceu um projeto institucional para a implementação dos princípios dessas diretrizes nos currículos dos seus Cursos de graduação e pós-graduação.

Por meio da Resolução CEPE nº 35/2013 e da Resolução PRG/CG nº 22/2013, a UFLA estabeleceu o Projeto Institucional de Educação para Diversidade. Todos os Cursos de graduação, incluindo o Curso de Direito, passaram por reformulações que contemplam a implementação de projetos que trabalham a educação para a diversidade. Foram estabelecidos, assim, na esfera institucional, os projetos que promoverão ações no âmbito da universidade como um todo e que nortearão e articularão ações e subprojetos no âmbito de cada Curso. Os estudantes da graduação devem desenvolver e/ou participar das ações contempladas no Projeto Institucional de Educação para Diversidade como forma de validar parte das horas de atividades complementares previstas no projeto pedagógico de cada Curso.

Os objetivos do Projeto Institucional de Educação para Diversidade são: promover ações, criar e articular espaços institucionais e iniciativas que possibilitem discussões e reflexões a respeito da diversidade em suas múltiplas formas e modalidades; desenvolver ações no âmbito da educação para a diversidade,

enfocando o conhecimento, o reconhecimento, o respeito e a aprendizagem do (con)viver com o outro, voltadas tanto para a comunidade interna, quanto para a comunidade externa da universidade; e atender à formação profissional e cidadã dos diversos membros da comunidade acadêmica, preferencialmente a dos alunos de graduação, desenvolvendo ações que os tornem agentes de transformação social nos seus espaços de atuação na sociedade.

O Projeto Institucional de Educação para Diversidade subdivide-se em subprojetos temáticos, enfocando aspectos e modalidades da diversidade. São eles: diversidade nas relações etnicorraciais; diversidades interculturais; diversidade de gênero; diversidade linguística; diversidade artística. O primeiro subprojeto a ser implantado é o sobre diversidade nas relações etnicorraciais. Este subprojeto tem como objetivos: criar/fortalecer Núcleos de Estudos que trabalhem questões referentes às relações etnicorraciais no âmbito da pesquisa e na integração da comunidade acadêmica com experiências culturais externas a universidade; e promover o desenvolvimento de pesquisas e produção de materiais didáticos e paradidáticos que valorizem, nacional e regionalmente, a cultura afro-brasileira e a diversidade.

Ainda, nesse contexto, em consonância com plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações etnicorraciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana”, o projeto institucional da UFLA estabelece um conjunto de ações que serão parte integrante dos projetos pedagógicos dos seus diferentes Cursos de graduação, tais como: fomentar a produção de materiais didáticos e paradidáticos que atendam ao disposto pelas diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações etnicorraciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana e às especificidades regionais para a temática; elaborar agenda propositiva em conjunto com os fóruns estaduais e municipais de educação e diversidade etnicorracial e sociedade civil para elaboração, acompanhamento e avaliação da implementação desse plano; divulgar amplamente as diretrizes curriculares nacionais para educação das relações etnicorraciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana e de seu significado para a garantia do direito à educação de qualidade e para o combate ao preconceito, racismo e discriminação na sociedade; incluir conteúdos e disciplinas curriculares relacionados à educação para as relações etnicorraciais nos Cursos de graduação; desenvolver atividades acadêmicas, encontros, jornadas e seminários de promoção das relações etnicorraciais positivas para os estudantes da universidade; fomentar pesquisas, desenvolvimento e inovações tecnológicas na temática das relações etnicorraciais, contribuindo com a construção de uma escola plural e republicana; estimular e contribuir para a criação e a divulgação de bolsas de iniciação científica na temática da educação para as relações etnicorraciais; divulgar junto às

secretarias estaduais e municipais de educação as atividades institucionais realizadas para a disseminação e pesquisa da temática em associação com a educação básica.

No Curso de Direito, além da temática ser abordada de maneira transversal no conteúdo programático de disciplinas obrigatórias e eletivas, tais como Direito Constitucional I (GDI108), Direitos Fundamentais (GDI184), Direito Internacional dos Direitos Humanos (GDI138), Abordagens Críticas de Teoria da Justiça (GDI220), foi criada disciplina eletiva específica, intitulada Tutela Jurídica dos Povos Tradicionais (GDI217). Na área extensionista, destaca-se projeto de extensão coordenado pela profa. Gabriela Cristina Braga Navarro, que busca dar apoio jurídico ao Quilombo Urbano São Benedito no reconhecimento e valorização de suas práticas culturais. Ainda, o Núcleo de Estudos em Direito Agrário (NEDAFAM) tem debatido sobre o conceito de racismo ambiental e sobre a proteção de povos indígenas. O tema do racismo também tem sido abordado em eventos acadêmicos, como a mesa de debate “Direitos Humanos, Antirracismo e Decolonialidade” promovida em 2021 pelo Centro Acadêmico de Direito.

3.11 Metodologia

O processo de ensino-aprendizagem do Curso de Direito da UFLA está alicerçado no reconhecimento e na promoção da autonomia e da responsabilidade do estudante, em um modelo no qual o estudante deve ser capaz de se autogerenciar ou autogovernar seu processo de formação, não perdendo de foco a orientação, a supervisão e o balizamento dos ensinamentos por especialistas.

A aprendizagem é concebida não apenas como um processo cognitivo, mas também um processo comportamental, reflexivo e contextualizado. O estudante deve assumir postura ativa e o professor desempenhar o papel de facilitador, de mediador, de estimulador, de apoiador, de encorajador. Compete ao professor apresentar desafios, levando o estudante a explorar as informações disponíveis ao seu redor, relacionando-as, de maneira reflexiva, com os seus conhecimentos já existentes e, assim, propor soluções aos problemas enfrentados. Para tanto, privilegia-se as aulas dialogadas em detrimento das tradicionais aulas expositivas, além de ser estimular o uso de estratégias diferenciadas, especialmente nas oficinas de prática jurídica, como estudo de caso, simulação, seminário, *problem-based learning* e *role-play*.

A metodologia de ensino-aprendizagem é também orientada na construção de vínculos entre o que está estabelecido, como conteúdo das diversas áreas do conhecimento, e a sua aplicação e utilização significativa para os estudantes. Isso não se traduz no simplismo de que cada disciplina deva ter, necessariamente, aplicação prática imediata, mas indica que no conjunto de conteúdos, a aprendizagem deve se dar em articulação com o referencial teórico e a aplicação prática, bem como no desenvolvimento da

experimentação profissional. Para tanto, mais uma vez, as aulas dialogadas são privilegiadas, associando-as, por exemplo, com atividades de elaboração de pareceres, planos de políticas públicas, projetos de lei, instrumentos contratuais, peças processuais judiciais e administrativos, relatórios de intervenção, relatórios de audiências e sessões de julgamento, de autos processuais, de inquéritos policiais e civis, visitas técnicas, entre outros.

A avaliação está integrada ao processo de aprendizagem, no qual o estudante é o ator principal. É um elemento de incentivo e de motivação para a aprendizagem, fornecendo subsídios para a melhoria contínua e para o desenvolvimento do estudante, de forma a alcançar a autonomia teórica responsável, como descrita no perfil proposto do egresso.

Atualmente, estudantes e professores estão imersos em ambientes em que a tecnologia é facilmente percebida e utilizada, mas, ao mesmo tempo, essas inovações são pouco compreendidas como fruto da ciência aplicada e como instrumento de aprendizagem. Por isso, em razão do acelerado processo de renovação e das mudanças provocadas pelas tecnologias na sociedade moderna, o uso de recursos tecnológicos é intensificado, especialmente, os ambientes virtuais de aprendizagem.

3.12 Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

A avaliação é componente formativo integrante do processo de ensino e de aprendizagem, no qual o estudante é o ator principal. É um elemento de incentivo e de motivação para a aprendizagem, fornecendo subsídios para a melhoria contínua e para o desenvolvimento do estudante, de forma a alcançar a autonomia teórica responsável, como descrita no perfil proposto do egresso.

Acredita-se que o parâmetro da responsabilidade polariza o parâmetro da autonomia do estudante, considerando-se, especialmente, insatisfatórias as abordagens que se mostrem excessivamente genéricas e carentes de fundamentos metodológicos, assim como as performances que se limitam a repetir correntes doutrinárias e enunciados normativos sem discuti-los criticamente. É importante verificar precipuamente, de um lado, o domínio dos legados de cada componente curricular e a capacidade de compreendê-los de forma contextualizada, com seus métodos e suas escolas, e, de outro lado, a capacidade de abordá-los de maneira crítica, questionando suas premissas e conclusões, além de assumir posição clara e tecnicamente embasada a respeito dos problemas tratados.

Com efeito, torna-se indispensável, para concretização do perfil do egresso, a utilização de avaliações formativas. No entanto, em razão de diversas exigências de cunho profissional, em especial, para ingresso em carreiras públicas, mostra-se adequada também a aplicação de avaliações somativas.

Sublinhe-se que os trabalhos escolares equivalem aos instrumentos de avaliação. Levando em conta os objetivos de aprendizagem de cada disciplina, estimula-se que os professores utilizem instrumentos variados, contemplando, com isso, também os diversos estilos de aprendizagem dos estudantes. Podem ser utilizados os instrumentos tradicionais, como prova discursiva, prova de múltipla escolha e trabalhos escritos. No entanto, em razão do perfil pretendido para o egresso, valoriza-se a utilização de instrumentos que contribuam, em especial, para diminuição do estresse frequentemente associado à avaliação, assim como viabilizem o exercício, entre outros, de trabalho colaborativo, do potencial investigativo e inovador, da reflexão crítica e da argumentação consistente e sensível aos fenômenos sociais, entre os quais se destacam: prova com consulta; redação de artigo científico; estudos dirigidos de casos reais ou simulados; elaboração de portfólio; execução de projetos e ações de intervenção social; produção de vídeo e de outros recursos multimídias ou impressos; apresentações orais e encenações; seminários e discussões em pequenos grupos; entre outros. É certo que a avaliação não deve estar centrada somente na averiguação de informações apreendidas pelo estudante, devendo também incluir a verificação de competências, habilidades e atitudes.

Em termos formais, o sistema de avaliação do processo de ensino e aprendizagem, na UFLA, é disciplinado pela Resolução CEPE nº 473, de 2018.

De acordo com a Resolução, a verificação do rendimento escolar compreenderá a frequência e a eficiência nos estudos pelos estudantes, as quais, desde que não atingidas, em conjunto ou isoladamente, inabilitam o estudante no componente curricular.

Segundo o §6, do artigo nº 109, mencionado na CEPE nº 473, de 2018, o rendimento acadêmico do estudante poderá ser expresso numericamente, como uma nota, ou na forma de uma letra, que represente os conceitos Suficiente ou Insuficiente (S ou I), sendo resultado da avaliação do estudante nas atividades desenvolvidas no componente curricular.

O Artigo 111 da Resolução CEPE nº 473, de 2018 traz ainda que, para aprovação, o estudante deve apresentar no componente curricular:

I. conceito Suficiente e, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) de assiduidade em componente curricular que adote apenas Conceito;

II. nota final mínima igual ou superior a 60 (sessenta) e, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) de assiduidade em componente curricular que adote notas;

III. nota final mínima igual ou superior a 70 (setenta) e, pelo menos, 65% (sessenta e cinco por cento) de assiduidade em componente curricular que adote notas.

Na linguagem do parágrafo 5º do art. 110 da Resolução CEPE nº 473, de 2018; os instrumentos de avaliação utilizados para averiguação da aprendizagem e que subsidiam a avaliação do professor devem considerar as orientações gerais e a sistemática de avaliação definida no PPC, bem como a natureza do componente curricular e as especificidades do grupo de estudantes que compõem cada turma.

Importa destacar que o número de trabalhos escolares por disciplina, aplicados em cada semestre letivo, deverá ser de, pelo menos, 2 (dois) instrumentos distintos de avaliação em pelo menos 2 (dois) eventos avaliativos, com pesos atribuídos a cada um, em atenção ao disposto no art. nº 110, §6º, da Resolução CEPE nº 473, de 2018.

Considerando o papel formador da avaliação, o estudante receberá feedback sobre o seu rendimento, com a apresentação de sugestões para o aprofundamento dos estudos ou com a indicação de seus equívocos e alternativas para superação de suas fragilidades, em tempo hábil, para alcançar melhoria em seu desempenho. Com efeito, a avaliação se apresenta como elemento de incentivo e de motivação para a aprendizagem de todos os estudantes, reforçando comportamentos positivos.

Nesse sentido, é também garantida aos estudantes de menor rendimento, uma nova oportunidade para o aprendizado, nos termos do art. nº 124 da Resolução CEPE nº 473, de 2018. As estratégias de recuperação que envolvem novas oportunidades de avaliação poderão ser ofertadas e aplicadas por estudantes de pós-graduação na função de monitor da disciplina e por docentes voluntários, sob a supervisão do professor responsável. São estratégias de recuperação:

- I. assistência individual;
- II. atividades de reforço;
- III. novas oportunidades de realização de atividades avaliativas ao longo do semestre;
- IV. atividades avaliativas de recuperação realizadas ao final do semestre letivo e/ou em momento anterior ao retorno das atividades letivas do semestre letivo subsequente;
- V. estudos autônomos acompanhados por avaliação suplementar após o final do semestre letivo;
- VI. oferta de vagas especiais em turma regular (vagas especiais);
- VII. oferta de turma especial (Turma-E);
- VIII. outras estratégias propostas pelo Colegiado de curso ou pelo professor.

Ademais, nos termos do art. nº 126 da Resolução CEPE nº 473, de 2018 sempre que ao final de um período letivo, 30% (trinta por cento) ou mais dos estudantes matriculados em um componente curricular obtiverem nota inferior a 60 (sessenta) ou resultado insuficiente nos componentes avaliados por

conceito, excluídos os reprovados por abandono, será ofertada, aos estudantes reprovados, uma avaliação adicional, sem prejuízo das outras estratégias de recuperação já previstas no Plano de Ensino.

Ainda, em seu artigo nº 127, traz que a critério do professor, independentemente do percentual de estudantes que obtiverem nota inferior a 60 (sessenta) no componente curricular, poderá ser oferecido, aos reprovados com rendimento entre 40 (quarenta) e 59 (cinquenta e nove) pontos, assiduidade mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nas atividades letivas e que não participaram da avaliação adicional, um roteiro com materiais complementares para estudos autônomos durante as férias e a aplicação de uma avaliação suplementar em data por ele estabelecida.

De acordo com o art. nº 119 da Resolução CEPE nº 473, de 2018 as notas dos trabalhos escolares deverão ser divulgadas, no máximo, 15 dias úteis após sua realização. No prazo de até 15 dias úteis após a divulgação das notas, os trabalhos escolares deverão ser disponibilizados aos estudantes para revisão. O estudante que não concordar com sua nota deverá, em primeiro lugar, consultar o professor. Caso ainda se sinta prejudicado, poderá requerer revisão do trabalho escolar ao chefe do departamento ao qual está vinculada o componente curricular. Nesse caso, a revisão do trabalho escolar será realizada por banca revisora, constituída por dois docentes designados pelo chefe do departamento, excetuando-se o docente responsável pelo trabalho escolar em questão.

Por fim, resta assinalar que o estudante receberá, no início de cada semestre letivo, o plano de ensino/trabalho de cada componente curricular, com indicação dos conteúdos e das atividades programadas, além da metodologia do processo de ensino e aprendizagem, dos critérios de avaliação a que serão submetidos e da bibliografia básica e complementar.

3.12.1 Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso

A autoavaliação é um processo importante e fundamental que pretende identificar e fornecer informações importantes que poderão embasar o planejamento e a tomada de decisão dos gestores, em todos os níveis, para o contínuo desenvolvimento da instituição.

Em atendimento à Lei nº 10.861/2004, a Universidade Federal de Lavras criou em 2004, pela portaria nº 624 de 3 de novembro de 2004, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão suplementar da Reitoria da Ufla, responsável pela organização e condução dos processos de avaliação interna, tendo em vista a dinamização do processo de autoavaliação por meio de um planejamento estratégico definido em reuniões ordinárias e extraordinárias, visando garantir a continuidade dos trabalhos já realizados e maior eficiência aos processos; a fim de possibilitar a revisão de seus objetivos, suas estratégias, seus valores e ações de ensino,

pesquisa e extensão; a comissão própria de avaliação – CPA, é integrada por representantes das/os professoras/es, estudantes, técnico-administrativos/as e sociedade civil. Entre suas atribuições encontram-se: a condução do processo de avaliação interna da universidade; a sistematização e o oferecimento de informações relativas à avaliação institucional aos órgãos governamentais competentes; a proposição de projetos, programas e ações que proporcionem melhorias no processo de avaliação institucional; o desenvolvimento de estudos e análises visando ao fornecimento de subsídios para fixação, aperfeiçoamento e modificação da política de avaliação institucional.

Atualmente, o processo de autoavaliação é conduzido anualmente, gerando relatório circunstanciado com dados sobre diversos aspectos das seguintes dimensões: desenvolvimento institucional; políticas acadêmicas, incluindo políticas para ensino, pesquisa e extensão, comunicação com a sociedade e política de atendimento aos/às discentes; políticas de gestão, incluindo políticas de pessoal, organização e gestão da instituição e sustentabilidade financeira; infraestrutura, incluindo infraestrutura física, recursos de informação e serviços prestados pela biblioteca e restaurante universitário. A partir da análise dos resultados permite-se a proposição de ações de melhorias nas dimensões analisadas, além de adequado acompanhamento das diretrizes e dos objetivos previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional.

É importante destacar que a autoavaliação se orienta, em especial, pelos seguintes princípios: ampla participação da comunidade acadêmica, desde a concepção e execução dos instrumentos de avaliação até a análise crítica dos resultados; utilização, com o maior grau de integração possível de métodos qualitativos e quantitativos de simples entendimento e administração; adaptação às necessidades e características da instituição ao longo de sua evolução; foco nos processos coletivos e não na avaliação de indivíduos; fornecimento à gestão institucional, ao poder público e à sociedade de uma análise crítica e contínua da eficiência, eficácia e efetividade acadêmica da universidade.

A gestão do processo de avaliação dos cursos de graduação, encontra-se sob a responsabilidade da Diretoria de Avaliação e Desenvolvimento do Ensino (DADE), vinculada à Pró- Reitoria de Graduação (PROGRAD), que desde o ano de 2017 executa um processo contínuo de avaliação de componentes curriculares por parte de discentes e docentes. Tais ações se desenvolvem no âmbito do Programa AVALIE - Programa de Avaliação Continuada dos Cursos de Graduação da UFLA.

Semestralmente, os discentes da UFLA realizam a avaliação dos componentes curriculares que cursaram naquele semestre letivo, acessando o instrumento de avaliação específico para cada componente. Após este processo, os dados obtidos são tratados e analisados pela DADE/PROGRAD. Os relatórios gerados

a cada edição semestral do programa de avaliação são encaminhados para as coordenações de curso e um extrato dos resultados é divulgado no sítio eletrônico da DADE (www.dade.ufla.br).

Os resultados são com frequência utilizados como instrumento de gestão acadêmica e pedagógica dos cursos de graduação da Universidade.

Com base nos resultados dessas avaliações, já foram propostas e executadas diversas ações de formação continuada para o corpo docente da UFLA, além de servirem para orientação da construção da programação da Semana de Planejamento e Formação Continuada, evento realizado no início de cada semestre letivo na UFLA que tem como objetivo principal promover momentos destinados ao planejamento interno de cada curso e formação do corpo docente e técnico-administrativo da Universidade.

Além dos dados obtidos a partir dos expedientes mencionados, a autoavaliação do Curso de Direito leva em consideração: as impressões do corpo docente, levantadas em reunião pedagógica, promovida pela coordenação do curso; os relatórios de atividade docente, apresentados em cada período letivo, com destaque para os dados relativos à produtividade das/os professoras/es e às suas atividades de pesquisa e de extensão; a avaliação das práticas e das rotinas realizadas pelos técnicos-administrativos, promovida pela chefia do departamento; as impressões das/os estudantes sobre plano de ensino, conteúdo curricular e o/a professor/a responsável de cada componente curricular, a partir de questionário eletrônico aplicado pela coordenação de curso; os índices de retenção e evasão estudantil oferecidos pela Pró-Reitoria de Graduação; os resultados obtidos pelos/as estudantes no Exame Nacional de Desempenho - ENADE, realizado pelo Ministério da Educação, os índices de empregabilidade, de ingresso em cursos de pós-graduação e de aprovação em concursos públicos obtidos por egressos/as.

O exame das informações coletadas é realizado pelo Colegiado do Curso de Direito, com auxílio do Núcleo Docente Estruturante e da Diretoria de Avaliação e Desenvolvimento do Ensino – DADE.

As informações obtidas permitem a revisão e busca por mudanças e estabelecimento de rotas e ações desenvolvidas no curso, bem como do Projeto Pedagógico do Curso o qual será revisto anualmente, sob a responsabilidade do Colegiado de Curso, sendo submetido à apreciação e aprovação do Conselho de Graduação.

Com a participação de diversos atores, é possível projetar a construção mais democrática e participativa do projeto de curso e do percurso a ser seguido com a consecução de seus objetivos. Importante salientar que o processo de autoavaliação é realizado de maneira contínua, não se restringindo apenas ao diagnóstico de fragilidades e à proposição de ações de correção, mas inclui a reflexão sobre práticas consolidadas e sobre a oportunidade de adoção de novas práticas, além do monitoramento de ações levadas

a cabo por outras instituições de excelência. Assim, considera-se o processo de autoavaliação uma atividade de natureza também preventiva.

O processo de autoavaliação do Curso de Direito ocorre a partir de diferentes instrumentos, buscando promover um processo de melhoria contínua da qualidade do curso.

Os conteúdos e bibliografias de cada componente curricular ofertado são revistos semestralmente pelos/as professores/as responsáveis, permitindo a alteração dos conteúdos abordados sempre que necessária, assim como a atualização permanente da bibliografia adotada. Essa dinâmica favorece a constante atualização dos/as docentes, a participação das/os discentes na construção do componente curricular, a partir das informações do Sistema Institucional de Avaliação dos Cursos de Graduação ou mecanismos próprios desenvolvidos pelas/os professoras/es, e a melhoria contínua dos componentes curriculares ofertados.

Os componentes curriculares obrigatórios e eletivos ofertados na dinâmica curricular, também são revistos com frequência, visto que essa dinâmica é discutida nos âmbitos do Colegiado do Curso e no Núcleo Docente Estruturante, assim como os/as discentes são incentivados a apresentarem suas demandas.

Outras avaliações externas fornecerão informações relevantes para a contínua revisão e atualização dos conteúdos programáticos dos componentes curriculares, assim como da dinâmica curricular. O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), por exemplo, avalia o rendimento dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos dos cursos em que estão matriculados. Essas informações serão importantes para que sejam observadas possíveis deficiências em áreas específicas, permitindo a sua correção.

Adicionalmente, está sendo estudada a criação de instrumentos de avaliação do corpo docente e discente do Curso de Direito, tais como questionário e grupos focais. Esses mecanismos visam complementar as informações geradas na UFLA, permitindo um conhecimento mais aprofundado das/os discentes do curso e suas demandas, assim como fornecer, às/aos docentes, retorno sobre os métodos e conteúdos selecionados por eles.

O conjunto de informações geradas por essas avaliações permitirão, em conjunto, a busca da melhoria contínua no Curso Direito, o que pode envolver a atualização do conteúdo dos componentes curriculares, alterações nas metodologias de ensino adotadas, modificações na dinâmica curricular, alterações nas atividades acadêmicas e complementares, assim como em qualquer outro aspecto relativo ao curso. Tais mudanças irão refletir na atualização do Projeto Pedagógico de Curso, a qual pretende-se que seja feita com frequência.

3.13 Tecnologias de informação e comunicação

A UFLA possui a Diretoria de Avaliação e Desenvolvimento do Ensino (DADE), vinculada à PROGRAD, e a Coordenadoria de Educação a Distância (CEAD), vinculada à PRPG, que são responsáveis, entre outras atividades, pelo planejamento e execução do projeto de convergência entre as modalidades presencial e EaD.

Desde 2008, os cursos de graduação presenciais utilizam a plataforma Moodle, software distribuído livremente, conhecido no meio acadêmico simplesmente por AVA. Nesse ambiente virtual é disponibilizada uma sala de aula, onde são organizadas as interfaces e ferramentas úteis para a construção da interatividade e da aprendizagem, viabilizando o relacionamento professor-estudante, estudante-estudante e estudante-conteúdos. A Plataforma Campus Virtual, que reúne todas as iniciativas de uso de AVAs na UFLA, é um recurso educacional digital disponibilizado a toda comunidade acadêmica. Além dele, estão disponíveis todos os recursos da plataforma Google for Education, pois há contrato entre a UFLA e a Google para utilização plena dos recursos da plataforma.

Diversos sites preparados pela equipe DADE/PROGRAD e CEAD/PRPG já disponibilizam recursos, ferramentas e repositórios educacionais com as quais o docente pode potencializar os recursos de sua sala virtual, usando objetos já prontos ou produzindo seus próprios materiais didáticos para tornar o ambiente virtual mais atrativo e interessante, tais como: histórias em quadrinhos, palavras cruzadas, webquests (com uso de imagens), objetos educacionais em diversas áreas do conhecimento, edição de imagens e vídeos e outros. Para isso, uma equipe de suporte mantém atendimento constante a professores e estudantes, auxiliando no gerenciamento das salas e no uso do ambiente. Esse atendimento se dá de forma online e também contará com apoio no novo campus.

Existem ações continuadas para promoção de metodologias inovadoras que são realizadas continuamente com o objetivo de criar condições para a adoção de recursos tecnológicos, mas principalmente, para que esta adoção seja acompanhada do devido aprimoramento das práticas pedagógicas. Entre as ações realizadas rotineiramente e que continuarão no quinquênio 2021-2025 destacam-se:

- oferta de cursos e oficinas de Práticas que tratam de Metodologias para Aprendizagem Ativas; Avaliação; Mediação em ambientes virtuais; Aprendizagem baseada em projetos, entre outros;
- organização de eventos, tais como: a) Fórum de Graduação – Forgrad: trata de temas como a utilização de metodologias ativas de aprendizagem como recurso pedagógico entre outros de interesse da comunidade docente; b) Semana de Planejamento e Formação Docente: o evento envolve discussões de diversas temáticas, como reestruturação curricular e processos avaliativos na UFLA; flexibilização curricular; métodos de avaliação em AVA; estratégias metodológicas para construção de projetos

pedagógicos; planejamento de ações docentes; elaboração de plano de ensino; apoio aos discentes com necessidades educacionais especiais; formação ética, estética e cultural de educadores; uso de formulários eletrônicos e os processos de avaliação, entre outros;

- fomento a grupos e núcleos de estudos em tecnologias educacionais, metodologias e práticas para orientar e mediar a aprendizagem e outros temas relacionados. Uma das estratégias significativas para o fomento à inovação de práticas pedagógicas e a utilização de recursos educacionais digitais foi a incorporação ao programa de formação continuada dos professores da UFLA (PRODOCENTE). Foram incorporados ao programa, em 2020, eventos formativos direcionados especificamente para estes temas de modo a contemplar a inserção e adesão de recursos educacionais digitais e metodologia própria dos cursos a distância na educação presencial. Tal estratégia foi fundamental para que a instituição conseguisse manter atividades letivas durante a pandemia. A Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) e a DADE, frente à Pandemia COVID-19 e do necessário distanciamento social, e com o intuito de garantir a continuidade dos processos de ensino e de aprendizagem no ensino de graduação e pós-graduação, desenvolveram diferentes ações para oportunizar o planejamento e realização do Estudo Remoto Emergencial (ERE).

Diversas informações sobre a matriz curricular, atividades complementares, trabalho de conclusão de Curso, estágio supervisionado, incluindo regulamentos e formulários respectivos, assim como informações sobre professores e seus núcleos de estudo e de pesquisa, podem ser encontradas no sítio eletrônico do Departamento de Direito. Acessível em <http://www.fcsa.ufla.br>.

3.14 Apoio ao estudante

A assistência estudantil corresponde ao conjunto de ações que têm por finalidade ampliar as condições de permanência, na universidade, dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Objetiva-se, com ela, viabilizar a igualdade de oportunidades, o acesso à graduação presencial e, também, contribuir para a redução da evasão, sobretudo, quando ela é motivada por insuficiência de condições financeiras ou outras determinantes socioeconômicas originadas das desigualdades sociais. Assim, a assistência estudantil pode ser compreendida como mecanismo de garantia da efetivação do direito constitucional à educação.

Entre as diversas iniciativas de apoio permanente aos estudantes, destacam-se as seguintes:

3.14.1 Programa de Apoio a Discentes com Necessidades Educacionais Especiais (PADNEE)

Por meio do Programa de Apoio a Discentes com Necessidades Educacionais Especiais (PADNEE), atualmente regulamentado pela Resolução CEPE nº 118, de 20 de junho de 2017, pretende-se garantir aos estudantes dos Cursos de graduação e que possuam alguma deficiência ou dificuldade específica, as condições adequadas para o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas. Trata-se de iniciativa executada por uma comissão multidisciplinar composta por: um psicólogo, um médico, um assistente social, um pedagogo, um assistente administrativo, sob presidência do coordenador do Núcleo de Acessibilidade.

Para efeito deste programa, considera-se estudante com necessidades educacionais especiais aquele que possui: deficiência visual, auditiva, física, intelectual ou múltipla; transtornos globais de desenvolvimento; altas habilidades; transtornos específicos; dificuldades educacionais decorrentes de enfermidades temporárias. Uma vez identificadas as necessidades especiais de cada estudante, a comissão desenvolverá um Plano Individual de Desenvolvimento Acadêmico, que será encaminhado aos professores responsáveis pelas disciplinas cursadas pelo estudante e ao coordenador do Curso. Além disso, a comissão ficará responsável por assessorar o Núcleo de Acessibilidade na execução das ações que garantam as condições para atendimento das necessidades especiais de cada estudante, entre as quais destacam-se: adaptação de recursos instrucionais, material pedagógico e equipamentos; adaptação de recursos físicos, com a eliminação de barreiras arquitetônicas e adequação de ambiente de comunicação; apoio especializado necessário, como intérprete de línguas de sinais; proposta de adaptações para atividades avaliativas; orientação aos coordenadores de Curso e docentes.

3.14.2 Programa Institucional de Bolsas (PBI)

Por meio do Programa Institucional de Bolsas (PIB), regulamentado pela Resolução CUNI Nº 028, de 6 de junho de 2022 e suas alterações, custeado com recursos orçamentários próprios, oferece-se subsídio mensal ao estudante orientado por servidor qualificado para atuar em diversas atividades de pesquisa, extensão, cultura, ensino, esporte e desenvolvimento institucional, científico e tecnológico.

O Programa de Bolsas Institucionais tem como objetivos: despertar vocações para pesquisa, extensão, cultura, docência e desenvolvimento tecnológico entre os estudantes; estimular os estudantes a desenvolverem atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e aos processos de inovação; contribuir para a melhoria da qualidade da formação dos estudantes de graduação, oferecendo-lhes oportunidades de conhecimento e práticas em ambientes além das salas de aula; contribuir com o

desenvolvimento institucional por meio das atividades desenvolvidas, auxiliando a universidade a cumprir com sua missão de educação, geração de conhecimento e avanço da ciência.

Convém assinalar que a atribuição e a renovação de bolsas institucionais são realizadas mediante processo seletivo, com quota reservada aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Exige-se que o estudante selecionado execute plano de trabalho com carga-horária de quatro horas semanais, não seja reprovado por frequência em qualquer disciplina, elabore relatório mensal sobre o desenvolvimento de suas atividades, apresente anualmente em eventos institucionais destinados a esse fim o produto resultante das atividades desenvolvidas.

Do total de bolsas institucionais, 50% (cinquenta por cento) são reservadas aos estudantes de graduação classificados como em situação de vulnerabilidade socioeconômica, de acordo com avaliação socioeconômica e classificação realizada pela PRAEC, conforme os critérios do Programa de Avaliação Socioeconômica de estudantes de graduação e pós-graduação dos cursos presenciais da UFLA.

3.14.3 PETi – Programa de Educação Tutorial Institucional

O programa tem o objetivo de: desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade de excelência, mediante constituição de grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar; elevar a qualidade da formação acadêmica dos estudantes de graduação; estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica; formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior; estimular o espírito crítico, a atuação profissional pautada pela cidadania e pela função social da educação superior; introduzir novas práticas pedagógicas na graduação; contribuir para a consolidação e difusão da educação tutorial como prática de formação na graduação; e, contribuir com a política de diversidade na instituição de ensino superior (IES), por meio de ações afirmativas em defesa da equidade socioeconômica, étnico-racial e de gênero.

3.14.4 PIB LIC – Programa Institucional de Bolsas para as Licenciaturas

O programa visa conceder bolsas de iniciação a atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão a estudantes de graduação dos cursos de licenciaturas da UFLA, possibilitando que atendam às necessidades dos cursos e que promovam ações de integração entre universidade, escola pública de educação básica de Lavras e sua comunidade e que, conseqüentemente, promovam o compartilhamento de saberes e o desenvolvimento da cidadania, em função de suas características e do perfil dos estudantes.

3.14.5 PROMAD – Programa de Apoio à Produção de Material Didático

É um programa voltado para estudantes que possuem perfil e interesse em atuar no desenvolvimento de material didático-pedagógico atendendo às demandas do ensino de graduação da UFLA. Objetivos: 1) capacitar os estudantes para atuar na área de ensino e desenvolvimento de tecnologias educacionais (tecnologias de informação e comunicação na educação – TIC's); 2) melhorar as ferramentas que possibilitam o acesso aos materiais didáticos em ambientes virtuais, aumentando os canais de comunicação entre docentes e discentes, potencializando as possibilidades de trabalho colaborativo em grupos e criação de fóruns de discussão; 3) Promover a expansão do uso de tecnologias educacionais na graduação presencial. 4) Incentivar a produção de materiais didáticos inovadores vinculados à melhoria das abordagens pedagógicas nos cursos de graduação.

3.14.6 PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

Este programa de bolsas visa a promover ações de formações inicial e continuada aos docentes do ensino médio da rede pública por meio de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por instituições de educação superior (IES) em parceria com as redes de ensino.

O Pibid é uma ação da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação (MEC) que visa proporcionar aos discentes na primeira metade do curso de licenciatura uma aproximação prática com o cotidiano das escolas públicas de educação básica e com o contexto em que elas estão inseridas. Os discentes serão acompanhados por um professor da escola e por um docente de uma das instituições de educação superior participantes do programa.

3.14.7 Programa Residência Pedagógica

O Programa de Residência Pedagógica é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores (MEC) e tem por objetivo proporcionar uma maior vivência dos futuros professores em sala de aula, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso. As atividades são acompanhadas por um professor da escola com experiência na área de ensino do licenciando e orientada por um docente da sua Instituição Formadora. O Programa oferece bolsas aos licenciandos, professor da rede pública e professor da Instituição formadora.

3.14.8 PET – Programa Educação Tutorial (MEC)

O PET é desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, organizados a partir de formações em nível de graduação nas Instituições de Ensino Superior do País orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da educação tutorial.

O grupo PET, uma vez criado, mantém suas atividades por tempo indeterminado. No entanto, os seus membros possuem um tempo máximo de vínculo: ao bolsista de graduação é permitida a permanência até a conclusão da sua graduação e, ao tutor, por um período de no máximo seis anos desde que obedecidas as normas do Programa.

3.14.9 PAME – Programa de Mobilidade Estudantil

O Programa Andifes de Mobilidade Estudantil (PAME), são para estudantes de Instituições Federais de Ensino Superior brasileiras, que tenham integralizado todas as disciplinas previstas para o primeiro ano ou 1º e 2º semestres letivos do curso, na instituição de origem, e apresentem, no máximo uma reprovação por período letivo.

O estudante participante do PAME terá vínculo temporário com a Instituição receptora, e o prazo não poderá exceder a dois semestres letivos, consecutivos ou não, podendo, em casos excepcionais, ocorrer renovação, sucessiva ou intercalada, por mais um período letivo. A Instrução Normativa PRG Nº 16/2019, dispõe sobre os procedimentos de Mobilidade Acadêmica no âmbito da UFLA.

3.14.10 Programa de concessão de bolsas de auxílio creche para estudantes de graduação

Visa garantir o desenvolvimento acadêmico pleno do estudante de graduação brasileiro, dos cursos presenciais e regularmente matriculados, através do subsídio aos estudantes, na contratação de serviços de creches para seus filhos, buscando alcançar a finalidade de manutenção das atividades acadêmicas do graduando, bem como reduzir a evasão acadêmica decorrente da maternidade ou paternidade precoce e não programada dos estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica.

3.14.11 Programa de atendimento psicossocial individual

Tem como principal objetivo atender o indivíduo em seus problemas imediatos, informando e viabilizando seu acesso aos recursos existentes na instituição e fora dela. Esse programa abrange também ações de aconselhamento, informação e plantão psicológico.

3.14.12 Programa “Qualidade de Vida no Campus”

Objetiva contribuir para a melhoria do bem-estar físico, psicológico e social dos membros da comunidade universitária através da disponibilização de espaços e oportunidades de reflexão, conhecimento e discussão dos mais variados temas de interesse.

3.14.13 Moradia Estudantil

Ação de assistência estudantil pioneira na UFLA, regida por regulamento próprio. A Moradia Estudantil, consolidou-se como um dos programas de impacto mais relevante para a diminuição das taxas de evasão de estudantes motivada por insuficiência de condições financeiras e/ou determinantes socioeconômicas oriundas das desigualdades sociais.

Assim, a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na Universidade, acontece, entre outras medidas, por meio da existência do Programa de Moradia Estudantil.

Destina-se a estudantes de ambos os sexos, comprovadamente matriculados em cursos presenciais de graduação e programas de pós-graduação desta instituição, e que estejam classificados em situação de vulnerabilidade socioeconômica de acordo com os critérios de avaliação socioeconômica disponibilizados pela PRAEC.

O programa de moradia estudantil da Universidade, conta, atualmente, com 3 (três) blocos com capacidade total de 478 moradores.

3.14.14 Atividades de esporte e lazer

As ações de assistência estudantil nas áreas de esporte e lazer visam proporcionar aos estudantes e demais integrantes da comunidade acadêmica o acesso a práticas esportivas, nas mais diversas modalidades.

Elas proporcionam, também, o incentivo e o suporte adequados ao desenvolvimento do esporte de competição, em várias modalidades, além de propiciar o fomento a projetos sociais de extensão esportiva, envolvendo estudantes das redes públicas da educação básica como forma de inclusão social e incentivo desses ao ingresso na Universidade.

Ademais, projetos de melhoria de qualidade de vida no campus, como o combate à obesidade, ao diabetes, ao sedentarismo, etc, são desenvolvidos e organizados em um calendário de ações que mobilizam a comunidade acadêmica em torno de práticas mais saudáveis.

3.14.15 Centro e espaços de convivência

A assistência estudantil contempla, além de ações que possibilitem o bom desempenho acadêmico àqueles estudantes com condições socioeconômicas díspares, ações que permitam a realização plena da vida acadêmica enquanto estudantes da Universidade.

Para tal, importa a existência de políticas, ações e equipamentos que estimulem a integração, interação e a sociabilização do corpo discente. Para tal, a Universidade dispõe do Centro de Integração Universitária (Ciuni), um importante espaço para o desenvolvimento da vida social de seus estudantes. O Ciuni é composto de diversos equipamentos para uso pelos discentes como: sede social, quadras poliesportivas, piscina e área de churrasqueira.

3.14.16 Política de atendimento aos discentes com necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida

Por meio do Programa de Apoio a Discentes com Necessidades Educacionais Especiais (PADNEE), recentemente instituído e regulamentado pela Resolução CEPE nº 118, de 20 de junho de 2017, pretende-se garantir aos estudantes dos cursos de graduação e que possuam alguma deficiência ou dificuldade específica, as condições adequadas para o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas. Trata-se de iniciativa executada por uma comissão multidisciplinar composta por: um psicólogo, um médico, um assistente social, um pedagogo, um assistente administrativo, sob presidência do coordenador do Núcleo de Acessibilidade.

Para efeito deste programa, considera-se estudante com necessidades educacionais especiais aquele que possui: deficiência visual, auditiva, física, intelectual ou múltipla; transtornos globais de desenvolvimento; altas habilidades; transtornos específicos; dificuldades educacionais decorrentes de enfermidades temporárias. Uma vez identificadas as necessidades especiais de cada estudante, a comissão desenvolverá um Plano Individual de Desenvolvimento Acadêmico, que será encaminhado aos professores responsáveis pelas disciplinas cursadas pelo estudante e ao coordenador do curso. Além disso, a comissão ficará responsável por assessorar o Núcleo de Acessibilidade na execução das ações que garantam as condições para atendimento das necessidades especiais de cada estudante, entre as quais destacam-se: adaptação de recursos instrucionais, material pedagógico e equipamentos; adaptação de recursos físicos, com a eliminação de barreiras arquitetônicas e adequação de ambiente de comunicação; apoio especializado necessário, como intérprete de línguas de sinais; proposta de adaptações para atividades avaliativas; orientação aos coordenadores de curso e docentes.

3.14.17 Restaurante universitário

Os estudantes e demais membros da comunidade universitária contam com serviço de alimentação oferecido pelo restaurante universitário, que funciona de acordo com o calendário letivo. O almoço é servido, nos dias úteis, das 10h30min às 13 horas, e, nos sábados, domingos e feriados, das 11h30min às 12h30min. O jantar é servido somente nos dias úteis das 17h45min às 19 horas. O valor de cada refeição para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica é de R\$1,00 e para os demais estudantes de graduação e pós-graduação o valor é de R\$6,00. Servidores técnico-administrativos, professores, terceirizados e pesquisadores pagam o valor de R\$11,00 e os visitantes em geral pagam R\$15,00 por refeição.

3.14.18 Assistência médica e odontológica

São oferecidos aos estudantes serviços de assistência médica e odontológica. A Universidade Federal de Lavras possui uma clínica odontológica em parceria com Centro Universitário Unilavras e Prefeitura Municipal de Lavras, composta por 8 consultórios, onde são realizados procedimentos de dentística básica, pequenas cirurgias, extrações e tratamento endodôntico de dentes anteriores. O horário de atendimento é das 7:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, mediante prévia marcação. Todos os atendimentos são gratuitos.

Também possui uma clínica médica, que conta com 4 médicos, sendo 3 clínicos gerais e 1 ginecologista, 1 auxiliar de enfermagem, 4 técnicas em enfermagem, 1 enfermeira e 1 bioquímica farmacêutica.

O horário de atendimento é das 7:30 às 11:00, nas terças, quartas e quintas-feiras, e das 13:00 às 17:00, nas segundas e sextas-feiras, mediante prévia marcação. Todos os atendimentos são gratuitos. Para urgências mais simples (dor aguda, febre, mal-estar, ferimentos leves ou náuseas), os estudantes são atendidos, sem agendamento prévio, no ambulatório localizado na área central do campus, que funciona nos períodos matutino, vespertino e diurno.

3.14.19 Núcleo de Saúde Mental

O Núcleo de Saúde Mental (NSM), inserido na estrutura da Coordenadoria de Saúde da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), é um espaço dedicado a ações voltadas à promoção de saúde mental e melhoria da qualidade de vida da comunidade acadêmica, e tem como objetivo dar suporte a esse público em suas demandas relacionadas aos desafios da vida universitária. Os serviços oferecidos são: acolhimento psicológico; atendimento psiquiátrico; orientação farmacêutica; oficinas temáticas e rodas de conversa. Três psicólogos e um psiquiatra irão atuar no Núcleo, com atendimentos de segunda a sexta-feira,

nos turnos da manhã e da tarde. O estudante que precisar recorrer ao serviço poderá fazer o agendamento presencial, conforme os horários e normas estabelecidos pelo NSM.

3.14.20 Auxílio financeiro para participação em eventos

Os estudantes também contam com auxílio financeiro para viabilizar a participação em eventos acadêmico-científicos e atividades de enriquecimento curricular, cobrindo, por exemplo, despesas com transporte, alimentação, hospedagem e inscrição. O expediente está regulamentado na Portaria PROPLAG nº 26/2016.

3.14.21 Empréstimo domiciliar de computadores portáteis

A biblioteca Universitária oferece serviço de empréstimo domiciliar de computadores portáteis. São 190 netbooks. O objetivo desse projeto é atender a uma parcela dos estudantes que ainda não possuem equipamentos portáteis para estudos e pesquisas. O usuário pode realizar o empréstimo domiciliar por 10 dias corridos do netbook, acompanhado de periféricos como cabo de acesso à internet e capa protetora. Desde seu lançamento, em 2011, foram realizados mais de 20.600 empréstimos.

Em 2020 foi criado o Programa de Acesso Digital (PAD), integrante da Modalidade de Bolsas de Desenvolvimento Institucional. O Programa de Acesso Digital (PAD) tem como objetivo a provisão de auxílio financeiro a discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados nos cursos de graduação presencial da UFLA de forma a prover condições de acesso a serviços de internet e possibilitar a permanência destes estudantes no ensino quando no formato de Ensino Remoto Emergencial (ERE), conforme previsto pela Resolução CEPE Nº 059, de 14 de Maio de 2020.

3.15 Sistema de Avaliação do Projeto de Curso

Atualmente, a Avaliação da Qualidade dos Cursos de Graduação da Universidade é atividade supervisionada, coordenada e executada pela Diretoria de Avaliação e Desenvolvimento do Ensino (DADE), disponibilizada semestralmente aos Colegiados de Cursos.

O instrumento de avaliação é composto por número variado de questões fechadas e uma questão aberta, organizados em seis dimensões, a fim de abordarem temas sobre conhecimento e adequação do Projeto Pedagógico do Curso, formas de relacionamento com a equipe de coordenação, de professores e técnico-administrativa; formas de planejamento e organização da ação didática e das disciplinas, bem como o uso de recursos e metodologias diversificadas, relação ensino e aprendizagem; usos e formas da avaliação da

aprendizagem, participação discente e percepção pelo estudante da sua atuação no componente curricular e no curso e até mesmo a apreciação acerca do instrumento de avaliação utilizado, conforme aponta a síntese das dimensões que segue:



Compreende-se que a participação do discente é de suma importância para a qualificação e compreensão dos processos de ensino e de aprendizagem e dos encaminhamentos no que se refere às ações pedagógicas e redirecionamento do processo de formação, considerando, ainda, todos os envolvidos no processo formativo. Busca-se o entendimento do estudante a respeito da sua implicação e responsabilidade para com o curso e com o seu próprio processo formativo, desmistificando a ideia de punição comumente presente na avaliação e exaltando a corresponsabilidade na busca pela melhoria da formação ofertada. O processo de avaliação é anônimo e *online*, garantindo a preservação dos envolvidos e permitindo a emissão de opiniões livres de qualquer constrangimento ou intimidação.

Ao acessar o questionário, ao estudante são explicitadas as razões e importância da avaliação, reforçando seu compromisso e responsabilidade com o processo formativo.

Após os estudantes responderem e, encerrado o período da avaliação, os professores têm acesso imediato aos resultados da avaliação por meio do seu login e senha institucional, podendo realizar análises,

reflexões e redirecionamentos acerca da ação docente que desenvolvem, bem como a revisão dos conteúdos, procedimentos e condutas para o próximo semestre letivo. Tais informações também são acessíveis às coordenações de Curso, chefias de Departamentos e diretores de Unidades Acadêmicas, os quais em conjunto com o Colegiado de Curso e demais professores podem propor novos diálogos na busca pelo aprimoramento do Curso.

Registra-se que, além do uso do sistema de avaliação das disciplinas, há a valorização da participação dos estudantes em reuniões colegiadas, bem como do acesso e do diálogo permanente com professores, coordenação e chefias de departamento, entendendo serem essas também possibilidades de indicador de qualidade e mudanças de rotas.

Além dos dados obtidos a partir dos expedientes mencionados, a autoavaliação do Curso de Direito leva em consideração: as impressões do corpo docente, levantadas em reunião pedagógica, promovida pela coordenação do Curso; os relatórios de atividade docente, apresentados em cada período letivo, com destaque para os dados relativos à produtividade dos professores e às suas atividades de pesquisa e de extensão; a avaliação das práticas e das rotinas realizadas pelos técnicos-administrativos, promovida pela chefia do departamento; as impressões dos estudantes sobre plano de ensino, conteúdo curricular e o professor responsável de cada disciplina, a partir de questionário eletrônico aplicado pela coordenação de Curso; os índices de retenção e evasão dos estudantes oferecidos pela PROGRAD; os resultados obtidos pelos estudantes no Exame Nacional de Desempenho, realizado pelo Ministério da Educação, e no Exame de Proficiência, realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil; os índices de empregabilidade, de ingresso em Cursos de pós-graduação e de aprovação em concursos públicos obtidos por egressos; os resultados dos processos avaliativos externos, especialmente os realizados para fins de reconhecimento pelo Ministério da Educação e pela Ordem dos Advogados do Brasil.

O exame das informações coletadas é realizado pelo Colegiado do Curso de Direito, com auxílio do Núcleo Docente Estruturante, da Diretoria de Apoio e Desenvolvimento Pedagógico e da Assessoria Pedagógica da PROGRAD.

Com a participação de diversos atores, é possível projetar a construção mais democrática e participativa do projeto de Curso e do percurso a ser seguido com a consecução de seus objetivos. Importante salientar que o processo de autoavaliação é realizado de maneira contínua, não se restringindo apenas ao diagnóstico de fragilidades e à proposição de ações de correção, mas inclui a reflexão sobre práticas consolidadas e sobre a oportunidade de adoção de novas práticas, além do monitoramento de ações levadas

a cabo por outras instituições de excelência. Assim, considera-se o processo de autoavaliação uma atividade de natureza também preventiva.

3.15.1 Selo OAB Recomenda

Em 2022, o Curso de Direito da UFLA recebeu pela segunda vez o selo “OAB Recomenda”. Entre 1.896 Cursos de Direito existentes no Brasil, o bacharelado da UFLA foi um dos 192 a receber o selo. O Selo OAB Recomenda foi criado em 2001 e é distribuído a cada três anos. Ele adota como critérios o índice de aprovação dos estudantes no exame da Ordem e a nota da Instituição de ensino no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Conforme afirmou o Presidente da OAB em cerimônia de entrega do selo, “as instituições que estão representadas aqui nesta solenidade merecem o reconhecimento da Ordem em função da proficiência e da eficácia do ensino que é prestado”. Trata-se de importante reconhecimento nacional da qualidade do Curso de Direito na UFLA.

4 CORPO DOCENTE DO CURSO DE DIREITO

4.1 Seleção de professores

A seleção de professores ocorre por meio de concurso público de provas e títulos. De acordo com a Resolução CUNI 006/2018, o concurso envolve: prova escrita, eliminatória, com valor de 100 (cem) pontos; prova didática, eliminatória, com valor de 100 (cem) pontos; prova de defesa do Plano de Trabalho, classificatória, com valor de 100 (cem) pontos; e, prova de títulos, classificatória, com valor de 100 (cem) pontos. A nota final será o somatório das notas obtidas nas provas.

A prova escrita consta de dissertação sobre até três temas sorteados no momento de sua realização, entre aqueles contidos em lista previamente divulgada. Na avaliação, considera-se os seguintes aspectos: abordagem do tema com fundamentação teórica, com abrangência e profundidade; sequência e articulação das ideias, em linguagem clara e objetiva; uso adequado da língua portuguesa.

A prova didática consiste em uma aula expositiva, com prazo de cinquenta minutos como referência, sobre um tema sorteado entre aqueles contidos em lista previamente divulgada, excetuando-se o(s) tema(s) já sorteados para a prova escrita. Na avaliação, leva-se em conta: plano de aula; sequência e articulação das ideias ao expor o conteúdo; domínio do conteúdo; uso de linguagem técnico-científica adequada ao tema; utilização de recursos disponibilizados e adequação ao plano de aula; criatividade, assertividade, postura e capacidade de comunicação; adequação da exposição do conteúdo ao tempo determinado.

A prova de defesa do Plano de Trabalho envolve a apresentação e defesa de um Plano de Trabalho na área do concurso e deverá englobar atividades de ensino, pesquisa e extensão a serem desenvolvidos num período de 3 (três) anos. A avaliação considera: clareza e objetividade do Plano de Trabalho escrito; conhecimento e relevância das atividades propostas no Plano de Trabalho; clareza e objetividade da apresentação e da discussão do Plano; articulação do Plano proposto com as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na área do conhecimento do concurso; pertinência das atividades propostas à área objeto do concurso; adequação do Plano de Trabalho ao período de execução; adequação da exposição do conteúdo ao tempo; e uso correto da língua portuguesa.

A prova de títulos envolve a avaliação de currículo comprovado. Na avaliação, apura-se a experiência profissional do candidato a partir dos seguintes itens: ministração de aulas de graduação e de pós-graduação; orientação acadêmica; participação em bancas examinadoras; publicação de livros, capítulos de livros e artigos científicos; produção de material didático e instrucional; revisão editorial;

coordenação e execução de projetos de pesquisa e de extensão; organização e participação de eventos científicos; palestras e apresentação de trabalhos em eventos científicos; produção tecnológica e de inovação; atividades administrativas; atividades profissionais não acadêmicas etc.

O concurso público é conduzido por uma banca examinadora constituída de 5 (cinco) professores que atuam no ensino superior, com reconhecida qualificação técnica e científica, designada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, da qual farão parte pelo menos dois membros externos não pertencentes ao quadro da unidade acadêmica para a qual a vaga foi aberta. Entre os membros externos, colaboraram nos concursos já realizados, ilustrativamente, os seguintes professores: Carlos Augusto Canêdo Gonçalves da Silva (UFMG), Carlos Magno de Souza Paiva (UFOP), Érica Fernandes Teixeira (UNB), Felipe Martins Pinto (UFMG), Fernanda Santinelli (UNIFAL), Fernando Gonzaga Jayme (UFMG), Fernando Ramalho Ney Montenegro Bentes (UFRRJ), Frederico Gomes de Almeida Horta (UFMG), Giordano Bruno Soares Roberto (UFMG), Iacyr Aguilár Vieira (UFV), José Luiz Quadros de Magalhães (UFMG), Marcela Furtado de Magalhães Gomes (UFMG), Maria Fernanda Salcedo Repolês (UFMG), Mário Lúcio Quintão Soares (PUC/MG), Paulo Adyr Dias do Amaral (UFMG), Roberto Henrique Porto Nogueira (UFOP), Rosana Ribeiro Felisberto (UFJF), Sielen Barreto Caldas de Vilhena (UFMG), Walsir Edson Rodrigues Júnior (UFMG).

4.2 Política Institucional de Formação Docente

Com vistas a cumprir as diretrizes estabelecidas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), a UFLA tem buscado investir na qualificação dos professores por meio de incentivos para obtenção de titulação (Lei 12.772/2012 de 1º janeiro de 2013), participação em eventos, publicações, criação de grupos e núcleos de pesquisa, etc. Além de estimular a formação docente no âmbito dos próprios departamentos e cursos, a UFLA conta com instâncias formativas institucionalizadas:

a) Diretoria de Avaliação e Desenvolvimento do Ensino (DADE), que articula propostas para a efetivação das políticas institucionais de formação docente, a partir de demandas advindas da comunidade acadêmica e dos processos de avaliação.

Entre as ações desenvolvidas, merecem destaque:

- O Programa Programa de Formação docente Continuada - PRODOCENTE, cujo objetivo é o de fomentar a qualificação profissional de docentes da UFLA por meio da articulação e desenvolvimento de ações formativas, tendo como base a perspectiva dialógica e interdisciplinar e sobretudo visando o

desenvolvimento de um trabalho de cooperação e interatividade que favoreça tanto a atitude de investigação constante do cotidiano quanto a produção de conhecimentos sobre a ação pedagógica e didática no contexto do ensino na UFLA. O programa contempla e, suas ações as trilhas de Formação, a qual é organizada pela Diretoria de Avaliação e Desenvolvimento de Ensino em diálogo com a Pró-reitora de Graduação, Unidades Acadêmicas e colegiados de curso, os quais podem propor ações mais específicas aos seus grupos, desde que não conflitem com os horários previstos na programação geral.

- Semana de Planejamento e Formação Docente, que contempla temas ligados ao currículo, às metodologias de ensino, ao uso de tecnologias, aos projetos pedagógicos, às exigências do mercado de trabalho, à diversidade, à formação humana, etc.;

b) Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas (CDP), vinculada à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE) que promove continuamente ações estratégicas de capacitação e aprendizagem capazes de estimular o aprimoramento e a maior qualificação docente, nas dimensões da gestão administrativa, pedagógica e humana;

c) Coordenadoria de Educação a Distância (CEAD), vinculada à Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG), que dinamiza a formação de tutores e professores para a utilização das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação nos processos educativos, com o uso do campus virtual (Ambiente Virtual de Aprendizagem);

d) Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, que dinamiza a realização de eventos de formação, incentiva a criação/consolidação dos grupos de estudos e de pesquisa e mobiliza ações de articulação com a sociedade.

Desse modo, a política de formação docente busca contemplar as habilidades e competências definidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação, propiciando possibilidades de crescimento na capacidade crítica, na visão humanística da sociedade e na responsabilidade social. Assim, a UFLA prima pela realização de momentos de formação que abarque a gestão acadêmica (coordenações, comissões), a melhoria dos processos administrativos e de rotina universitária, o aperfeiçoamento das ações de inclusão, o respeito à diversidade, a diversificação de metodologias, a implementação de processos de avaliação, ao aprimoramento dos currículos de formação e dos projetos pedagógicos dos cursos; a transversalidade e a interdisciplinaridade, etc.

Nessa perspectiva, a política institucional de formação docente tem buscado conciliar as peculiaridades inerentes às diversas áreas do saber, bem como a necessidade de se repensar continuamente a formação pedagógica para o exercício da docência. Desse modo, as ações de formação

têm por objetivo precípua a construção de uma identidade docente, que se circunscreve em três processos: desenvolvimento pessoal (humano), desenvolvimento profissional (professor de ensino superior) e organizacional (institucional), em uma perspectiva da inovação pedagógica e da qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

4.3 Quadro de professores

O corpo docente é composto por 24 (vinte e quatro) professores, a seguir indicados.

Tabela 8 - Professores do Curso de Direito

Nome	Lotação	Currículo Lattes
Ana Luiza Garcia Campos	DIR	http://lattes.cnpq.br/5515074395241319
Bruno Henrique Gonçalves	DIR	http://lattes.cnpq.br/0609546957498422
Daniel Teixeira Silva	DIR	http://lattes.cnpq.br/1721254191790995
Debora Cristina de Carvalho	DCH	http://lattes.cnpq.br/4254182556440718
Fellipe Guerra David Reis	DIR	http://lattes.cnpq.br/4242923366032442
Fernanda Gomes e Souza Borges	DIR	http://lattes.cnpq.br/0656240998418224
Fernanda Valle Versiani	DIR	http://lattes.cnpq.br/1614690018866718
Fernando Nogueira Martins Júnior	DIR	http://lattes.cnpq.br/9944199020457500
Gabriela Cristina Braga Navarro	DIR	http://lattes.cnpq.br/2845232560128491
Gustavo Pereira Leite Ribeiro	DIR	http://lattes.cnpq.br/4769799502536981
Isabela Neves Silveira	DIR	http://lattes.cnpq.br/9053854828646187
Juraciara Vieira Cardoso	DIR	http://lattes.cnpq.br/4027979889281587
Larissa Giacometti Paris	DEL	http://lattes.cnpq.br/1653214069292082
Leonardo Gomes Penteado Rosa	DIR	http://lattes.cnpq.br/2651417644303145
Letícia Garcia Ribeiro Dyniewicz	DIR	http://lattes.cnpq.br/7482925933470623
Luciana Fernandes Berlini	DIR	http://lattes.cnpq.br/8274959157658475
Pedro Ivo Ribeiro Diniz	DIR	http://lattes.cnpq.br/2275405206656598
Renata Pedretti Moraes	DAE	http://lattes.cnpq.br/9869681970695526
Renato Ferreira de Souza	DCH	http://lattes.cnpq.br/6127804714273570
Ricardo Augusto de Araujo Teixeira	DIR	http://lattes.cnpq.br/3149582567184311
Silvia Helena Rigatto	DIR	http://lattes.cnpq.br/0794237931005558
Stefania Becattini Vaccaro	DIR	http://lattes.cnpq.br/5837401267565300
Thaís Fernanda Tenório Sêco	DIR	http://lattes.cnpq.br/5982599910401934
Vinícius Nascimento Cerqueira	DIR	http://lattes.cnpq.br/9952295246077931

Legenda: Departamento de Estudos da Linguagem (DEL); Departamento de Direito (DIR); Departamento de Ciências Humanas (DCH); Departamento de Administração e Economia (DAE).

4.4 Regime de trabalho dos professores

Todos os professores trabalham em regime de tempo integral ou parcial. São 22 (vinte e dois) professores em regime de trabalho de 40 horas semanais em regime de dedicação exclusiva (DE) e 2 (dois) professores em regime de trabalho de 40 horas.

Tabela 9 - Regime de trabalho dos professores do Curso de Direito

Nome	Regime de trabalho
Ana Luiza Garcia Campos	40 horas (DE)
Bruno Henrique Gonçalves	40 horas (DE)
Daniel Teixeira Silva	40 horas
Debora Cristina de Carvalho	40 horas (DE)
Fellipe Guerra David Reis	40 horas (DE)
Fernanda Gomes e Souza Borges	40 horas (DE)
Fernanda Valle Versiani	40 horas (DE)
Fernando Nogueira Martins Júnior	40 horas
Gabriela Cristina Braga Navarro	40 horas (DE)
Gustavo Pereira Leite Ribeiro	40 horas (DE)
Isabela Neves Silveira	40 horas (DE)
Juraciara Vieira Cardoso	40 horas (DE)
Larissa Giacometti Paris	40 horas (DE)
Leonardo Gomes Penteado Rosa	40 horas (DE)
Letícia Garcia Ribeiro Dyniewicz	40 horas (DE)
Luciana Fernandes Berlini	40 horas (DE)
Pedro Ivo Ribeiro Diniz	40 horas (DE)
Renata Pedretti Moraes	40 horas (DE)
Renato Ferreira de Souza	40 horas (DE)
Ricardo Augusto de Araujo Teixeira	40 horas (DE)
Silvia Helena Rigatto	40 horas (DE)
Stefania Becattini Vaccaro	40 horas (DE)
Thaís Fernanda Tenório Sêco	40 horas (DE)
Vinícius Nascimento Cerqueira	40 horas (DE)

Legenda: Dedicção Exclusiva (DE). De acordo com o art. 20, § 2º, da Lei nº 12.772/2012, o regime de 40 (quarenta) horas com dedicação exclusiva implica o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, com as exceções previstas em lei.

4.5 Titulação dos professores

Todos os professores possuem titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*. Considerando apenas a maior titulação, são vinte professores com doutorado e quatro professores com mestrado.

Tabela 10 - Titulação dos professores do Curso de Direito

Nome	Titulação	Ano	IFES
Ana Luiza Garcia Campos	Doutora	2017	USP
Bruno Henrique Gonçalves	Mestre	2014	FDSM
Daniel Teixeira Silva	Doutor	2021	UNIVAS
Debora Cristina de Carvalho	Doutora	2010	UNESP
Fellipe Guerra David Reis	Mestre	2015	UFJF
Fernanda Gomes e Souza Borges	Doutora	2018	PUC/MG
Fernanda Valle Versiani	Doutora	2020	UFMG
Fernando Nogueira Martins Júnior	Doutor	2016	UFMG
Gabriela Cristina Braga Navarro	Doutora	2021	Goethe Universität
Gustavo Pereira Leite Ribeiro	Doutor	2010	PUC/MG
Isabela Neves Silveira	Doutora	2013	UFMG
Juraciara Vieira Cardoso	Doutora	2014	PUC/MG
Larissa Giacometti Paris	Doutora	2021	UNICAMP
Leonardo Gomes Penteado Rosa	Doutor	2018	USP
Letícia Garcia Ribeiro Dyniewicz	Doutora	2016	PUC/RIO
Luciana Fernandes Berlini	Doutora	2012	PUC/MG
Pedro Ivo Ribeiro Diniz	Doutor	2015	PUC/MG
Renata Pedretti Moraes	Doutora	2017	UFMG
Renato Ferreira de Souza	Doutor	2011	PUC/SP
Ricardo Augusto de Araujo Teixeira	Doutora	2013	PUC/MG
Silvia Helena Rigatto	Doutora	2006	UFMG
Stefania Becattini Vaccaro	Doutora	2015	UFF
Thais Fernanda Tenório Sêco	Mestre	2013	UERJ
Vinícius Nascimento Cerqueira	Mestre	2013	FUMEC

Legenda: Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM); Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM); Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG); Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RIO); Universidade de São Paulo (USP); Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS); Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP); Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF);

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal Fluminense (UFF); Universidade Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC).

5 ADMINISTRAÇÃO DO CURSO DE DIREITO

5.1 Colegiado do Curso

5.1.1 Regulamentação

A competência e a composição do Colegiado de Curso encontram-se previstas nos artigos 170 a 174 do Regimento Geral da UFLA.

5.1.2 Definição

O Colegiado do Curso é o órgão responsável pela coordenação, planejamento, acompanhamento, controle e avaliação das atividades de ensino.

Reúne-se, ordinariamente, uma vez por trimestre, e, extraordinariamente, quando se fizer necessário, convocado pelo coordenador do Curso ou por um terço dos seus membros. A convocação efetua-se por meio de mensagem eletrônica enviada ao e-mail institucional de seus membros, com, no mínimo, quarenta e oito horas de antecedência.

As decisões do Colegiado do Curso são tomadas pela maioria de votos dos presentes, contando o coordenador do Curso, nos casos de empate, com o voto de qualidade. Cada reunião é registrada em ata, lavrada pelo secretário, culminando com a assinatura do documento por todos os membros participantes de sua aprovação.

5.1.3 Atribuições

As principais atribuições do Colegiado de Curso são:

- elaborar o Projeto Pedagógico do Curso em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais, com o PDI e com o Projeto Pedagógico Institucional para aprovação da Congregação da Unidade Acadêmica e posterior submissão à Pró-reitoria respectiva para homologação;
- manter atualizado e gerir o Projeto Pedagógico do Curso, coordenando e supervisionando o funcionamento do Curso/programa;
- executar as diretrizes estabelecidas pelo CEPE e pelas Pró-reitorias respectivas;
- exercer a coordenação interdisciplinar, visando a conciliar os interesses de ordem
- didática, científica e estratégica dos Departamentos com os do Curso;

- promover continuamente ações de correção das deficiências e fragilidades do Curso, especialmente em razão dos processos de autoavaliação e de avaliação externa;
- emitir parecer sobre assuntos de interesse do Curso;
- eleger, entre as representações docentes, uma Coordenação-Adjunta;
- julgar, em grau de recurso, as decisões da Coordenação de Curso;
- estabelecer mecanismos de orientação acadêmica a estudantes do Curso;
- elaborar, em colaboração com a Pró-Reitoria respectiva, o horário das atividades letivas;
- observar e propor políticas de EDI nos Cursos de graduação e pós-graduação, incluindo, sempre que necessário, planejamento pedagógico adequado e revisão da proposta curricular, dentre outras iniciativas; e
- opinar sobre a contratação de pessoal docente relacionado às áreas de interesse do Curso/programa.

5.1.4 Composição

O Colegiado de Curso é composto por sete membros, sendo: um coordenador eleito pela comunidade acadêmica diretamente relacionada com o Curso; quatro representantes dos professores envolvidos no Curso, escolhidos pelo coordenador; um representante discente, eleito pelos seus pares, com mandato de um ano, permitida uma recondução; um representante dos servidores técnico-administrativos, eleito pelos seus pares diretamente relacionados com o Curso. Destaque-se que todos os segmentos da comunidade institucional são representados, nos termos do art. 56 da Lei 9.394/1996, que institui as diretrizes e bases da educação nacional.

Atualmente, integram o Colegiado do Curso: Fernanda Valle Versiani (Presidente); Igor Pires Zem El-Dine (Representante Discente); Larissa Giacometti Paris (Representante Docente – Departamento de Estudos da Linguagem); Leonardo Gomes Penteado Rosa (Representante Docente); Paulo Henrique do Nascimento (Representante Técnico-Administrativo); Stefania Becattini Vaccaro (Representante Docente) e Vinícius Nascimento Cerqueira (Representante Docente).

5.2 Coordenação do Curso

5.2.1 Regulamentação

A competência do Coordenador do Curso encontra-se prevista no artigo 174 do Regimento Geral da UFLA.

5.2.2 Definição

O Coordenador do Curso é responsável pela coordenação, planejamento, acompanhamento, controle e avaliação das atividades de ensino, considerando as deliberações do Colegiado de Curso.

5.2.3 Atribuições

As principais atribuições do Coordenador do Curso são:

- convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso;
- representar o colegiado como integrante da Congregação da Unidade Acadêmica à qual o Curso é vinculado;
- representar o colegiado perante os órgãos internos e externos a UFLA;
- executar as deliberações do colegiado;
- comunicar ao órgão competente qualquer irregularidade no funcionamento do Curso e solicitar as correções necessárias;
- designar relatoria ou comissão para estudo de matéria a ser submetida ao colegiado;
- articular o colegiado com os Departamentos e outros órgãos envolvidos;
- decidir sobre matéria de urgência *ad referendum* do colegiado;
- elaborar os horários de aulas de cada período letivo em articulação com os Departamentos, a Direção da Unidade Acadêmica e com a Pró-reitoria respectiva; e
- exercer outras atribuições inerentes ao cargo.

5.2.4 Composição

O Coordenador do Curso é eleito pela comunidade acadêmica. A eleição é realizada por votação secreta em escrutínio único pelos eleitores aptos a votar, sendo considerado eleito o candidato que obtiver a maioria simples dos votos, excluídos os eventuais votos brancos ou nulos. São aptos a votar os docentes responsáveis, na ocasião da eleição, pelas disciplinas obrigatórias e eletivas do Curso, os

membros do colegiado de Curso e os membros do núcleo docente estruturante. Atualmente, a Coordenadora de Curso é a professora Fernanda Valle Versiani.

Tabela 11 - Dados da Coordenadora do Curso de Direito

Nome	Titulação	Regime de trabalho	Experiência no magistério
Fernanda Valle Versiani	Doutorado	40 horas (DE)	7 anos

5.3 Núcleo Docente Estruturante

5.3.1 Regulamentação

A competência e a composição do Núcleo Docente Estruturante encontram-se previstas na Resolução CONAES 01/2010 e no art. 170, §1º, do Regimento Geral da UFLA.

5.3.2 Definição

O Núcleo Docente Estruturante é órgão consultivo do Colegiado de Curso e da PROGRAD para a elaboração, atualização, acompanhamento e gestão do Projeto Pedagógico do Curso, pautado nas Diretrizes Curriculares Nacionais e no Projeto Pedagógico Institucional.

Reúne-se, ordinariamente, uma vez por semestre, e, extraordinariamente, quando se fizer necessário, convocado pelo seu presidente. A convocação efetua-se por meio de mensagem eletrônica enviada ao e-mail institucional de seus membros, com, no mínimo, 48 (quarenta e oito horas) de antecedência.

Cada reunião é registrada em ata, lavrada pelo secretário, culminando com a assinatura do documento por todos os membros participantes de sua aprovação.

5.3.3 Atribuições

As principais atribuições do Núcleo Docente Estruturante são:

- rever e atualizar periodicamente os projetos pedagógicos de seus respectivos Cursos;
- conduzir os trabalhos de reestruturação da matriz curricular para submissão ao Colegiado de Curso, ao qual caberá deliberar sobre a proposta em primeira instância;

- contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso ou da egressa do Curso;
- zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Direito;
- acompanhar os resultados das avaliações internas e externas do Curso e propor ações de melhoria, se for necessário;
- elaborar as diretrizes gerais de ementas e planos de ensino das disciplinas recomendando à Coordenadora do Curso suas modificações, quando necessário;
- sugerir providências de ordem didática, científica e administrativa que se entendam necessárias ao desenvolvimento das atividades do Curso;
- coordenar a elaboração e recomendar a aquisição de lista de títulos bibliográficos e outros materiais necessários ao Curso;
- indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e de extensão;
- zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- opinar sobre outras matérias que lhe forem atribuídas, bem como sobre casos omissos que se situem na esfera de sua competência.

5.3.4 Composição

O Núcleo Docente Estruturante é constituído por membros do corpo docente do Curso que exerçam liderança acadêmica, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem no desenvolvimento do Curso.

São membros do Núcleo Docente Estruturante a Coordenadora de Curso e, no mínimo, 4 (quatro) docentes com vínculo efetivo e título de doutorado, que ministram componentes curriculares no Curso. Atualmente, integram o Núcleo Docente Estruturante: Fernanda Valle Versiani, Gabriela Cristina Braga Navarro, Gustavo Pereira Leite Ribeiro, Leonardo Gomes Penteado Rosa, Pedro Ivo Ribeiro Diniz, Stefania Becattini Vaccaro e Vinicius Nascimento Cerqueira.

6 INFRAESTRUTURA

O campus universitário possui 600 hectares, com 311 edificações e mais de 250.000 m² de área construída. São espaços destinados às atividades de ensino, pesquisa e extensão, às atividades administrativas, ao apoio estudantil, à convivência e à realização de eventos. Destaca-se, ainda, que a estrutura física encontra-se em expansão com a construção de novos prédios para abrigar salas de aula, laboratórios, gabinetes de professores, novos departamentos didáticos, além do Parque Tecnológico e do Centro Esportivo de Alto Rendimento.

A maioria das salas de aula dispõe de projetor, de equipamentos de multimídia, com computador e datashow. Algumas das salas contam com lousas digitais. Para atividades letivas existem nove pavilhões de aula, incluindo salas em formato de anfiteatro e salas de aula convencionais. No total são cerca de 250 espaços, com capacidade para até 11.000 pessoas. Há também um Centro de Eventos para 3000 pessoas. Recentemente, a UFLA instituiu um Núcleo de Acessibilidade com incentivos e adequações dos espaços de aula com instalação de elevadores e/ou rampas, bem como ferramentas de informática e pessoal técnico especializado para facilitar o aprendizado de pessoas com deficiência.

6.1 Departamento de Direito

O Departamento de Direito está localizado na Avenida Sul, entre a Reitoria e o Laboratório de Análise e Prospecção Químicas. Está instalado em um prédio de dois andares.

No primeiro pavimento, funcionam a Secretaria Geral, a Recepção e as Salas de Atendimento do Núcleo de Prática Jurídica, Laboratório de Informática, Sala de Estudos e Sala de Prática Jurídica. No segundo pavimento, encontram-se a Coordenação do Curso, a Chefia do Departamento, uma sala de reunião e os gabinetes dos professores.

6.2 Coordenação do Curso de Direito

O Coordenador do Curso de Direito possui sala própria no prédio do Departamento de Direito, coincidente com o gabinete individualizado do professor nomeado para essa função, garantindo, assim, comodidade e privacidade (quando necessário) no atendimento aos alunos e aos professores.

A Coordenação do Curso conta, ainda, com o apoio da Secretaria Integrada, que intermedia ações de natureza operacional e logística entre os estudantes de graduação e a coordenadora de Curso. A Secretaria Integrada é responsável pelo atendimento aos estudantes do Curso, assessoramento a

coordenadora do Curso na condução e gestão do projeto pedagógico do Curso e arquivamento dos documentos do Colegiado, entre outras atividades rotineiras.

A Secretaria Integrada possui espaço próprio, com dimensionamento adequado para o atendimento ao corpo docente e discente.

Destaca-se que o apoio à coordenação e ao corpo discente também é realizado pela Secretaria do Departamento de Direito, também dotada de espaço próprio para realização de suas atividades.

Tanto a Secretaria Integrada como a Secretaria do Departamento de Direito realizam atendimentos nos turnos matutino, vespertino e noturno.

A Coordenação utiliza-se, ainda, da Sala de Reunião do Departamento de Direito para as reuniões e demais atividades colegiadas, equipada com ar condicionado, televisão e datashow, computador, mesas de reunião e de apoio.

6.3 Gabinete de professores

O corpo docente vinculado ao Curso de Direito possui 24 (vinte e quatro) professores. Dentre eles, 20 (vinte) estão lotados no Departamento de Direito (DIR), enquanto 2 (dois) estão lotados no Departamento de Ciências Humanas (DCH), 1 (um) está lotado no Departamento de Administração e Economia (DAE) e 1 (um) está lotado no Departamento de Estudos da Linguagem (DEL).

Todos os professores possuem gabinetes individualizados com dimensões adequadas, com amplas janelas para iluminação e metragens que variam entre 10 m² e 15 m². Também encontram-se devidamente equipados para realização das atividades dos professores, com mobiliário suficiente, ramal telefônico, equipamentos de informática e acesso à internet. São, ainda, dotados de equipamentos de ventilação ou de ar condicionado, instalados de acordo com as necessidades de conforto térmico identificadas por avaliação de especialista.

6.4 Núcleo de Prática Jurídica

6.4.1 Estrutura e equipamentos

O Núcleo de Prática Jurídica, responsável pela oferta da Prática Jurídica do Curso de Direito, encontra-se instalado no primeiro pavimento do prédio do Departamento de Direito.

A estrutura do Núcleo de Prática Jurídica é composta por: uma sala de aula para as práticas simuladas, com capacidade para vinte e cinco alunos e equipada com computador, projetor multimídia e

lousa branca; quatro salas de atendimento ao público, com mesas redondas e cadeiras para cinco lugares cada; laboratório de informática com quatorze computadores e digitalizador; uma sala destinada à secretaria, com armários e dois arquivos, computador, impressora e balcão de atendimento; uma recepção com ambiente de espera e espaço para arquivamento de documentos; um almoxarifado; uma copa; dois banheiros.

O Núcleo de Prática Jurídica também possui cinco computadores portáteis, dois projetores multimídias portáteis, um digitalizador profissional de documentos e telefone para ligações locais e interurbanas. Conta, ainda, com servidor técnico-administrativo para auxiliar nos expedientes e atividades administrativas.

Figura 4 - Núcleo de Prática Jurídica





6.4.2 Atividades

6.4.2.1 *Assistência jurídica*

O Núcleo de Prática Jurídica propicia ao estudante a atuação em serviços de assistência jurídica às pessoas hipossuficientes. Entenda-se por pessoa hipossuficiente aquela que não possua condições econômicas de arcar com as custas do processo e/ou os honorários de advogado, sem prejuízo do próprio sustento ou da sua família. Considera-se também hipossuficiente a pessoa inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Havendo nítido interesse acadêmico e comprovado interesse social, reconhecidos pelo Colegiado do Curso de Direito, os atendimentos poderão beneficiar outros grupos sociais.

Atualmente, a assistência jurídica é prestada nas seguintes áreas: Direito Civil e Direito Processual Civil; Direito Penal e Direito Processual Penal; Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho. Todos os atendimentos são realizados diretamente pelos estudantes, sob supervisão de um professor.

Os atendimentos são realizados mediante prévio agendamento, nos horários designados, em cada período letivo, pelo Supervisor do Núcleo de Prática Jurídica. Durante o período de recesso escolar, os professores não realizaram plantão de atendimento ao público, devendo acompanhar as audiências eventualmente designadas e cumprir os prazos processuais. No mesmo período, a realização de audiências e o cumprimento de prazos processuais são facultativos para os estudantes.

Os atendimentos poderão resultar, a depender da necessidade e complexidade da demanda, em: devolutiva oral; devolutiva escrita; elaboração de parecer; encaminhamento para conciliação, mediação ou arbitragem; instauração de procedimento judicial ou administrativo. A instauração de

procedimento judicial ou administrativo dependerá da capacidade de acompanhamento processual dos professores responsáveis com inscrição ativa na Ordem dos Advogados do Brasil.

Nos atendimentos, os estudantes deverão: atender os assistidos com pontualidade, cortesia e eficiência, oferecendo informações claras, precisas e transparentes; informar os assistidos sobre o funcionamento e os serviços do Núcleo de Prática Jurídica; registrar as ocorrências, de forma legível e completa, inclusive na ficha de cadastro e no relatório individual do assistido; cumprir as orientações do professor para o melhor atendimento do assistido e para a realização de diligências; realizar a devolutiva ao assistido.

Compete também aos estudantes: executar, com zelo e diligência, as atividades da Prática Jurídica Real; comparecer aos atendimentos agendados e às demais atividades determinados pelo professor responsável; observar as disposições do Estatuto da Advocacia e do Código de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil; elaborar peças processuais e extraprocessuais decorrentes dos atendimentos que esteja envolvido, seguindo as recomendações do professor responsável, no prazo por este fixado; acompanhar o andamento dos processos sob sua responsabilidade, registrando as ocorrências que se verificarem, além de informar o professor responsável e o assistido sobre elas; atuar, se devidamente habilitado, nas audiências e sessões de julgamento, acompanhado pelo professor responsável; atuar, se devidamente qualificado, como conciliador, mediador ou árbitro, nos procedimentos levados a cabo pelo Núcleo de Prática Jurídica; manter sigilo sobre os assuntos tratados nos atendimentos, procedimentos de conciliação, mediação e arbitragem, nas audiências e sessões de julgamento.

Compete aos professores responsáveis: acompanhar, orientar, supervisionar e avaliar as atividades desenvolvidas pelos estudantes; efetuar o controle de pontualidade e de frequência dos estudantes; estimular o respeito à ética profissional; zelar pela eficiência e pela qualidade dos trabalhos realizados pelos estudantes, no âmbito tanto judicial quanto extrajudicial; fiscalizar o acompanhamento processual dos processos patrocinados pelo Núcleo de Prática Jurídica; zelar pelo cumprimento tempestivo dos despachos e das decisões judiciais proferidos nos processos patrocinados pelo Núcleo de Prática Jurídica; acompanhar, se devidamente habilitado, os estudantes nas audiências de conciliação e de instrução e julgamento; desempenhar, se devidamente habilitado, as atividades privativas da advocacia necessárias ao desenvolvimento das atividades do Núcleo de Prática Jurídica; atuar, se devidamente qualificado, como conciliador, mediador ou árbitro, nos procedimentos levados a cabo pelo Núcleo de Prática Jurídica.

6.4.2.2 *Mediação e arbitragem*

O Núcleo de Prática Jurídica propicia ao estudante a atuação na solução de conflitos a partir de mecanismos extrajudiciais, contribuindo, por um lado, para divulgação da mediação e da arbitragem, e, por outro, para promoção do amplo acesso à justiça, da cultura da paz e da construção consensual de decisões.

Qualquer interessado poderá solicitar a realização de mediação para a solução de conflito que verse sobre direitos disponíveis. Considera-se mediação a atividade técnica exercida por terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia.

O Núcleo de Prática Jurídica manterá a lista de mediadores, formada por professores, estudantes, técnicos-administrativos e outros especialistas. As atividades do mediador consideram-se trabalho voluntário, nos termos da Lei nº. 9.608/1998, não gerando vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Após a solicitação apresentada pelo interessado, à parte contrária será convidada para participar da mediação por meio de convite escrito, elaborado por estudante designado pelo professor responsável, que indicará o escopo da proposta de mediação, além de dia, hora e local para entrevista. Após a aprovação do termo pelo professor responsável, a Secretaria do Núcleo de Prática Jurídica providenciará o envio do convite ao destinatário.

Na entrevista de pré-mediação, as partes: farão a descrição do conflito e a exposição de suas expectativas; serão esclarecidas sobre o procedimento de mediação, com destaque para suas vantagens e desvantagens, sobre o papel e as responsabilidades do mediador e das partes, sobre a natureza e as características do eventual acordo; firmarão, se for o caso, o contrato de mediação, com, no mínimo: qualificação das partes; objetivos da mediação, especificando o conflito a ser tratado; escolha do mediador e/ou instituição responsável por conduzir o procedimento de mediação; agenda de trabalho, se o procedimento for conduzido por mediador do Núcleo de Prática Jurídica.

Se as partes escolherem um mediador do Núcleo de Prática Jurídica, deverão aquiescer a indicação, pelo professor responsável, de um estudante para acompanhar e auxiliar o mediador. O mediador poderá reunir-se com as partes, em conjunto ou separadamente, de acordo com o estabelecido na agenda de trabalho, bem como solicitar das partes as informações que entender necessárias para facilitar o entendimento entre elas. O mediador conduzirá os procedimentos da maneira que considerar apropriada, observando: as circunstâncias do conflito; o estabelecido na negociação com as partes; a

própria celeridade do procedimento; as disposições legislativas vigentes. Convém destacar que toda e qualquer informação relativa ao procedimento de mediação será confidencial em relação a terceiros.

O procedimento de mediação se encerra: por acordo entre as partes; por declaração escrita do mediador, que reconhece não se justificarem novos esforços para obtenção de consenso entre as partes; por declaração conjunta das partes, que reconhecem não se justificarem novos esforços para obtenção de consenso; por declaração escrita de qualquer das partes, que reconhece não se justificarem novos esforços para obtenção de consenso. O eventual acordo entre as partes constitui título executivo extrajudicial, devendo ser reduzido a termo, elaborado pelo estudante indicado para auxiliar o mediador, seguindo as orientações deste. Antes da assinatura das partes, o termo do acordo será submetido à aprovação do mediador, que também será responsável pela coleta das assinaturas das partes e das testemunhas.

Qualquer interessado poderá solicitar a realização de arbitragem para a solução de conflito que verse sobre direitos patrimoniais disponíveis. Considera-se arbitragem a atividade técnica exercida por terceiro imparcial com poder decisório, que, escolhido pelas partes, resolve a controvérsia de maneira definitiva.

O Núcleo de Prática Jurídica manterá a lista de árbitros, formada por professores, estudantes, técnicos-administrativos e outros especialistas. As atividades do árbitro consideram-se trabalho voluntário, nos termos da Lei nº. 9.608/1998, não gerando vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Após a solicitação apresentada pelo interessado, a parte contrária será convidada para participar da arbitragem por meio de convite escrito, elaborado por estudante designado pelo professor responsável, que indicará o escopo da proposta de arbitragem, além de dia, hora e local para entrevista. Após a aprovação do termo pelo professor responsável, a Secretaria do Núcleo de Prática Jurídica providenciará o envio do convite ao destinatário.

Na entrevista de pré-arbitragem, as partes: farão a descrição do conflito e a exposição de suas expectativas; serão esclarecidas sobre o procedimento de arbitragem, com destaque para suas vantagens e desvantagens, sobre o papel e as responsabilidades do árbitro e das partes, sobre a natureza e as características da sentença arbitral; firmarão, se for o caso, o compromisso arbitral, com, no mínimo: qualificação das partes; nome, profissão e domicílio do árbitro, ou dos árbitros, ou, se for o caso, a identificação da entidade à qual as partes delegaram a indicação de árbitros; matéria que será objeto da arbitragem; o lugar em que será proferida a sentença arbitral. Se as partes escolherem um

árbitro do Núcleo de Prática Jurídica, deverão aquiescer a indicação, pelo professor responsável, de um estudante para acompanhar e auxiliar o árbitro.

Considera-se instituída a arbitragem quando aceita a nomeação pelo árbitro, se for único, ou por todos, se forem vários. O procedimento arbitral será organizado pelo árbitro, levando em conta as peculiaridades do litígio e as disposições legislativas pertinentes, respeitando sempre os princípios do contraditório, da igualdade das partes, da imparcialidade do árbitro e da fundamentação das decisões. Em geral, sugere-se que o árbitro adote o seguinte procedimento: instituída a arbitragem, o árbitro promoverá, inicialmente, a tentativa de conciliação entre as partes; frustrada a conciliação, o árbitro concederá prazo de 10 (dez) dias para que as partes apresentem suas alegações e indiquem as provas que pretendem produzir; em seguida, o árbitro concederá novo prazo de 10 (dez) dias para as que partes possam impugnar as alegações contrárias e indicar as provas que pretendem produzir; encerrado o prazo para impugnação, o árbitro deliberará sobre a produção de provas e efetuará a instrução do procedimento; realizada a instrução, o árbitro proferirá sentença arbitral. Convém destacar que toda e qualquer informação relativa ao procedimento de arbitragem será confidencial em relação a terceiros.

O árbitro é juiz de fato e de direito, e a sentença que proferir não fica sujeita a recurso ou homologação pelo Poder Judiciário. A sentença arbitral produz, entre as partes e seus sucessores, os mesmos efeitos da sentença proferida pelos órgãos do Poder Judiciário e, sendo condenatória, constitui título executivo. A sentença arbitral será proferida no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da conclusão da instrução do procedimento. A sentença arbitral conterá obrigatoriamente: relatório do caso, incluindo identificação das partes e resumo do conflito; os fundamentos da decisão, com análise dos fatos e das questões de direito; o dispositivo, em que o árbitro resolverá o conflito e, se for o caso, estabelecerá prazo para o cumprimento da sentença.

Proferida a sentença arbitral, dá-se por finda a arbitragem, devendo o árbitro enviar cópia da decisão às partes, por via postal ou por outro meio qualquer de comunicação, mediante comprovação de recebimento, ou, ainda, entregando-a diretamente às partes, mediante recebido, em qualquer das situações no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

6.5 Salas de aula

Na UFLA, os espaços destinados às atividades letivas, nos Cursos de graduação e de pós-graduação, subdividem-se em anfiteatros, salas de aulas e laboratórios. Os dois primeiros são locais utilizados, principalmente, para a execução de aulas teóricas. Já o terceiro é destinado às aulas práticas.

Estes espaços são utilizados de acordo com o número de estudantes por turma e as necessidades próprias de cada disciplina.

Nas salas de aula, estão disponíveis equipamentos audiovisuais, que incluem computador e projetor multimídia, além de conexão sem fio à internet. Algumas salas contam com lousas virtuais, possibilitando aos estudantes oportunidade de participação em aulas que utilizam os mais recentes e modernos recursos tecnológicos e visuais.

Figura 5 - Pavilhão de Salas de Aula



6.6 Laboratórios de informática

A Universidade Federal de Lavras, por intermédio de ações de sua Diretoria Executiva, nomeadamente pela Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DGTI) – órgão vinculado à Pró-reitoria de Planejamento e Gestão (PROPLAG) - disponibiliza e mantém em funcionamento um sistema de acesso à internet por meio de rede Wi-fi gratuita por toda extensão do campus universitário. A DGTI tem por objetivo desenvolver as atividades de gestão da tecnologia da informação no âmbito da UFLA. Gerir a Tecnologia da Informação significa atuar em questões relativas às soluções e serviços de TI, de forma a contribuir com o planejamento, organização, mapeamento dos processos, controle e avaliação de atividades, a fim de alinhar as ações, metas e objetivos de TI da DGTI às estratégias traçadas no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFLA. É responsável ainda pela elaboração e execução do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI/UFLA).

É importante destacar ainda que a UFLA conta com laboratórios de informática abertos aos discentes nos três turnos de funcionamento da universidade, além de diversos outros espaços instalados nos diversos departamentos didático-científicos da universidade, tais como: laboratórios de tecnologias educacionais, laboratórios de computação científica, laboratório de educação continuada, laboratório de programação aplicada, entre outros. Também vale destacar a política de empréstimo de computadores portáteis aos discentes dos cursos de graduação e pós-graduação que é administrada pela Biblioteca Universitária, que atende considerável número de discentes que não possuem computadores próprios.

O Curso de Direito possui laboratório de informática próprio, localizado no prédio do Departamento de Direito, com 14 computadores e 5 computadores portáteis para livre utilização dos estudantes, quando não utilizados por atividades de ensino e de prática relacionadas ao Curso. Além disso, a Biblioteca Universitária disponibiliza equipamento para empréstimo temporário aos estudantes.

6.7 Biblioteca

6.7.1 Estrutura física e equipe

A Biblioteca Universitária (BU) tem 5.200 m² e está na área central da universidade, onde estão instalados também os correios, a cantina, uma agência do Banco do Brasil, caixas eletrônicas, a livraria universitária, a central de copiadora, o restaurante universitário, associações de classe, o posto policial e a maioria das edificações destinadas às salas de aula.

O prédio da BU é composto de 2 andares, sendo o térreo e o 1º pavimento, cada um deles com 3 alas. O primeiro pavimento é destinado ao acervo de referência e empréstimos domiciliares; área de estudo individual

e em grupo; sala de fotocópias; e espaços de circulação, exposições culturais, técnicas e científicas, de consulta e de atendimento aos usuários. No pavimento térreo está localizado 1 anfiteatro com capacidade de até 120 lugares, equipado com aparelhagem de som, climatização e é utilizado para eventos didáticos, científicos e culturais; 2 salas como Espaço de Pesquisa Virtual; ampla área de estudo com cabines individuais; áreas para acervos de pouco uso; Coleção de obras raras e especiais; setores administrativos e de processos técnicos.

Através do “Projeto Incluir”, do Ministério da Educação, foram disponibilizados computadores para atender usuários com necessidades visuais e estão dispostos em setores de fácil acesso, como nos terminais de consulta ao acervo, na entrada principal da biblioteca e no Espaço de Pesquisa Virtual I. O restante dos equipamentos desse projeto foi cedido para o Núcleo de Acessibilidade da UFLA. A Biblioteca possui também piso tátil e elevador para facilitar a locomoção dos portadores de necessidades especiais.

O Portal de Periódicos da Capes pode ser acessado de qualquer computador da UFLA ou remoto, através de configuração do Proxy dos computadores particulares e login (utilizando o e-mail institucional) disponibilizados para todos os estudantes, incluindo os matriculados em cursos à distância. O Portal conta com mais de 37 mil periódicos disponíveis em texto completo, 126 bases referenciais, 11 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias, obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual. A Biblioteca oferece também o recurso eletrônico “ABNT Coleção”, através desse serviço é possível gerenciar e consultar as normas técnicas atualizadas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Figura 6 - Biblioteca Universitária





6.7.2 Horário de funcionamento

O período de funcionamento da biblioteca é de segunda a sexta-feira, das 7h00min às 22h00min, e aos sábados, das 7h00min às 13h00min. Durante o período de férias, a biblioteca conta com um horário diferenciado, previamente divulgado em seu site nas redes sociais e em outros canais de comunicação.

6.7.3 Acervo, recursos e serviços

A Política de Formação e Desenvolvimento do Acervo, que é o conjunto de princípios que norteiam os parâmetros e as responsabilidades para a formação e o desenvolvimento do acervo bibliográfico, busca a compreensão mais exata sobre as áreas, a profundidade e a utilização da coleção, obtendo subsídios e justificativa para a aplicação anual de recursos financeiros. A evolução do acervo, nos últimos cinco anos, pode ser vista na tabela abaixo.

Tabela 12 - Evolução do acervo da Biblioteca Universitária

2016	2017	2018	2019	2020	2025
209.945	219.872	230.593	242.596	243.799	304.359

Anualmente, os docentes responsáveis pelas disciplinas são convidados a indicar novos títulos para aquisição e atualização do acervo. As aquisições têm como premissas básicas atender as necessidades das disciplinas e as exigências do Instrumento de Avaliação do Inep/MEC. Neste sentido, a UFLA busca manter um

acervo de excelência que atenda às bibliografias básicas e complementares em qualidade e quantidade suficientes para atender aos objetivos descritos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

O acervo atual da Biblioteca Universitária é apresentado na tabela abaixo.

Tabela 13 - Acervo da Biblioteca Universitária

Material	Títulos	Recurso Eletrônico	Exemplares	Exe. Adicionais
Livros	46.887	2	114.462	2.039
Folhetos	8.031	5	8.283	1
Catálogos	6	0	7	0
Artigos	2.565	0	0	0
Dissertações	6.036	1	11.721	6
TCC (Graduação)	552	0	555	0
Normas	87	0	105	0
Teses	9.223	0	11.426	7
TCCP (Pós-Graduação)	21	0	23	0
Periódicos	1.876	0	96.347	6
Relatórios	1	0	1	0
DVD	121	0	184	4
Publicações Online Gratuitas	0	92	0	0
Gravação de Vídeo	18	0	18	0
CD-ROM	209	0	575	20
Computadores portáteis	3	0	61	0
Ebook	23	20.933	0	0
Braille	12	0	31	0
Total Geral	75.671	21.033	243.799	2.083

Dentre os portais de acesso, destaca-se o Minha Biblioteca, consórcio que permite acesso a mais de 6500 e-books na íntegra, de todas as áreas do conhecimento, incluindo um extenso catálogo de obras jurídicas. Já a Biblioteca Virtual da Pearson é um acervo digital composto por milhares de títulos, que abordam diversas áreas de conhecimento, tais como: administração, marketing, engenharia, direito, letras, economia, computação, educação, medicina, enfermagem, psiquiatria, gastronomia, turismo, dentre outras. Além dos títulos da Pearson, a plataforma conta com títulos de mais de 25 editoras parceiras. O Portal de Periódicos da Capes pode ser acessado de qualquer computador da UFLA ou remoto, através de configuração do Proxy dos computadores particulares e login (utilizando o e-mail institucional). Ele conta com um acervo de mais de 38 mil títulos com texto completo, nacional e internacional, 126 bases referenciais, 11 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e

conteúdo audiovisual. O acesso às bibliotecas virtuais e ao Portal de Periódicos da Capes é garantido pela política de inclusão digital defendida pela Direção Executiva da UFLA, que tem como uma de suas ações o empréstimo de computadores portáteis (notebook) para uso domiciliar. Em 2020, a Biblioteca da UFLA adquiriu mais de 491 notebooks para empréstimo aos discentes durante o Ensino Remoto Emergencial.

Em temáticas específicas do Direito, são mais de 2000 títulos e mais de 10.000 exemplares, os quais foram cuidadosamente selecionados pelos membros do corpo docente, considerando as peculiaridades e necessidades de cada componente curricular que compõem a grade do curso.

Ademais, para atendimento das necessidades do Curso de Direito, a Biblioteca Universitária mantém vigente a assinatura dos seguintes periódicos: *Journal du Droit International* (ISSN 0021-8170), *Journal International de Bioéthique* (ISSN 1145-0762), *Revista de Derecho Privado* (ISSN 0034-7922), *Revista Brasileira de Ciências Criminais* (ISSN 1415-5400), *Revista de Arbitragem e Mediação* (ISSN 1679-6462), *Revista de Direito Ambiental* (ISSN 1413-1439), *Revista de Direito Constitucional e Internacional* (ISSN 1518-272X), *Revista de Direito do Consumidor* (ISSN 1415-7705), *Revista de Direito Privado* (ISSN 1517-6290), *Revista de Direito Civil Contemporâneo* (ISSN 2358-1433), *Revista de Processo* (ISSN 0100-1981), *Revista Fórum de Direito Tributário* (ISSN 1678-8656), *Revista Fórum Trabalhista* (ISSN 2238-4138), *Revista LTr* (ISSN 1516-9154), *Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária* (ISSN 2179-1643), *Revista Direito do Trabalho* (ISSN 0102-8774).

Também existe no acervo bibliográfico exemplares descontinuados de diversos periódicos, na área do Direito, entre os quais destacam-se: *Anuário Brasileiro de Direito Internacional* (ISSN 1980-9484), *Pensar* (ISSN 1519-8464), *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais* (ISSN 0304-2340), *Revista da Faculdade de Direito do Sul De Minas* (ISSN 1516-4551), *Revista da Faculdade de Direito Milton Campos* (ISSN 1415-0778), *Revista da Procuradoria-Geral do Banco Central* (ISSN 1982-9965), *Revista de Ciências Jurídicas – Maringá* (ISSN 1518-0719), *Revista de Direito – Viçosa* (ISSN 1806-8790), *Revista de Direito Administrativo* (ISSN 0034-8007), *Revista Direito GV* (ISSN 1808-2432), *Revista do Advogado* (ISSN 0101-7497), *Revista dos Tribunais* (ISSN 0034-9275), *Revista Luso-Brasileira de Direito do Consumo* (ISSN 2237-1168), *Revista Bioética* (ISSN 1983-8042), *Argumentum* (ISSN 1677-809X), *Les Cahiers du Droit* (ISSN 0007-974X), *Derechos y Libertades* (ISSN 1133-0937), *Espaço Jurídico* (ISSN 1519-5899), *Revista de Ciências Jurídicas e Sociais* (ISSN 1516-1579), *Revista Jurídica – Porto Alegre* (ISSN 0103-3379), *Jurisprudência Mineira* (ISSN 0447-1768), *Revista do Superior Tribunal de Justiça* (ISSN 0103-4286), *Revista Trimestral de Jurisprudência* (ISSN 0035-0540).

Com o objetivo de revitalizar a segurança e o monitoramento do acervo, de forma rápida, periódica e precisa, visando a assegurar o patrimônio público e otimizar o serviço de empréstimo e, conseqüentemente, melhorar a qualidade do atendimento prestado, a Biblioteca Universitária possui um sistema de segurança e gestão de acervo, composto por equipamentos (leitores e antenas) e *tags* (etiquetas) que se comunicam por meio de radiofrequência, com o RFID, e que, por intermédio de um *software* usado para "interpretar" os dados contidos nas *tags*, disponibiliza informações e potencializa a execução de inúmeras operações para o usuário, como autoempréstimo, autodevolução e inventário. O sistema de identificação funciona de uma forma muito simples: são colocadas etiquetas eletrônicas com um microchip no material, que pode ser rastreado por ondas de rádio. Para transmitir as informações, essas etiquetas respondem ao sinal de rádio de certo transmissor e envia de volta os dados de sua localização e sua identificação.

No que concerne à política de inclusão digital, foram disponibilizados aos usuários, desde outubro de 2011, computadores portáteis (*netbooks*), para empréstimo domiciliar. O objetivo desse projeto é atender a uma parcela dos estudantes que ainda não possuem equipamentos portáteis para estudos, pesquisas e participação em eventos, além de facilitar o acesso ao Portal de Periódicos Capes e a outros recursos digitais.

Em se tratando dos serviços prestados pela Biblioteca Universitária, são realizados, além de consulta local e do empréstimo domiciliar, renovação, reserva, autoempréstimo, autodevolução, disseminação seletiva da informação e preparação de fichas catalográficas de teses e dissertações, com dados fornecidos pelos próprios usuários e de materiais bibliográficos publicados na UFLA. Também são realizados empréstimo entre bibliotecas externas, intercâmbio de publicações, serviços de reprografia e comutação bibliográfica, que permitem a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nas principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informações internacionais.

6.8 Outras instalações relevantes

6.8.1 Restaurante universitário

Os estudantes e demais membros da comunidade universitária contam com serviço de alimentação oferecido pelo restaurante universitário, que funciona de acordo com o calendário letivo, e oferece almoço em todos os dias da semana, incluindo fins de semana e feriados e jantar nos dias úteis.

Figura 7 - Restaurante universitário



Os cardápios são tecnicamente planejados, de modo que as refeições servidas possuam qualidades nutritivas, sabor agradável e custo compatível com a programação da universidade. Todos os dias são servidos o prato base (arroz e feijão), prato protéico (carne), guarnição, salada e suco. Diariamente, os usuários recebem informações sobre o cardápio e sua respectiva composição (quantidade de proteínas, glicídios e lipídios).

6.8.2 Moradia estudantil

A moradia estudantil inclui dois prédios. Os prédios são compostos por sessenta apartamentos que acomodam até seis pessoas. Cada apartamento possui sala e cozinha, dois quartos, banheiro e conexão sem fio à internet. Há, ainda, espaços coletivos, como cantina, lavanderia, sala de estudos e áreas de lazer.

Terão direito a ocupar vagas na moradia estudantil, alunos regularmente matriculados nos Cursos de graduação e classificados em situação de vulnerabilidade socioeconômica de acordo com os critérios estabelecidos pela PRAEC, desde que os pais ou responsáveis não residam no município de Lavras ou em cidades vizinhas que possuam transportes circulares nos horários das aulas.

Figura 8 - Moradia estudantil



6.8.3 Centro de Convivência

No centro de convivência, contam-se loja universitária, loja de conveniência, livraria, fotocopiadora, agência dos correios, posto bancários e caixas eletrônicos. Há também lanchonete, cafeteria e franquia de comida natural. Além disso, o centro de convivência possui uma pequena arena para apresentações artísticas e culturais.

Figura 9 - Centro de Convivência





6.8.4 Centro de Integração Universitária

O Centro de Integração Universitária (CIUNI) é um espaço destinado à prática esportiva e de lazer, onde também se realizam eventos sociais, culturais e esportivos, de interesse institucional. A UFLA conta com piscina, ginásios poliesportivos, com sala de musculação, sala de ginástica e de lutas, estádio com campo de futebol gramado.

Figura 10 - Centro de Integração Universitária (CIUNI)



6.8.5 Centro de Eventos

O Centro de Eventos da UFLA possui infraestrutura modular e capacidade para abrigar até 3.300 pessoas. Possui, além do salão principal, 10 salas no andar térreo que permitem a execução paralela de diversas atividades. Esse espaço tem como um dos objetivos democratizar o acesso e contribuir para a atração de eventos técnico-científicos, que poderão ser realizados na UFLA, com maior possibilidade de contatos e intercâmbios entre pesquisadores do país e do exterior. Essa interação visa reflexos diretos na melhoria da

qualidade do ensino. Anualmente, são realizados em torno de 800 eventos na universidade e, com este espaço, recentemente inaugurado, é possível atrair a organização de congressos e simpósios de abrangência nacional e internacional, muitas vezes organizados pela UFLA e realizados em outras cidades.

6.8.6 Centro de Cultura

Infraestrutura voltada ao incentivo às artes cênicas, música, dança e fotografia, incluindo um teatro com capacidade de 274 pessoas. Em uma área total de 2.310 m², além do espaço destinado às artes, o prédio abrigará em seu pavimento inferior uma academia de ginástica para atender à comunidade acadêmica. Também possui um teatro de arena, para até 100 pessoas, direcionado a pequenas apresentações.

6.8.7 Campus Histórico

No campus histórico, localizam-se o Centro Assistencial, o Centro Odontológico, o Serviço Social, Museu Bi Moreira, Museu de História Natural, o Centro Cultural Casa das Pedras, o Centro de Tecnologia em Informática, o Laboratório de Idiomas, a Cooperativa de Consumo, a Rádio FM Universitária, a TV Universitária, a Fundação de Desenvolvimento Científico e Cultural, além do Centro de Treinamento da FAEPE.

6.8.8 Complexo Esportivo de Alto Rendimento e Parque Tecnológico

O esporte de alto rendimento também é difundido e incentivado no meio universitário pela instituição. Para isso, está em fase de construção além de uma pista de atletismo com oito raias, nas dimensões e características recomendadas pela Confederação Brasileira de Atletismo, uma pista de salto com vara, pista de salto triplo e extensão, base para arremesso de peso, duas pistas para lançamento de dardo, uma gaiola para lançamento de martelo e disco e salto em altura, pista de aquecimento e pista elevada para treinamento.

Também está em construção, com área de 77.800 m², um parque tecnológico que visa integrar a pesquisa desenvolvida na UFLA e as empresas privadas existentes na região.

6.8.9 Acessibilidade

A UFLA, por intermédio da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), faz o tratamento e acompanhamento das questões relacionadas à acessibilidade e inclusão de discentes. Atualmente, a PRAEC conta com os seguintes programas de apoio estudantil como o Núcleo de Acessibilidade – NAUFLA; Programa de Apoio a Discentes com Necessidades Educacionais Especiais – PADNEE; Programa

de Acessibilidade Linguística e Comunicacional – PALCo que atende a toda comunidade universitária e visitantes; Programa de atendimento psicossocial individual; Programa “Qualidade de Vida no Campus”; Programa de Saúde Comunitária; Programa de Saúde Mental.

Tratando especificamente das atribuições da Coordenadoria de Acessibilidade e Esportes, podemos destacar as seguintes: garantir a inclusão de pessoas com deficiência e/ou com necessidades educacionais especiais à vida acadêmica na UFLA, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas, programáticas, atitudinais e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade; consolidar a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva a transversalidade da educação especial no ensino superior por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos discentes em todos os espaços acadêmicos da UFLA.

Ademais, vale destacar que o campus da UFLA já conta em quase toda sua área (pavilhões de aulas e demais espaços de uso comum) com banheiros adaptados, rampas de acesso, elevadores e pisos táteis. Também estão disponíveis para a comunidade servidores técnicos administrativos tradutores em libras, serviços de comunicação adaptados, acessibilidade de veículos individuais e em coletivos, etc. em conformidade com o decreto 5.296/2004.



CADERNO DE DISCIPLINAS



CURSO DE DIREITO

Departamento de Direito. Campus Universitário, s/n.
Caixa Postal 3037. CEP 37.200-000. Lavras. MG.
+ 55 (35) 4829-4500 | www.direito.ufla.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

Reitor
João Chrysostomo de Resende Júnior

Vice-Reitor
Valter Carvalho de Andrade Júnior

DEPARTAMENTO DE DIREITO

Chefe
Ana Luiza Garcia Campos

Chefe Adjunta
Letícia Garcia Ribeiro Dyniewicz

CURSO DE DIREITO

Coordenadora
Fernanda Valle Versiani

Coordenadora Adjunta
Stefania Beccattini Vaccaro

COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO

Fernanda Valle Versiani	Presidente (Direito)
Igor Pires Zem El-Dine	Representante Discente (Curso de Direito)
Larissa Giacometti Paris	Representante Docente (Departamento de Estudos da Linguagem)
Leonardo Gomes Penteado Rosa	Representante Docente (Departamento de Direito)
Paulo Henrique do Nascimento	Representante Técnico-Administrativo
Stefania Beccattini Vaccaro	Representante Docente (Departamento de Direito)
Vinícius Nascimento Cerqueira	Representante Docente (Departamento de Direito)



Grade obrigatória

Período	Código/Nome do CC	Carga horária (hora-aula)	Pré-requisito
1	GCH102 - Introdução à Filosofia	68	-
1	GCH225 - Introdução à Sociologia e à Antropologia	68	-
1	GCH238 - Ciência Política e Teoria do Estado	68	-
1	GDI101 - Introdução ao estudo do Direito	68	-
1	GEL104 - Leitura e produção de texto	68	-
2	Metodologia das Práticas extensionistas	34	-
2	GDI105 - Teoria da Constituição	68	GCH38
2	GDI106 - Direito Civil I	68	GDI101
2	GDI109 – Direito Penal I	68	GDI101
2	GDI175 - Metodologia da Pesquisa Jurídica	68	-
2	GAE247 - Economia Aplicada ao Direito	34	-
3	GCH228 - Psicologia aplicada ao Direito	68	-
3	GDI107 - Direito Civil II	68	GDI106
3	GDI108 - Direito Constitucional I	68	GDI105
3	GDI112 - Direito Penal II	68	GDI109
3	GDI120 - Teoria Geral do Processo	68	GDI101
3	GDI156 - Negociação, mediação e arbitragem	68	-
4	GDI111 - Direito Civil III	68	GDI107
4	GDI114 - Direito Constitucional II	68	GDI108
4	GDI118 - Direito Penal III	68	GDI109
4	GDI124 - Direito Processual Civil I	68	GDI120
4	GDI138 - Direito Internacional público	68	GCH238
5	GDI117 - Direito Civil IV	68	GDI111
5	GDI126 - Direito do Trabalho I	68	-
5	XXX - Direito Processual Civil II	68	GDI124
5	GDI157 - Ética profissional	34	-
5	GDI176 – Direito Penal IV	68	GDI109
6	GDI122 - Direito Processual Penal I	68	GDI120
6	GDI123 - Direito Civil V	68	GDI107
6	GDI128 - Direito do Trabalho II	68	GDI124
6	GDI129 - Direito Administrativo I	68	GDI114
6	GDI131 - Direito Processual Civil III	68	GDI124
7	GDI130 - Direito Processual Penal II	68	GDI122
7	GDI134 - Direito Administrativo II	68	GDI129
7	XXX - Direito Processual Civil IV	68	GDI124
7	GDI161 - Direito Civil VI	68	GDI123
7	GDI165 - Direito Ambiental	68	GDI114
8	GDI113 - Direito Empresarial I	68	-
8	GDI137 - Direito Tributário I	68	GDI108
8	GDI162 - Direito Civil VII	68	GDI107
8	PRG271 - Trabalho de Conclusão de Curso I	68	GDI175
8	GDI132 - Direito Processual do trabalho	68	-GDI126
9	GDI121 - Direito Empresarial II	68	GDI113
9	GDI141 - Direito Tributário II	68	GDI137
9	GDI163 - Filosofia do Direito	68	PRG271
9	PRG272 - Trabalho de Conclusão de Curso II	68	-
9	XXX - Direito Digital	34	GDI117
10	GDI116 - Direito do Consumidor	34	-
10	GDI142 - Direito Internacional Privado	34	GDI101
10	GDI143 - Hermenêutica jurídica	68	-
10	GDI177 - Direito Empresarial III	68	GDI113

10	PRG727 - Trabalho de Conclusão de Curso III	34	PRG271
10	XXX - Direito Previdenciário	68	GDI114 GDI128

Eletivas – Subgrupo A

Código	Título	Pré-requisito	Correquisito
GDI104	Criminologia	-	-
GDI119	História do Direito	-	-
GDI133	Direito Agrário	-	-
GDI152	Direito Constitucional e Federalismo	GDI105	-
GDI155	Análise Econômica do Direito	-	-
GDI159	Direito, Estado e Marxismo	-	-
GDI171	Processo Constitucional	-	-
GDI172	Bioética Experimental	-	-
GDI173	Direito Internacional do Meio Ambiente	-	-
GDI179	Direito Agroalimentar	-	-
GDI181	Direito Urbanístico	GDI108	-
GDI182	Críticas da Jurisdição	GDI120	-
GDI183	Teoria do Garantismo Penal	-	-
GDI184	Direitos Fundamentais	-	-
GDI185	Direito Coletivo do Trabalho	GDI126	-
GDI186	Justiça Tributária	-	-
GDI187	Direito Econômico	GDI105	-
GDI190	Fundamentos Constitucionais do Direito Civil	-	-
GDI191	Direito Financeiro	GDI108	-
GDI193	Direito Regulatório	-	-
GDI194	Bioética Clínica	-	-
GDI195	Contratos Cíveis e Empresariais	GDI117	-
GDI196	Controle de Constitucionalidade	GDI105	-
GDI197	Direito da Criança e do Adolescente	-	-
GDI198	Direito da Integração e Direito Comunitário	GDI138	-
GDI199	Direito das Organizações Internacionais	GDI138	-
GDI200	Direito Eleitoral	GDI105	-
GDI201	Direito Internacional dos Direitos Humanos	-	-
GDI202	Direito Internacional do Desenvolvimento Sustentável	-	-
GDI203	Parcerias na Administração Pública	GDI129	-
GDI204	Direito Penal Econômico	GDI112	-
GDI205	Direito Penal do Meio Ambiente	GDI112	-
GDI206	Responsabilidade Civil do Estado	-	-
GDI207	Direito da Personalidade	-	-
GDI208	Planejamento Tributário	GDI137	-
GDI210	Processo Administrativo	GDI129	-
GDI211	Processo Coletivo	GDI124	-
GDI212	Responsabilidade Civil	-	-
GDI213	Recursos e Ações de Impugnação no Processo Penal	GDI130	-
GDI214	Aplicação da Pena e Execução Penal	GDI112	-
GDI215	Emergencialismo Penal	GDI109	-
GDI216	Política Criminal de Drogas	-	-

GDI217	Tutela Jurídica dos Povos Tradicionais	-	-
GDI218	Direito Médico	-	-
GDI219	Teoria da Prova	GDI120	-
GDI220	Abordagens Críticas de Teoria da Justiça	-	-
GDI221	Fundamentos Teóricos de Sociologia do Direito	-	-
GDI222	Sociologia do Direito no Brasil	-	-
GDI223	Positivismo Jurídico e a crítica de Ronald Dworkin	-	-
GDI224	Teorias Contemporâneas do Direito	-	-
GDI225	Liberalismo Contemporâneo na Teoria da Justiça	-	-
GDI226	História do Direito do Trabalho	-	-
GDI227	Teoria Geral do Processo do Trabalho	GDI120 GDI126	-
GDI228	Teoria da Constituição e seus Debates Contemporâneos	-	-
GDI229	Autonomia e Vulnerabilidade no Contexto Bioético	GDI106	-
GDI230	Atualidades em Processo Civil	GDI120 GDI124	-
GDI231	Processo Penal e Democracia	-	-
GDI232	Bioética vai ao cinema	-	-
GDI233	Direito Processual Eleitoral	-	-
GDI234	Direito e Literatura	-	-
GDI235	Recursos e execução no Processo do Trabalho	GDI132	-
GDI236	Leituras do Direito Civil	-	-
GDI238	Ensino do Direito	-	-
GDI240	Direito dos Valores Mobiliários e Mercado de Capitais	GDI113	-
GDI241	Direito Empresarial e Tecnologia	GDI113	-
GDI242	Direito Minerário	-	-
GDI245	Estudos Avançados em Sociedade Anônima	GDI113	-
GDI246	Governança Corporativa e Compliance	GDI113	-
GDI247	Mediação e Arbitragem Empresarial	GDI113	-
GDI249	Advocacia Criminal em Direitos Humanos	-	-
GDI250	Fundamentos do Penalismo Democrático	-	-
GDI252	Processo Penal Cautelar	GDI120	-
GDI253	Tópicos Avançados em Direito e Processo do Trabalho	GDI126 GDI128	-
GDI256	Desenvolvimento Sustentável	GDI108	-
LIR1727	Direito Internacional e Desenvolvimento Sustentável	-	-
LIR1827	Proteção Jurídica a Minorias e Povos Indígenas no Brasil	-	-
LIR1927	Casos e Controvérsias de Liberdades Cívicas	-	-
LIR2027	Sistema Interamericano de Direitos Humanos	-	-
XXX	Tensões entre constitucionalismo e democracia	-	-
XXX	Direito Ambiental e Economia	-	-
XXX	Mudanças climáticas e Direito	-	-
XXX	Direito das startups	GDI113	-
XXX	Propriedade Industrial	GDI113	-

Eletivas – Subgrupo B

Código	Título	Pré-requisito	Correquisito
GAE102	Contabilidade Geral	-	-
GAE119	Gestão Tributária	-	-
GAE131	Administração e Meio Ambiente	-	-
GAE132	Comércio Exterior	-	-
GAE137	Fundamentos de Extensão	-	-
GAE154	Gestão de Organizações do Terceiro Setor	-	-
GAE162	Gestão Socioambiental	-	-
GAE170	Investimentos Financeiros	-	-
GAE225	Gestão e Desenvolvimento de Pessoas no Setor Público	-	-
GAE239	Gestão e Responsabilidade Social	-	-
GAE309	Mercado de Capitais	-	-
GAM107	Introdução ao Controle Ambiental	-	-
GAP101	Contabilidade Geral	-	-
GAP105	Redes de Cooperação	-	-
GAP108	Teoria das Finanças Públicas	-	-
GAP110	Relações Internacionais	-	-
GAP111	Políticas Públicas no Brasil	-	-
GAP112	Administração Pública I	-	-
GAP114	Contabilidade Pública	GAP101	-
GAP115	Economia Brasileira Contemporânea	GAE247	-
GAP118	Orçamento Público	-	-
GAP121	Licitação, Contrato e Convênios	-	-
GCH123	Filosofia da linguagem	-	GMM102
GAP124	Estado e Políticas Públicas	GAP111	-
GAP125	Políticas Públicas e Desenvolvimento	GAP124	-
GAP126	Modelos de Análise de Políticas Públicas	GAP125	-
GCH113	História da Lógica	-	-
GCH116	História da Filosofia Moderna I	-	-
GCH118	Ética I	-	-
GCH119	Filosofia Política I	-	-
GCH120	História da Filosofia Moderna II	GCH116	-
GCH121	História da Filosofia Contemporânea I	-	-
GCH122	Ética II	GCH118	-
GCH124	Filosofia Política II	GCH119	-
GCH125	História da Filosofia Contemporânea II	GCH121	-
GDE124	Língua Brasileira de Sinais (libras)	-	-
GDE208	Cultura Indígena e Afrobrasileira	-	-
GEF124	Política e Legislação Florestal	-	-
GEL122	Introdução à Análise do DisCurso	GEL127	-
GEL127	Introdução aos Estudos Linguísticos	-	-
GEL148	Semântica e Pragmática	GEL127	-
GEL178	Habilidades em Língua Inglesa I	-	-
GEL179	Habilidades em Língua Inglesa II	GEL178	-
GEL231	Língua Inglesa em Contexto Acadêmico para Proficiência QCE A2	-	-
GGA107	Comportamento Humano nas Organizações	-	-
GGA112	Relações de Trabalho e Negociação Coletiva	-	-

GMM103	Introdução à Lógica	-	-
PRG005	Atividade Acadêmica Internacional	-	-

Oficinas de prática jurídica

Código	Título	Pré-requisito	Correquisito
EDI2702	Oficina de Consultoria Jurídico-legislativa	-	-
EDI2703	Oficina de Atuação Jurídica em Comitês de Ética	-	-
EDI2714	Oficina de Prática Gestão de Carreira, Produtividade e Felicidade	-	-
PRG1027	Oficina de Análise Jurisprudencial Crítica do Direito do Trabalho	GDI126	-
PRG1127	Oficina de Prática Jurídica em Direitos Humanos	GDI108	-
PRG1227	Oficina de Gestão de Risco Contratual e Elaboração de Contratos Atípicos	GDI117	-
PRG1327	Oficina de Prática Jurídica Ambiental	GDI124 GDI165	-
PRG1427	Oficina de Prática Jurídica em Direito de Família	GDI123 GDI124	-
PRG1627	Oficina de Prática Jurídica Trabalhista - Fase de Conhecimento	GDI126 GDI128	-
PRG1727	Oficina de Estudo de Casos de Direito Penal	GDI112	-
PRG1827	Oficina de Estudo de Casos de Liberdades Cíveis	GDI101 GDI108	-
PRG1927	Oficina de Processo Tributário	GDI137	-
PRG2027	Oficina de Argumentação Jurídica em Casos Paradigmáticos de Direitos Humanos	-	-
PRG2127	Oficina Sistema Internacional de Direitos Humanos	GDI138	-
PRG2227	Oficina Consultiva em Responsabilidade Civil	-	-
PRG2327	Oficina de Processo Civil Democrático	GDI127	-
PRG2627	Oficina de Atos Constitutivos Empresariais	-	-
PRG2727	Oficina de Metodologia de Ensino do Direito	-	GDI238
XXX	Oficina de prática jurídica civil	-	-
XXX	Oficina de prática jurídica penal	-	-
XXX	Oficina de Prática Jurídica em Justiça Restaurativa	-	-
XXX	Oficina em processo societário	GDI113	-
XXX	Oficina de Legal Design e Visual Law	GDI127	-

Disciplinas Obrigatórias	3.128 h/a	2.607 horas	O Curso de Direito possui carga horária total de 3.705 horas, em atendimento à Resolução MEC/CNE/CES nº 2/2007.
Disciplinas Eletivas	272 h/a	227 horas	
Prática Jurídica	255 horas		Da carga horária exigida em disciplinas eletivas, o estudante deverá cumprir, no mínimo, 136 horas/aulas em disciplinas que integram o Grupo A.
Trabalho de Conclusão de Curso	170 h/a	142 horas	
Atividades Complementares	104 horas		
Atividades de Extensão	370 horas		

Módulo 1

<i>Introdução à Filosofia</i>			
Carga Horária	68 h/a	Código	GCH102
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Método de leitura filosófica. A República de Platão. A Ética em Aristóteles. A Suma de Aquino. As Meditações Metafísicas de Descartes.		
Bibliografia Básica	AQUINO, Santo Tomás de. Suma teológica . São Paulo: Loyola, 2014, v. 2. ARISTÓTELES. Ética à Nicômaco . São Paulo: Atlas, 2009. DESCARTES, René. Meditações metafísicas . São Paulo: Martins Fontes, 2011.		
Bibliografia Complementar	COSSUTTA, Frédéric. Elementos para a leitura de textos filosóficos . São Paulo: Martins Fontes, 2001. FIGUEIREDO, Vinicius de. Seis filósofos na sala de aula . São Paulo: Berleandis & Vertecchia, 2006. FOLSCHIED, Dominique; WUNENBURGER, Jean-Jacques. Metodologia filosófica . São Paulo: Martins Fontes, 2006. KENNY, Anthony. Uma nova história da filosofia ocidental . Petrópolis: Vozes, 2008, v. 1-4. MACEDO JÚNIOR, Ronaldo Porto. Curso de filosofia política . São Paulo: Atlas, 2008. PLATÃO. A República . Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.		

<i>Introdução à Sociologia e Antropologia</i>			
Carga Horária	68 h/a	Código	GCH225
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Semelhanças e diferenças entre sociologia e antropologia. História da sociologia e principais correntes teóricas contemporâneas. Sociedade e direito. Modernidade e direito. Dominação e direito. Emancipação e direito. Pluralismo jurídico. Direito e outras normas sociais. História da antropologia e principais correntes teóricas contemporâneas. Categorias antropológicas e direito. Cultura e direito. Identidade e direito. Antropologia e direitos humanos.		
Bibliografia Básica	GIDDENS, Anthony. Sociologia . Porto Alegre: Penso, 2005. MAUSS, Marcel. Sociologia e antropologia . São Paulo: Cosac & Naify, 2003. SACCO, Rodolfo. Antropologia jurídica . São Paulo: Martins Fontes, 2013.		
Bibliografia Complementar	BAUMAN, Zygmunt. Para que serve a sociologia? Rio de Janeiro: Zahar, 2015. DURKHEIM, Émile; RODRIGUES, José Albertino. Émile Durkheim . São Paulo: Ática, 2011. GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas . Rio de Janeiro: LTC, 1989. QUEIROZ, Ruben Caixeta de; NOBRE, Renarde Freire. Lévi-Strauss: leituras brasileiras . Belo Horizonte: UFMG, 2013. SUPIOT, Alain. Homo juridicus . São Paulo: Martins Fontes, 2007.		

<i>Ciência Política e Teoria do Estado</i>			
Carga Horária	68 h/a	Código	GCH238
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Estado moderno e seus limites. Teoria democrática contemporânea. Teorias contemporâneas da justiça. Estado, democracia e justiça no Brasil contemporâneo.		
Bibliografia Básica	DE VITA, Álvaro. A justiça igualitária e seus críticos. São Paulo: Martins Fontes, 2007. MIGUEL, Luís Felipe. Democracia e representação. São Paulo: Unesp, 2014. WOOD, Ellen Meiksins. Democracia contra o capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2003.		
Bibliografia Complementar	AVRITZER, Leonardo; BIGNOTTO, Newton; FILGUEIRAS, Fernando; GUIMARÃES, Juarez; STARLING, Heloísa. Dimensões políticas da justiça. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. CINTRA, Antonio Octávio; AVELAR, Lúcia. Sistema político brasileiro. São Paulo: Unesp, 2015. CUNNINGHAM, Frank. Teorias da democracia. Porto Alegre: Penso, 2009. JELLINEK, Georg. Teoría general del Estado. México: Fondo de Cultura Económica, 2000. ROSANVALLON, Pierre. La legitimidad democrática. Buenos Aires: Manantial, 2009.		

<i>Introdução ao Estudo do Direito</i>			
Carga Horária	68 h/a	Código	GDI101
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Direito, ensino jurídico e significado de universidade. Teoria do direito e seus clássicos. Dogmática e zetética. Relação entre direito e moral. Interpretação e linguagem. Norma jurídica e seus conflitos. Ordenamento jurídico e suas lacunas. Validade, vigência, vigor e eficácia. Capacidade, competência e autoridade. Direitos subjetivos e relação jurídica.		
Bibliografia Básica	ALEXY, Robert. Conceito e validade de direito . São Paulo: Martins Fontes, 2009. DWORKIN, Ronald. O império do direito . São Paulo: Martins Fontes, 2007. HART, Herbert. O conceito de direito . São Paulo: Martins Fontes, 2002.9.		
Bibliografia Complementar	BOBBIO, Norberto. Teoria geral do direito. São Paulo: Martins, 2010. FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Introdução ao estudo do direito. São Paulo: Atlas, 2012. KELSEN, Hans. Teoria pura do direito. São Paulo: Martins Fontes, 2009. MACCORMICK, Neil. H. L. A. Hart. California: Stanford University Press, 2008. VILLEY, Michel. A formação do pensamento jurídico moderno. São Paulo: Martins Fontes, 2009.		

<i>Leitura e Produção de Texto Jurídico</i>			
Carga Horária	68 h/a	Código	GEL104
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Noções de linguagem e língua. Conceitos de texto. Gêneros textuais. Argumentação. Coesão. Coerência.		
Bibliografia Básica	<p>DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antônio. Curso de português jurídico. São Paulo: Atlas, 2010. (16 vol.)</p> <p>FETZNER, Néli Luiza Cavalieri; PALADINO, Valquiria da Cunha Paladino; SOUZA, Anderson Chalita Elisio. Argumentação Jurídica. Teoria e prática. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2013. (16 vol.)</p> <p>MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008. (11 vol.)</p>		
Bibliografia Complementar	<p>BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.</p> <p>KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. (2006) Argumentação e linguagem. São Paulo: Cortez.</p> <p>KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. (2009) A coerência textual. São Paulo, SP: Contexto.</p> <p>KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.</p> <p>PEREIRA, Marco Aurélio. Textus quaerens doctrinam: o discurso metalinguístico antigo e suas relações com saberes atuais sobre as línguas e a linguagem. Rónai: Revista de Estudos Clássicos e Tradutórios, 2014, v.2, nº 1, 1-10. (acesso on-line).</p>		

Módulo 2

<i>Metodologia das Práticas extensionistas</i>			
Carga Horária	68 h/a	Código	XXX
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Aspectos iniciais sobre a extensão. Concepções e tendências da extensão universitária. O papel do jurista e sua atuação na sociedade. O Direito como instrumento de transformação social. Principais concepções teóricas e metodológicas sobre a prática de Extensão com ênfase em metodologias participativas. Práticas-integrativas em ensino-serviço-comunidade. Direitos humanos e extensão.		
Ementa (Tradução)	<i>Initial aspects about extension. Conceptions and trends of university extension. The role of the jurist and his/her performance in society. Law as an instrument of social transformation. Main theoretical and methodological conceptions about Extension practice with emphasis on participatory methodologies. Integrative-practices in teaching-service-community. Human rights and extension.</i>		
Bibliografia Básica	<p>ARAÚJO FILHO, Targino de; THIOLLENT, Michel. Metodologia para projetos de extensão: apresentação e discussão. São Carlos, SP: Cubo Multimídia, 2008. 650 p. ISBN 978856006417. E-book. Disponível em: https://www.comunidadeaprendizagem.com/uploads/materials/208/58ccdbd131c42ed6515fa1df582e24d7.pdf. Acesso em: 08 abr. 2022.</p> <p>FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 16. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2013. 131 p. ISBN 9788577531813.</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1994. 245 p. ISBN 9788521900108</p>		
Bibliografia Complementar	<p>CALDERON, Adolfo Ignácio; SAMPAIO, Helena (Org.). Extensão universitária: ação comunitária em universidades brasileiras. São Paulo, SP: Olho d'Água, 2002. 127 p. ISBN 8585428864.</p> <p>FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Política nacional de extensão universitária. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2012. 74 p. E-book. Disponível em: https://www.ufrgs.br/prorext/wp-content/uploads/2015/10/PNE_07.11.2012.pdf. Acesso em: 08 abr. 2022.</p> <p>FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Extensão universitária: organização e sistematização. Belo Horizonte, MG: Coopmed, 2007. 112 p. ISBN 9788585002916. E-book. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Organizacao-e-Sistematizacao.pdf. Acesso em: 08 abr. 2022</p> <p>MACIEL, Alderlândia da Silva. A universidade e o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: utopia ou realidade? Rio Branco, AC: Edufac, 2018. 181 p. ISBN 9788582360859.</p> <p>SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010. 116 p. (Questões da nossa época, v. 11). ISBN 9788524916069.</p>		

<i>Teoria da Constituição</i>			
Carga Horária	68 h/a	Código	GDI105
Pré-Requisito(s)	<i>GCH238 - Teoria do Estado</i>		
Ementa	Objeto e método da Teoria da Constituição. História do conceito de Constituição. História da Teoria da Constituição. Teoria do Poder Constituinte. Classificações das Constituições. Classificações das normas constitucionais. Eficácia das normas constitucionais. Teoria do controle de constitucionalidade. Neoconstitucionalismo. Novo constitucionalismo latino-americano. Constitucionalismo e ordem internacional.		
Bibliografia Básica	CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição . Coimbra: Almedina, 2003. MIRANDA, Jorge. Teoria do Estado e da Constituição . Rio de Janeiro: Forense, 2015. SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel. Direito constitucional . Belo Horizonte: Fórum, 2014.		
Bibliografia Complementar	BOLZAN DE MORAIS, José Luís; BARROS, Flaviane de Magalhães. Novo constitucionalismo latino-americano . Belo Horizonte: Arraes, 2014. FIORAVANTI, Maurizio. Constitucionalismo . Madrid: Trotta, 2014. MOLLER, Max. Teoria geral do neoconstitucionalismo . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011. NEVES, Marcelo. Transconstitucionalismo . São Paulo: Martins Fontes, 2009. ZAGREBELSKY, Gustavo. Historia y Constitución . Madrid: Trotta, 2011.		

<i>Direito Civil I</i>			
Carga Horária	68 h/a	Código	GDI106
Pré-Requisito(s)	<i>GDI101 – Introdução ao Estudo do Direito</i>		
Ementa	Formação e identidade do direito civil brasileiro. Processo de codificação e seus pressupostos teóricos e filosóficos. Estrutura e funções do código civil. Constitucionalização do direito civil e seus princípios. Pessoa natural. Personalidade e capacidade. Situação do nascituro. Cuidado e proteção dos incapazes. Direitos da personalidade. Pessoa jurídica. Personalização e seus efeitos. Constituição, modificação e extinção da pessoa jurídica. Capacidade, estrutura interna e funcionamento. Desconsideração da personalidade jurídica. Associação, fundação e outras espécies de pessoas jurídicas.		
Bibliografia Básica	AMARAL, Francisco. Direito civil . Rio de Janeiro: Renovar, 2014. CARVALHO, Orlando de. Teoria geral do direito civil . Coimbra: Coimbra, 2012. RIBEIRO, Gustavo Pereira Leite; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado Teixeira. Manual de teoria geral do direito civil . Belo Horizonte: Del Rey, 2011.		
Bibliografia Complementar	GOMES, Orlando. Raízes históricas e sociológicas do código civil . São Paulo: Martins Fontes, 2006. LEONARDO, Rodrigo Xavier. Associações sem fins econômicos . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. MORAES, Maria Celina Bodin de. Na medida da pessoa humana . Rio de Janeiro: Renovar, 2010. TEPEDINO, Gustavo. O código civil na perspectiva civil-constitucional . Rio de Janeiro: Renovar, 2013. VASCONCELOS, Pedro Pais de. Teoria geral do direito civil . Coimbra: Almedina, 2012.		

<i>Direito Penal I</i>			
Carga Horária	68 h/a	Código	GDI109
Pré-Requisito(s)	<i>GDI101 - Introdução ao Estudo do Direito</i>		
Ementa	Fundamentos do direito penal. Limites do controle social pelo direito penal. Interpretação e aplicação das normas penais. Teoria do Delito. Concurso de Pessoas.		
Bibliografia Básica	BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal . São Paulo: Saraiva, 2012, v. 1. PRADO, Luiz Regis. Tratado de direito penal brasileiro . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, v. 1-2. ZAFFARONI, Eugenio Raul; PIERANGELI, José Henrique. Manual de direito penal brasileiro: parte geral . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.		
Bibliografia Complementar	BATISTA, Nilo. Introdução crítica ao direito penal brasileiro . Rio de Janeiro: Revan, 2007. BUSATO, Paulo César. Direito penal: parte geral . São Paulo: Atlas, 2015. GRECO, Luís. Um panorama da teoria da imputação objetiva . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. JAKOBS, Günther. A imputação objetiva no direito penal . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. TOLEDO, Francisco de Assis. Princípios básicos de direito penal . São Paulo: Saraiva, 2012.		

<i>Metodologia da Pesquisa Jurídica</i>			
Carga Horária	68 h/a	Código	GDI175
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Ensino, pesquisa e extensão na universidade. Liberdade acadêmica. Teorias sobre direito e suas metodologias. Tipos de pesquisa jurídica e habilidades necessárias ao pesquisador. Requisitos e forma do projeto de pesquisa. Fases da pesquisa e sua execução. Divulgação dos resultados de pesquisa. Citações e referências bibliográficas. Autoria e honestidade acadêmica.		
Bibliografia Básica	ECO, Umberto. Como se faz uma tese . São Paulo: Perspectiva, 2009. GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. (Re)pensando a pesquisa jurídica . Belo Horizonte: Del Rey, 2013. QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. Monografia jurídica . Rio de Janeiro: Forense, 2015.		
Bibliografia Complementar	CANE, Peter; KRITZER, Herbert. <i>The oxford handbook of empirical legal research</i> . Oxford: Oxford University Press, 2010. CURTIS, Christian (ed.). <i>Observar la ley: ensayos sobre metodología de la investigación jurídica</i> . Madrid: Trotta, 2006. DINIZ, Débora; TERRA, Ana. <i>Plágio: palavras escondidas</i> . Brasília: Letras Livres, 2014. KROKOSZ, Marcelo. <i>Autoria e plágio</i> . São Paulo: Atlas, 2012. LAWLESS, Robert; ROBBENOLT, Jennifer; ULEN, Thomas. <i>Empirical methods in law</i> . New York: Aspen Publishers, 2010.		

<i>Economia Aplicada ao Direito</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	GAE247
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Economia, problemas econômicos e divisão do estudo econômico. Demanda, oferta e equilíbrio de mercado. Eficiência e bem-estar social. Análise econômica do direito. Falhas de mercado, externalidades e assimetrias. Poder de mercado e defesa do consumidor e da concorrência. Teoria dos jogos, análise de contratos e formação de cartéis. Crises econômicas.		
Bibliografia Básica	COOTER, Robert; ULEN, Thomas. Direito e economia . Porto Alegre: Bookman, 2010. NANKIM, Nicholas Gregory. Introdução à economia . São Paulo: Cengage Learning, 2014. NUSDEO, Fábio. Curso de economia . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.		
Bibliografia Complementar	MACKAAY, Ejan; ROUSSEAU, Stéphane. Análise econômica do direito . São Paulo: Atlas, 2015. PINDYCK, Robert; RUBINFELD, Daniel. Microeconomia . São Paulo: Pearson, 2010. POSNER, Richard. Economic analysis of law . New York: Wolters Kluwer, 2014. SALAMA, Bruno Treyerhof. Direito e economia . São Paulo: Saraiva, 2010. VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de. GARCIA, Manuel Enriquez. Fundamentos de economia . São Paulo: Saraiva, 2008.		

Módulo 3

<i>Psicologia Aplicada ao Direito</i>			
Carga Horária	68 h/a	Código	GCH228
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	História da psicologia e principais correntes teóricas contemporâneas. Psicologia e os fundamentos do direito moderno: sujeito livre, autonomia privada e responsabilidade subjetiva. Psicologia e questões de saúde mental. Psicologia e questões de família. Psicologia e questões de gênero, raça e orientação sexual. Psicologia e questões criminais. Psicologia e mediação de conflitos.		
Bibliografia Básica	<p>CHALUB, Miguel; ABDALLA-FILHO, Elias; TABORDA, José. Psiquiatria forense. Porto Alegre: Artmed, 2012.</p> <p>FIORELLI, José Osmir; MANGINI, Rosana Cathya Ragazzoni. Psicologia jurídica. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>TRINDADE, Jorge. Manual de psicologia jurídica para operadores do direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>CASTRO, Lídia Rosalina Folgueira. Disputa de guarda e visita. Porto Alegre: Artmed, 2013.</p> <p>HABIGZANG, Luísa Fernanda; KOLLER, Silvia. Violência contra crianças e adolescentes. Porto Alegre: Artmed, 2012.</p> <p>HUSS, Matthew. Psicologia forense. Porto Alegre: Artmed, 2010.</p> <p>SERAFIM, Antonio de Pádua; SAFFI, Fabiana. Neuropsicologia forense. Porto Alegre: Artmed, 2015.</p> <p>SILVA, Denise Maria Perissini da. Psicologia jurídica no processo civil brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2013.</p>		

<i>Direito Civil II</i>			
Carga Horária	68 h/a	Código	GDI107
Pré-Requisito(s)	<i>GDI106 – Direito Civil I</i>		
Ementa	Caracterização dos bens. Patrimônio mínimo e bem de família. Classificação dos bens. Classificação dos fatos jurídicos. Negócio jurídico, autonomia privada e boa-fé objetiva. Elementos essenciais e acidentais do negócio jurídico. Defeitos do negócio jurídico. Invalidades do negócio jurídico. Prescrição e decadência.		
Bibliografia Básica	<p>GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2012, v. 1.</p> <p>PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil. Rio de Janeiro: Forense, 2012, v. 1.</p> <p>ROSENVALD, Nelson; FARIAS, Cristiano Chaves de. Curso de direito civil. São Paulo: Atlas, 2012, v. 1.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>AZEVEDO, Antônio Junqueira de. Negócio jurídico. São Paulo: Saraiva, 2002.</p> <p>CAHALI, Yussef Said. Prescrição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.</p> <p>VELOSO, Zeno. Invalidez do negócio jurídico. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.</p> <p>MARINO, Francisco Paulo de Crescenzo. Interpretação do negócio jurídico. São Paulo: Saraiva, 2011.</p> <p>NERO, João Alberto Schutzer de. Conversão substancial do negócio jurídico. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.</p>		

<i>Direito Constitucional I</i>			
Carga Horária	68 h/a	Código	GDI108
Pré-Requisito(s)	<i>GDI105 - Teoria da Constituição</i>		
Ementa	Fundamentos históricos da Constituição da República de 1988. Estrutura da Constituição da República de 1988. Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Paradigmas históricos de Estado. Formas de Estado. Organização do Estado.		
Bibliografia Básica	BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional . São Paulo: Malheiros, 2012. FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de direito constitucional . Salvador: JusPodivm, 2015. SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel Francisco. Curso de direito constitucional . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.		
Bibliografia Complementar	ALEXY, Robert. Teoria dos direitos fundamentais . São Paulo: Malheiros, 2011. CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEONCY, Léo Ferreira; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz (org.). Comentários à Constituição do Brasil . São Paulo: Saraiva, 2014. CARVALHO NETTO, Menelick de; SCOTTI, Guilherme. Os direitos fundamentais e a (in)certeza do direito . Belo Horizonte: Fórum, 2011. CLÈVE, Clémerson Merlin. Direito constitucional brasileiro . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, v. 1. MEIRELLES, Hely Lopes; MENDES, Gilmar Ferreira.; WALD, Arnold. Mandado de segurança e ações constitucionais . São Paulo: Malheiros, 2013.		

<i>Direito Penal II</i>			
Carga Horária	68 h/a	Código	GDI112
Pré-Requisito(s)	<i>GDI109 – Direito Penal I</i>		
Ementa	Autoria e participação no crime. Fundamentos e modalidades da pena. Individualização da pena. Medidas de segurança. Concurso de crimes. Ação penal e consequências jurídicas da condenação. Extinção da punibilidade.		
Bibliografia Básica	BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal . São Paulo: Saraiva, 2012, v. 1. PRADO, Luiz Regis. Tratado de direito penal brasileiro . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, v. 3. ZAFFARONI, Eugenio Raul; PIERANGELI, José Henrique. Manual de direito penal brasileiro: parte geral . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.		
Bibliografia Complementar	BOSCHI, José Antonio Paganella. Das penas e seus critérios de aplicação . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014. CARVALHO, Salo de. Penas e medidas de segurança no direito penal brasileiro . São Paulo: Saraiva, 2013. GRECO, Luís; LEITE, Alair; TEIXEIRA, Adriano; ASSIS, Augusto. Autoria como domínio do fato . São Paulo: Marcial Pons, 2014. GRECO, Luís. Cumplicidade através de ações neutras . Rio de Janeiro: Renovar, 2004. ZAFFARONI, Eugenio Raul. Em busca das penas perdidas . Rio de Janeiro: Revan, 2001.		

<i>Teoria Geral do Processo</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI120
Pré-Requisito(s)	<i>GDI101 - Introdução ao Estudo do Direito</i>		
Ementa	Princípios do direito processual. Constituição e tutela jurisdicional. Ação e pretensão. Processo e procedimento. Jurisdição e competência. Efetividade do processo e técnica processual.		
Bibliografia Básica	CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; DINAMARCO, Cândido Rangel; GRINOVER, Ada Pellegrini. Teoria geral do processo . São Paulo: Malheiros, 2014. DIDIER JÚNIOR, Fredie. Curso de direito processual civil . Salvador: Juspodivm, 2014, v.1. TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. Curso avançado de processo civil . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, v. 1.		
Bibliografia Complementar	DINAMARCO, Cândido Rangel. A instrumentalidade do processo . São Paulo: Malheiros, 2013. FUX, Luiz. <i>Teoria geral do processo civil</i> . Rio de Janeiro: Forense, 2015. GONÇALVES, Aroldo Plínio. Técnica processual e teoria do processo . Belo Horizonte: Del Rey, 2012. LEAL, Rosemiro Pereira. Teoria geral do processo . Rio de Janeiro: Forense, 2014. NERY JUNIOR, Nelson. Princípios do processo civil na Constituição Federal . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.		

<i>Negociação, Mediação e Arbitragem</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI156
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Acesso à justiça e solução de conflitos. Negociação. Princípios da negociação. Negociador. Procedimento da negociação. Mediação. Princípios da mediação. Tipos de mediação. Mediador. Procedimento de mediação. Arbitragem. Princípios da arbitragem. Cláusula compromissória e compromisso arbitral. Árbitro. Procedimento arbitral. Sentença arbitral.		
Bibliografia Básica	SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. <i>Manual de arbitragem mediação e conciliação</i> . 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2018. ISBN 9788530979973. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br . Acesso em: 22 maio 2019. CALMON, Petronio. <i>Fundamentos da mediação e da conciliação</i> . 3. ed. Brasília, DF: Gazeta Jurídica, 2015. 246 p. ISBN 9788567426266. VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. <i>Mediação de conflitos e práticas restaurativas</i> . 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Método, 2018. ISBN 9788530981839. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br . Acesso em: 22 maio 2019.		
Bibliografia Complementar	CAPPELLETTI, Mauro; GARTH Bryant. Acesso à justiça . Porto Alegre: Safe, 1988. CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem e processo . São Paulo: Atlas, 2009. DINAMARCO, Cândido Rangel. A arbitragem na teoria geral do processo . São Paulo: Malheiros, 2013. ZANETI JÚNIOR, Hermes ; CABRAL, Trícia (Coord.). Justiça multiportas: mediação, conciliação, arbitragem e outros meios de solução adequada de conflitos . Salvador, BA: Juspodivm, 2017. 815 p. (Grandes Temas do Novo CPC, 9). ISBN 9788544208571. STONE, Douglas; PATTON, Bruce; HEEN, Sheila. Conversas difíceis: como argumentar sobre questões importantes . 10. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2011. 235 p. ISBN 9788535249170.		

Módulo 4

Direito Civil III			
Carga Horária	68 h/a	Código	GDI111
Pré-Requisito(s)	<i>GDI107 – Direito Civil II</i>		
Ementa	Caracterização da obrigação. Elementos e funções da obrigação. Obrigação como processo. Fontes das obrigações, autonomia privada e boa-fé objetiva. Modalidades das obrigações. Transmissão das obrigações. Pagamento e demais hipóteses de extinção das obrigações. Inexecução das obrigações e suas consequências.		
Bibliografia Básica	GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro . São Paulo: Saraiva, 2012, v. 2. PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil . Rio de Janeiro: Forense, 2012, v. 2. ROSENVALD, Nelson; FARIAS, Cristiano Chaves de. Curso de direito civil . São Paulo: Atlas, 2011, v. 2.		
Bibliografia Complementar	CORDEIRO, António Menezes. Da boa-fé no direito civil . Coimbra: Almedina, 2011. COSTA, Mário Júlio de Almeida. Direito das obrigações . Coimbra: Almedina, 2009. COUTO E SILVA, Clóvis. A obrigação como processo . Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. NORONHA, Fernando. Direito das obrigações . São Paulo: Saraiva, 2013. SCHREIBER, Anderson. Direito civil e constituição . São Paulo: Atlas, 2013.		

Direito Constitucional II			
Carga Horária	68 h/a	Código	GDI114
Pré-Requisito(s)	<i>GDI105 - Teoria da Constituição</i>		
Ementa	Formas de governo e sistemas de governo. Organização dos poderes da República. Poder legislativo. Processo legislativo. Poder executivo. Poder judiciário. Controle de constitucionalidade. Funções essenciais à justiça. Defesa do Estado e das instituições democráticas.		
Bibliografia Básica	FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de direito constitucional . Salvador: JusPodivm, 2015. MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional . São Paulo: Saraiva, 2014. SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo . São Paulo: Malheiros, 2012.		
Bibliografia Complementar	ABRAMOVAY, Pedro. Separação de poderes e medidas provisórias . Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. BARROSO, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo . São Paulo: Saraiva, 2013. BULOS, Uadi Lammêgo. Curso de direito constitucional . São Paulo: Saraiva, 2014. CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEONCY, Léo Ferreira; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz (orgs.). Comentários à Constituição do Brasil . São Paulo: Saraiva, 2014. CLÈVE, Clémerson Merlin. Direito constitucional brasileiro . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, v. 2.		

Direito Penal III			
Carga Horária	68 h/a	Código	GDI118
Pré-Requisito(s)	GDI112 – <i>Direito Penal II</i>		
Ementa	Crimes contra a pessoa e violência doméstica. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra propriedade material. Crimes contra a liberdade individual.		
Bibliografia Básica	BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal . São Paulo: Saraiva, 2014, v. 2. GRECO, Rogério. Curso de direito penal . Rio de Janeiro: Impetus, 2014, v. 2. PRADO, Luiz Regis. Tratado de direito penal brasileiro . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, v. 4.		
Bibliografia Complementar	ANDRADE, Manuel da Costa. Direito penal médico . Coimbra: Coimbra, 2004. COSTA, José de Faria; GODINHO, Inês Fernandes. As novas questões em torno da vida e da morte em direito penal . Coimbra: Coimbra, 2010. COSTA, José de Faria; KINDHÄUSER, Urs. O sentido e o conteúdo do bem jurídico vida humana . Coimbra: Coimbra, 2014. GODINHO, Inês Fernandes. Eutanásia, homicídio a pedido da vítima e os problemas de participação em direito penal . Coimbra: Coimbra, 2015 SOUZA, Paulo Vinicius Sporleder de. Direito penal médico . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.		

Direito Processual Civil I			
Carga Horária	68 h/a	Código	GDI124
Pré-Requisito(s)	GDI120 - <i>Teoria Geral do Processo</i>		
Ementa	Sujeitos do processo. Atos processuais. Formação, suspensão e extinção do processo. Procedimento ordinário.		
Bibliografia Básica	DIDIER JÚNIOR, Fredie. Curso de direito processual civil . Salvador: Juspodivm, 2014, v. 1. DIDIER JÚNIOR, Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Curso de direito processual civil . Salvador: Juspodivm, 2014, v. 2. TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. Curso avançado de processo civil . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, v. 1. THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil . Rio de Janeiro: Forense, 2015, v. 1.		
Bibliografia Complementar	CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil . São Paulo: Atlas, 2014, v. 1. MANCUSO, Rodolfo Camargo. Acesso à justiça . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel; ARENHART, Sérgio Cruz. Novo curso de processo civil . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, v. 1. THEODORO JÚNIOR, Humberto; NUNES, Dierle; MELO, Alexandre. Novo CPC: fundamentos e sistematização . Rio de Janeiro: Forense, 2015. WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Nulidades do processo e da sentença . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.		

<i>Direito Internacional Público</i>			
Carga Horária	68 h/a	Código	GDI138
Pré-Requisito(s)	<i>GCH238 - Teoria do Estado</i>		
Ementa	Sociedade e comunidade internacional. Relação entre direito internacional e direito interno. Direito dos tratados, costume e outras fontes do direito Internacional público. Estado, organizações internacionais, indivíduos e outros sujeitos do direito internacional público. Sistema ONU. Conflitos Internacionais.		
Bibliografia Básica	<p>ACCIOLY, Hildebrando; CASELLA, Paulo Borba. Manual de direito internacional público. São Paulo: Saraiva, 2012.</p> <p>MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de direito internacional público. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.</p> <p>REZEK, José Francisco. Direito internacional público. São Paulo: Saraiva, 2011.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>KOSKENNIEMI, Martti. From apology to utopia. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.</p> <p>LAGE, Délber. A Jurisdicionalização do direito internacional. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.</p> <p>LESSA, Antônio Carlos; OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Relações internacionais do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2006, 2 v.</p> <p>SHAW, Malcolm. Direito internacional. São Paulo: Martins Fontes, 2010.</p> <p>TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Direito das organizações internacionais. Belo Horizonte, Del Rey, 2012.</p>		

Módulo 5

Direito Civil IV			
Carga Horária	68 h/a	Código	GDI117
Pré-Requisito(s)	GDI111 – <i>Direito Civil III</i>		
Ementa	Caracterização do contrato. Elementos e funções do contrato. Princípios contratuais. Massificação e vulnerabilidade contratual. Formação dos contratos. Conteúdo do contrato e seus efeitos. Vícios redibitórios e evicção. Interpretação e integração do contrato. Revisão do contrato. Descumprimento do contrato e seus efeitos. Extinção do contrato e pós-eficácia das obrigações.		
Bibliografia Básica	GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro . São Paulo: Saraiva, 2012, v. 3. PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil . Rio de Janeiro: Forense, 2012, v. 3. ROSENVALD, Nelson; FARIAS, Cristiano Chaves de. Curso de direito civil . São Paulo: Atlas, 2015, v. 4.		
Bibliografia Complementar	MARINO, Francisco Paulo de Crescenzo. Contratos coligados no direito brasileiro . São Paulo: Saraiva, 2009. MARQUES, Cláudia Lima; MIRAGEM, Bruno. O novo direito privado e a proteção dos vulneráveis . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. MARTINS, Fernando. Princípio da justiça contratual . São Paulo: Saraiva, 2011. THEODORO JÚNIOR, Humberto. O contrato e sua função social . Rio de Janeiro: Forense, 2014. TIMM, Luciano Benetti. Direito contratual brasileiro . São Paulo: Atlas, 2015.		

Direito do Trabalho I			
Carga Horária	68 h/a	Código	GDI126
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Fundamentos históricos do direito do trabalho. Vulnerabilidade do trabalhador e funções do direito do trabalho. Princípios do direito do trabalho. Caracterização da relação de emprego e outras relações de trabalho. Tipos de empregados e outros trabalhadores. Tipos de empregadores e sucessão trabalhista. Poderes do empregador e responsabilidade por verbas trabalhistas. Responsabilidade por danos morais e materiais sofridos pelo empregado.		
Bibliografia Básica	DELGADO, Maurício Godinho. Curso de direito do trabalho . São Paulo: LTr, 2015. FRANCO FILHO, Georgeton de Sousa. Curso de direito do trabalho . São Paulo: LTR, 2015. NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho . São Paulo: Saraiva, 2014.		
Bibliografia Complementar	DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. Constituição da República e direitos fundamentais . São Paulo: LTR, 2015. OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional . São Paulo: LTR, 2014. SARLET, Ingo Wolfgang; MELLO FILHO, Luiz Felipe Vieira de; FRAZÃO, Ana de Oliveira. Diálogos entre o direito do trabalho e o direito constitucional . São Paulo: Saraiva, 2014. TEPEDINO, Gustavo; DELGADO, Gabriela Neves; FRAZÃO, Ana de Oliveira. Diálogos entre o direito do trabalho e o direito civil . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. TRINDADE, Ariadne Maués. Sucessão trabalhista . São Paulo: LTR, 2013.		

<i>Direito Processual Civil II</i>			
Carga Horária	68 h/a	Código	xxx
Pré-Requisito(s)	<i>GDI124 - Direito Processual Civil I</i>		
Ementa	Tutelas provisórias. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária. Juizados Especiais.		
Bibliografia Básica	BRAGA, Paula Sarno; DIDIER JÚNIOR, Fredie; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Curso de direito processual civil. 17. ed. Salvador: Juspodivm, 2022, v. 2. THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. 51. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022, v. 2. WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de processo civil. 18. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021, v. 4.		
Bibliografia Complementar	BUENO, Cássio Scarpinella. Manual de direito processual civil. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. CÂMARA, Alexandre Freitas. Manual de Direito Processual Civil. São Paulo: Atlas, 2022. DIDIER JÚNIOR, Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da; CABRAL, Antônio do Passo. Por uma nova teoria dos procedimentos especiais. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2022. MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel; ARENHART, Sérgio Cruz. Novo curso de processo civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, v. 3. SOARES, Carlos Henrique. Lições de direito processual civil. 4. ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2022.		

<i>Ética Profissional</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI157
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Ética, moral, direito e política. Regulamentação das principais profissões jurídicas: advocacia, magistratura, ministério público, defensoria pública e polícia e outras profissões.		
Bibliografia Básica	ALMEIDA, Guilherme de Assis; CHRISTMANN, Martha Ochsenhofer. Ética e direito . São Paulo: Atlas, 2009. NALINI, José Renato. Ética geral e profissional . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. SINGER, Peter. Ética prática . São Paulo: Martins Fontes, 2002.		
Bibliografia Complementar	BRODEUR, Jean-Paulo. Como reconhecer um bom policiamento . São Paulo: Edusp, 2002. JUNQUEIRA, Gustavo, dos REIS, Gustavo Augusto Soares, ZVEIBIL, Daniel Guimarães. Comentários à lei da defensoria pública . São Paulo: Saraiva, 2013. LOBO, Paulo Luiz Netto. Comentários ao estatuto da advocacia e da OAB . São Paulo: Saraiva, 2015. MAZZILLI, Hugo Nigro. Regime jurídico do ministério público . São Paulo: Saraiva, 2014. SINGER, Peter. Ética prática . São Paulo: Martins Fontes, 2002.		

Direito Penal IV			
Carga Horária	68 h/a	Código	GDI176
Pré-Requisito(s)	<i>GDI112 – Direito Penal II</i>		
Ementa	Crimes contra dignidade sexual. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra fé pública. Crimes contra administração pública.		
Bibliografia Básica	BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal . São Paulo: Saraiva, 2014, v. 5. GRECO, Rogério. Curso de direito penal . Rio de Janeiro: Impetus, 2015, v. 4. PRADO, Luiz Regis. Tratado de direito penal brasileiro . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, v. 6		
Bibliografia Complementar	ALFAIATE, Ana Rita. A relevância penal da sexualidade dos menores . Coimbra: Coimbra, 2009. COSTA JÚNOR, Paulo José; PAGLIARO, Antônio. Dos crimes contra administração pública . São Paulo: Atlas, 2008. MARCÃO, Renato; GENTIL, Plínio. Crimes contra a dignidade sexual . São Paulo: Saraiva, 2015. NUCCI, Guilherme de Souza. Organização criminosa . Rio de Janeiro: Forense, 2015. NUCCI, Guilherme de Souza. Prostituição, lenocínio e tráfico de pessoas . Rio de Janeiro: Forense, 2015. PRADO, Luiz Regis. Tratado de direito penal brasileiro . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, v. 7.		

Módulo 6

Direito Processual Penal I			
Carga Horária	68 h/a	Código	GDI122
Pré-Requisito(s)	<i>GDI120 - Teoria Geral do Processo</i>		
Ementa	Fundamentos do processo penal. Sistemas processuais penais. Interpretação e aplicação das normas processuais penais. Investigação criminal. Ação penal. Competência penal. Questões e procedimentos incidentes.		
Bibliografia Básica	LIMA, Marcellus Polastris. Curso de processo penal . Brasília: Gazeta Jurídica, 2014. LOPES JÚNIOR, Aury. Direito processual penal . São Paulo: Saraiva, 2015. PACELLI, Eugenio. Curso de processo penal . São Paulo: Atlas, 2014.		
Bibliografia Complementar	GIACOMOLLI, Nereu José. O devido processo penal . São Paulo: Atlas, 2015. KHALED JÚNIOR, Salah Hassan. A busca da verdade no processo penal . São Paulo: Atlas, 2013. LOPES JÚNIOR, Aury; GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. Investigação preliminar no processo penal . São Paulo: Saraiva, 2013. PACELLI, Eugenio. Processo e hermenêutica na tutela penal dos direitos fundamentais . São Paulo: Atlas, 2012. RANGEL, Paulo. Direito processual penal . São Paulo: Atlas, 2014.		

Direito Civil V			
Carga Horária	68 h/a	Código	GDI123
Pré-Requisito(s)	<i>GDI107 – Direito Civil II</i>		
Ementa	Princípios do direito de família. Diversidade de entidades familiares. Constituição e dissolução de entidades familiares. Relações pessoais e patrimoniais nas entidades familiares. Regime de bens. Parentesco. Filiação. Adoção. Autoridade parental, guarda e direitos da criança e do adolescente. Alienação parental. Violência doméstica. Alimentos. Tutela e curatela.		
Bibliografia Básica	GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro . São Paulo: Saraiva, 2012, v. 6. PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil . Rio de Janeiro: Forense, 2012, v. 5. ROSENVALD, Nelson; FARIAS, Cristiano Chaves de. Curso de direito civil . São Paulo: Atlas, 2015, v. 6.		
Bibliografia Complementar	ALMEIDA, Renata Barbosa; RODRIGUES JÚNIOR, Walsir Edson. Direito civil: famílias . São Paulo: Atlas, 2012. DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. GRISARD FILHO, Waldyr. Guarda compartilhada . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. MADALENO, Rolf. Curso de direito de família . Rio de Janeiro: Forense, 2013. PORTO, Sérgio Gilberto. Doutrina e prática dos alimentos . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.		

Direito do Trabalho II			
Carga Horária	68 h/a	Código	GDI128
Pré-Requisito(s)	GDI126 - <i>Direito do Trabalho I</i>		
Ementa	Caracterização do contrato de trabalho. Tipos de contrato de trabalho. Remuneração e salário. Garantias salariais. Duração do trabalho. Jornada de trabalho e períodos de descanso. Alteração, interrupção e suspensão do contrato de trabalho. Modalidades e efeitos da extinção do contrato de trabalho. Estabilidade e garantias de emprego. Prescrição e decadência no direito do trabalho.		
Bibliografia Básica	DELGADO, Maurício Godinho. Curso de direito do trabalho . São Paulo: LTR, 2015. LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito do trabalho . São Paulo: Saraiva, 2015 NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho . São Paulo: Saraiva, 2014.		
Bibliografia Complementar	MARTINS, Sérgio Pinto. Estágio e relação de emprego . São Paulo: Atlas, 2012. MARTINS, Sérgio Pinto. Flexibilização das condições de trabalho . São Paulo: Atlas, 2015. REIS, Jair Teixeira dos. Manual de rescisão do contrato de trabalho . São Paulo: LTR, 2015. RODRIGUEZ, Américo Plá. Princípios de direito do trabalho . São Paulo: LTR, 2015. VIANA, Márcio Tulio. Para entender o salário . São Paulo: LTR, 2014.		

Direito Administrativo I			
Carga Horária	68 h/a	Código	GDI129
Pré-Requisito(s)	GDI114 – <i>Direito Constitucional II</i>		
Ementa	Estado e suas funções. Modelos de administração pública. Regime jurídico administrativo. Organização da administração pública. Poderes da administração pública. Atos da administração pública. Controle da administração pública. Improbidade administrativa. Bens públicos.		
Ementa (Tradução)	<i>State and its functions. Public administration models. Legal administrative regime. Organization of public administration. Powers of the public administration. Acts of the public administration. Control of public administration. Administrative improbity. Public goods.</i>		
Bibliografia Básica	DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. <i>Direito administrativo</i> . 35. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2022. ISBN 9786559643042. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559643042/epubcfi/6 . Acesso em: 07 abr. 2022. JUSTEN FILHO, Marçal. <i>Curso de direito administrativo</i> . 11. ed. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2015. 1517 p. ISBN 9788520359655. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. <i>Curso de direito administrativo</i> . 32. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2015. 1150 p. ISBN 9788539202737.		
Bibliografia Complementar	BINENBOJM, Gustavo. <i>Uma teoria do direito administrativo: direitos fundamentais, democracia e constitucionalização</i> . 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Renovar, 2014. 358 p. ISBN 9788571478602. FREITAS, Juarez. <i>Direito fundamental à boa administração pública</i> . 3. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2014. 198 p. ISBN 9788539202430. MELLO, Oswaldo Aranha Bandeira de. <i>Princípios gerais de direito administrativo: introdução</i> . 3. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2007. v. 1. ISBN 9788574207759. OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. <i>Curso de direito administrativo</i> . 10. ed. Rio de Janeiro, RJ: Método, 2022. ISBN 9786559643844. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559643844/epubcfi/ . Acesso em: 07 abr. 2022. SCHIRATO, Vitor Rhein. <i>As empresas estatais na direito administrativo atual</i> . São Paulo Saraiva 2016. ISBN 9788547202637. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547202637 . Acesso em: 07 abr. 2022.		

Direito Processual Civil III			
Carga Horária	68 h/a	Código	GDI131
Pré-Requisito(s)	<i>GDI124 - Direito Processual Civil I</i>		
Ementa	Liquidação e cumprimento de sentença. Teoria geral do processo de execução. Ampla defesa na execução. Suspensão e extinção do processo de execução. Espécies de execução.		
Bibliografia Básica	<p>DIDIER JÚNIOR, Fredie; CUNHA, Leonardo José Carneiro da; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael. Curso de direito processual Civil. Salvador: Juspodivm, 2015, v. 5.</p> <p>THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. Rio de Janeiro: Forense, 2015, v. 3.</p> <p>WAMBIER, Luiz Rodrigues; ALMEIDA, Flavio Renato Correia de; TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de processo civil. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2015, v. 2.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>ASSIS, Araken de. Manual da execução. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.</p> <p>ARRUDA ALVIM, Eduardo; BRUSCHI, Gilberto Gomes; CHECHI, Mara Larsen; COUTO, Mônica Bonetti. Execução civil e temas afins. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.</p> <p>CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil. São Paulo: Atlas, 2014, v. 2.</p> <p>CARNEIRO, Athos Gusmão. Cumprimento de sentença civil e procedimentos executivos. Rio de Janeiro: Forense, 2010.</p> <p>MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel; ARENHART, Sérgio Cruz. Novo curso de processo civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, v. 2.</p>		

Módulo 7

Direito Processual Penal II			
Carga Horária	68 h/a	Código	GDI130
Pré-Requisito(s)	GDI122 - Direito Processual Penal I		
Ementa	Procedimento comum e especiais. <i>Emendatio libelli</i> e <i>mutatio libelli</i> . Provas no processo penal. Sentença e coisa julgada. Nulidades no processo penal. Prisão cautelar e suas modalidades. Liberdade provisória.		
Bibliografia Básica	LIMA, Marcellus Polastri. Curso de processo penal . Brasília: Gazeta Jurídica, 2014. LOPES JÚNIOR, Aury. Direito processual penal . São Paulo: Saraiva, 2015. PACELLI, Eugenio. Curso de processo penal. São Paulo: Atlas, 2014.		
Bibliografia Complementar	GRINOVER, Ada Pellegrini. Provas ilícitas, interceptações e escutas . Brasília: Gazeta Jurídica, 2013. JESUS, Francisco Marcolino de. Os meios de obtenção de prova em processo penal . Coimbra: Almedina, 2015. LIMA, Marcellus Polastri. A tutela cautelar no processo penal . São Paulo: Atlas, 2014. LIMA, Marcellus Polastri. Juizados especiais criminais . São Paulo: Atlas, 2013. LOPES JÚNIOR, Aury. Prisões cautelares . São Paulo: Saraiva, 2013.		

Direito Administrativo II			
Carga Horária	68 h/a	Código	GDI134
Pré-Requisito(s)	GDI129 - Direito Administrativo I		
Ementa	Agentes públicos. Serviços públicos. Licitação e contratos administrativos. Restrições administrativas à propriedade privada. Intervenções do Estado no âmbito privado.		
Ementa (Tradução)	Public agents. Public services. Tendering and administrative contracts. Administrative restrictions on private property. State intervention in the private sphere.		
Bibliografia Básica	DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 28. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. 1038 p. ISBN 9788522497201. JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 11. ed. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2015. 1517 p. ISBN 9788520359655. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 32. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2015. 1150 p. ISBN 9788539202737.		
Bibliografia Complementar	ARAGÃO, Alexandre Santos de. Direito dos serviços públicos. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2013. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-4557-2/pageid/0 . Acesso em: 07 abr. 2022. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; MOTTA, Fabrício; FERRAZ, Luciano. Servidores públicos na Constituição Federal. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. 238 p. ISBN 9788597002249. CALASANS JUNIOR, José. Manual da licitação: Lei 14.133, de 1º de abril de 2021. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2021. ISBN 9786559770298. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770298/epubcfi/ . Acesso em 07 abr. 2022. HARADA, Kiyoshi. Desapropriação: doutrina e prática. 11. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. ISBN 9788522499663. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522499663/ . Acesso em: 07 abr. 2022. SUNDFELD, Carlos Ari (Org.). Contratações públicas e seu controle. São Paulo, SP: Malheiros, SBDP, 2013. 285 p. ISBN 9788539201723.		

Direito Processual Civil IV			
Carga Horária	68 h/a	Código	XXX
Pré-Requisito(s)	<i>GDI124 - Direito Processual Civil I</i>		
Ementa	Teoria Geral dos Recursos. Processos nos Tribunais e Meios de Impugnação das Decisões Judiciais.		
Ementa (tradução)	General Theory of Appeals. Court Proceedings and Ways of Challenging Court Decisions.		
Bibliografia Básica	<p>ASSIS, Araken de. Manual dos recursos. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.</p> <p>DIDIER JÚNIOR, Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. Curso de Direito Processual Civil: Meios de Impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais. 19. ed. Salvador: JusPodivm, 2022. v. 3.</p> <p>TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. Curso avançado de processo civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021, v. 2.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>FUGA, Bruno; ANTUNES, Thiago Caversan. Recursos em Espécie no Código de Processo Civil: Estudos Avançados sobre o Sistema Recursal Civil Brasileiro. 2. ed. Londrina, Thoth, 2021.</p> <p>MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Recurso Extraordinário e Recurso Especial. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.</p> <p>MAZZEI, Rodrigo. Embargos de Declaração: Recurso de Saneamento com Função Constitucional. Londrina: Thoth, 2021.</p> <p>OLIVEIRA, Pedro Miranda de. Introdução aos Recursos Cíveis. São Paulo: Tirant Lo Blanch Brasil, 2021.</p> <p>THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. 55. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022, v. 3.</p>		

Direito Civil VI			
Carga Horária	68 h/a	Código	GDI161
Pré-Requisito(s)	<i>GDI123 – Direito Civil V</i>		
Ementa	Fundamentos do direito das sucessões. Abertura da sucessão e seus efeitos. Transmissão, aceitação e renúncia da herança. Capacidade sucessória, indignidade e deserdação. Sucessão legítima. Ordem de vocação hereditária e os modos de suceder. Direitos sucessórios do cônjuge e do companheiro. Sucessão testamentária. Testamento e liberdade de testar. Espécies de testamento e suas formalidades. Conteúdo, interpretação e integração do testamento. Execução e inexecução do testamento. Inventário e partilha.		
Bibliografia Básica	<p>GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2012, v. 7.</p> <p>PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil. Rio de Janeiro: Forense, 2012, v. 6.</p> <p>ROSENVALD, Nelson; FARIAS, Cristiano Chaves de. Curso de direito civil. São Paulo: Atlas, 2015, v. 7.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>AMORIM, Sebastião; OLIVEIRA, Euclides. Inventários e partilhas. São Paulo: Universitária de Direito, 2013.</p> <p>DIAS, Maria Berenice. Manual das sucessões. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.</p> <p>HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Morrer e suceder. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.</p> <p>NEVARES, Ana Luiza Maia. A função promocional do testamento. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.</p> <p>VELOSO, Zeno. Direito hereditário do cônjuge e do companheiro. São Paulo: Saraiva, 2010.</p>		

<i>Direito Ambiental</i>			
Carga Horária	68 h/a	Código	GDI165
Pré-Requisito(s)	<i>GDI114 – Direito Constitucional II</i>		
Ementa	Fundamentos históricos do direito ambiental. Ordem constitucional e direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Princípios do direito ambiental. Competências constitucionais em matéria ambiental. Política nacional do meio ambiente e seus instrumentos. Licenciamento ambiental e avaliação de impacto ambiental. Sistema nacional do meio ambiente. Proteção legal da vegetação nativa e unidades de conservação da natureza. Sistema de responsabilidade por dano ambiental. Educação ambiental.		
Bibliografia Básica	ANTUNES, Paulo Bessa. Direito ambiental . São Paulo: Atlas, 2013. MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito ambiental brasileiro . São Paulo: Malheiros, 2015. MILARÉ, Édis. Direito do ambiente . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.		
Bibliografia Complementar	ANTUNES, Paulo de Bessa. Áreas protegidas e propriedade constitucional . São Paulo: Atlas, 2011. ANTUNES, Paulo de Bessa. Federalismo e competências ambientais no Brasil . São Paulo: Atlas, 2015. LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patrick de Araújo. Dano ambiental . São Paulo: Saraiva, 2014. STEIGLEDER, Annelise Monteiro. Responsabilidade civil ambiental . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011. TRENNEPOHL, Curt; TRENNEPOHL, Terence Dornelles. Licenciamento ambiental . Niterói: Impetus, 2013.		

Módulo 8

Direito Empresarial I			
Carga Horária	68 h/a	Código	GDI113
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Fundamentos constitucionais da livre iniciativa e princípios empresariais. Teoria da empresa e seus elementos. Empresário individual. Capacidade e impedimentos para atividade empresarial. Colaboradores da empresa. Estabelecimento empresarial. Registro público de empresa. Escrituração empresarial. Nome empresarial. Propriedade industrial. Importância econômica dos títulos de crédito. Caracterização dos títulos de crédito. Constituição e exigibilidade do crédito cambiário. Circulação dos títulos de crédito. Protesto dos títulos de crédito. Espécies de títulos de crédito.		
Ementa (Tradução)	Constitutional foundations of free enterprise and business principles. Theory of the firm and its elements. Solo entrepreneur. Capacity and impediments to business activity. Firm collaborators. Business establishment. Firm registry. Business bookkeeping. Business name. Industrial property. Economic importance of bonds. Characterization of credit bonds. Constitution and enforceability of credit bonds. Circulation of credit bonds. Debt Protest. Types of credit bonds.		
Bibliografia Básica	<p>TOMAZETTE, Marlon. Curso de direito empresarial: teoria geral e direito societário. 11. Ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2019. V. 1. ISBN 9788553616671. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553616671/pageid/2. Acesso em: 05 abr. 2022.</p> <p>TOMAZETTE, Marlon. Curso de direito empresarial: títulos de crédito. 13. Ed. São Paulo, SP: Saraiva Jur, 2021 v. 2. ISBN 9786553622999. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553622999/epubcfi/. Acesso em: 05 abr. 2022.</p> <p>CAMPINHO, Sergio. Curso de direito comercial: direito de empresa. 18. Ed. São Paulo, SP: Saraiva Jur, 2022. ISBN 9786553620780. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620780/epubcfi/. Acesso em: 05 abr. 2022.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>MARTINS, Fran. Curso de direito comercial, títulos de crédito. 18. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2019. V. 2. ISBN 9788530986407. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530986407/epubcfi/. Acesso em: 05 abr. 2022.</p> <p>GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. Direito de empresa: comentários aos artigos 966 a 1.195 do Código Civil. 9. Ed. São Paulo, SP: Thomson Reuters Brasil, 2019. 843 p. ISBN 9788553214433.</p> <p>FORGIONI, Paula A. A evolução do direito comercial brasileiro: da mercancia ao mercado. 3. Ed. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2016. 187 p. ISBN 9788520367131.</p> <p>GONÇALVES, Luis Couto. Código da propriedade industrial anotado. São Paulo, SP: Almedina, 2021. ISBN 9789724099033. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9789724099033/pageid/2. Acesso em: 05 abr. 2022.</p> <p>NEGRÃO, Ricardo. Curso de direito comercial e de empresa: teoria geral da empresa e direito societário. 16. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2019. v. 1. ISBN 9788553616138. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553616138/pageid/3. Acesso em: 05 abr. 2022.</p>		

Direito Tributário I			
Carga Horária	68 h/a	Código	GDI137
Pré-Requisito(s)	<i>GDI108 - Direito Constitucional I</i>		
Ementa	Caracterização e classificação do tributo. Espécies tributárias. Princípios tributários. Imunidades tributárias. Competência tributária. Garantias fundamentais do contribuinte. Aplicação, vigência, interpretação e integração da legislação tributária. Obrigação tributária e responsabilidade tributária.		
Bibliografia Básica	<p>AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. 20.ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. 541 p. ISBN 9788502220072.</p> <p>MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. 36.ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2015. 562 p. ISBN 9788539202751.</p> <p>SABBAG, Eduardo de Moraes. Manual de direito tributário. 7.ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 1264 p. ISBN 9788502620902.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>ATALIBA, Geraldo. Hipótese de incidência tributária. 6.ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2010. 209 p. ISBN 8574201715.</p> <p>ÁVILA, Humberto. Sistema constitucional tributário. 5.ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. 687 p. ISBN 9788502139084.</p> <p>CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de direito constitucional tributário. 30.ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2015. 1296 p. ISBN 9788539202874.</p> <p>COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de direito tributário brasileiro. 16.ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2018. ISBN 9788530979935. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530979935. Acesso em 17.fev.2020.</p> <p>COSTA, Regina Helena. Imunidades tributárias: teoria e análise da jurisprudência do STF. 3.ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2015. 383 p. ISBN 9788539202959.</p>		

Direito Civil VII			
Carga Horária	68 h/a	Código	GDI162
Pré-Requisito(s)	<i>GDI107 – Direito Civil II</i>		
Ementa	Distinção entre direitos reais e demais direitos patrimoniais. Caracterização da posse. Princípio da função social da posse. Aquisição e perda da posse. Efeitos da posse. Proteção possessória. Caracterização da propriedade. Princípio da função social da propriedade. Diversidade dos estatutos proprietários. Poderes e deveres do proprietário. Aquisição e perda da propriedade. Limitações ao direito de propriedade. Direitos de vizinhança. Condomínio. Direitos reais sobre coisa alheia. Direitos reais de aquisição.		
Bibliografia Básica	<p>GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2012, v. 5.</p> <p>PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil. Rio de Janeiro: Forense, 2012, v. 4.</p> <p>ROSENVALD, Nelson; FARIAS, Cristiano Chaves de. Curso de direito civil. São Paulo: Atlas, 2015, v. 5.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>CHALHUD, Melhim Namem. Direitos reais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.</p> <p>PERLINGIERI, Pietro. O direito civil na legalidade constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.</p> <p>PILATI, José Isaac. Propriedade e função social na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.</p> <p>SCAVONE JÚNIOR, Luiz Antônio. Direito imobiliário. Rio de Janeiro: Forense, 2014.</p> <p>VARELA, Laura Beck. Das sesmarias à propriedade moderna. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.</p>		

<i>Trabalho de Conclusão de Curso I</i>			
Carga Horária	68 h/a	Código	PRG271
Pré-Requisito(s)	<i>GDI175 - Metodologia da Pesquisa Jurídica</i>		
Ementa	Planejamento do trabalho de conclusão de curso.		
Bibliografia Básica	<p>GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. (Re)pensando a pesquisa jurídica. Belo Horizonte: Del Rey, 2013.</p> <p>QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. Monografia jurídica. Rio de Janeiro: Forense, 2015.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>BOOTH, Wayne; COLOMB, Gregory; WILLIAMS, Joseph. Arte da pesquisa. São Paulo: Martins Fontes, 2005.</p> <p>LÉTOURNEAU, Jocelyn. Ferramentas para o pesquisador iniciante. São Paulo: Martins Fontes, 2011.</p> <p>MARCHI, Eduardo Silveira. Guia de metodologia jurídica. São Paulo: Saraiva, 2009.</p> <p>RODRÍGUEZ, Víctor Gabriel. O ensaio como tese. São Paulo: Martins Fontes, 2012.</p> <p>VOLPATO, Gilson; BARRETO, Rodrigo. Elabore projetos científicos competitivos. Botucatu: Best Writing, 2014.</p>		

<i>Direito Processual do Trabalho</i>			
Carga Horária	68 h/a	Código	GDI132
Pré-Requisito(s)	<i>GDI126 - Direito do Trabalho I</i>		
Ementa	A autonomia do Direito Processual do Trabalho. Organização e funcionamento da justiça do trabalho e do ministério público do trabalho. Competência da justiça do trabalho. Princípios do direito processual do trabalho. Processo de conhecimento e respectivos procedimentos. Nulidades processuais. Provas e audiências trabalhistas. Sentença e coisa julgada.		
Bibliografia Básica	<p>PAMPLONA FILHO, Rodolfo; SOUZA, Tercio Roberto Peixoto. Curso de direito processual do trabalho. 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2019. ISBN 9788553616213. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553616213/cfi/. Acesso em: 06 maio 2021.</p> <p>NASCIMENTO, Amauri Mascaro; NASCIMENTO, Sônia Aparecida Costa. Curso de direito processual do trabalho. 29. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. 1040 p. ISBN 9788502212862.</p> <p>SCHIAVI, Mauro. Manual de direito processual do trabalho. 9. ed. São Paulo, SP: LTr, 2015. 1483 p. ISBN 9788536185200.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito processual do trabalho. 15. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2017. 1823 p. ISBN 9788547213480.</p> <p>OLIVEIRA, Francisco Antônio de. A execução na justiça do trabalho. 8. ed. São Paulo, SP: LTr, 2015. 901 p. ISBN 9788536132136.</p> <p>SCHIAVI, Mauro. Execução no processo do trabalho. 7. ed. São Paulo, SP: LTr, 2015. 606 p. ISBN 9788536183022.</p> <p>CLT interpretada: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. 10. ed. São Paulo, SP: Manole, 2019. ISBN 9788520460306. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520460306/cfi/. Acesso em: 17 maio 2021.</p> <p>DELGADO, Mauricio Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. Constituição da república e direitos fundamentais: dignidade da pessoa humana, justiça social e direito do trabalho. 3. ed. São Paulo, SP: LTr, 2015. 188 p. ISBN 9788536183800.</p>		

Módulo 9

Direito Empresarial II			
Carga Horária	68 h/a	Código	GDI121
Pré-Requisito(s)	GDI113 - Direito Empresarial I		
Ementa	Tipos de sociedades empresárias e suas vantagens e desvantagens. Caracterização da sociedade limitada. Capital social e cotas. Constituição da sociedade limitada. Órgãos e administração da sociedade limitada. Direitos e deveres dos sócios. Responsabilidade dos sócios e dos administradores. Dissolução e liquidação da sociedade limitada. Caracterização da sociedade anônima. Capital social, ações e outros valores mobiliários. Constituição da sociedade anônima. Órgãos e administração da sociedade anônima. Direitos e deveres dos acionistas. Responsabilidade dos acionistas e dos administradores. Dissolução e liquidação da sociedade anônima.		
Ementa (Tradução)	<i>Types of business companies and their advantages and disadvantages. Characterization of limited liability company. Share capital and quotas. Constitution of the limited liability company. Bodies and administration of the limited liability company. Rights and duties of partners. Liability of partners and administrators. Dissolution and liquidation of limited liability company. Characterization of the corporation. Share capital, shares and other securities. Constitution of the corporation. Bodies and administration of the corporation. Rights and Duties of Shareholders. Responsibility of shareholders and managers. Dissolution and liquidation of the corporation.</i>		
Bibliografia Básica	<p>TOMAZETTE, Marlon. Curso de direito empresarial: teoria geral e direito societário. 11. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2019. v. 1. ISBN 9788553616671. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553616671/pageid/. Acesso em: 04 abr. 2022.</p> <p>BORBA, José Edwaldo Tavares. Direito societário. 18. ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2021. ISBN 9788597026429. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026429/epubcfi/. Acesso em: 04 abr. 2022.</p> <p>CAMPINHO, Sergio. Curso de direito comercial sociedade anônima. 5. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2020. ISBN 9788553618828. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553618828/pageid/3. Acesso em: 04 abr. 2022.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>SALOMÃO FILHO, Calixto. O novo direito societário eficácia e sustentabilidade: eficácia e sustentabilidade. 5. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2019. ISBN 9788553611522. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553611522/pageid/4. Acesso em: 04 abr. 2022.</p> <p>TELLECHEA, Rodrigo. Autonomia privada no direito societário. São Paulo, SP: Quartier Latin do Brasil, 2016. 375 p. ISBN 8576748177.</p> <p>COMPARATO, Fábio Konder; SALOMÃO FILHO, Calixto. O poder de controle na sociedade anônima. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2014. 502 p. ISBN 9788530945848.</p> <p>PARENTONI, Leonardo Netto. Desconsideração contemporânea da personalidade jurídica: dogmática e análise científica da jurisprudência brasileira (jurimetria/empirical legal studies). São Paulo, SP: Quartier Latin do Brasil, 2014. 219 p. ISBN 9788576747369.</p> <p>NUNES, Márcio Tadeu Guimarães. Desconstruindo a desconsideração da personalidade jurídica. São Paulo, SP: Quartier Latin do Brasil, 2007. 454 p. ISBN 9788576742197.</p>		

Direito Tributário II			
Carga Horária	68 h/a	Código	GDI141
Pré-Requisito(s)	GDI137 - Direito Tributário I		
Ementa	Crédito tributário e sua constituição. Suspensão e exigibilidade do crédito tributário. Exclusão do crédito tributário. Extinção do crédito tributário. Garantias e privilégios do crédito tributário. Impostos municipais. Impostos estaduais. Impostos Federais		
Bibliografia Básica	<p>PAULSEN, Leandro; MELO, José Eduardo Soares de. Impostos federais, estaduais e municipais. 10.ed. Porto Alegre, RS: Liv. do Advogado, 2016, 493 p. ISBN 9788569538226.</p> <p>MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. 36.ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2015. 562 p. ISBN 9788539202751.</p> <p>SABBAG, Eduardo de Moraes. Manual de direito tributário. 7.ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 1264 p. ISBN 9788502620902.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>MELO, José Eduardo Soares de. ICMS: teoria e prática. 12.ed. São Paulo. SP: Dialética, 2012. 559 p. ISBN 9788575002278.</p> <p>CARRAZZA, Roque Antonio. Imposto sobre a renda: perfil constitucional e temas específicos. 3.ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2009. 575 p. ISBN 9788574209630.</p> <p>HARADA, Kiyoshi. IPTU: doutrina e prática. São Paulo, SP: Atlas, 2012. 202 p. ISBN 9788522472345.</p> <p>PAUSEL, Leandro; VELLOSO, André Pitten. Contribuições: teoria geral, contribuições em espécie. 3.ed. Porto Alegre, RS: Liv. do Advogado, 2015. 356 p. ISBN 9788573489637.</p> <p>HARADA, Kiyoshi. Direito tributário municipal: sistema tributário municipal. 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012. ISBN 9788522480029. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522480029/cfi/0!4/2@100:0.00. Acesso em: 21 fev. 2020.</p>		

Filosofia do Direito			
Carga Horária	68 h/a	Código	GDI163
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Direito e justiça. Direito, moral e ética. Direito e economia. Direito, liberdade e violência. Direito, sociedade e emancipação.		
Bibliografia Básica	<p>ARENDDT, Hannah. Sobre a revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.</p> <p>HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Linhas fundamentais da filosofia do direito. São Paulo: Loyola, 2010.</p> <p>KANT, Immanuel. Metafísica dos costumes. Petrópolis: Vozes, 2013.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>FINNIS, John. Natural law and natural rights. Oxford: Oxford University Press, 2011.</p> <p>HABERMAS, Jürgen. Facticidad y validez. Madrid: Trotta, 2010.</p> <p>KELSEN, Hans. General theory of law and state. Clark : Lawbook Exchange, 2007.</p> <p>POSNER, Richard. Problemas de filosofia do direito. São Paulo: Martins Fontes, 2007.</p> <p>SHAPIRO, Scott; COLEMAN, Jules. Oxford handbook to jurisprudence and philosophy of law. Oxford: Oxford University Press, 2004.</p>		

Direito Digital			
Carga Horária	34 h/a	Código	XXX
Pré-Requisito(s)	GDI117 – Direito Civil IV		
Ementa	Sociedade da informação. Regulação do ambiente online. Discriminação algorítmica. Justiça 4.0. Novas tecnologias aplicadas ao Direito.		
Ementa (tradução)	Information society. Regulation of the online environment. Algorithmic discrimination. Justice 4.0. New technologies applied to law.		
Bibliografia Básica	<p>PINHEIRO, Patricia Peck. #Direito digital. 7. São Paulo Saraiva Jur 2021 1 recurso online ISBN 9786555598438 (disponível aqui https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555598438/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dcapa2-0.xhtml]!/4/2/2%4051:1).</p> <p>TEIXEIRA, Tarcísio. Direito digital e processo eletrônico proteção de dados, inteligência artificial, Internet das coisas, novos meios de pagamento digitais, moedas digitais e bitcoin, WhatsApp e criptografia ponto a ponto, compartilhamento de Wi-Fi: riscos, direito ao esquecimento e herança digital, modelos de termos de uso e política de privacidade. 5. São Paulo Saraiva 2020 1 recurso online ISBN 9786555591484 (disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978655591484/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dcapa.xhtml]!/4/2/2%4051:1).</p> <p>HOFFMANN-RIEM, Wolfgang. Teoria geral do direito digital transformação digital, desafios para o direito. 2. Rio de Janeiro Forense 2021 1 recurso online ISBN 9786559642267 (disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559642267/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml0]!/4/2/2%4050:83).</p> <p>O DIREITO na sociedade da informação 4 movimentos sociais, tecnologia e a atuação do estado. São Paulo Grupo Almedina 2020 1 recurso online ISBN 9788584936229 (disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584936229/pageid/0)</p>		
Bibliografia Complementar	<p>ANPD e LGPD desafios e perspectivas. São Paulo Almedina Brasil 2021 1 recurso online ISBN 9786556272764 (disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556272764/pageid/0).</p> <p>CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 20. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Paz e terra, 2019. 629 p. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; 1). ISBN 9788577530366 (broch.).</p> <p>FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Princípios constitucionais do direito da sociedade da informação a tutela jurídica do meio ambiente digital. São Paulo Saraiva 2014 1 recurso online ISBN 9788502230644 (disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502230644/pageid/0).</p> <p>LEONARDI, Marcel. Fundamentos de direito digital. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2019. 252 p. ISBN 97885532113955 (broch.).</p> <p>LGPD aplicada. São Paulo Atlas 2021 1 recurso online ISBN 9788597026931 (disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026931/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover]!/4/2/2%4050:79).</p> <p>PARENTONI, Leonardo; MILAGRES, Marcelo de Oliveira; VAN DE GRAAF, Jeroen (Coords). MOREIRA, Arthur Salles de Paula; CHAGAS, Ciro Costa; SANTANA, Mariana Damiani (Orgs). Direito, Tecnologia e Inovação – V. III: Aplicações Jurídicas de Blockchain (Disponível em https://pos.direito.ufmg.br/wp-content/uploads/2021/05/Direito-tecnologia-e-Inovacao.pdf).</p>		

<i>Trabalho de Conclusão de Curso II</i>			
Carga Horária	68 h/a	Código	PRG272
Pré-Requisito(s)	<i>PRG271 - Trabalho de Conclusão de Curso I</i>		
Ementa	Execução do trabalho de conclusão de curso.		
Bibliografia Básica	COUTINHO, Clara Pereira. Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas . Coimbra: Almedina, 2011. LEITE, Eduardo de Oliveira. Monografia jurídica . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Claudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa no direito . São Paulo: Saraiva, 2009.		
Bibliografia Complementar	BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo . Lisboa: Edições 70, 2009. BAUER, Martin; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som . Petrópolis: Vozes, 2012. STEWART, Charles; CASH JUNIOR, William. Técnicas de entrevista . Porto Alegre: McGraw-Hill, 2015. VIEIRA, Sônia. Como elaborar questionários . São Paulo: Atlas, 2009. YIN, Robert. Estudo de caso . Porto Alegre: Bookman, 2015.		

Módulo 10

<i>Direito do Consumidor</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI116
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Fundamentos constitucionais do direito do consumidor. Sujeitos e objetos da relação de consumo. Direitos básicos do consumidor. Prevenção e reparação de danos ao consumidor. Práticas comerciais abusivas, banco de dados e cadastros de consumidores, publicidade enganosa e abusiva, cobrança de dívidas e superendividamento. Proteção contratual, condições gerais de contratação e contratos de adesão. Controle de cláusulas contratuais abusivas. Órgãos de fiscalização e defesa do consumidor. Sanções administrativas.		
Bibliografia Básica	LISBOA, Roberto Senise. Responsabilidade civil nas relações de consumo . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. MARQUES, Claudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe; BENJAMIN, Antônio Herman Vasconcellos. Manual de direito do consumidor . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. MIRAGEM, Bruno. Curso de direito do consumidor . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.		
Bibliografia Complementar	DIAS, Lucia Ancona Lopez de Magalhães. Publicidade e direito . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. MARQUES, Cláudia Lima. Contratos no código de defesa do consumidor . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. SANTANA, Héctor Valverde. Dano moral no direito do consumidor . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. SCHMITT, Cristiano Heineck. Cláusulas abusivas nas relações de consumo . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. TORRES, Andreza Cristina Baggio. Direito do consumidor brasileiro e a teoria da confiança . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.		

<i>Hermenêutica Jurídica</i>			
Carga Horária	68 h/a	Código	GDI143
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Nova retórica de Perelman. Tópica de Viehweg. Teoria da argumentação de Tulin. Teoria da argumentação de MacCormick. Teoria da argumentação jurídica de Alexy. Günther e a distinção entre discursos de justificação e discursos de aplicação. Habermas, teoria do discurso e argumentação jurídica.		
Bibliografia Básica	ALEXY, Robert. Teoria da argumentação jurídica . Rio de Janeiro: Forense, 2011. ATIENZA, Manuel. As razões do direito . Rio de Janeiro: Forense, 2014. MACCORMICK, Neil. Argumentação jurídica e teoria do direito . São Paulo: Martins Fontes, 2009.		
Bibliografia Complementar	ALEXY, Robert. Teoria discursiva do direito . Rio de Janeiro: Forense, 2015. GUNTHER, Klaus. Teoria da argumentação no direito e na moral . Rio de Janeiro: Forense, 2011. HABERMAS, Jürgen. Teoria do agir comunicativo . São Paulo: Martins Fontes, 2012. PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da argumentação . São Paulo: Martins Fontes, 2005. TULMIN, Stephen. Os usos do argumento . São Paulo: Martins Fontes, 2006.		

Direito Internacional Privado			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI142
Pré-Requisito(s)	GDI101 - Introdução ao Estudo do Direito		
Ementa	Fontes de direito internacional privado. Normas de direito internacional privado. Competências, conflito de leis e de jurisdições. Limites de aplicação do direito estrangeiro. Homologação de sentenças. Nacionalidade e condição do estrangeiro.		
Ementa (Tradução)	<i>Sources of private international law. Rules of private international law. Competences, conflict of laws and jurisdictions. Homologation of foreign judgments. Nationality and conditions of the foreigner.</i>		
Bibliografia Básica	<p>BASSO, Maristela. Curso de direito internacional privado. São Paulo, SP: Atlas, 2020. ISBN 9788597023060. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597023060/epubcfi/. Acesso em: 11 abr. 2022.</p> <p>DOLINGER, Jacob; TIBURCIO, Carmem. Direito internacional privado. 15. ed. Rio de Janeiro, RJ: 2020. ISBN 9788530988616. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530988616/epubcfi/. Acesso em: 11 abr. 2022.</p> <p>RAMOS, André de Carvalho. Curso de direito internacional privado. 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2021. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555595352/epubcfi/. Acesso em: 11 abr. 2022.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>DEL'OMO], Florisbal de Souza; JAEGER JUNIOR, Augusto. Curso de direito internacional privado. 12. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2017. ISBN 9788530973896. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530973896/epubcfi/. Acesso em: 11 abr. 2022.</p> <p>RAMOS, André de Carvalho; GRAMSTRUP, Erik Frederico. Comentários à lei de introdução às normas do direito brasileiro - LINDB. 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. ISBN 9786555597820. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555597820/epubcfi/. Acesso em: 11 abr. 2022.</p> <p>MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Curso de Direito Internacional Privado. 5. ed. São Paulo, SP: Forense, 2021. ISBN 9788530990947. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530990947/. Acesso em: 11 abr. 2022.</p> <p>RECHSTEINER, Beat Walter. Direito internacional privado: teoria e prática. 20. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2022. ISBN 9788553608225. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553608225/pageid/0. Acesso em: 11 abr. 2022.</p> <p>SOUZA, Artur César de. Jurisdição e competência no Novo C.P.C.: competência da justiça federal e competência da justiça estadual. São Paulo, SP: Almedina, 2019. (NPCB Novo Processo Civil Brasileiro). ISBN 9788584934423. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584934423/pageid/. Acesso em: 11 abr. 2022.</p>		

Direito Empresarial III			
Carga Horária	68 h/a	Código	GDI177
Pré-Requisito(s)	GDI121 - Direito Empresarial II		
Ementa	Função social da empresa e crise econômico-financeira. Caracterização, processamento e procedimento da recuperação judicial. Plano de recuperação judicial e seu cumprimento. Órgãos e administração da recuperação judicial. Encerramento da recuperação judicial. Recuperação extrajudicial. Liquidação extrajudicial. Caracterização, processamento e procedimento da falência. Sentença declaratória de falência e seus efeitos. Órgãos e administração da falência. Verificação, habilitação e classificação de créditos. Realização do ativo e pagamento dos credores. Encerramento da falência e extinção das obrigações.		
Ementa (Tradução)	<i>The social function of the firm and economic and financial crisis. Characterization, processing, and procedure of judicial recovery. The judicial recovery plan and its fulfillment. Bodies and administration of judicial reorganization. Termination of judicial recovery. Extrajudicial recovery. Extrajudicial liquidation. Characterization, processing, and procedure of bankruptcy. Declaration of bankruptcy and its effects. Bankruptcy bodies and administration. Verification, qualification, and classification of credits. Realization of assets and payment of creditors. Termination of bankruptcy and termination of obligations.</i>		
Bibliografia Básica	<p>SACRAMONE, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de recuperação de empresas e falência. 3. ed. São Paulo, SP: Saraiva Jur, 2022. ISBN 9786553622531. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553622531/epubcfi/. Acesso em: 04 abr. 2022.</p> <p>TOMAZETTE, Marlon. Comentários à reforma da Lei de recuperação de empresas e falência: conforme as alterações trazidas pela Lei 14.112/2020. Indaiatuba, SP: Foco, 2021. ISBN 9786555152470. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188683/epub. Acesso em: 04 abr. 2022.</p> <p>CAMPINHO, Sergio. Curso de direito comercial: falência e recuperação de empresa. 11. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2020. ISBN 9788553618804. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553618804/pageid/0. Acesso em: 04 abr. 2022.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>SPINELLI, Luis Felipe; TELLECHEA, Rodrigo; SCALZILLI, João Pedro. Recuperação extrajudicial de empresas. São Paulo, SP: Quartier Latin do Brasil, 2013. 236 p. ISBN 9788576746812.</p> <p>FRANCO, Gustavo Lacerda. A administração da empresa em recuperação judicial entre a manutenção e o afastamento do devedor. São Paulo, SP: Almedina Brasil, 2021. (Estudos de direito de empresa e crise). ISBN 9786556273099. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556273099/. Acesso em: 05 abr. 2022.</p> <p>SACRAMONE, Marcelo Barbosa; NUNES, Marcelo Guedes. Direito societário e recuperação de empresas: estudos de jurimetria. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2021. ISBN 9786555153613. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/195167/epub/. Acesso em: 05 abr. 2022.</p> <p>DINIS, David Sequeira; ROSA, Luis Bértolo. As medidas cautelares no processo de insolvência. 4. ed. São Paulo, SP: Grupo Almedina, 2020. ISBN 9789724085265. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/activate/9789724085265. Acesso em: 05 abr. 2022.</p> <p>CUNHA, Leonardo Carneiro da. A Fazenda pública em juízo. 18. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2021. ISBN 9786559640386. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559640386/epubcfi/. Acesso em: 05 abr. 2022.</p>		

Direito Previdenciário			
Carga Horária	34 h/a	Código	XXX
Pré-Requisito(s)	GDI114 – Direito Constitucional II; GDI128 – Direito do Trabalho II		
Ementa	Fundamentos do regime previdenciário. Assistência Social. O regime geral de previdência social (RGPS). Regimes de Previdência Privada.		
Ementa (tradução)	<i>Fundamental Social Security. Social Assistance. RGPS. Private Pension.</i>		
Bibliografia Básica	<p>Comentários à Lei de Benefícios da Previdência Social Lei 8.213/1991 - 19 / 2021 - (Ebook)</p> <p>ROCHA, Daniel Machado da. Comentários à Lei de Benefícios da Previdência Social Lei 8.213/1991. 19. São Paulo Atlas 2021 1 recurso online ISBN 9788597026993.</p> <p>Comentários sobre a nova Previdência / 2020 - (Ebook).</p> <p>STUCHI, Victor. Comentários sobre a nova Previdência. Rio de Janeiro Método 2020 1 recurso online ISBN 9788530991371.</p> <p>A política social do estado capitalista : as funções da previdência e da assistência sociais - 6. ed. / 1991.</p> <p>FALEIROS, Vicente de Paula. A política social do estado capitalista: as funções da previdência e da assistência sociais. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991. 175 p.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>Advocacia Previdenciária - Guia Prático de Atendimento 2ª edição / 2020 - (Ebook)</p> <p>COORDS.: JULIANA DE OLIVEIRA XAVIER RIBEIRO E MIGUEL HORVATH. Advocacia Previdenciária - Guia Prático de Atendimento 2ª edição. Editora Rideel 2020 168 ISBN 9786557383018.</p> <p>Contabilidade atuarial: fundamentos – seguro e previdência, contabilização e tributação, noções de cálculo atuarial / 2019 - (Ebook)</p> <p>CLÓVIS LUÍS PADOVEZE. Contabilidade atuarial: fundamentos – seguro e previdência, contabilização e tributação, noções de cálculo atuarial. Editora Intersaberes 2019 202 ISBN 9788522700714.</p> <p>Cálculo de benefícios previdenciários teses revisionais - 12 / 2022 - (Ebook)</p> <p>ALENCAR, Hermes Arrais. Cálculo de benefícios previdenciários teses revisionais. 12. São Paulo Saraiva Jur 2022 1 recurso online ISBN 9786553623026.</p> <p>Curso de direito previdenciário - 7 / 2014 - (Ebook)</p> <p>VIANNA, João Ernesto Aragonés. Curso de direito previdenciário. 7. São Paulo Atlas 2014 1 recurso online ISBN 9788522488650.</p> <p>Dinâmica socioeconômica e previdência sistêmica coletânea de textos : / 1999 - (Livros)</p> <p>ASSOCIACAO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS. Dinâmica socioeconômica e previdência sistêmica Coletânea de textos. Brasília, DF: ANFIP, 1999. 171 p.</p>		

<i>Trabalho de Conclusão de Curso III</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	PRG727
Pré-Requisito(s)	<i>PRG272 - Trabalho de Conclusão de Curso II</i>		
Ementa	Apresentação do trabalho de conclusão de curso.		
Bibliografia Básica	KOLLER, Sílvia; COUTO, Maria Clara de Paula; HOHENDORFF, Jean Von. Manual de produção científica . Porto Alegre: Penso, 2014. MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Claudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa no direito . São Paulo: Saraiva, 2009. NÓBREGA, Maria Helena de. Como fazer apresentações em eventos acadêmicos e empresariais. São Paulo: Atlas, 2009.		
Bibliografia Complementar	BECKER, Howard. Truques da escrita . Rio de Janeiro: Zahar, 2015. DEBASTIANI, Carlos Alberto. Boas apresentações vendem ideias . São Paulo: Novatec, 2009. LUCAS, Stephen. A arte de falar em público . Porto Alegre: McGraw-Hill, 2014. POLITO, Reinaldo. Recursos audiovisuais nas apresentações de sucesso . São Paulo: Saraiva, 2010. WEINSCHENK, Susan. Apresentações brilhantes . Rio de Janeiro: Sextante, 2014.		

Eletivas

<i>Cultura Indígena e Afrobrasileira</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDE208
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	A construção da história do Brasil como um país mestiço. O pensamento brasileiro em torno da temática da mestiçagem. Aspectos de culturas indígenas e africanas em seu contexto de origem. Contribuições dos povos indígenas e africanos para a formação do Brasil. O direito e o preconceito. A diversidade cultural. Reflexões sobre heterogeneidade cultural e interculturalidade.		
Bibliografia Básica	CASTEL, Robert. A discriminação negativa . Petrópolis: Vozes, 2008. GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas . Rio de Janeiro: LTC, 1989. LÉVI-STRAUSS, Claude. O pensamento selvagem . São Paulo: Papirus, 2010.		
Bibliografia Complementar	BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. Branços e negros em São Paulo : ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana . 4. ed. rev. São Paulo, SP: Global, 2008. 302 p. ISBN 9788526012585. (3 ex) FERNANDES, Florestan. A função social da guerra na sociedade tupinambá . 3. ed. São Paulo, SP: Globo, 2006. 594 p. ISBN 8525042218 FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes . São Paulo: Globo, 2008, v. 1-2. FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos . São Paulo: Global, 2007. FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida Maria Taddoni. África no Brasil . São Paulo: Contexto, 2008. ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos . São Paulo: Contexto, 2009. ROCHA, Everardo Guimarães. O que é etnocentrismo . São Paulo: Brasiliense, 1994.		

<i>Língua Brasileira de Sinais (Libras)</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDE124
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Língua Brasileira de Sinais. Critérios diferenciados da Língua Brasileira de Sinais. Conhecimento teórico e prático para a comunicação com os surdos, utilizando-se para isso de diferentes sinais e do alfabeto manual, bem como apresentar os aspectos diferentes entre cultura surda e ouvinte.		
Bibliografia Básica	HOEMANN, HARRY W. e Oates, Eugênio, Linguagem de Sinais do Brasil . Porto Alegre: Centro Educacional para Deficientes Auditivos. QUADROS, R. M. (1995). As categorias vazias pronominais: Uma análise Alternativa com Base nas LIBRAS e Reflexos no Processo de Aquisição . Dissertação de Mestrado. PUC: Porto Alegre. RS. Educação de Surdos: A Aquisição da Linguagem. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas – 1997. STROBEL, Karin Lílian et all. Falando com as Mãos . Curitiba: Secretaria de Estado de Educação.		
Bibliografia Complementar	Revista Espaço: Informativo Técnico – Científico do INES. (1999 – 2001). Revista Integração. MEC – SEE/SP. CORRÊA, J. M. Surdez e os Fatores que compõem o método áudio visual de linguagem oral para crianças com perdas auditivas – São Paulo: Ed. Atheneu 1999; BRASÍLIA, Decreto nº 5.296 de 02 de Dezembro de 2004. Senado Federal – 2005		

<i>Língua Inglesa A1</i>			
Carga Horária	102 h/a	Código	GDE141
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Apresentação de estratégias comunicativas e uso da língua para alunos iniciantes com o objetivo de que possam compreender e usar expressões comuns, frases básicas que atendam a necessidades concretas como se apresentar, perguntar e responder questões sobre detalhes pessoais como, por exemplo, onde mora, pessoas que conhecem e coisas que têm, perguntar e responder sobre lugares em uma cidade ou dentro de uma casa, frequência de ações cotidianas, preços, ações momentâneas, pessoas e suas vestimentas, e eventos passados.		
Bibliografia Básica	GODOY, Sonia M. Baccari de; GONTOW, Cris; MARCELINO, Marcello. English pronunciation for brazilians . São Paulo: Disal, 2006. KAY, Sue; JONES, Vaughan. New American inside out: beginner . México: Macmillan, 2008. SWAN, Michael; WALTER, Catherine. How english works . Oxford: Oxford University Press, 1997.		
Bibliografia Complementar	BYRD, Patricia; BENSON, Beverly. Applied english grammar . Boston: Heinle, 2001. CRYSTAL, David. The Cambridge encyclopedia of the english language . Cambridge: Cambridge University Press, 2003. LIEFF, Camilla Dixo; POW, Elizabeth Mara; NUNES, Zaina Abdalla. Descobrimo a pronúncia do inglês . São Paulo: Martins Fontes, 2010. MURPHY, Raymond. Essential grammar in use . Cambridge: Cambridge University Press, 2007. VINCE, Michael. Elementary language practice . Oxford: Macmillan, 2010.		

<i>Língua Inglesa B2</i>			
Carga Horária	51 h/a	Código	GDE134
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Apresentação de estratégias comunicativas e uso da língua para alunos que pretendam participar de programa sanduíche em instituição internacional, com o objetivo de que possam compreender as ideias principais em textos complexos de temáticas concretas e abstratas, incluindo discussões técnicas em sua área de especialização, além de interagir com certo grau de fluência e espontaneidade que permita a interação com falantes nativos sem esforço de qualquer das partes, e de produção de textos claros e detalhados em uma grande variedade de temas e possibilidade de explicar um ponto de vista sobre um tema indicando as vantagens e desvantagens de diferentes opções.		
Bibliografia Básica	LOUGHEED, Lin. Direct to TOEFL iBT . Oxford: Macmillan, 2011. HANDS, Penny. Collins Cobuild english grammar . London: Harper Collins Publishers, 2011. CELCE-MURCIA, Marianne; WILLIAMS, Howard Alan; LARSEN-FREEMAN, Diane. The grammar book . Boston: Heinle, 1999.		
Bibliografia Complementar	MATTHIESEN, Steven. Barron's essential words for the TOEFL . Hauppauge: Barron's Educational Series, 2014. SHARPE, Pamela. TOEFL iBT . Hauppauge: Barron's Educational Series, 2013. VINCE, Michael. Advanced language practice . Oxford: Macmillan, 2009. VINCE, Michael. Intermediate language practice . Oxford: Macmillan, 2010. WILLIAMS, Erica. Presentations in english . Oxford: MacMillam, 2008.		

<i>Direitos da Personalidade</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI207
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Fundamentos dos direitos de personalidade, dignidade da pessoa humana e autonomia privada. Características dos direitos de personalidade. Limites ao exercício dos direitos de personalidade. Direito à liberdade e seus corolários. Direito à integridade psicofísica, modificações corporais e doação de órgãos. Direito à privacidade e controle de dados pessoais. Direito ao nome e identidade pessoal. Direito à imagem e sociedade midiática. Proteção jurisdicional.		
Bibliografia Básica	SCHREIBER, Anderson. Direitos da personalidade . São Paulo: Atlas, 2011. MORAES, Maria Celina Bodin de; KONDER, Carlos Nelson. Dilemas de direito civil-constitucional . Rio de Janeiro: Renovar, 2012. DINIZ, Maria Helena. O estado atual do biodireito . São Paulo: Saraiva, 2014.		
Bibliografia Complementar	CHOERI, Raul Cleber da Silva. O direito à identidade na perspectiva civil-constitucional . Rio de Janeiro: Renovar, 2010. DONEDA, Danilo. Da privacidade à proteção de dados pessoais . Rio de Janeiro: Renovar, 2006. GEDIEL, José Antônio Peres. Os transplantes de órgãos e a invenção moderna do corpo . Curitiba: Moinho do Verbo, 2000. MEIRELES, Rose Melo Vencelau. Autonomia privada e dignidade humana . Rio de Janeiro: Renovar, 2009. SCHREIBER, Anderson. Direito e mídia . São Paulo: Atlas, 2013.		

<i>Fundamentos Constitucionais do Direito Civil</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI190
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Origem e contextualização da constitucionalização do direito civil. Pressupostos da constitucionalização do direito civil. Críticas à constitucionalização do direito civil. Modelos de incidência das normas constitucionais no direito civil. Problema da eficácia horizontal dos direitos fundamentais. Fontes constitucionais da família, da propriedade e do contrato. Tradição patrimonialista do direito civil brasileiro, tendências de sua repersonalização e princípio da dignidade da pessoa humana.		
Bibliografia Básica	BARROSO, Luis Roberto. A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo . Belo Horizonte: Fórum, 2012. FACHIN, Luiz Edson. Teoria crítica do direito civil . Rio de Janeiro: Renovar, 2012. PERLINGIERI, Pietro. O direito civil na legalidade constitucional . Rio de Janeiro: Renovar, 2008.		
Bibliografia Complementar	CANARIS, Claus-Wilhelm. Direitos fundamentais e direito privado . Coimbra: Almedina, 2003. CANARIS, Claus-Wilhelm. Pensamento sistemático e o conceito de sistema na ciência do direito . Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2002. DÜRIG, Günter; NIPPERDEY, Hans Carl; SCWABE, Jürgen. Direitos fundamentais e direito privado . Porto Alegre: Safe, 2012. RUZK, Carlos Eduardo Pianovski. Institutos fundamentais do direito civil e liberdade(s) . São Paulo: 2011. SILVA, Virgílio Afonso da. A constitucionalização do direito . São Paulo: Malheiros, 2005.		

<i>Responsabilidade Civil</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI212
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Princípios da responsabilidade civil. Estrutura e funções da responsabilidade civil. Ato ilícito e abuso de direito. Obrigação de indenizar. Responsabilidade subjetiva e seus elementos. Responsabilidade objetiva e seus elementos. Problema do nexos de causalidade. Espécies de danos e sua reparação. Excludentes de responsabilidade.		
Bibliografia Básica	GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro . São Paulo: Saraiva, 2014, v. 4. ROSENVALD, Nelson; FARIAS, Cristiano Chaves de; BRAGA NETTO, Felipe Peixoto. Curso de direito civil . São Paulo: Atlas, 2015, v. 3. SCHREIBER, Anderson. Novos paradigmas da responsabilidade civil . São Paulo: Atlas, 2013.		
Bibliografia Complementar	CAHALI, Yussef Said. Dano moral . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. CALIXTO, Marcelo Junqueira. A culpa na responsabilidade civil . Rio de Janeiro: Renovar, 2008. FERNANDES, Wanderley. Cláusulas de exoneração e de limitação de responsabilidade . São Paulo: Saraiva, 2013. MULHOLLAND, Caitlin Sampaio. A responsabilidade civil por presunção de causalidade . São Paulo: GZ, 2010. VENTURI, Thaís Goveia Pascoaloto. Responsabilidade civil preventiva . São Paulo: Malheiros, 2014.		

<i>Direito Urbanístico</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI181
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Espaço urbano e direito à cidade. Função social da cidade. Normas e competências urbanísticas. Gestão urbana e planejamento urbano. Instrumentos de intervenção e de controle urbano. Função social da propriedade e regime jurídico urbanístico. Direito à moradia adequada.		
Bibliografia Básica	CAMBIER, Everaldo Augusto; ARRUDA ALVIM, José Manoel. Estatuto da cidade . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. DALLARI, Adilson Abreu; FERRAZ, Sérgio. Estatuto da cidade . São Paulo: Malheiros, 2014. SILVA, José Afonso da. Direito urbanístico brasileiro . São Paulo: Malheiros, 2012.		
Bibliografia Complementar	CARVALHO FILHO, José dos Santos. Comentários ao estatuto da cidade . São Paulo: Atlas, 2013. FIGUEIREDO, Lúcia Valle. Disciplina urbanística da propriedade . São Paulo: Malheiros, 2005. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito de construir . São Paulo: Malheiros, 2013. MILAGRES, Marcelo de Oliveira. Direito à moradia . São Paulo: Atlas, 2011. PINTO, Victor Carvalho. Direito urbanístico . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.		

<i>Direito da Criança e do Adolescente</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI197
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Fundamentos históricos e sistema de proteção integral. Princípios do direito da criança e do adolescente. Direitos fundamentais da criança e do adolescente. Família substituta, guarda e tutela. Adoção. Medidas de proteção. Ato infracional e medidas socioeducativas.		
Bibliografia Básica	<p>COSTA, Ana Paula Motta. Os adolescente e seus direitos fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.</p> <p>MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. Curso de direito da criança e do adolescente. São Paulo: Saraiva, 2015.</p> <p>VERONESE, Josiane Rose Petry; SILVEIRA, Mayra. Estatuto da criança e do adolescente comentado. Florianópolis: Conceito, 2011.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>CURY, Munir. Estatuto da criança e do adolescente comentado. São Paulo: Malheiros, 2013.</p> <p>DI MAURO, Renata Giovanoni. Procedimentos civis no estatuto da criança e do adolescente. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>RIVERO HERNÁNDEZ, Francisco. El interés del menor. Madrid: Dykinson, 2007.</p> <p>SHECARIA, Sérgio Salomão. Sistemas de garantia e o direito penal juvenil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.</p> <p>SOTTOMAYOR, Maria Clara. Temas de direito das crianças. Coimbra: Almedina, 2014.</p>		

Contratos Cíveis e Empresariais			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI195
Pré-Requisito(s)	GDI117 – Direito Civil IV		
Ementa	Tipicidade a atipicidade contratual. Peculiaridades dos contratos empresariais. Espécies de contratos civis. Espécies de contratos empresariais.		
Ementa (Tradução)	<i>Typical to contractual atypicality. Types of civil contracts. Peculiarities of business contracts. Types of business contracts.</i>		
Bibliografia Básica	<p>FORGIONI, Paula A. Contratos empresariais: teoria geral e aplicação. 2. ed. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2016. 299 p. ISBN 9788520367827.</p> <p>ROPPO, Enzo. O contrato. Coimbra, PO: Almedina, 2009. 371 p. ISBN 9789724036472.</p> <p>PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de direito civil: contratos: declaração unilateral de vontade, responsabilidade civil. 25. ed. Rio de Janeiro. RJ: Forense, 2022. v. 3. (Clássicos forenses). ISBN 9786559643387. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559643387/epubcfi/6/. Acesso em: 04 abr. 2022.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>SCHREIBER, Anderson. Equilíbrio contratual e dever de renegociar. 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva Jur, 2020. ISBN 9786555591118. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555591118/epubcfi/6/. Acesso em: 04 abr. 2022.</p> <p>THEODORO JÚNIOR, Humberto; MELLO, Adriana Mandim Theodoro de. Contratos de colaboração empresarial. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2019. ISBN 9788530986834. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530986834/epubcfi/6/. Acesso em: 04 abr. 2022.</p> <p>TIMM, Luciano Benetti. Direito contratual brasileiro: críticas e alternativas ao solidarismo jurídico. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. 230 p. ISBN 9788522497409.</p> <p>RICHTER, Marina Nascimbem Bechtejew. A relação de franquia no mundo empresarial e as tendências da jurisprudência brasileira. 3. ed. São Paulo, SP: Grupo Almedina, 2021. ISBN 9786556271712. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556271712/pageid/3. Acesso em: 04 abr. 2022.</p> <p>RIBEIRO, Marcia Carla Pereira; GALESKI JUNIOR, Irineu. Teoria geral dos contratos: contratos empresariais e análise econômica. 2. ed. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2015. 256 p. ISBN 9788520359167.</p>		

<i>Direito Médico</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI218
Pré-Requisito(s)	* * *		
Ementa	Exercício da medicina e diretrizes ético-jurídicas. Direitos dos médicos. Dever de esclarecimento e consentimento informado. Dever de documentação e atestados médicos. Dever de sigilo e história clínica. Direitos fundamentais dos pacientes. Responsabilidade civil do médico, dos hospitais e demais instituições de saúde.		
Bibliografia Básica	DANTAS, Eduardo. Direito médico. São Paulo: GZ, 2014. KFOURI NETO, Miguel. Responsabilidade civil do médico. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. PEREIRA, André Dias. Direitos do paciente e responsabilidade médica. Coimbra: Coimbra, 2015.		
Bibliografia Complementar	BERGSTEIN, Gilberto. A informação na relação médico-paciente. São Paulo: Saraiva, 2013. FADEN, Ruth; BEAUCHAMP, Tom. A history and theory of informed consent. New York: University Oxford Press, 1986. FRANÇA, Genival Veloso de. Direito médico. Rio de Janeiro: Forense, 2014. GALÁN CORTÉS, Julio César. Responsabilidad civil médica. Cizur Menor: Civitas, 2014. KFOURI NETO, Miguel. Responsabilidade civil dos hospitais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.		

<i>Bioética Clínica</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI194
Pré-Requisito(s)	* * *		
Ementa	Fundamentos históricos da bioética. Teorias bioéticas e direitos fundamentais. Métodos para análise e tomada de decisão sobre problemas bioéticos. Aborto, reprodução assistida e planejamento familiar. Consentimento informado e recusa de tratamento médico. Cuidados paliativos e diretrizes antecipadas de tratamento médico. Eutanásia e suicídio assistido. Manipulação genética e clonagem. Melhoramento humano e outras questões bioéticas.		
Bibliografia Básica	BEAUCHAMP, Tom; CHILDRESS, James. Princípios de ética biomédica . São Paulo: Loyola, 2012. JONSEN, Albert; SIEGLER, Mark; WINSLADE, William. Ética clínica . Porto Alegre: AMGH, 2012. VEATCH, Robert. Bioética . São Paulo: Pearson, 2014.		
Bibliografia Complementar	ANDORNO, Roberto. Bioética y dignidad de la persona . Madrid: Tecnos, 2012. FERRER, Jorge José; ÁLVAREZ, Juan Carlos. Para fundamentar a bioética . São Paulo: Loyola, 2005. GRACIA, Diego. Procedimientos de decisión en ética clínica . Madrid: Triacastela, 2007. SAVULESCU, Julian. Decisiones peligrosas . Madrid: Tecnos, 2012. STEINBOCK, Bonnie. The oxford textbook of bioethics . New York: Oxford University Press, 2009.		

<i>Bioética Experimental</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI172
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Fundamentos históricos da regulamentação ética e jurídica da investigação científica envolvendo seres humanos. Instrumentos normativos nacionais e internacionais. Liberdade científica e direitos fundamentais. Garantias do participante e consentimento livre e esclarecido. Avaliação dos riscos e benefícios na investigação científica. Organização e funcionamento do sistema brasileiro de revisão ética em investigação científica com seres humanos.		
Bibliografia Básica	COELHO, Yara Beduschi; SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; ZICKER, Fábio. Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde . São Paulo: Hucitec, 2011. GUILHEM, Dirce; DINIZ, Débora. O que é bioética . São Paulo: Brasiliense, 2012. GUILHEM, Dirce; DINIZ, Débora. O que é ética em pesquisa . São Paulo: Brasiliense, 2014.		
Bibliografia Complementar	CASADO, María. Los comités de ética como mecanismos de protección en investigación biomédica . Cizur Menor: Civitas, 2011. CEZAR, Denise Oliveira. Pesquisa com medicamentos . São Paulo: Saraiva, 2012. EZEKIEL, Emanuel; GRADY, Christine; CROUCH, Robert; LIE, Reidar; MILLER, Franklin; WENDLER, David. The Oxford textbook of clinical research ethics . New York: Oxford University Press, 2011. HULLEY, Stephen; CUMMINGS, Steven; BROWNER, Warren; GRADY, Deborah. Delineando a pesquisa clínica . Porto Alegre: Artmed, 2015. RODRÍGUEZ-ARIAS, David; MOUTEL, Grégoire; HERVÉ, Christian. Ética y experimentación con seres humanos . Bilbao: Desclée de Brouwer, 2008.		

<i>Criminologia</i>			
Carga Horária	68 h/a	Código	GDI104
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Fundamentos históricos da criminologia. Causas da criminalidade e crítica à ideologia da defesa social. Criminologia crítica.		
Bibliografia Básica	BARATTA, Alessandro. Criminologia crítica e crítica do direito penal . Rio de Janeiro: Revan, 2011. DIAS, Jorge de Figueiredo; ANDRADE, Manuel da Costa. Criminologia . Coimbra: Coimbra, 2011. MÁILLO, Alfonso Serrano; PRADO, Luiz Regis. Curso de criminologia . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.		
Bibliografia Complementar	AKERS, Ronald; SALLERS, Christine. Criminological theories . New York: Oxford University Press, 2012. BATISTA, Vera Malaguti. Introdução crítica à criminologia brasileira . Rio de Janeiro: Revan, 2011. CARVALHO, Salo de. Antimanual de criminologia . São Paulo: Saraiva, 2015. CRESPO, Aderlan. Curso de criminologia . Rio de Janeiro: Campus, 2009. GARCÍA-PABLOS DE MOLINA, Antonio. Tratado de criminología . Valencia: Tirant lo Blanch, 2008. MILLER, J. Mitchell. 21st century criminology . Thousand Oaks: SAGE, 2009.		

<i>Teoria do Garantismo Penal</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI183
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Caracterização do garantismo penal e efetividade das liberdades e garantias fundamentais. Limitação do poder punitivo na definição do crime. Limitação do poder punitivo na utilização da pena. Limitação do poder punitivo na aplicação do procedimento.		
Bibliografia Básica	FERRAJOLI, Luigi. Direito e razão . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. FERRAJOLI, Luigi; STRECK, Lenio; TRINDADE, André Karam. Garantismo, hermenêutica e neoconstitucionalismo . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012. FERRAJOLI, Luigi. A democracia através dos direitos . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.		
Bibliografia Complementar	FERRAJOLI, Luigi. Democracia y garantismo. Madrid: Trotta, 2008. FERRAJOLI, Luigi. Garantismo. Madrid: Trotta, 2006. FERRAJOLI, Luigi. Principia iuris. Madrid: Trotta, 2011, v. 1. FERRAJOLI, Luigi. Principia iuris. Madrid: Trotta, 2011, v. 2. FERRAJOLI, Luigi. Principia iuris. Madrid: Trotta, 2011, v. 3.		

<i>Direito Penal do Meio Ambiente</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI205
Pré-Requisito(s)	GDI112 – Direito Penal II		
Ementa	Fundamentos do direito penal do meio ambiente. Teoria do crime sob a perspectiva da proteção do meio ambiente. Responsabilidade penal da pessoa jurídica. Crimes contra a fauna e a flora. Crimes contra o patrimônio cultural. Crimes contra a ordenação do território. Crimes contra a administração ambiental. Tutela ambiental da biossegurança.		
Bibliografia Básica	COSTA, Helena Regina Lobo da. Proteção penal ambiental . São Paulo: Saraiva, 2010. MILARÉ, Édis; COSTA JÚNIOR, Paulo José da; COSTA, Fernando José. Direito penal ambiental . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. PRADO, Luiz Regis. Tratado de direito penal brasileiro . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, v. 9.		
Bibliografia Complementar	DÍEZ, CARLOS GÓMEZ-JARA. A responsabilidade penal da pessoa jurídica e o dano ambiental . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013. FIORILLO, Celso Antônio Pacheco; CONTE, Christiany Pegorari. Crimes ambientais . São Paulo: Saraiva, 2012. MARCÃO, Renato. Crimes ambientais . São Paulo: Saraiva, 2013. MARCHESAN, Ana Maria Moreira; STEIGLEDER, Annelise Monteiro. Crimes ambientais . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013. PRADO, Luiz Regis; DOTTI, René Ariel. Responsabilidade penal da pessoa jurídica . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.		

<i>Direito Penal Econômico</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI204
Pré-Requisito(s)	<i>GDI112 – Direito Penal II</i>		
Ementa	Fundamentos do direito penal econômico. Intervenção repressiva da atividade econômica. Teoria do crime sob a perspectiva das atividades econômicas. Responsabilidade penal da pessoa jurídica. Crimes tributários. Crimes contra o sistema financeiro nacional. Crimes contra ordem econômica. Crimes contra economia popular. Crimes de lavagem de dinheiro e organização criminosa.		
Bibliografia Básica	BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo. Crimes federais . São Paulo: Saraiva, 2014. PRADO, Luiz Regis. Tratado de direito penal brasileiro . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, v. 8. SANTIS, Fausto Martin de. Delinquência econômica e financeira . Rio de Janeiro: Forense, 2015.		
Bibliografia Complementar	ALMEIDA, Arnaldo Quirino de. Direito penal econômico . Florianópolis: Conceito, 2015. BITENCOURT, Cezar Roberto; MONTEIRO, Luciana de Oliveira. Crimes contra ordem tributária . São Paulo: Saraiva, 2013. CALLEGARI, André Luís; WEBER, Ariel Barazzetti. Lavagem de dinheiro . São Paulo: Atlas, 2014. SANTIS, Fausto Martins de. Crime organizado e lavagem de dinheiro . São Paulo: Saraiva, 2015. VAZ, Paulo Afonso Brum; MEDINA, Ranier de Souza. Direito penal econômico e crimes contra o sistema financeiro nacional . Florianópolis: Conceito, 2012.		

<i>Recursos e Ações de Impugnação no Direito Processual Penal</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI213
Pré-Requisito(s)	<i>GDI130 - Direito Processual Penal II</i>		
Ementa	Teoria geral dos recursos criminais. Recurso de apelação. Recurso em sentido estrito. Embargos de declaração. Embargos infringentes. Carta testemunhável. Recurso especial. Recurso extraordinário. Habeas corpus. Mandado de segurança. Reclamação. Revisão criminal.		
Bibliografia Básica	CONSTANTINO, Lúcio Santoro de. Recursos criminais, sucedâneos recursais criminais e ações impugnativas autônomas criminais . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010. ARANHA, Adalberto José. Dos recursos no processo penal . São Paulo: Saraiva, 2010. TUTTI, Rogério Lauria. Direitos e garantias individuais no processo penal brasileiro . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.		
Bibliografia Complementar	CRUZ, Rogério Schietti Machado. Garantias processuais nos recursos criminais . São Paulo: Atlas, 2013. GIACOMOLLI, Nereu José. O devido processo penal . São Paulo: Atlas, 2015. NUCCI, Guilherme de Souza. Habeas corpus . Rio de Janeiro: Forense, 2014. RANGEL, Paulo. A coisa julgada no processo penal brasileiro como instrumento de garantia . São Paulo: Atlas, 2012. ROCHA JÚNIOR, Francisco Assis do Rêgo Monteiro. Recurso especial e recurso extraordinário criminais . São Paulo: Saraiva, 2013.		

<i>Aplicação da Pena e Execução Penal</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI214
Pré-Requisito(s)	<i>GDI112 – Direito Penal II</i>		
Ementa	Espécies de pena. Critérios de aplicação da pena. Lei de execução penal e sua regulamentação estadual. Juízo de execução penal e direitos públicos subjetivos do preso. Diretrizes de reintegração social e políticas públicas.		
Bibliografia Básica	MARCÃO, Renato. Curso de execução penal . São Paulo: Saraiva, 2013. MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato. Execução penal . São Paulo: Atlas, 2014. ROIG, Rodrigo Duque Estrada. Execução penal . São Paulo: Saraiva, 2014.		
Bibliografia Complementar	FELBERG, Rodrigo. A reintegração social dos cidadãos-egressos . São Paulo: Atlas, 2015. MARCHI JÚNIOR, Antônio de Padova; PINTO, Felipe Martins. Execução penal: constatações, críticas, alternativas e utopias . Curitiba: Juruá, 2008. RODRIGUES, Anabela Miranda. A determinação da medida da pena privativa de liberdade . Coimbra: Coimbra, 2014. ROIG, Rodrigo Duque Estrada. Aplicação da pena . São Paulo: Saraiva, 2015. SÁ, Alvinio Augusto de. Criminologia clínica e execução penal . São Paulo: Saraiva, 2014.		

<i>Emergencialismo Penal</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI215
Pré-Requisito(s)	<i>GDI109 - Direito Penal I</i>		
Ementa	Fundamentos funcionalistas do direito penal. Legitimação dos modelos penais contemporâneos. Emergência e Estado de Direito. Democracia radical. Indivíduo <i>versus</i> inimigo. Função do sistema penal. Direito Penal e Política Criminal.		
Bibliografia Básica	AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção . São Paulo: Boitempo, 2004. TEIXEIRA, Ricardo Augusto de Araújo. Direito penal de emergência . Belo Horizonte: D'Plácido, 2014. ZAFFARONI, Eugenio Raul. O inimigo no direito penal . Rio de Janeiro: Revan, 2011.		
Bibliografia Complementar	BORRADORI, Giovanna. Philosophy in time of terror . Chicago: University Chicago Press, 2003. GARLAND, David. A cultura do controle . Rio de Janeiro: Revan, 2008. JAKOBS, Günther; MELIÁ, Manuel Cancio. Direito penal do inimigo . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012. ORTS-POLAINO, Miguel. Lições de direito penal do inimigo . São Paulo: LiberArs, 2012. SAAD-DINIZ, Eduardo. Inimigo e pessoa no direito penal . São Paulo: LiberArs, 2012.		

<i>Política Criminal de Drogas</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI216
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Política criminal de drogas e segurança pública. Drogas e redução de danos. Drogas e seletividade de controle penal. Descriminalização e regulamentação do uso drogas. Legalização do uso de drogas.		
Bibliografia Básica	CARVALHO, Salo de. A política criminal de drogas no Brasil . São Paulo: Saraiva, 2014. LEAL, João José. Controle penal das drogas . Curitiba: Juruá, 2010. RANGEL, Paulo; BACILA, Carlos Roberto. Lei de drogas . São Paulo: Atlas, 2014.		
Bibliografia Complementar	BATISTA, Vera Malaguti. Difíceis ganhos fáceis . Rio de Janeiro: Revan, 2009. BIANCHINI, Alice; GOMES, Luiz Flávio; CUNHA, Rogério Sanches; OLIVEIRA, William Terra de. Lei de drogas comentada . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. CARVALHO, José Theodoro Corrêa de. Tráfico de drogas . Curitiba: Juruá, 2009. RIBEIRO, Maurides de Melo. Drogas e redução de danos . São Paulo: Saraiva, 2013. ZACCONE, Orlando. Acionistas do nada . Rio de Janeiro: Revan, 2011.		

<i>Direito Constitucional e Federalismo</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI152
Pré-Requisito(s)	<i>GDI105 - Teoria da Constituição</i>		
Ementa	Teoria geral do federalismo. Federalismo e repartição de competências na Constituição de 1988. Direito constitucional dos Estados-Membros. Direito constitucional dos Municípios. Controle de constitucionalidade e Estados-Membros e Municípios.		
Bibliografia Básica	ALMEIDA, Fernanda Dias Menezes de. Competências na Constituição de 1988 . São Paulo: Atlas, 2013. BRAS, Petrônio. Direito municipal na Constituição . São Paulo: Mizuno, 2010. HORTA, Raul Machado. Direito constitucional . Belo Horizonte: Del Rey, 2010.		
Bibliografia Complementar	ALMEIRA NETO, Manoel Carlos de. O novo controle de constitucionalidade municipal . Rio de Janeiro: Forense, 2011. BERNARDES, Wilba Lúcia Maia. Federação e federalismo . Belo Horizonte: Del Rey, 2010. COSTA, Nelson Nery. Direito municipal brasileiro . Rio de Janeiro: Forense, 2015. FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. Direito municipal . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. FIGUEIREDO, Marcelo. Direito constitucional . Belo Horizonte: Fórum, 2012.		

Direito Eleitoral			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI200
Pré-Requisito(s)	<i>GDI105 - Teoria da Constituição</i>		
Ementa	Sistemas eleitorais e justiça eleitoral. Partidos políticos e coligações. Alistamento eleitoral, elegibilidade e inelegibilidade. Registro de candidatura. Campanha eleitoral, propaganda eleitoral e pesquisa eleitoral. Eleição e apuração. Diplomação. Processo contencioso eleitoral.		
Bibliografia Básica	ALMEIDA, Roberto Moreira de. Curso de direito eleitoral . Salvador: JusPodivm, 2015. GOMES, José Jairo. Direito eleitoral . São Paulo: Atlas, 2015. SALGADO, Eneida Desiree. Princípios constitucionais eleitorais . Belo Horizonte: Fórum, 2015.		
Bibliografia Complementar	BARCELOS, Guilherme. Processo judicial eleitoral e provas ilícitas . Curitiba: Juruá, 2014. CAGGIANO, Mônica Hermann. Ficha limpa . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. GONÇALVES, Luiz Carlos dos Santos. Direito eleitoral . São Paulo: Atlas, 2012. KIM, Richard Pae; GUILHERME, Walter de Almeida. Direito eleitoral e processual eleitoral . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. SALGADO, Eneida Desiree; DANTAS, Ivo. Partidos políticos e seu regime jurídico . Curitiba: Juruá, 2013.		

Controle de Constitucionalidade			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI196
Pré-Requisito(s)	<i>GDI105 - Teoria da Constituição</i>		
Ementa	Supremacia constitucional e as fundamentações teóricas clássicas da jurisdição constitucional. História do controle de constitucionalidade no contexto mundial e no Brasil. Controle de constitucionalidade preventivo político. Controle de constitucionalidade preventivo judicial. Controle de constitucionalidade repressivo judicial difuso. Controle de constitucionalidade repressivo judicial concentrado. Controle de constitucionalidade pela Administração Pública e pelos Tribunais de Contas. Debate contemporâneo sobre a jurisdição constitucional.		
Bibliografia Básica	BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco. Recursos extraordinários no STF e STJ . Curitiba: Juruá, 2009. MENDES, Gilmar Ferreira. Controle abstrato de constitucionalidade . São Paulo: Saraiva, 2012. MEYER, Emílio Peluso Neder. A decisão no controle de constitucionalidade . São Paulo: Método, 2008.		
Bibliografia Complementar	BARROSO, Luís Roberto. O controle de constitucionalidade no direito brasileiro . São Paulo: Saraiva, 2012. CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza; RODRIGUES, Eder Bonfim; MEYER, Emílio Peluso Neder. Desafios contemporâneos do controle de constitucionalidade no Brasil . Belo Horizonte: Arraes, 2012. DIMOULIS, Dimitri; LUNARDI, Soraya. Curso de processo constitucional . São Paulo: Atlas, 2014. MENDES, Gilmar Ferreira. Jurisdição constitucional . São Paulo: Saraiva, 2014. STRECK, Lenio Luiz. Jurisdição constitucional e decisão jurídica . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.		

<i>Direitos Fundamentais</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI184
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Construção histórica dos direitos fundamentais. Categorias e funções dos direitos fundamentais. Titulares dos direitos fundamentais. Efeitos dos direitos fundamentais. Direitos fundamentais nas relações entre particulares. Restrição dos direitos fundamentais. Colisão entre direitos fundamentais.		
Bibliografia Básica	DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. Teoria geral dos direitos fundamentais . São Paulo: Atlas, 2014. SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012. SILVA, Virgílio Afonso da. Direitos fundamentais . São Paulo: Malheiros, 2014.		
Bibliografia Complementar	COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos . São Paulo: Saraiva, 2011. DOUZINAS, Costas. O fim dos direitos humanos . São Leopoldo: Unisinos, 2009. DUQUE, Marcelo Schenk. Curso de direitos fundamentais . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. DUQUE, Marcelo Schenk. Direito privado e constituição . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. LOPES, José Reinaldo Lima. Direitos sociais . São Paulo: Método, 2006.		

<i>Direito Econômico</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI187
Pré-Requisito(s)	GDI105 - Teoria da Constituição		
Ementa	Princípios e funções do direito econômico. Ordem constitucional econômica. Intervenção estatal no domínio econômico. Planejamento econômico e desenvolvimento social. Direito da Concorrência. Ordem jurídico-econômica internacional e supranacional.		
Bibliografia Básica	FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. Lições de direito econômico . Rio de Janeiro: Forense, 2015. FONSECA, João Bosco Leopoldino da. Direito econômico . Rio de Janeiro: Forense, 2010. GRAU, Eros Roberto. A ordem econômica na Constituição de 1988 . São Paulo: Malheiros, 2015.		
Bibliografia Complementar	CLÈVE, Clémerson Merlin. Direito constitucional brasileiro . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, v 3. FORGIONI, Paula A. Os fundamentos do antitruste . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. SALOMÃO FILHO, Calixto. Direito concorrencial . São Paulo: Malheiros, 2013. SANTOS, António Carlos dos; GONÇALVES, Maria Eduarda; MARQUES, Maria Manuel Leitão. Direito econômico . Coimbra: Almedina, 2010. VENÂNCIO FILHO, Alberto. Intervenção do Estado no domínio econômico . Rio de Janeiro: Renovar, 1998.		

<i>Direito da Integração e Direito Comunitário</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI198
Pré-Requisito(s)	<i>GDI138 - Direito Internacional Público</i>		
Ementa	História e teorias da integração regional. Relação entre direito comunitário e direito internacional público. Direito comunitário na União Europeia – fontes normativas e sistema institucional. Direito de integração no MERCOSUL – fontes normativas e sistema institucional.		
Bibliografia Básica	<p>NEVES, Renato Baumann. Integracao regional : teoria e experiencia latino-americana / Renato Baumann. - 1. ed. - Rio de Janeiro : LTC, 2013. 978-85-216-2348-9. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-216-2378-6/pageid/0. Acesso em: 11 abr. 2022.</p> <p>GOMES, Eduardo Biacchi; MAZZUOLI, Valerio de Oliveira (Org.). Direito da integração regional: diálogo entre jurisdições na América Latina. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. ISBN 9788502627475. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502627475/pageid/0. Acesso em: 11 abr. 2022.</p> <p>GOMES, Eduardo Biacchi. Manual de direito da integração regional. 2. ed. Curitiba, PR: Juruá, 2014. 196 p. ISBN 9788536246147.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>CARDUCCI, Michele; MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Teoria tridimensional das integrações supranacionais: uma análise comparativa dos sistemas e modelos de integração da Europa e América Latina. Rio de Janeiro, RJ: Forense, c2014. 196 p. ISBN 9788530958206.</p> <p>CERVO, Amado Luiz. Relações Internacionais da América Latina: de 1930 aos nossos dias. São Paulo: Saraiva, 2013. E-book. Disponível em: ISBN 978-85-02-21030-1. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502210301/pageid/0. Acesso em: 11 abr. 2022.</p> <p>DIZ, Jamile Bergamaschine Mata; ORANTES, Pedro Noubleau. Direito da integração regional. Curitiba, PR: Juruá, 2012. 132 p. (Coleção para entender ; 6). ISBN 9788536239019.</p> <p>GADELHA, Regina Maria A. Fonseca (Org.). Mercosul a Unasul: avanços do processo de integração. São Paulo, SP: EDUC, 2013. 768 p. ISBN 9788528304596.</p> <p>RAMIREZ, Jose Maria P. Integracao supranacional – dimensoes da protecao multinivel dos direitos e sistema de governo da Uniao Europeia. Sao Paulo : Saraiva, 2016. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502623446/pageid/0. Acesso em: 11 abr. 2022.</p>		

<i>Direito das Organizações Internacionais</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI199
Pré-Requisito(s)	<i>GDI138 - Direito Internacional Público</i>		
Ementa	Teoria das organizações internacionais: personalidade jurídica e delimitação de competências; capacidade para celebrar tratados; natureza e efeitos dos atos; privilégios e imunidades; responsabilidade internacional. Organização das Nações Unidas. Organizações internacionais especializadas. Organização dos Estados Americanos. Organizações regionais. Organizações não-governamentais de alcance transnacional.		
Bibliografia Básica	<p>CRETELLA NETO, José. Teoria das organizações internacionais. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>SEITENFUS, Ricardo. Manual das organizações internacionais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.</p> <p>TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Direito das organizações internacionais. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>BARKIN, Samuel. International organization. Hampshire: Palgrave, 2013.</p> <p>HERZ, Monica; Hoffmann, Andrea Ribeiro. Organizações internacionais. Rio de Janeiro: Campus, 2004.</p> <p>NGUYEN QUOC, Dinh; DAILLIER, Patrick; PELLET, Alain. Direito internacional público. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2003.</p> <p>OLIVEIRA, Odete Maria de. Organizações internacionais e seus dilemas formais e informais. Florianópolis: Unijui, 2012.</p> <p>SIMMA, Bruno; KHAN, Daniel-Erasmus; NOLTE, Georg; PAULUS, Andreas. The Charter of the United Nations. Oxford: Oxford University Press, 2011.</p>		

<i>Direito Internacional do Meio Ambiente</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI173
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Direito enquanto instrumento da proteção internacional do meio ambiente. Estrutura legal e institucional. Governança: Estados, organizações internacionais e atores não-estatais. Observância: implementação, aplicação e solução de controvérsias. Responsabilidade por dano ambiental. Conexão entre o direito internacional do meio ambiente e outras áreas do direito internacional.		
Bibliografia Básica	<p>CRETELLA NETO, José. Curso de direito internacional do meio ambiente. São Paulo: Saraiva, 2012.</p> <p>SANDS, Philippe; PEEL, Jacqueline. Principles of international environmental law. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.</p> <p>SILVA, Elaini Cristina Gonzaga da. Direito Internacional em expansão: encruzilhada entre comercio internacional, direitos humanos e meio ambiente. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502625341/pageid/4. Acesso em: 11 abr. 2022.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>AMARAL JÚNIOR, Alberto do. Comércio internacional e proteção do meio ambiente. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>CAMERON, James; WERKSMAN, Jacob; RODERICK, Peter (ed.). Improving compliance with international environmental law. London, ENK: Routledge, 2016. 341 p. (The international law and sustainable development series). ISBN 9781138163270.</p> <p>HUNTER, David; SALZMAN, James; ZAEELKE, Durwood. International environmental law and policy. Eagan: West Group, 2010.</p> <p>MAZZUOLI, Valerio de Oliveira (Org.). O novo direito internacional do meio ambiente. Curitiba, PR: Juruá, 2011. 616 p. ISBN 9788536233918.</p> <p>KISS, Alexandre Charles; SHELTON, Dinah. International environmental law. 3rd ed. Ardsley, NY: Transnational Publishers, Inc., c2004. 837 p. ISBN 1571053093.</p>		

Direito Internacional dos Direitos Humanos			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI201
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Construção histórica do direito internacional dos direitos humanos. Perspectivas críticas dos direitos humanos. Sistema universal de proteção dos direitos humanos. Sistemas regionais de proteção. Proteção internacional penal dos direitos humanos.		
Bibliografia Básica	<p>PIOVESAN, Flávia; FACHIN Melina Girardi; MAZZUOLI Valerio de Oliveira. Comentários à Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2019. ISBN 9788530987152. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530987152/epubcfil/. Acesso em: 11 abr. 2022.</p> <p>PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. 6. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 388 p. ISBN 9788502619982.</p> <p>RAMOS, André de Carvalho. Processo internacional de direitos humanos: análise dos mecanismos de apuração de violações de direitos humanos e a implementação das decisões no Brasil. 5. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. 459 p. ISBN 9788547202552.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>GIORGETTI, Chiara. The rules, practice, and jurisprudence of international courts and tribunals. Leiden: Brill, 2012. ISBN 9789004194830. E-book. Disponível em: https://web.s.ebscohost.com/. Acesso em: 11 abr. 2022.</p> <p>LAFER, Celso. A internacionalização dos direitos humanos: Constituição, racismo e relações internacionais. Barueri, SP: Manole, 2005. ISBN 9788520443170. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520443170/pageid/4. Acesso em: 11 abr. 2022.</p> <p>RAMOS, André de Carvalho. Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional. 6. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. 384 p. ISBN 9788547202767.</p> <p>TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. The access of individuals to international justice. Oxford, UK: Oxford University Press, 2011. 236 p. (The collected courses of the Academy of European Law). ISBN 9780199580965.</p> <p>TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. International law for humankind: towards a new jus gentium. Leiden, NL: Brill, 2010. 726 p. (Hague Academy of International law monographs, v. 6). ISBN 9789004184282.</p>		

<i>Direito Internacional do Desenvolvimento Sustentável</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI202
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	<p>Conceito de desenvolvimento sustentável. Problemas políticos para a implementação. Produção normativa internacional. Papel dos Estados e dos organismos internacionais. Concorrência entre desenvolvimento e meio ambiente. Implementação do direito ao desenvolvimento. Direito ao meio ambiente saudável. Comércio socialmente responsável como meio para o desenvolvimento sustentável. Evolução das experiências regionais e nacionais.</p>		
Bibliografia Básica	<p>FREITAS, Juarez. Sustentabilidade. Belo Horizonte: Fórum, 2012.</p> <p>SANDS, Philippe; PEEL, Jacqueline. Principles of international environmental law. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.</p> <p>VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>BARBIERI, José Carlos. Desenvolvimento e meio ambiente. Petrópolis: Vozes, 2014.</p> <p>GAETANI, Francisco (org.). O Brasil na agenda internacional para o desenvolvimento sustentável. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2013.</p> <p>HOGAN, Daniel Joseph; VIEIRA, Paulo Freire (org.). Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável. Campinas: Unicamp, 1995.</p> <p>SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.</p> <p>SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.</p>		

<i>Críticas da Jurisdição</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI182
Pré-Requisito(s)	GDI120 - Teoria Geral do Processo		
Ementa	<p>Processo democrático. Responsabilidade jurisdicional. Ativismo judicial e processual. Instrumentalidade do processo. Acesso à justiça. Relativização da coisa julgada.</p>		
Bibliografia Básica	<p>CARNEIRO, Athos Gusmão. Jurisdição e competência. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.</p> <p>NASCIMENTO, Carlos Valder do; THEODORO JÚNIOR, Humberto; FARIA, Juliana Cordeiro de. Coisa julgada inconstitucional. Belo Horizonte: Fórum, 2011.</p> <p>NUNES, Dierle; TEIXEIRA, Ludmila. Acesso à justiça democrático. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Poderes instrutórios do juiz. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.</p> <p>CALAMANDREI, Piero. Eles, os juizes, vistos por um advogado. São Paulo: Martins Fontes, 2000.</p> <p>CAPPELLETTI, Mauro. Juizes irresponsáveis? Porto Alegre: Safe, 1989.</p> <p>CAPPELLETTI, Mauro. Juizes legisladores? Porto Alegre: Safe, 1999.</p> <p>MARINONI, Luiz Guilherme. Coisa julgada inconstitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.</p>		

<i>Processo Constitucional</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI171
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Poder e funções do Estado. Fundamentos do processo constitucional. Devido processo constitucional e devido processo legal. Processo constitucional e jurisdição constitucional. Sistema brasileiro de precedentes. Controle de constitucionalidade. Cortes constitucionais.		
Bibliografia Básica	DIAS, Ronaldo Bretas de Carvalho. Processo constitucional e Estado Democrático de Direito . Belo Horizonte: Del Rey, 2012. DIAS, Ronaldo Bretas de Carvalho. Técnica processual . Belo Horizonte: Del Rey, 2015. NEVES, Daniel Amorin Assumpção. Ações constitucionais . Rio de Janeiro: Forense, 2013.		
Bibliografia Complementar	CAMBI, Eduardo. Neoconstitucionalismo e neoprocessualismo . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. MANCUSO, Rodolfo Camargo. Sistema brasileiro de precedentes . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. MARINONI, Luiz Guilherme. Julgamento nas cortes supremas . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. MITIDIERO, Daniel. Cortes superiores e cortes supremas . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. STRECK, Lenio Luiz. Hermenêutica jurídica e(m) crise . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.		

<i>Processo Coletivo</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI211
Pré-Requisito(s)	<i>GDI124 - Direito Processual Civil I</i>		
Ementa	Processo constitucional e processo coletivo. Princípios do direito processual coletivo. Legitimação, coisa julgada e eficácia das decisões. Espécies de ações coletivas.		
Bibliografia Básica	DIDIER JÚNIOR, Fredie; ZANETI JÚNIOR, Hermes. Curso de direito processual civil . Salvador: Juspodivm, 2014, v. 4. GRINOVER, Ada Pellegrini; BENJAMIN, Antônio Herman; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; VIGORITI, Vicenzo. Processo coletivo . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. NEVES, Daniel Amorin Assumpção. Manual de processo coletivo . Rio de Janeiro: Forense, 2014.		
Bibliografia Complementar	GRINOVER, Ada Pellegrini; BENJAMIN, Antônio Herman; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; VIGORITI, Vicenzo. Processo coletivo . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; MULLENIX, Linda. Os processos coletivos nos países de civil law e common law . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. MANCUSO, Rodolfo Camargo. Interesses difusos . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro. Ações coletivas . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. ZAVASCKI, Teori Albino. Processo coletivo . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.		

Teoria da Prova			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI219
Pré-Requisito(s)	GDI120 - Teoria Geral do Processo		
Ementa	Verdade e prova. Sistemas de apreciação da prova. Ativismo judicial probatório. Ônus da prova. Probática.		
Bibliografia Básica	<p>KHALED JUNIOR, Salah H. A busca da verdade no processo penal: para além da ambição inquisitorial. São Paulo, SP: Atlas, 2013. ISBN 9788522479900. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522479900/cfi/2!1/4/4@0.00:61.5. Acesso em: 13 fev. 2020.</p> <p>LOPES JÚNIOR, Aury. Direito processual penal. 13. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. 1160 p. ISBN 9788547201227.</p> <p>TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo penal. 32. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2010. 4 v. ISBN 9788502021846.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. Processo penal. 5. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: R. dos Tribunais, c2017. 1200 p. ISBN 9788520373279.</p> <p>BINDER, Alberto M.; CAPE, Ed; NAMORADZE, Zaza. Defesa criminal efetiva na América Latina. 1. ed. São Paulo, SP: Instituto de Defesa do Direito de Defesa, 2016. xxxiii, 579 p. ISBN 9788563150011.</p> <p>MARTINS, Rui Cunha. A hora dos cadáveres adiados: corrupção, expectativa e processo penal. São Paulo, SP: Atlas, 2013. ISBN 9788522484539. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522484539/cfi/0. Acesso em: 13 fev. 2020.</p> <p>OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de; FISCHER, Douglas. Comentários ao Código de processo penal e sua jurisprudência. 11. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Atlas, 2019. xvii, 1694 p. ISBN 9788597019858.</p> <p>QUEIJO, Maria Elizabeth. O direito de não produzir prova contra si mesmo o princípio nemo tenetur se detegere e suas decorrências no processo penal. 2. São Paulo Saraiva 2012. ISBN 9788502171572. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502171572/cfi/0. Acesso em: 13 fev. 2020.</p>		

Direito Coletivo do Trabalho			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI185
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Princípios do direito coletivo do trabalho. Organização sindical brasileira. Caracterização do sindicato. Atos antissindicais. Instrumentos de representação e participação do empregado na empresa. Convenções e acordos coletivos de trabalho. Conflitos coletivos de trabalho e mecanismos de solução. Greve.		
Bibliografia Básica	<p>AROUCA, José Carlos. Curso básico de direito sindical. São Paulo: LTR, 2014.</p> <p>DELGADO, Maurício Godinho. Curso de direito do trabalho. São Paulo: LTR, 2015.</p> <p>MALLET, Estevão. Dogmática elementar do direito de greve. São Paulo: LTR, 2014.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>AROUCA, José Carlos. Organização sindical no Brasil. São Paulo: LTr, 2013.</p> <p>BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. Direito sindical. São Paulo: LTR, 2015.</p> <p>MELO, Raimundo Simão. Processo coletivo do trabalho. São Paulo: LTR, 2013.</p> <p>SANTOS, Ronaldo Lima dos. Sindicatos e ações coletivas. São Paulo: LTR, 2014.</p> <p>SANTOS, Ronaldo Lima dos. Teoria das normas coletivas. São Paulo: LTR, 2014.</p>		

<i>Processo Administrativo</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI210
Pré-Requisito(s)	<i>GDI129 - Direito Administrativo I</i>		
Ementa	Administração dialógica e processualização dos atos de gestão. Princípios do processo administrativo. Formação e fases do processo administrativo. Provas e decisão no processo administrativo. Sistemas de invalidade e mecanismos de controle.		
Bibliografia Básica	<p>CARVALHO FILHO, José dos Santos. Processo administrativo federal: comentários à Lei 9.784, de 29/1/1999. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013. 415 p. ISBN 9788522477791.</p> <p>FERRAZ, Sérgio; DALLARI, Adilson Abreu. Processo administrativo. 3. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2012. 536 p. ISBN 9788539201501.</p> <p>VALLES, Edgar. Contencioso administrativo. 4. São Paulo Grupo Almedina 2020 1 recurso online ISBN 9789724084442. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9789724084442/ Acesso em 07.04.22</p>		
Bibliografia Complementar	<p>MOREIRA, Egon Bockmann. Processo administrativo: princípios constitucionais e a Lei 9.784/1999. 4. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2010. 431 p. ISBN 9788539200306.</p> <p>BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Processo administrativo disciplinar. 4. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2013. 492 p. ISBN 9788502189898.</p> <p>NOHARA, Irene Patrícia; MORAES FILLHO, Marco Antonio Praxedes de (Org.). Processo administrativo: temas polêmicos da Lei nº 9.784/99. São Paulo, SP: Atlas, 2011. 297 p. ISBN 9788522461233.</p> <p>SERRANO, Mônica de Almeida Magalhães; SILVA, Alessandra Obara Soares da (org.). Teoria geral do processo administrativo. São Paulo, SP: Verbatim, 2013. 997 p. ISBN 9788561996925.</p> <p>STOCO, Rui. Processo administrativo disciplinar: processo disciplinar na administração pública, no Conselho Nacional de Justiça e nos Tribunais. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 461p. ISBN 9788520363119.</p>		

Direito Regulatório			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI193
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Policentrismo estatal. Papel estatal na economia: monopólio, intervencionismo e regulação. Agências reguladoras: origem, conceito, modalidades e competências. Poder normativo das agências reguladoras.		
Ementa (Tradução)	State polycentrism. State role in the economy: monopoly, interventionism and regulation. Regulatory agencies: origin, concept, modalities and jurisdiction. Normative power of regulatory agencies.		
Bibliografia Básica	<p>ARAGÃO, Alexandre Santos de. Agências reguladoras e a evolução do direito administrativo econômico. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2013. 535 p. ISBN 9788530948016.</p> <p>SANTOS, Marcelo O. F. Figueiredo. As agências reguladoras: o Estado Democrático de Direito no Brasil e sua atividade normativa. São Paulo, SP: Malheiros, 2005. 320 p. (Temas de direito administrativo, 12). ISBN 9788574205861.</p> <p>SALOMÃO FILHO, Calixto. Regulação da atividade econômica: (princípios e fundamentos jurídicos). 2. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2008. 239 p. ISBN 9788574208398.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>BRAGA, Rodrigo Bernardes. Fundamentos da regulação: uma análise jurídica e econômica. São Paulo, SP: Singular, 2021. ISBN 9786586352368. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/192474/epub/. Acesso em: 07 abr. 2022.</p> <p>MIRAGEM, Bruno. A nova administração pública e o direito administrativo. 2. ed. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2013. 315 p. ISBN 9788520346747.</p> <p>CYRINO, André Rodrigues. Direito constitucional regulatório: elementos para uma interpretação institucionalmente adequada da Constituição econômica brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Processo, 2018. ISBN 9788593741029. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Loader/185129/pdf/0. Acesso em: 07 abr. 2022.</p> <p>MATTOS, Paulo (Coord.). Regulação econômica e democracia: o debate norte-americano. São Paulo, SP: Ed. 34, 2004. 301 p. ISBN 9788573262902.</p> <p>OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Novo perfil da regulação estatal: administração pública de resultados e análise de impacto regulatório. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2015. ISBN 9788530967468. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-6746-8/epubcfi/. Acesso em: 07 abr. 2022.</p>		

Parcerias na Administração Pública			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI203
Pré-Requisito(s)	GDI129 - Direito Administrativo I		
Ementa	Gerencialismo e novas formas de contratação estatal. Parcerias público-privadas. Consórcios. Publicização e terceiro setor: serviço social autônomo, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público e entidades de apoio. Concessão e permissão de serviços públicos.		
Bibliografia Básica	DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na administração pública . São Paulo: Atlas, 2015. MOREIRA, Egon Bockmann. Direito das concessões de serviço público . São Paulo: Malheiros, 2010. SUNDFELD, Carlos Ari. Parcerias público-privadas . São Paulo: Malheiros, 2011.		
Bibliografia Complementar	DIAS, Maria Tereza. Terceiro Setor e Estado . São Paulo: Fórum, 2008. JUSTEN FILHO, Marçal; SCHWIND, Rafael Wallbach. Parcerias público-privadas . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Administração pública, concessões e terceiro setor . Rio de Janeiro: Forense, 2015. PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres; DOTTI, Marinês Restelatto. Convênios e outros instrumentos da administração consensual na gestão pública do século XXI . Belo Horizonte: Fórum, 2014. PIRES, Maria Coeli Simões; BARBOSA, Maria Elisa Braz. Consórcios públicos . Belo Horizonte: Fórum, 2008.		

Responsabilidade Civil do Estado			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI206
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Elementos da responsabilidade civil. Fundamentos históricos da responsabilidade estatal e seus problemas atuais. Responsabilidade estatal por atos jurisdicionais. Responsabilidade estatal por atos legislativos. Responsabilidade das entidades privadas do Estado. Excludentes de responsabilidade. Direito de regresso.		
Bibliografia Básica	BRAGA NETTO, Felipe Peixoto. Manual de responsabilidade civil do Estado . Salvador: JusPodivm, 2015. CAHALI, Yussef Said. Responsabilidade civil do Estado . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. FREITAS, Juarez de. Responsabilidade civil do Estado . São Paulo: Malheiros, 2006.		
Bibliografia Complementar	ENTERRIA, Eduardo García; FERNÁNDEZ, Tomás-Ramón. Curso de direito administrativo . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, 2v. ESTEVES, Júlio César dos Santos. Responsabilidade civil do Estado por Ato legislativo . Belo Horizonte: Del Rey, 2003. GUERRA, Alexandre Dartanhan de Mello; PIRES, Luís Manuel Fonseca; BENACCHIO, Marcelo. Responsabilidade civil do Estado . São Paulo: Quartier Latin, 2010. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro . São Paulo: Malheiros, 2010. SEVERO, Sergio. Tratado da responsabilidade pública . São Paulo: Saraiva, 2009.		

Direito Agrário			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI133
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Fundamentos históricos do direito agrário. Princípios do direito agrário. Estrutura fundiária e imóveis agrários. Cadastro ambiental rural e programa de regularização ambiental. Função social da propriedade rural. Reforma agrária e movimentos sociais.		
Bibliografia Básica	<p>CARVALHO, Edson Ferreira. Manual didático de direito agrário. Curitiba: Juruá, 2010.</p> <p>PETERS, Edson Luiz; PIRES, Paulo de Tarso de Lara; PANASOLO, Alessandro. Direito agrário brasileiro. Curitiba: Juruá, 2014.</p> <p>ROCHA, Ibraim; TRECCANI, Girolamo Domenico; BENATTI, José Heder; HABER, Lilian Mendes; CHAVES, Rogério Arthur Friza. Manual de direito agrário-constitucional. Belo Horizonte: Fórum, 2015.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>CARVALHO, Edson Ferreira. Curso de direito florestal brasileiro. Curitiba: Juruá, 2013.</p> <p>MARQUES, Benedito Ferreira; MARQUES, Carla Regina Silva. Direito agrário brasileiro. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>NALINI, José Renato; LEVY, Wilson. Regularização fundiária. Rio de Janeiro: Forense, 2014.</p> <p>REZEK, Gustavo Elias Kallás. Imóvel agrário. Curitiba: Juruá, 2007.</p> <p>TRENTINI, Flávia. Teoria geral do direito agrário contemporâneo. São Paulo: Atlas, 2011.</p>		

Direito Agroalimentar			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI179
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Política agrícola e agricultura familiar. Acesso aos alimentos e segurança alimentar. Biotecnologia e atividades agrárias.		
Bibliografia Básica	<p>GRASSI NETO, Roberto. Segurança alimentar. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>SCAFF, Fernando Campos. Direito agrário. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>ZELEDÓN, Ricardo Zeledón. Derecho agrário contemporâneo. Curitiba: Juruá, 2013.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>FIORILLO, Celso Antônio Pacheco; DIAFÉRIA, Adriana. Biodiversidade, patrimônio genético e biotecnologia no direito ambiental. São Paulo: Saraiva, 2012.</p> <p>PEREIRA, Lutero de Paiva. Agricultura e Estado. Curitiba: Juruá, 2013.</p> <p>PLAZA, Charlene Maria Coradini de Ávila; DEL NERO, Patrícia Aurélia; TARREGA, Maria Cristina Vidotte Blanco; SANTOS, Nivaldo dos. Propriedade intelectual na agricultura. Belo Horizonte: Fórum, 2012.</p> <p>ROCHA, Eduardo Gonçalves. Direito à alimentação. São Paulo: LTR, 2011.</p> <p>SIQUEIRA, Dirceu Pereira. Teoria geral do direito à alimentação. Birigui: Boreal, 2015.</p>		

<i>Tutela Jurídica dos Povos Tradicionais</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI217
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Proteção constitucional da diversidade cultural. Instrumentos internacionais de proteção das populações tradicionais. Proteção legal dos povos indígenas. Demarcação de terras indígenas e direitos territoriais. Órgãos estatais de proteção aos povos indígenas. Proteção legal dos povos quilombolas e demais povos tradicionais no território brasileiro. Propriedade intelectual e conhecimentos tradicionais. Acesso à informação, participação e acesso à justiça.		
Bibliografia Básica	<p>BARRETO, Helder Girão. Direitos indígenas. Curitiba: Juruá, 2003.</p> <p>SANTOS, Luzia do Socorro Silva dos. Tutela das diversidades culturais regionais à luz do sistema jurídico-ambiental. Porto Alegre: Safe, 2005.</p> <p>SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. Renascer dos povos indígenas para o direito. Curitiba: Juruá, 1998.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>ALMEIDA, Dean Fabio Bueno de. Direito socioambiental. Curitiba: Juruá, 2003.</p> <p>ARAUJO JUNIOR, Julio José. Direitos territoriais indígenas: uma interpretação intercultural. Rio de Janeiro, RJ: Processo, 2018. ISBN 9788593741289. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/185214/pdf/. Acesso em: 08 abr. 2022.</p> <p>MARCHIORO, Marcio. Questão indígena no Brasil: uma perspectiva histórica. Curitiba, PR: Intersaberes, 2018. ISBN 9788559727548. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/158941/pdf/. Acesso em: 08 abr. 2022.</p> <p>FIGUEIREDO, André Videira. O caminho quilombola: sociologia jurídica do reconhecimento étnico. Curitiba: Appris, 2011.</p> <p>VILLARES, Luiz Fernando. Direito e povos Indígenas. Curitiba: Juruá, 2009.</p>		

<i>Direito Tributário do Meio Ambiente</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI209
Pré-Requisito(s)	<i>GDI137 - Direito Tributário I</i>		
Ementa	Regime tributário de proteção ambiental. Extrafiscalidade tributária. Isenções e incentivos fiscais de natureza ambiental. Impostos verdes. ICMS Ecológico. IPTU Progressivo. ITR Ambiental. Taxa de polícia ambiental.		
Bibliografia Básica	<p>FIORILLO, Celso Antonio Pacheco; FERREIRA, Renata Marques. Direito ambiental tributário. São Paulo: Saraiva, 2010.</p> <p>NUNES, Cleucio Santos. Direito tributário e meio ambiente. São Paulo: Dialética, 2005.</p> <p>TORRES, Heleno Taveira. Direito tributário ambiental. São Paulo: Malheiros, 2005.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>MONTERO, Carlos Eduardo Peralta. Tributação ambiental. São Paulo: Saraiva, 2014.</p> <p>RAMOS, José Eduardo Silvério. Tributação ambiental. Belo Horizonte: Fórum, 2011.</p> <p>RICCI, Henrique Cavalheiro. Direito tributário ambiental e isonomia fiscal. Curitiba: Juruá, 2015.</p> <p>SCAFF, Fernando Facury. Direito tributário e econômico aplicado ao meio ambiente e à mineração. São Paulo: Quartier Latin, 2009.</p> <p>TRENNEPOHL, Terence Dorneles. Incentivos fiscais no direito ambiental. São Paulo: Saraiva, 2011.</p>		

Direito Financeiro			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI191
Pré-Requisito(s)	GDI108 - Direito Constitucional I		
Ementa	Sistema constitucional financeiro. Despesas públicas. Precatórios. Créditos públicos. Receitas públicas. Leis orçamentárias e tipos de orçamentos. Elaboração, execução e controle do orçamento público. Responsabilidade fiscal.		
Bibliografia Básica	BALEEIRO, Aliomar. Uma introdução à ciência das finanças . Rio de Janeiro: Forense, 2012. TORRES, Heleno Taveira. Direito constitucional financeiro . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. TORRES, Ricardo Lobo. Curso de direito financeiro de tributário . Rio de Janeiro: Renovar, 2013.		
Bibliografia Complementar	ABRAHAM, Marcus. Curso de direito financeiro brasileiro . Rio de Janeiro: Forense, 2013. CONTI, José Maurício. Orçamentos públicos . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. FERRAZ, Luciano; GODOI, Marciano Seabra; SPAGNOL, Werther Botelho. Curso de direito financeiro e tributário . Belo Horizonte: Fórum, 2014. MARTINS, Ives Gandra da Silva; NASCIMENTO, Carlos Valder do. Comentários à lei de responsabilidade fiscal . São Paulo: Saraiva, 2014. OLIVEIRA, Regis Fernandes. Curso de direito financeiro . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.		

Justiça Tributária			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI186
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Tributação e Modernidade. Tributação e Democracia. Tributação e Justiça Social. Cidadania Fiscal. Moral Tributária. Solidariedade Fiscal.		
Bibliografia Básica	TIPKE, Klaus. Moral tributária do estado e dos contribuintes . Porto Alegre, RS: S. A. Fabris, 2012. 134 p. ISBN 9788575255834. ÁVILA, Humberto. Teoria da igualdade tributária . 3. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2015. 214 p. ISBN 9788539202942. GUERRA, Carlos Eduardo; RIBEIRO, Ricardo Lodi (Org). Finanças públicas, tributação e desenvolvimento . Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015. (Coleção Direito UERJ 80 anos, v.9). ISBN 9788579872372. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/37856/pdf/1 . Acesso em: 21 fev. 2020.		
Bibliografia Complementar	COSTA, Regina Helena. Princípio da capacidade contributiva . São Paulo: Malheiros, 2012. MURPHY, Liam; NAGEL, Thomas. O mito da propriedade . São Paulo: Martins Fontes, 2005. PIKETTY, Thomas. O capital no século XXI . Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. OLIVEIRA, Daniela Olímpio de (Org.). Tributação, democracia e desenvolvimento : livro de referência da disciplina justiça tributária. Lavras, MG: Ed. UFLA, 2017. 331 p. ISBN 9788581270548. BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Tributação e direitos fundamentais . São Paulo, SP: Saraiva, 2012. (Série IDP). ISBN 9788502181458. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502181458/cfi/0 . Acesso em: 21 fev. 2020		

<i>Planejamento Tributário</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI208
Pré-Requisito(s)	<i>GDI137 - Direito Tributário I</i>		
Ementa	Planejamento tributário e sistema tributário brasileiro. Limites e regulação do planejamento tributário. Distinção entre elisão, evasão e alusão fiscal. Prova no planejamento tributário. Casos de planejamento na tributação sobre a renda, patrimônio, consumo, mercado financeiro e tributação internacional.		
Bibliografia Básica	GRECO, Marco Aurelio. Planejamento tributário . São Paulo: Dialética, 2011. MACHADO, Hugo de Brito. Introdução ao planejamento tributário . São Paulo: Malheiros, 2014. TORRES, Ricardo Lobo. Planejamento tributário . Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.		
Bibliografia Complementar	CASTRO, Leonardo Freitas de Moraes. Planejamento tributário . São Paulo: MP, 2014, 3v. MANENTE, Luciana Nini. Responsabilidade tributária do sócio ou administrador . São Paulo: Quartier Latin, 2013. PINTO, Edson. Lavagem de capitais e paraísos fiscais . São Paulo: Atlas, 2007. TORRES, Heleno Taveira; MAIA, Mary Elbe Gomes Queiroz. Desconsideração da personalidade jurídica em matéria tributária . São Paulo: Quartier Latin, 2005. YAMASHITA, Douglas. Elisão e evasão de tributos . São Paulo: Lex, 2012.		

<i>Positivismo jurídico e a crítica de Ronald Dworkin</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI223
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Teorias de Jeremy Bentham, John Austin e Hans Kelsen. Lon Fuller e sua crítica ao positivismo. Crítica de Herbert Hart e o positivismo contemporâneo. Críticas de Ronald Dworkin ao positivismo jurídico contemporâneo.		
Bibliografia Básica	BARZOTTO, Luis Fernando. O positivismo jurídico contemporâneo . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007. DWORKIN, Ronald. O império do direito . São Paulo: Martins Fontes, 2007. HART, Herbert. O conceito de direito . São Paulo: Martins Fontes, 2009.		
Bibliografia Complementar	COLEMAN, Jules. Hart's postscript . Oxford: Oxford University Press, 2001. DWORKIN, Ronald. Uma questão de princípio . São Paulo: Martins Fontes, 2010. FULLER, Lon. The morality of law . New Haven: Yale University Press, 1969. GOLDING, Martin; EDMUNDSON, William. The blackwell guide to the philosophy of law and legal theory . Oxford: Blackwell, 2004. KELSEN, Hans. Teoria pura do direito . São Paulo: Martins Fontes, 2009.		

Liberalismo Contemporâneo na Teoria Justiça			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI225
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	John Rawls e sua teoria da justiça. John Rawls e o liberalismo político. Ronald Dworkin e a igualdade de recursos. Ronald Dworkin e integração entre ética e política. Joseph Raz e liberalismo perfeccionista não-igualitário. Cidadania e multiculturalismo.		
Bibliografia Básica	DWORKIN, Ronald. O direito da liberdade . São Paulo: Martins Fontes, 2006. GARGARELLA, Roberto. As teorias da justiça depois de Rawls . São Paulo: Martins Fontes, 2008. RAWLS, John. Uma teoria da justiça . São Paulo: Martins Fontes, 2010.		
Bibliografia Complementar	DARWALL, Stephen. Equal freedom . Ann Arbor: University of Michigan Press, 1995. KYMLICKA, Will. Multicultural citizenship . Oxford: Oxford University Press, 2000. KYMLICKA, Will. Filosofia política contemporânea . São Paulo: Martins Fontes, 2006. RAWLS, John. O liberalismo político . São Paulo: Martins Fontes, 2011. RAZ, Joseph. The morality of freedom . Oxford: Oxford University Press, 1986.		

Abordagens Críticas de Teoria da Justiça			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI220
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Justiça na tradição marxiana. Jürgen Habermas, reconstrução, direito e justiça. Axel Honneth e teoria da justiça como teoria do reconhecimento. Debate redistribuição <i>versus</i> reconhecimento. Justiça e estudos feministas. Justiça e estudos raciais. Justiça e desconstrução. Justiça e pós-colonialismo.		
Bibliografia Básica	DERRIDA, Jacques. Specters of Marx . New York: Routledge, 2006. HONNETH, Axel. El derecho de la libertad . Buenos Aires: Klatz, 2014. MARX, Karl. O capital . São Paulo: Boitempo, 2013, v.1.		
Bibliografia Complementar	FORST, Rainer. Contextos da justiça . São Paulo: Boitempo, 2010. GILLIGAN, Carol. In a different voice . Cambridge: Harvard University Press, 1998. HABERMAS, Jürgen. The inclusion of the other . Cambridge: MIT Press, 2000. HONNETH, Axel; FRASER, Nancy. ¿Redistribución o Reconocimiento? Madrid: Morata, 2006. SPIVAK, Gayatri Chakrovorty. A critique of postcolonial reason . Cambridge: Harvard University Press, 1999.		

<i>Teorias Contemporâneas do Direito</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI224
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Direito como conceito interpretativo em Ronald Dworkin. Jusnaturalismo contemporâneo de John Finnis. Positivismo jurídico contemporâneo pós-hartiano: Jules Coleman e inclusivismo; Joseph Raz e exclusivismo.		
Bibliografia Básica	DWORKIN, Ronald. Law's empire . Oxford: Hart Publishing, 1998. FINNIS, John. Natural law and natural rights . Oxford: Oxford University Press, 2011. RAZ, Joseph. Ethics in the public domain . Oxford: Clarendon Press, 1996.		
Bibliografia Complementar	BARZOTTO, Luis Fernando. Filosofia do direito . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010. COLEMAN, Jules. The practice of principle . Oxford: Oxford University Press, 2003. FINNIS, John. Collected essays of John Finnis . Oxford: Oxford University Press, 2013, 5v. HERSHOWITZ, Scott. Exploring law's empire . Oxford: Oxford University Press, 2009. SHAPIRO, Scott. Legality . Cambridge: Belknap, 2013.		

<i>História do Direito</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI119
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Teoria e metodologia da história. História do direito na antiguidade. História do direito no medievo. História do direito na modernidade. História do direito no Brasil.		
Bibliografia Básica	LOPES, José Reinaldo de Lima; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; ACCA, Thiago dos Santos. Curso de história do direito . Rio de Janeiro: Método, 2013. FONSECA, Ricardo Marcelo. Introdução teórica à história do direito . Curitiba: Juruá, 2009. HESPANHA, António Manuel. A cultura jurídica europeia . Coimbra: Almedina, 2015.		
Bibliografia Complementar	FONSECA, Ricardo Marcelo; SEELAENDER, Airton Cerqueira Leite. História do direito em perspectiva . Curitiba: Juruá, 2012. GROSSI, Paolo. A ordem jurídica medieval . São Paulo: Martins Fontes, 2014. LOPES, José Reinaldo Lima. O direito na história . São Paulo: Atlas, 2014. WOLKMER, Antonio Carlos. História do direito no Brasil . Rio de Janeiro: Forense, 2015. WOLKMER, Antonio Carlos. Fundamentos de história do direito . Belo Horizonte: Del Rey, 2012.		

<i>Fundamentos Teóricos da Sociologia do Direito</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI221
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Fundamentação teórica da relação entre Direito e Sociedade no debate sociológico clássico. Fundamentação teórica da relação entre Direito e Sociedade no debate sociológico de meados do século XX. Fundamentação teórica da relação entre Direito e Sociedade no debate sociológico contemporâneo.		
Bibliografia Básica	<p>HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia: entre a facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2011, 2v.</p> <p>SANTOS, Boaventura de Sousa. O direito dos oprimidos. São Paulo: Cortez, 2014.</p> <p>WEBER, Max. O direito na economia e na sociedade. São Paulo: Ícone, 2011.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.</p> <p>DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social. São Paulo: Martins Fontes, 2010.</p> <p>EHRlich, Eugen. Fundamental principles of the sociology of law. Piscataway: Transaction Publishers, 2001.</p> <p>LUHMANN, Niklas. Sociologia do direito. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983, v.1-2.</p> <p>MARX, Karl. O capital. São Paulo: Boitempo, 2013.</p>		

<i>Sociologia do Direito no Brasil</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	GDI222
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	História da Sociologia do Direito no Brasil. Perspectivas teóricas da Sociologia do Direito no Brasil contemporâneo. Pesquisa empírica em Direito no Brasil. Estrutura e dinâmica do Poder Judiciário. Movimentos sociais e acesso à justiça.		
Bibliografia Básica	<p>MORAIS, Regis. Sociologia jurídica contemporânea. Campinas: Alínea, 2009.</p> <p>SILVA, Artur Stamford da. Sociologia do direito. Curitiba: Juruá, 2007.</p> <p>WOLKMER, Antonio Carlos. Introdução ao pensamento jurídico crítico. São Paulo: Saraiva, 2012.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>COSTA, Igor Sporch da; MIRANDA, João Irineu de Resende. Direito e movimentos sociais. Curitiba: Juruá, 2012.</p> <p>FARIA, José Eduardo; CAMPILONGO, Celso Fernandes. Sociologia jurídica no Brasil. Porto Alegre: Safe, 1991.</p> <p>MASCARO, Alysson Leandro. Lições de sociologia do direito. São Paulo: Quartier Latin, 2010.</p> <p>SADEK, Maria Tereza. Magistrados. São Paulo: FGV, 2013</p> <p>VIANNA, Luiz Werneck. Corpo e alma da magistratura brasileira. Rio de Janeiro: Revan, 1997.</p>		

<i>Tensões entre constitucionalismo e democracia</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	XXX
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	Tensões entre democracia e constitucionalismo. Soberania e Poder constituinte. Constitucionalismo democrático. Democracia Deliberativa e democracia radical.		
Ementa (Tradução)	<i>Tensions between constitutionalism and democracy. Constituent power and sovereignty. Weak constitutionalism. Deliberative democracy and radical democracy.</i>		
Bibliografia Básica	COLÓN-RIOS, Joel I. La constitución de la democracia . Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2013. GARGARELLA, Roberto. El nuevo constitucionalismo dialógico frente al sistema de los frenos y contrapesos. Disponível em: http://www.derecho.uba.ar/academica/posgrados/2014-robertogargarella.pdf Acesso em: 20 fev 2020.		
Bibliografia Complementar	TUSHNET, Mark V. Popular Constitutionalism as political law. Georgetown University Law Center, 2006. Disponível em: < http://scholarship.law.georgetown.edu/facpub/233/ >. Acesso em: 20 fev 2020. UNGER, Roberto Mangabeira. A constituição do experimentalismo democrático. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 257, p. 57-72, maio/ago. 2011.		

<i>Propriedade Industrial</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	XXX
Pré-Requisito(s)	GDI113 – Direito Empresarial I		
Ementa	A propriedade de bens imateriais. Lei n. 9.279/1996. Os direitos da Propriedade Industrial: patentes, marcas, desenhos industriais e modelos de utilidade. Concorrência desleal. Tratados Internacionais. Licenças compulsórias. Procedimentos no INPI. Lei de Inovação.		
Ementa (Tradução)	<i>Property of intangible assets. Act n. 9,279/1996. Industrial Property rights: patents, trademarks, industrial designs and utility models. Unfair competition. International Treaties. Compulsory Licenses. Procedures at the INPI. Innovation Act.</i>		
Bibliografia Básica	SILVEIRA, Newton. Propriedade intelectual: propriedade industrial, direito de autor, software, cultivares, nome empresarial. Manole 388 ISBN 9788520431696. FURTADO, Lucas Rocha. Sistema de propriedade industrial no direito brasileiro: (comentários à nova legislação sobre marcas e patentes, Lei n. 9.279, de 14 de maio de 1996). Brasília, DF: Brasília Jurídica, 1996. 239 p. CÓDIGO da Propriedade Industrial anotado. São Paulo Almedina 2021 1 recurso online ISBN 9789724099033.		
Bibliografia Complementar	ANTUNES, Paula Cureau de Bessa. A patente farmacêutica nos países em desenvolvimento os efeitos do TRIPS na política brasileira de combate ao HIV. São Paulo Atlas 2015 1 recurso online ISBN 9788597000900. AHLERT, Ivan B. Patentes proteção na Lei de Propriedade Industrial. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 recurso online (Soluções jurídicas). ISBN 9788597021127.		

Direito Ambiental e Economia			
Carga Horária	34 h/a	Código	XXX
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	No Brasil, a relação entre direito, meio ambiente e economia se apresenta em muitos eixos, mas tem como um dos seus destaques o fato de a Constituição Brasileira estabelecer a defesa do meio ambiente como um dos princípios da Ordem Econômica. O Estado atua como agente normativo, mas também, como agente regulador da atividade econômica. O objetivo do curso é analisar criticamente como as conexões entre o Direito Ambiental e Direito Econômico se estabelecem, quais os seus limites e potencialidades.		
Bibliografia Básica	<p>ANTUNES, Paulo de B. Direito Ambiental: Grupo GEN, 2021. 9788597027402. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027402/. Acesso em: 27 mar. 2022</p> <p>SARLET, Ingo W.; FENSTERSEIFE, Tiago. Curso de Direito Ambiental: Grupo GEN, 2021. 9786559641161. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559641161/. Acesso em: 27 mar. 2022.</p> <p>SIRVINSKAS, Luís P. Manual de Direito Ambiental: Editora Saraiva, 2021. 9786555590623. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555590623/. Acesso em: 27 mar. 2022</p>		
Bibliografia Complementar	<p>BARACHO JUNIOR, José Alfredo de Oliveira. Proteção do meio ambiente na Constituição da República. Belo Horizonte: Fórum, 2008</p> <p>BARRÈRE, Martine (Coord.) Terra, patrimônio comum. Trad. Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Nobel, 1992.</p> <p>BENJAMIN, Antônio Herman V. A proteção do meio ambiente nos países menos desenvolvidos: o caso da América Latina. Revista de Direito Ambiental, São Paulo, n.0, p.83-84, 1995.</p> <p>BENJAMIN, Antonio Herman de Vasconcellos e. Direito constitucional ambiental brasileiro. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (Org.) IN Direito constitucional ambiental brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2011. parte II, p. 57-130.</p> <p>DERANI, Cristiane. Direito Ambiental Econômico. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.</p> <p>NUSDEO, Ana Maria de Oliveira. Direito Ambiental e Economia: Curitiba: Juruá, 2018</p> <p>SACHS, Iganacy. Qual o desenvolvimento para o século XX?. In: BARRÈRE, Martine (Coord.) Terra, patrimônio comum. Trad. Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Nobel, 1992.</p> <p>SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.p.33</p> <p>SOUZA, A. F. (2011). Celso Furtado: o dilema do subdesenvolvimento e o fator político na formação nacional - DOI: 10.5752/P.2237-8871.2011v12n16p64. Cadernos De História, 12(16), 64-85. https://doi.org/10.5752/P.2237-8871.2011v12n16p64</p>		

<i>Mudanças climáticas e Direito</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	XXX
Pré-Requisito(s)	***		
Ementa	O objetivo do curso é discutir o avanço das mudanças climáticas, o que elas representam e quais respostas o Direito vem dando para o desafio que elas representam.		
Bibliografia Básica	<p>ANTUNES, Paulo de B. Direito Ambiental: Grupo GEN, 2021. 9788597027402. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027402/. Acesso em: 27 mar. 2022</p> <p>CORTESE, Tatiana Tucunduva P.; NATALINI, Gilberto. Mudanças Climáticas: Do Global ao Local: Editora Manole, 2014. 9788520446607. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520446607/. Acesso em: 27 mar. 2022.</p> <p>SARLET, Ingo W.; FENSTERSEIFE, Tiago. Curso de Direito Ambiental: Grupo GEN, 2021. 9786559641161. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559641161/. Acesso em: 27 mar. 2022.</p> <p>SIRVINSKAS, Luis P. Manual de Direito Ambiental: Editora Saraiva, 2021. 9786555590623. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555590623/. Acesso em: 27 mar. 2022</p>		
Bibliografia Complementar	<p>ABRANCHES, Sérgio. Copenhage. Antes e depois. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 83-120.</p> <p>BICHARA, Jahyr Phillippe E LIMA, Raquel Araújo. Uma análise da Política Nacional de Mudanças Climáticas. Cadernos de Direito, Piracicaba, v 12(23), p 165-192, jul-dez 2012</p> <p>BODANSKY, Daniel. Notes and comments: Paris Climate Change Agreement: Anywhope? American Journal of International law, 110, 2016. MARCOVITS</p> <p>FRANGETTO, Flávia W e GAZANI, Flávio R. Viabilização jurídica do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo no Brasil. O protocolo de Kyoto e a cooperação internacional. São Paulo: Peirópolis, 2002, p. 29-56.</p> <p>PARENTE, Virgínia e ROMEIRO, Viviane. Climate change regulation in Brazil and the role of subnational governments. In MOTTA, Ronaldo S. et al. Climate change in brasil: Economic, social and regulatory aspects. Brasília: IPEA, 2011.</p> <p>PEEL, Jackeline e OSOSFKY, Hari M. Climate change litigation. Regulatory pathways to cleaner energy. Cambridge University Press, Book DOI: http://dx.doi.org/10.1017/CBO9781139565851</p> <p>STEIGLEDER, Annelise. A imputação de responsabilidade civil por danos ambientais associados às mudanças climáticas". In LAVRATTI, Paula e PRESTES, Vanesca B. Direito e Mudanças Climáticas: Responsabilidade civil e mudanças climáticas. São Paulo. Instituto o Direito por um Planeta Verde 2010, p. 9-38</p> <p>WEDY, Gabriel. Desenvolvimento sustentável na era das mudanças climáticas. Um direito fundamental. Saraiva: 2018, p 171- 220</p>		

<i>Direito das startups</i>			
Carga Horária	34 h/a	Código	XXX
Pré-Requisito(s)	<i>GDI113 – Direito Empresarial I</i>		
Ementa	Conceito de startup. Impactos da tecnologia em modelos tradicionais de negócio e aspectos regulatórios. Aspectos societários das startups. Acesso ao capital e formas de desinvestimento.		
Ementa (Tradução)	<i>Startup concept. Technology impacts on traditional business models and regulatory aspects. Corporate aspects of startups. Access to capital and forms of divestment.</i>		
Bibliografia Básica	<p>OIOLI, Erik Frederico. Manual de Direito para Startups, Revista dos Tribunais, 2020.</p> <p>MORETTI, Eduardo; OLIVEIRA, Leandro Antonio Godoy. Startups. 2ª Ed., Lumen Juris, 2019.</p> <p>SILVA FILHO, Emanuel Lima da. Contratos de Investimento em Startups, Quartier Latin, 2019.</p> <p>FEIGELSON, Bruno; NYBO, Erik Fontenele; FONSECA, Victor Cabral Fonseca. Direito das startups. Saraiva, 2018.</p> <p>CAMINHA, Lucas; COELHO, Gustavo Flausino. Captação de Recursos por Startups, Almedina, 2020.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>CAMPINHO, Sergio. Curso de direito comercial sociedade anônima. 5. São Paulo Saraiva 2020 1 recurso online ISBN 9788553618828.</p> <p>BORBA, José Edwaldo Tavares. Direito societário. 18. Rio de Janeiro Atlas 2020 1 recurso online ISBN 9788597026429.</p> <p>EIZIRIK, Nelson Laks. A lei das S/A comentada: volume II : arts. 80 a 137. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo, SP: Quartier Latin do Brasil, 2015. 566 p. ISBN 8576748010.</p> <p>EIZIRIK, Nelson Laks. A lei das S/A comentada: volume III : arts. 138 a 205. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo, SP: Quartier Latin do Brasil, 2015. 589 p. ISBN 857674810X.</p> <p>EIZIRIK, Nelson Laks. A lei das S/A comentada: volume IV : arts. 206 ao 300. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo, SP: Quartier Latin do Brasil, 2015. 557 p. ISBN 8576748037.</p>		

